



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 72, QUARTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 56ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE MAIO DE 2026

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar os dois anos da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, nos termos do Requerimento nº 183/2026, do Senador Humberto Costa e outros Senadores..	10
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro	10
1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Lucas Barreto)	10
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional	11
1.2.4 – Oradores	
Sra. Patrícia Gonçalves Freire dos Santos, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional dos Transplantes do Ministério da Saúde (MS)	11
Sr. Eduardo Calais Pereira, Presidente do Colégio Notarial do Brasil (CNB)	12
1.2.5 – Entrega de placa de homenagem ao Senador Lucas Barreto	14
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Edson Arakaki, membro da Associação Brasileira de Transplantados (ABTx)	14
Sra. Rita Bervig Rocha, Presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul	15
Sr. Rafael Godoy, atleta transplantado	16
Sr. Vanildo Dipicoli, atleta transplantado	17
1.2.7 – Entrega de placas de homenagem aos Srs. Rafael Godoy, Vanildo Dipicoli e à Sra. Rita Bervig Rocha.	18
1.3 – ENCERRAMENTO	19
2 – ATA DA 57ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE MAIO DE 2026	
2.1 – ABERTURA	21



2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Oradores

Senador Eduardo Girão – Cumprimentos ao Ministro André Mendonça e à Polícia Federal pelos desdobramentos recentes na operação que investiga irregularidades na operação do Banco Master e cobrança pela abertura de CPI ou CPMI para investigar o caso. Críticas ao gasto com viagens oficiais do Governo Lula, às condições econômicas e à carga tributária do país. Descontentamento com o elevado desembolso do Governo do Ceará com transporte aéreo, publicidade e propaganda, e preocupação com o crescimento do domínio das facções criminosas no estado. 21

Senador Veneziano Vital do Rêgo – Crítica ao processo de parceria público-privada envolvendo a Cagepa, com alegações de falta de transparência, descumprimento de promessas políticas e prejuízos aos municípios da Paraíba. Preocupação com a manutenção de elevadas taxas de juros pelo Banco Central e defesa de investigação sobre suposta atuação do crime organizado em instituições públicas. 23

Senador Esperidião Amin – Reconhecimento à atuação social da ONG Bairro da Juventude, em Criciúma-SC, com destaque para o trabalho educacional e de promoção social desenvolvido junto a crianças e jovens. Apoio à realização de sessão de debates temáticos sobre mudanças climáticas e defesa de audiência pública, na CI, para discutir o escopo do leilão de concessão de trechos das BRs 470 e 480, em Santa Catarina. 26

Senador Hermes Klann – Manifestação favorável ao Projeto de Lei nº 3630/2025, de autoria da Deputada Federal Bia Kicis, que permite o tratamento e a divulgação de dados pessoais, inclusive imagens e áudios, quando a captação ocorrer em situação de flagrante de crime em estabelecimento comercial. Alerta sobre a necessidade do aumento na segurança dos comerciantes diante da crescente ocorrência de furtos e roubos 30

Senadora Teresa Leitão – Defesa de um modelo de exploração dos minerais críticos e das terras-raras que garanta a soberania nacional, a transição energética e o desenvolvimento tecnológico do Brasil, com destaque para o Projeto de Lei nº 2780/2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE). 31

2.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Chico Rodrigues) – Registro de decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que possibilita a redução nas tarifas de energia elétrica para os consumidores do Estado de Roraima, diante do impacto tarifário decorrente da integração ao Sistema Interligado Nacional. Defesa da utilização das reservas minerais estratégicas brasileiras para ampliar a industrialização e agregar valor à produção nacional. 33

2.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Oriovisto Guimarães – Pedido de cautela sobre o fim da escala de trabalho 6 x 1. 35

2.2.4 – Suspensão da sessão às 15 horas e 33 minutos e reabertura às 16 horas e 48 minutos 37

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Oradores

Senador Sergio Moro – Críticas à substituição do delegado da Polícia Federal responsável pela investigação de possíveis fraudes envolvendo o INSS. Defesa da continuidade das investigações conduzidas sob a supervisão do Ministro do STF André Mendonça e cobrança de apuração dessas irregularidades relacionadas ao INSS. 37

Senador Jayme Campos – Defesa da educação como instrumento de transformação social, com críticas às desigualdades no financiamento educacional e à baixa expansão do ensino em tempo integral, especialmente em Mato Grosso. Apoio à valorização dos estudantes adimplentes do Fies, por meio de incentivos financeiros e melhores condições de pagamento. 40



2.3.2 – Item 1

Projeto de Lei Complementar nº 11/2026, do Senador Flávio Arns, que *altera o art. 4º, §8º, inciso V, da Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025*. **Retirado da pauta.** 44

2.3.3 – Item 2

Projeto de Lei nº 3777/2023, do Deputado Federal Josenildo, que *altera o art. 387 do Decreto-Lei nº 3689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer regras referentes à fixação de valor mínimo de indenização em favor do ofendido, a fim de reparar os danos causados pela infração*. **Retirado da pauta.** 47

2.3.4 – Item 3

Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1990/2024, da Senadora Janaína Farias, que *institui a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga*. **Rejeitada.** O Projeto de Lei nº 1990/2024, texto aprovado anteriormente pelo Senado, vai à sanção. 47

2.3.5 – Item extrapauta

Requerimento nº 375/2026, da Senadora Mara Gabrilli e outros Senadores, de voto de repúdio ao Sr. Mauro Chekin, Secretário de Esporte do Município de São Caetano do Sul, pelas declarações capacitistas proferidas durante audiência pública de prestação de contas da Pasta na última semana, a respeito dos desafios na inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas. **Aprovado.** 49

2.3.6 – Item extrapauta

Requerimento nº 110/2026, do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 3 de dezembro, destinada a comemorar o Dia Nacional do Delegado de Polícia. **Aprovado.** 49

2.3.7 – Item extrapauta

Requerimento nº 322/2026, do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 4 de agosto, destinada a homenagear os 35 anos da TV Asa Branca. **Aprovado.** 49

2.3.8 – Item extrapauta

Requerimento nº 8/2026, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial destinada a celebrar os 12 anos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014). **Aprovado.** 50

2.3.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 79/2026, da Senadora Augusta Brito e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 12 de agosto, destinada a celebrar os 100 anos da Associação Brasileira de Enfermagem. **Aprovado.** 50

2.4 – ENCERRAMENTO 50

2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO 51

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão de Esporte (Ofício nº 47/2026). 54

Da Senadora Teresa Leitão, que comunica a ausência de S. Exa. do País no período de 23 de maio a 5 de junho (Ofício nº 68/2026). 55

3.1.2 – Encaminhamentos

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 617/2019 à Comissão de Assuntos Econômicos. 57

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 1248/2024 às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Educação e Cultura. 58

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 4097/2023 e 3018/2024 à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. 59

3.1.3 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 20/2026-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 150/2021 61

Nº 28/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 3535/2025 72

Nº 29/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 3005/2020 80

Prejudicialidade do Projeto de Lei nº 3005/2020. 88

Nº 30/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 2790/2024 89

Nº 31/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 357/2025 96

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei nºs 3535 e 357/2025 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 296 e 297/2026-CE) 104

Nº 32/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 2896/2024 107

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 2896/2024. 114

Nº 33/2026-CE, sobre o Projeto de Lei nº 235/2021 115

Nº 59/2026-CDH, sobre a Sugestão nº 7/2026 121

Nº 5/2026-CDR, sobre o Projeto de Lei nº 1070/2024 128

Nº 6/2026-CDR, sobre o Ofício “S” nº 65/2017 141



Nº 7/2026-CDR, sobre o Projeto de Lei nº 2730/2024	151
--	-----

3.1.4 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 392/2026, do Senador Hermes Klann, que <i>susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade de permissionamento e por área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas para a espécie tainha (Mugil liza), para a temporada de 2026, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.</i>	159
--	-----

3.1.5 – Projetos de Lei

Nº 2467/2026, do Senador Otto Alencar, que <i>dispõe sobre a obrigatoriedade da análise do perímetro cefálico e da avaliação do formato craniano nas consultas de puericultura do primeiro ano de vida, institui protocolo padronizado de triagem para pediatras e médicos de família e comunidade, estabelece encaminhamento prioritário para centros de referência craniofacial, assegura tratamento integral da craniossinostose pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.</i>	166
---	-----

Nº 2470/2026, da Senadora Damares Alves e outros Senadores, que <i>altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências.</i>	173
--	-----

Nº 2484/2026, da Senadora Dra. Eudócia, que <i>institui o Protocolo Nacional de Padronização de Tratamento do Paciente com Neuroblastoma, com foco na dignidade humana e proteção integral à criança e dá outras providências.</i>	206
---	-----

3.1.6 – Requerimentos

Nº 388/2026, do Senador Jaime Bagattoli e outros Senadores, requer informações ao Senhor Wellington César Lima e Silva, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).	222
---	-----

Nº 389/2026, do Senador Sérgio Petecão, requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 3.018/2021 com o Projeto de Lei nº 5.143/2025.	228
---	-----

Nº 390/2026, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 55 anos de atuação do Instituto de Auditoria Independente do Brasil - Ibracon.	230
---	-----

Nº 31/2026-CI, requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões.	233
---	-----

3.1.7 – Término de Prazo

Término do prazo, em 18 de maio, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 670/2023.	240
--	-----

PARTE III



4 – RESOLUÇÃO

Nº 6/2026 (proveniente do Projeto de Resolução do Senado nº 18/2025), que institui a Frente Parlamentar Mista das Startups e do Empreendedorismo Inovador. 242

5 – FRENTE PARLAMENTAR PELA PAZ MUNDIAL

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2026 244

6 – FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2026 276

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 304

8 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 307

9 – LIDERANÇAS 308

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 311

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 316

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 318

13 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 363



Ata da 56ª Sessão, Especial,
em 19 de maio de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Lucas Barreto.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 7 minutos e encerra-se às 11 horas e 3 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 183, de 2026, de autoria do Senador Humberto Costa e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar os dois anos da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos instituída pelo Provimento nº 164, de 2023, do Conselho Nacional de Justiça.

Convido para compor a mesa desta sessão especial os seguintes convidados: Sr. Eduardo Calais, Presidente do Colégio Notarial do Brasil (*Palmas.*); Sra. Patrícia Gonçalves Freire dos Santos, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde (*Palmas.*); Sr. Edson Arakaki, membro da Associação Brasileira de Transplantados. (*Palmas.*)

A Presidência informa que a presente sessão contará também com a participação especial dos atletas transplantados, Sr. Rafael Godoy e Sr. Vanildo Dipicoli. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discursar - Presidente.) – Para a abertura da sessão especial destinada a celebrar os dois anos de criação da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano (Aedo), Sras. Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores, nos reunimos hoje nesta sessão especial para celebrar os dois anos da criação da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano, conhecida como Aedo.

Esta sessão foi em boa hora requerida pelo Senador Humberto Costa, meu querido amigo, com o apoio de vários outros Parlamentares desta Casa. Seu objetivo é reconhecer a importância dessa iniciativa para o fortalecimento da política nacional de transplantes e para a valorização da vida.

A Aedo foi criada pelo Provimento nº 164, da Corregedoria Nacional de Justiça, em 27 de março de 2024, sob a condução do Ministro Luis Felipe Salomão. Sua construção foi resultado da atuação conjunta do Conselho Nacional de Justiça e do Colégio Notarial do Brasil, com parceria do Ministério da Saúde.

Cabe aqui reconhecer também o importante papel do Colégio Notarial do Brasil na modernização da atividade notarial brasileira; o investimento contínuo em tecnologia e na digitalização dos serviços permitiu aproximar os cartórios da população com mais agilidade, segurança jurídica e acessibilidade. A integração entre atividade notarial e inovação tecnológica vem transformando a prestação de serviços no país e gerando benefícios concretos para a sociedade. Hoje, milhões de brasileiros já conseguem acessar serviços essenciais de forma remota, segura e eficiente, um avanço que fortalece a cidadania, amplia o acesso e reduz burocracias.

A Aedo se insere justamente nesse contexto de inovação a serviço da vida, e divulgar a existência do sistema para que mais e mais pessoas possam dele se beneficiar é renovar o nosso compromisso com milhares de brasileiros que ainda anseiam por uma nova vida na fila dos transplantes.

Que esta sessão sirva para ampliar a conscientização e fortalecer a solidariedade, porque doar órgãos é, em essência, oferecer vida.

Obrigado. (*Palmas.*)

Convido para compor também a mesa desta sessão especial a Sra. Rita Bervig, Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.



(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Neste momento, concedo a palavra à Sra. Patrícia Gonçalves Freire dos Santos, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde, por cinco minutos.

A SRA. PATRÍCIA GONÇALVES FREIRE DOS SANTOS (Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Lucas Barreto.

Cumprimento, na sua pessoa, todos aqui presentes: o Presidente do Colégio Notarial do Brasil, o Sr. Eduardo Calais Pereira; o Presidente da Associação Brasileira de Transplantados, o Sr. Edson Arakaki; e a Sra. Presidente da Seção do Rio Grande do Sul do Colégio Notarial do Brasil, a Dra. Rita Bervig.

Para mim, é uma grande honra participar desta sessão solene no Senado Federal em comemoração aos dois anos da implantação da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (Aedo).

A criação da Aedo representa um avanço muito importante para o nosso país porque se trata de uma iniciativa conjunta entre Ministério da Saúde, Colégio Notarial do Brasil e Conselho Nacional de Justiça que traduz na prática o compromisso das instituições brasileiras com a promoção da doação de órgãos, tecidos, partes do corpo e medula óssea, com a valorização da vida e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Transplantes.

A Aedo permite que qualquer pessoa manifeste, ainda em vida, de forma digital, gratuita e segura, o seu desejo de ser um doador de órgãos ou tecidos após a sua morte. Mais do que um documento, é uma declaração de solidariedade, é a expressão concreta de uma escolha generosa, capaz de transformar a dor da perda em esperança para muitas pessoas que aguardam nas listas de espera por um transplante.

É importante destacar que, no Brasil, a autorização final para a doação de órgãos é dada pela família, porém, conhecer a vontade do ente querido é um passo fundamental para que a doação aconteça. Muitas vezes, em meio à dor, em meio ao luto, a família precisa tomar uma decisão rápida em meio a esse luto, em meio a essa dor de perder um ente querido. Quando essa vontade já foi manifestada em vida, essa decisão se torna mais clara, mais segura e mais respeitosa para reconhecer o desejo de quem partiu. Nesse sentido, a Aedo não substitui o papel da família, mas fortalece esse diálogo. Ela ajuda a registrar a vontade do potencial doador e contribui para que essa vontade seja conhecida, respeitada pelas equipes de saúde e pelos familiares no momento oportuno. É uma ferramenta que aproxima a sociedade do tema da doação e reforça a importância de conversarmos sobre esse desejo dentro das nossas casas, no seio das nossas famílias.

O Brasil possui hoje um dos maiores sistemas públicos de transplantes do mundo, estruturado pelo Sistema Único de Saúde, que garante à população o acesso gratuito a todas as etapas do processo de doação e transplantes, desde a identificação do potencial doador, a realização dos exames pré-transplantes e a logística de distribuição dos órgãos, passando pelo procedimento cirúrgico, o acompanhamento pós-transplante e o fornecimento da medicação imunossupressora durante toda a sobrevida do transplantado. Mas nenhum sistema, por mais robusto e consolidado que ele seja, consegue avançar sem a participação da sociedade. A doação de órgãos começa com uma decisão individual, mas se concretiza com o apoio das famílias e com o trabalho integrado de muitas instituições e profissionais de saúde.

Por isso, ao celebrarmos os dois anos de existência da Aedo, nós celebramos também...

(Soa a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA GONÇALVES FREIRE DOS SANTOS – ... uma importante política de conscientização, cidadania e respeito à vontade do doador. Celebramos a união de esforços entre o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Justiça, o Colégio Notarial do Brasil, o Sistema Nacional de



Transplantes, o Parlamento e também toda a sociedade brasileira.

Que essa iniciativa continue crescendo, alcançando mais pessoas e estimulando cada brasileiro e cada brasileira a conversar com sua família sobre a doação de órgãos, porque doar órgãos é, acima de tudo, um gesto de amor, de solidariedade e de continuidade à vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores presidentes e representantes das seções dos colégios notariais do Brasil.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Calais, Presidente do Colégio Notarial do Brasil, por cinco minutos.

O senhor, por favor, terá que usar a tribuna.

O SR. EDUARDO CALAIS PEREIRA (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, gostaria de cumprimentar, em primeiro lugar, o Senador Lucas Barreto, Presidente desta sessão, a quem agradeço mais uma vez a oportunidade de abrir esta Casa aos notários de todo o Brasil por uma causa tão justa. Gostaria de cumprimentar a Sra. Patrícia Freire, Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde; o Sr. Edson Arakaki, Presidente da Associação Brasileira de Transplantados – é uma honra para o Colégio Notarial tê-lo aqui conosco – e a minha querida amiga e fundadora dessa iniciativa, Rita Bervig, Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul.

É com grande honra que participamos desta sessão especial em comemoração aos dois anos da Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos (Aedo).

Eu cumprimento, de forma muito especial aqui, os representantes do Poder Judiciário, do Ministério da Saúde, os Parlamentares presentes, as entidades parceiras, os profissionais da saúde, os representantes das associações de pacientes transplantados e todos que abraçaram essa causa tão humana e tão necessária.

Hoje, mais do que celebrar uma ferramenta tecnológica, celebramos um avanço civilizatório, celebramos a possibilidade de transformar solidariedade em ação concreta, celebramos vidas que podem continuar graças à decisão generosa de outras vidas.

Quando o Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil idealizou a Aedo, ao lado do CNJ e do Ministério da Saúde, tínhamos um propósito muito claro: usar a tecnologia e a segurança jurídica para aproximar o cidadão de uma decisão que pode salvar muitas pessoas. E fizemos isso sem burocracia, sem custos e com alcance nacional.

A Aedo nasceu para permitir que qualquer brasileiro, de forma simples, segura e digital, possa registrar oficialmente a sua vontade de ser doador de órgãos, uma manifestação que passa a existir de maneira formal, autenticada e acessível. A Aedo transforma vontade em documento, solidariedade em segurança e intenção em legado.

Ao mesmo tempo, a plataforma atua como um cadastro positivo, permitindo que os profissionais da saúde tenham acesso a uma base cadastral de brasileiros e brasileiras que manifestaram a sua vontade de forma livre, informada e consciente. E os familiares passam a ter a tranquilidade de que aquela era a vontade real do seu ente querido.

Mas a Aedo também nasceu para provocar uma mudança cultural. Doar órgãos não é apenas um ato individual, é um pacto coletivo com a vida, porque, neste exato momento, existe, em algum lugar deste país, uma pessoa esperando – esperando por um rim, por um fígado, por um coração – e existe também uma família que, em um dos momentos mais difíceis da sua vida, precisará tomar uma decisão. E é essa decisão que se torna menos dolorosa quando a vontade do doador é conhecida, registrada e respeitada.



O Brasil, senhoras e senhores, possui um dos maiores programas públicos de transplantes do mundo. Ainda assim, milhares de brasileiros seguem aguardando uma oportunidade de continuar vivendo.

Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 78 mil pessoas esperam atualmente por um transplante de órgão ou tecido em nosso país. Ao mesmo tempo, a recusa familiar ainda representa um dos maiores desafios nacionais. Hoje aproximadamente 45% dos familiares ainda não autorizam a doação de órgãos de seus parentes. Isso mostra que o problema não é apenas na estrutura médica ou hospitalar; o desafio também, Senador, passa pela informação, pelo diálogo e pela conscientização. E é exatamente nesse ponto que a Aedo cumpre um papel fundamental. Ela ajuda a romper o silêncio sobre um tema que ainda é difícil para muitas pessoas e muitas famílias...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO CALAIS PEREIRA – ... ela estimula conversas que precisam acontecer, ela dá clareza à vontade do cidadão e, acima de tudo, ela fortalece a cultura da solidariedade.

Nesses dois anos, a Aedo alcançou uma marca importante. Até hoje, já foram quase 30 mil solicitações para autorização eletrônica de doações de órgãos – mais precisamente, 29.745. É um número que merece ser reconhecido, representa milhares de brasileiros que decidiram formalizar um gesto de amor ao próximo, é uma conquista que, diante da dimensão da espera por transplantes no Brasil, deve continuar avançando.

Precisamos ampliar o debate, fortalecer campanhas de conscientização e levar a informação clara à população brasileira, porque cada nova autorização pode significar uma vida salva. Aqui mesmo no Senado, Senador, nós temos a servidora Adriana da Conceição Santos, que passou por um transplante de córnea e representa também isso. O Vanildo é um atleta transplantado com quem, hoje de manhã, tive o prazer de correr, e percebi que eu tenho que treinar muito ainda para chegar ao nível dele.

Nesses dois anos, vimos a Aedo ganhar reconhecimento nacional, mobilizar instituições, sensibilizar cidadãos e mostrar como a união entre tecnologia, justiça e cidadania pode conduzir o impacto social verdadeiro. Esse resultado só foi possível porque muitas mãos construíram esse projeto. Por isso, faço aqui um agradecimento especial ao CNJ, ao Ministério da Saúde, às centrais de transplantes, às entidades médicas, às associações de pacientes e a todos os parceiros que acreditaram nessa iniciativa desde o início. Quero reconhecer o trabalho de mais de 8 mil tabeliães de notas, aqui representados pelos presidentes das seccionais, presentes em todos os municípios do Brasil, que compreenderam o alcance social da Aedo e ajudaram a transformar os tabelionatos em agentes de cidadania, inovação e promoção de vida.

Cada atendimento feito é uma oportunidade de orientar, acolher e estimular essa conversa dentro das famílias brasileiras. O notariado brasileiro tem muito orgulho de participar dessa transformação, porque a nossa missão vai muito além do que documentos, fatos pessoais, negócios patrimoniais. Nós trabalhamos diariamente para garantir a segurança jurídica, proteger direitos e aproximar serviços essenciais da população. E poucas causas traduzem tão bem esse compromisso quanto a doação de órgãos. Cada autorização registrada pode representar esperança para várias famílias, pode significar uma segunda chance, pode representar tempo, futuro e recomeço.

Por isso, essa solenidade não deve ser apenas um momento de comemoração, deve ser também um chamado à mobilização nacional. Precisamos continuar avançando, precisamos falar mais sobre a doação de órgãos dentro das famílias, nas escolas, nas instituições e na sociedade, porque, enquanto houver pessoas esperando na fila por transplante, essa missão continuará sendo de todos nós.

Que os próximos anos da Aedo sejam ainda mais transformadores e que possam seguir construindo um Brasil mais solidário, mais consciente e mais comprometido com a vida!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Agora eu gostaria de prestar uma homenagem ao nosso Senador Presidente da sessão.



(Procede-se à entrega de placa em homenagem ao Sr. Lucas Barreto.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Agora que já aprendi o nome, né, concedo a palavra ao Sr. Edson Arakaki, membro da Associação Brasileira de Transplantados, por cinco minutos. *(Palmas.)*

O SR. EDSON ARAKAKI (Para discursar.) – Bom, Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Senador Lucas Barreto; Sr. Presidente do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil, Sr. Eduardo Calais Pereira; Sra. Coordenadora-Geral do Sistema Nacional dos Transplantes do Ministério da Saúde, Dra. Patrícia Freire; e Sra. Presidente da Seção do Rio Grande do Sul do Colégio Notarial do Brasil, Rita Bervig.

Primeiro, quero dizer que é uma honra e uma grande oportunidade para a gente estar aqui hoje falando desse tema, porque é um tema superimportante. É um tema que é pouco discutido, às vezes vem à tona, principalmente no mês de setembro, mas ele é bem pouco discutido, né? Só que é um tema de suma importância, como já foi levantado por várias pessoas aqui, que é esse tema da doação de órgãos, tecidos e medula, que precisa ser uma discussão da sociedade. Não é uma coisa que possa ser imposta de cima para baixo, como já aconteceu algumas vezes, né? Já teve legislação falando que isso era para ser uma obrigatoriedade, só que desse jeito não acontece. Então, precisa ter uma discussão realmente da sociedade civil para falar disso. E acho que é superimportante isso nesta Casa, que realmente é a Casa do povo. Então, não tem lugar mais apropriado para a gente falar disso do que aqui.

Eu também sou transplantado, já tenho 25 anos de transplante. Minha irmã que fez a doação do rim dela para mim. Então, assim, imaginem o quanto é, para mim, gratificante ter essa doação, mas o quanto é sofrido para as pessoas que estão na fila. Como já foi dito aqui, 78 mil pessoas hoje, por baixo, aguardam um transplante nessa fila, pessoal. Todo mundo aqui que fica em fila, e todo mundo aqui gosta de fila... Eu sou de São Paulo, o pessoal fala que o pessoal de São Paulo adora uma fila, né, não pode ver uma fila que entra. Todo mundo sabe o quanto é angustiante você estar numa fila, seja na fila do pão, seja na fila da carne, seja na fila do não sei o quê. Você fica lá esperando: “Quando vai ser minha vez? Quando vai ser minha vez?”. Imaginem, pessoal, se você está na fila de um transplante de órgão: você está esperando um órgão chegar para você. Então, essa fila, em média, dura... A gente tem, na Associação Brasileira de Transplantados, um cadastro que fala que, em média, são de dois a cinco anos de espera que as pessoas cadastradas na ABTx ficaram esperando um órgão. De dois a cinco anos, pessoal. Só que, de dois a cinco anos, não é que você fica esperando, sentado numa cadeira: “Estou ali esperando do lado do telefone, esperando o telefone tocar”. Não é isso, pessoal. São de dois a cinco anos que a pessoa que está esperando um transplante morre a cada dia, porque é uma doença crônica, a pessoa está morrendo a cada dia que passa. Se você está esperando um órgão, não é que você está só esperando, pessoal; você está lutando para continuar a viver. Então, é muito importante que as pessoas tenham essa noção, porque, se falam: “ah, estou esperando”, parece que você está ali esperando uma coisa, um trem que vai chegar, alguma coisa que vai te... Mas não é isso, pessoal. Você está esperando um órgão que vai mudar, como já foi dito aqui, a sua vida, que vai dar possibilidades para você.

Então, é nesse sentido que essa iniciativa, por exemplo, da Aedo é uma coisa superimportante, porque ninguém sabe quem vai ser doador ou quem é um potencial doador. Ninguém sabe quando isso vai acontecer. Você está fazendo uma declaração hoje aqui, você pode se cadastrar na Aedo, mas você não sabe quando isso vai acontecer. Pode ser, sei lá...

(Soa a campanha.)

O SR. EDSON ARAKAKI – ... daqui a um ano, mas pode ser daqui a cinco anos, dez anos.



Você não tem essa ideia de quando isso vai acontecer. Então, é superimportante que essa iniciativa fique, porque fica um documento lá da pessoa, atestando que ela é doadora e que ela é uma potencial doadora. As coisas todo mundo esquece, não é? Passou um pouquinho, todo mundo esquece. Mas, se está lá declarado que eu quero ser doador, isso vai ficar, pessoal. E, no cruzamento das informações do hospital, lá na frente, vai aparecer que essa pessoa era uma potencial doadora.

Então, eu realmente convido todos que estão aqui: se vocês estão aqui, se vocês têm interesse nesse tema, se cadastrem na Aedo. Cadastrem-se. É uma possibilidade. Ou, se não querem se cadastrar, comecem a doar sangue. Doar sangue é doar tecido. Já é uma iniciativa. Isso tudo já é um primeiro passo superimportante para a gente tentar mudar a cultura de doação neste país.

Então, para finalizar, eu queria agradecer ao Colégio Notarial por essa iniciativa fantástica, porque até hoje, por incrível que pareça, apesar de a gente ter um dos melhores sistemas de transplante do mundo, como já foi dito aqui – e é verdade –, a gente não tem um cadastramento de doadores, ou não tinha até então; agora a gente tem. Assim, pessoal, convido realmente todos vocês a fazer esse cadastramento e agradeço de novo à Aedo e agradeço por essa oportunidade.

Eu vou tomar só um pouquinho mais do tempo, porque eu preciso falar de por que se transplanta: se transplanta para que a gente possa continuar tendo atividade. E eu acho que a gente não pode deixar de falar do esporte como um meio para a gente divulgar o transplante. Então, já foi falado aqui do Vanildo, tem o Rafael, tem o Haroldo... Todos eles são atletas transplantados, todos eles representaram o Brasil nos Jogos Mundiais para Transplantados, pessoal. O Haroldo tem quatro medalhas, e ninguém sabe; o Vanildo tem uma medalha, e ninguém sabe; o Rafael é campeão de tênis lá no Paraná, e ninguém sabe. Então, pessoal, tudo transplantado. É para isso que a gente está aqui, tá?

Querida agradecer, mais uma vez, essa oportunidade e pedir para todo mundo realmente fazer esse cadastramento, e a gente poder levar essa mensagem da Aedo muito mais para a frente, está bom?

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Obrigado.

Agora concedo a palavra à Sra. Rita Bervig, Presidente do Colégio Notarial do Brasil - Seção do Rio Grande do Sul, por cinco minutos. (*Palmas.*)

A SRA. RITA BERVIG ROCHA (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente desta sessão, Senador Lucas Barreto; Sr. Presidente do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil, Eduardo Calais; Sra. Coordenadora-Geral do Sistema Nacional dos Transplantes do Ministério da Saúde, Patrícia Freire; Sr. Presidente da Associação Brasileira de Transplantados, Edson Arakaki; diretores; presidentes; notários; senhoras e senhores, é uma grande honra estar nesta tribuna para celebrar os dois anos da Aedo (Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos). É uma honra ainda maior porque, ao falar da Aedo, eu falo de uma das histórias mais bonitas que o notariado brasileiro já escreveu.

Permitam-me começar contando uma história que iniciou no Rio Grande do Sul e que se tornou uma história do Brasil inteiro. Em 2009, um grupo de titulares teve uma ideia: usar a fé pública para salvaguardar a vontade das pessoas em serem doadoras de órgãos. Era uma resposta a uma realidade que todos nós já conhecíamos: famílias chegavam aos hospitais sem saber qual havia sido a vontade do seu ente querido sobre a doação de órgãos. E essa dúvida, essa única dúvida, era a maior causa de negativa familiar à doação de órgãos no Brasil.

Segundo relatos das autoridades médicas à época, essas conversas com os familiares chegavam, em alguns casos, a durar quatro horas. Os notários, então, disseram: “Nós podemos ajudar”, e começamos a construir o projeto. Levamos 13 anos até essa ideia se concretizar. Esse foi o tempo para uma nobre iniciativa encontrar gente generosa pelo caminho. Em outubro de 2022, essa caminhada deu o seu primeiro



grande fruto. Sentaram-se à mesa, ao lado do Colégio Notarial Gaúcho, a Secretaria Estadual de Saúde, Central de Transplantes, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Cremers, Santa Casa de Porto Alegre e o Hospital de Clínica, instituições que entenderam que vontade, autonomia e fé pública notarial podiam, juntas, salvar vidas. A cada um desses parceiros, o nosso muito obrigada.

E exemplos positivos precisavam crescer. E foi o Colégio Notarial do Brasil, o Conselho Federal e o Conselho Nacional de Justiça que assumiram essa missão e fizeram dela uma política para o país. Quero aqui registrar o reconhecimento ao Dr. Eduardo Calais, nosso atual Presidente, e à Dra. Giselle Oliveira de Barros, que o antecedeu, pela decisão de abraçar essa causa e pela dedicação com que transformaram em realidade. Ao Ministro Luís Felipe Salomão, então Corregedor Nacional de Justiça, a gratidão do notariado pela escuta atenta e sensibilidade com que conduziu, no CNJ, a regulação que nos trouxe até aqui. Foi sob suas lideranças que a Aedo nasceu, em abril de 2024, com o Provimento 164, do CNJ, e que se tornou um dos projetos mais importantes do notariado brasileiro.

E hoje, dois anos depois, podemos olhar para trás com muito orgulho: são mais de 30 mil Aedos emitidas no Brasil; são 8.344 tabelionatos preparados para acolher quem quer dizer “sim” à vida! É a fé pública notarial servindo uma das causas mais nobres que existem, mas sabemos, também, que há muito caminho. Aproximadamente 73 mil brasileiros aguardam por um transplante, na fila de espera, neste momento, entre eles mais de 1.033 crianças. Cada Aedo que se assina hoje é uma chance a mais para alguém dessa fila.

É por esse motivo que, ao me dirigir aos Srs. Senadores, também falo diretamente ao povo brasileiro: dizer “sim” à doação de órgãos é o gesto mais generoso que um ser humano pode deixar para outro; é decidir, em vida, que a sua história não termina com você – e você pode fazer isso em qualquer tabelionato de notas do Brasil, inclusive sem sair de casa, pelo e-Notariado. É gratuito, é simples e é rápido.

Aos meus colegas notários, espalhados pelos quatro cantos do país: cada cartório que abraça a Aedo, que orienta o cidadão e que torna esse procedimento acolhedor está salvando vidas. Tratemos juntos a doação de órgãos como ela é: uma causa de Estado, uma causa de amor e uma causa de todos nós.

Encerro com a frase que move essa campanha e que sintetiza, em poucas palavras, tudo o que viemos celebrar nesta Casa hoje: “Um só coração: seja vida na vida de alguém. Doe órgãos, porque um salva oito”.

Em nome do notariado brasileiro, agradeço ao Senado Federal por esta homenagem. Agradeço, sobretudo, a cada brasileiro e brasileira que já disse “sim” à vida: vocês são a razão pela qual essa história existe.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Obrigado à Sra. Rita.

Concedo a palavra ao Sr. Rafael Godoy, atleta transplantado, por cinco minutos.

O SR. RAFAEL GODOY (Para discursar.) – Bom dia a todos. É um prazer imenso estar na Casa.

Agradeço a todos pelo privilégio; ao CNB, à ABTx e a todos que abriram as portas. Eu me emociono aqui em ouvi-los e em estar falando.

Eu sou transplantado desde janeiro de 2024; tive uma inflamação nos rins. Sou professor de tênis e tenho participado dos jogos para transplantados, dos campeonatos de tênis para transplantados. É prazeroso e é um bem pela vida, então a gente quer difundir, divulgar essa causa, para que muitas vidas sejam salvas através dos doadores.

É uma alegria imensa poder compartilhar isso com vocês e difundir essa questão. Agradeço muito a oportunidade e doem órgãos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Vanilto Dipicoli, atleta transplantado, por cinco minutos.

O SR. VANILTO DIPICOLI (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que é uma honra estar aqui junto a todos vocês – senhoras, senhores, autoridades presentes e todos que carregam a Aedo (Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos) no coração.

Eu sou Vanilto Dipicoli, tenho 36 anos, sou de Cascavel, no Paraná. Antes de qualquer coisa, eu preciso dizer que, se não fosse um transplante, dificilmente eu estaria aqui hoje; e talvez isso seja o mais importante do que eu vou falar.

Enquanto estamos aqui reunidos, eu acabei de verificar um dado. Hoje, a gente tem 48.900 pessoas aguardando um transplante de órgão no Brasil. Somado a isso, mais 36 mil pessoas aguardam um transplante de córnea. E a gente precisa fazer um detalhamento nesses 49 mil: dessas, 45 mil pessoas aguardam um transplante de rim. E é preciso explicar que o rim é o único órgão que possui uma terapia alternativa, que é a hemodiálise. Então, nós temos aproximadamente 45 mil pessoas passando por um período de tratamento em hemodiálise.

E por que somente 3 mil aguardam outros órgãos? Porque essas pessoas estão ficando pelo caminho. Essas pessoas estão morrendo sem a oportunidade de receber um transplante. Eu sei exatamente o que é essa espera. Eu sou transplantado há 16 anos. Eu tive a honra, a oportunidade de receber uma doação da minha mãe, a D. Neiva. Passei pela hemodiálise, passei por dias difíceis, insegurança, medo e a esperança que toda pessoa que está aguardando um órgão tem: de que o seu momento de receber um transplante vai chegar. Graças ao amor e a esse gesto ímpar de minha mãe, eu pude continuar vivendo e continuar escrevendo a minha história.

Além do meu trabalho, hoje eu me considero um atleta da corrida de rua e do atletismo. No ano passado, estive participando dos Jogos Brasileiros para Transplantados, no qual conquistei quatro medalhas. Tive a honra de participar dos Jogos Mundiais realizados na Austrália, em 2023; conquistei um terceiro lugar nos 400 metros.

E toda vez que eu participo de uma prova, é muito mais do que qualquer corrida. Carrego ali o gesto de minha mãe, o gesto de um doador, a esperança de quem está na fila, naquela espera de receber um órgão, de continuar vivendo, e o sentimento por aqueles que não tiveram a oportunidade, e que poderiam estar ali, competindo, participando junto comigo.

A corrida e o esporte, como o Edson falou, se tornaram uma ferramenta, uma voz para divulgar a importância da doação de órgãos.

Quando surgiu a Aedo, isso carregou uma força muito grande, porque nesses dois anos da Aedo, a gente viu nascer algo transformador. Espero que esses dois anos sejam só o começo de algo gigantesco que a gente vai ter no Brasil, nesse movimento pela doação.

É uma iniciativa que dá voz, principalmente, à conscientização, porque a gente vai falar sobre doação de órgãos. É uma iniciativa que faz as pessoas conversarem sobre isso onde mais importa, dentro dos nossos lares...

(Soa a campainha.)

O SR. VANILTO DIPICOLI – ... com a nossa família, que é onde mais importa. É fundamental você conversar com a sua família. A Aedo tem um papel muito importante de fazer esse registro.

Eu quero aqui destacar uma parceria que eu tenho junto ao CNB/PR. Eu menciono aqui o Presidente, o Dr. Daniel. Nesses dois anos, a gente vem percorrendo diversas cidades, participando de provas, e eu corro com uma camiseta que tem o QR code da Aedo, em que está escrito que eu sou transplantado, para que as



peças vejam, achem curioso, comentem. Porque quando as pessoas veem um transplantado correndo, a gente deixa de ser estatística e as pessoas passam a enxergar vidas. Quando se vê um transplantado correndo, vivendo, trabalhando, sonhando, pensando no futuro, as pessoas passam a olhar de uma forma diferente.

É preciso entender que em um momento de muita dor, de muito sofrimento, em que se está perdendo uma vida, um simples sim pode salvar várias vidas. É preciso destacar – e o Ministério da Saúde está aqui presente – que existe um exército de pessoas, da área da saúde, trabalhando dia a dia para que essa dor, esse sofrimento, se tornem vida para outras pessoas.

Nós precisamos hoje, neste momento, falar de algo muito importante. Os cartórios, os tabelionatos e todos aqueles que lá trabalham – essas pessoas –, também estão salvando vidas. Porque quando uma legislação como a Aedo é construída, quando a vontade do cidadão pode ser formalizada, quando o diálogo, a doação, são incentivados...

(Soa a campanha.)

O SR. VANILTO DIPICOLI – ... vidas estão sendo salvas, porque conscientizar também é vida.

É preciso avançar ainda mais, é preciso falar mais sobre a Aedo. O Brasil todo precisa conhecer essa ferramenta, fortalecer campanhas permanentes de conscientização em nível nacional, levar essa informação aos municípios, às comunidades, às escolas, reduzir os índices de rejeição à doação.

Esse dado, que foi falado, é de 45%. Se a gente analisar: quantas vidas poderiam ser salvas por essas negativas?! E, muitas vezes, essas negativas ocorrem por não haver diálogo, por não haver um registro do desejo de ser doador. E todos nós sabemos que um doador pode salvar até oito vidas.

Então, eu quero terminar dizendo que a Aedo é muito mais do que uma autorização: ela representa uma oportunidade de as vidas continuarem.

Quem aguarda um transplante agradece à Aedo, porque um transplante não devolve apenas saúde; devolve futuro, devolve sonhos e devolve a chance de recomeçar. Eu sou a prova, Haroldo é prova, Edson é prova, Rafael é prova de que, quando há a doação, a vida continua.

Então, faço um convite a todos: registrem o seu desejo de ser doador, façam sua Aedo, façam sua Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos.

E deixo aqui meus parabéns à Aedo e o meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Senhoras e senhores, neste momento faremos a entrega de placas em reconhecimento à dedicação e à relevante contribuição à luta pela autorização eletrônica de doação de órgãos às seguintes personalidades:

- Sr. Rafael Godoy, *(Palmas.)*
- Sr. Vanilto Dipicoli; e *(Palmas.)*
- Sra. Rita Bervig. *(Palmas.)*

(Procede-se à entrega de placa em reconhecimento à dedicação e à relevante contribuição à luta pela Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos ao Sr. Rafael Godoy.) (Palmas.)

(Procede-se à entrega de placa em reconhecimento à dedicação e à relevante contribuição à luta pela Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos ao Sr. Vanilto Dipicoli.) (Palmas.)

(Procede-se à entrega de placa em reconhecimento à dedicação e à relevante contribuição à luta pela Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos à Sra. Rita Bervig.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu quero registrar a presença da nossa querida Deputada Federal Fernanda Pessoa e também do



meu querido amigo Deputado Federal Domingos Neto.

(*Palmas.*) Sejam bem-vindos!

Para finalizar, encerrar a sessão, uma sugestão à Aedo: que também tenha um portal de informações. Eu tenho aprendido muito no Amapá, que é o nosso estado pequeno, é um estado com poucos municípios, mas lá nós temos muitas dificuldades em informação. Então, o portal pode ser de informação. Por exemplo, 70% dos cânceres que as crianças têm é leucemia, só que nenhum médico consegue detectar que é leucemia, porque precisa de exames, mas tem alguns sintomas. É preciso divulgar o portal para orientar os pais dessas crianças para que, vendo aqueles sintomas, possam trazê-las para fazer os exames. Então, os 70% podem ser resolvidos com transplante de medula, que é uma doação de sangue. Então, que o portal possa ampliar-se – é um pedido que fica aqui também –, já que é um portal bem conhecido!

E quero parabenizá-los, porque solidariedade não é produto da condição financeira nem do cargo que a pessoa ocupa, é produto da alma.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 03 minutos.*)



Ata da 57ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de maio de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre, Confúcio Moura e Chico Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 8 minutos e encerra-se às 17 horas e 46 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por intermédio dos totens disponibilizados na Casa ou por solicitação à Mesa durante a sessão.

A presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já disponibilizadas em avulsos eletrônicos na Ordem do Dia eletrônica de hoje:

- Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2026, do Senador Flávio Arns;
- Projeto de Lei 3.777, de 2023, do Deputado Josenildo; e
- Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 1990, de 2024, da Senadora Janaína Farias.

Passamos aos oradores inscritos, que terão prazo de dez minutos para uso da palavra.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Estado do Ceará.

Com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem meu querido irmão, Senador Confúcio Moura, do estado abençoado de Rondônia.

Quero cumprimentar os Senadores que estão chegando a Brasília – muitos já estão aqui –, os funcionários desta Casa, os assessores, e especialmente você, a quem a gente deve satisfação, brasileiras e brasileiros, especialmente no meu caso, aos cearenses.

Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria, nesta tarde, cumprimentar a Polícia Federal do Brasil que, aos trancos e barrancos, seja com bloqueio do poderoso A, do poderoso B dos três Poderes da República, está cumprindo o seu dever, no peito e na raça, principalmente os profissionais policiais que estão destacados nessa operação do Banco Master, junto com o Ministro André Mendonça. E a ele eu estendo o meu cumprimento, ao Exmo. Ministro André Mendonça, por ontem ter mudado o *status* da cela do criminoso Vorcaro, passando... já que não apresentou absolutamente nada de novidade, parece estar blindando justamente – aliás, entre aspas justamente –, os poderosos que a mídia já revelou, porque a Polícia Federal já tem informação de R\$129 milhões da esposa de um, de R\$35 milhões do *resort* de outro, de Senadores, porque a cada dia saem mais informações; e do Governo Lula, que fez reunião secreta. Eu vou já já partir ali para o Galípolo para perguntar exatamente sobre essa reunião, fora da agenda, com o Vorcaro, seus Ministros e ele, o Galípolo. Isso é exemplo que se dê? Isso é independência? Reunir-se? Será que ele avisou ao ex-Presidente do Banco Central que estava indo para essa reunião? Parece-me algo muito grave, mas a Polícia Federal e o Ministro André Mendonça colocaram o Vorcaro em seu devido lugar, em uma cela comum, para que ele resolva entregar os peixes graúdos da maior fraude do sistema financeiro, que não é mais só do Brasil, é do mundo, Sr. Presidente; é do mundo.

E, mais do que nunca, há necessidade de termos uma CPI ou CPMI para investigar essa bandalheira aqui no Congresso Nacional; só está faltando isso. É preciso ter coragem, é preciso não ter rabo preso para fazer o que tem que ser feito – o lógico, o nosso dever.

Então, após esses meus cumprimentos à Polícia Federal e ao André Mendonça, pela decisão acertada – até que Vorcaro resolva contar a verdade, custe o que custar, a quem custar! –, o Brasil precisa ser passado a limpo, chegou a hora.

E eu quero dizer, Sr. Presidente, que, somente no ano de 2025, este Governo irresponsável do Lula gastou R\$2,5 bilhões com viagens. Foi R\$1,8 bilhão – “b” de bola, “i” de índio – em viagens nacionais e R\$249 milhões em internacionais, só em um ano, do seu dinheiro, de você que está nos ouvindo aí. Você que paga imposto, olha o que essa turma está fazendo com o teu dinheiro.

Desde o início do Governo Lula, em 2023, essas despesas com viagens internacionais já ultrapassaram



R\$1 bilhão – só internacional. Os destinos mais visitados foram Paris, Genebra, Pequim e Washington, nos Estados Unidos. E sempre acompanhado por comitivas que ficam hospedadas em hotéis luxuosos, com diárias de até R\$600 mil. Olha a ganância, olha a luxúria!

Enquanto isso, a economia brasileira vem descendo a ladeira em função da irresponsabilidade fiscal desse Governo. O Brasil está pagando o valor recorde de R\$1 trilhão apenas com juros da dívida. E tome aumento de impostos para a população, que já suporta uma das maiores cargas tributárias do planeta. Eles passam isso para você!

É por isso que este Governo, até pouco tempo atrás, a cada 27 dias, criava um novo imposto. Fez isso durante o tempo todo. Mas agora, como estamos em ano eleitoral, resolveu, numa atitude demagógica, cancelar o chamado “imposto das blusinhas”, cobrado do povo trabalhador nos últimos dois anos, contra o meu voto. Eu votei contra, porque o povo já tem imposto demais. Mas o Governo – porque está chegando a eleição; ele, Lula, que defendeu e mandou a sua base votar por essa taxa das blusinhas – agora está voltando para trás. Vai querer enganar a quem, Presidente Lula? Para com isso! Ninguém é trouxa!

Sr. Presidente, essa é a maior das contradições, porque ele continua – o Governo Lula – recebendo os impostos oriundos das *bets* – impostos que têm sangue de inocentes. Dinheiro de sangue! A jogatina só faz aumentar o endividamento das famílias, destruindo empregos, casamentos e vidas pelo vício. E o pior de tudo, Sr. Presidente: esse péssimo exemplo é seguido pelo Governador do meu Estado do Ceará, que há anos vem sofrendo com governos sucessivos do PT e de quem colocou o PT no poder, porque é a mesma turma que está lá agora, querendo voltar.

Elmano gastou R\$67 milhões com jatinhos e helicópteros, apenas nos últimos dois anos! Na metade do mandato, ele gastou R\$67 milhões. Essa turma não se cria! Uma única empresa, a Executive Air Táxi Aéreo, recebeu quase R\$4 milhões do dinheiro do povo cearense, povo honrado, honesto, mas que, infelizmente, está vendo a balbúrdia, o desrespeito com você, que paga imposto.

Algumas viagens são até justificáveis, em função da distância, mas existem outras completamente descabidas, como, por exemplo, em cidades próximas da região metropolitana, cujo transporte deveria ser de automóvel, mas já foi feito por helicóptero, a um custo de R\$15 mil a hora! Se for uma emergência para uma coisa em Brasília, em que não tenha voo, se entende; uma vez ou outra. Eu pego avião de carreira, toda vez em que eu vou ao meu Ceará, eu venho de avião, junto com as pessoas, com todo mundo, avião comercial; mas essa turma, não. Não quer se misturar, é isso? Agora, ir para a região metropolitana – ali pertinho de Fortaleza – com jatinho, com helicóptero, isso é fazer pouco da população, isso não é certo.

Mas esse, Sr. Presidente, não é o único dreno do recurso público e nem é o maior: nos oito anos do Governo do PT, com o ex-Ministro da Educação, hoje colega nosso, Senador Camilo Santana, foi desperdiçado mais de R\$1 bilhão apenas com publicidade e propaganda! Números que equivalem ao de governos muito maiores, com muito mais estrutura, como o Governo de São Paulo, o cara gasta no Ceará, R\$1 bilhão apenas com publicidade. Esse padrão de ganância foi mantido inalterado no atual Governo do Elmano, que vem gastando mais de R\$100 milhões por ano apenas com propaganda. Com esse dinheiro, seria possível construir mil casas populares a cada ano. Olha o que é que eles fazem com o seu dinheiro! Mas está na hora de despertar, estão aqui os números! Que eles venham a público me desmentir.

Esse desperdício é uma incoerência irresponsável, pois, só em 2025, o Governo aprovou, na Assembleia Legislativa, mais de R\$5 bilhões – vou repetir – para pagar essa mordomia, essas benesses com o seu dinheiro. Eles estão endividando os seus tataranetos. Alguém vai pagar essa conta? São os tataranetos da gente. Foram R\$5 bilhões de empréstimos que este Governo Elmano aprovou, com as digitais dos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; foram R\$3,2 bilhões junto ao Banco do Brasil e mais R\$2 bilhões junto ao BNDES.

Sr. Presidente, enquanto isso, o povo da capital e do interior – o povo cearense –, meus conterrâneos,



vem sofrendo com o crescimento absurdo do domínio das facções criminosas, extorquindo comerciantes e expulsando moradores das suas casas. A cada três dias, uma família é expulsa – de irmãs e irmãos nossos. Isso é um problema do Brasil que está acontecendo só no Ceará, praticamente; mas o Brasil tem que tomar conhecimento e eu estou aqui para ser a voz, gostem eles ou não –, com independência para ser a voz dessas pessoas que estão sendo humilhadas.

Recentemente, em Messejana, numa violenta disputa por território para o tráfico, foram apreendidos *drones* e um fuzil de 9 milímetros, fabricado com tecnologia de uma impressora 3D.

É um escárnio o que estão fazendo lá no Estado do Ceará, porque o estado é fraco. Aliás, é forte apenas para manter as mordomias dessa turma que só pensa em poder pelo poder, mas é fraco para defender o direito de ir e vir dos meus conterrâneos, que, repito, estão sendo humilhados diariamente.

Eu encerro, Sr. Presidente, com um pensamento de Winston Churchill, abro aspas: “É preferível ser considerado até irresponsável e estar com a verdade do que ser responsável e ficar com o erro”.

Deus abençoe a nossa nação! Que tenhamos um dia em que a verdade venha à tona e que se instale, imediatamente, a CPI do Banco Master.

Aliás, Ministro André Mendonça, que eu comecei elogiando aqui: está nas suas mãos também, Ministro, a determinação para este Congresso Nacional. É uma canetada sua, que já foi feita várias vezes pelo Supremo quando esta Casa – Congresso do Brasil – se omitiu para cumprir o seu dever. O senhor pode determinar, o senhor está com o mandado de segurança de Deputados e Senadores para abrir, finalmente, a CPI do Master. A CPMI está nas suas mãos, com recorde de assinaturas – repito – para abrir, mandar o Senado e o Congresso abrir, para a gente saber quem é que está por trás dessa bandalheira, sejam de quais dos três Poderes e que autoridades poderosas sejam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe a nossa nação! E coragem!

Obrigado, Presidente Chico.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Confúcio Moura, Segundo-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Eduardo Girão, V. Exa. sempre traz temas importantes e relevantes aqui para a discussão no Senado. Gostaria de dizer a V. Exa. que o seu pronunciamento vai ser divulgado em todos os veículos de comunicação da Casa.

Como próximo orador inscrito, passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, por permuta com o Senador Esperidião Amin.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discursar.) – Muito obrigado, estimado e querido Presidente Chico Rodrigues. Mais uma vez, ao reencontrá-lo, eu renovo a minha estima e o agradecimento às suas atenções e à de toda a nossa equipe que nos secretaria – tenho uma saudade tremenda de quando tinha a oportunidade de cumprir, como V. Exa. o cumpre com muita competência, as sessões que precedem a nossa Ordem do Dia.

Quero saudar a todos os nossos companheiros de trabalho, cumprimentar em especial a população brasileira, que nos acompanha nesta tarde de terça-feira.

Presidente, eu tentarei, no tempo reservado regimentalmente, fazer alusões a dois temas muito importantes.

O primeiro deles diz respeito à realidade própria da nossa Paraíba, do nosso Estado Paraíba, que é uma situação gerada a partir do momento em que se consumou lamentavelmente, lastimavelmente,



principalmente pela forma – se a palavra é dura, não é inoportuna, ou seja, é pertinente – até criminosa, porque os prejuízos e as consequências do que se abate sobre a economia local e do que se abaterá sobre as vidas de milhares de paraibanos é algo indizível.

Eu me refiro, Sr. Presidente Chico Rodrigues, ao processo de entrega. Um leilão que foi feito na semana próxima passada, precisamente quinta-feira, da nossa empresa Cagepa, uma empresa que tem um controle majoritário do Estado da Paraíba e que passa, através de uma parceria público-privada... E os eufemismos são utilizados na tentativa de confundir, de distorcer o que realmente e realisticamente nós tivemos. Foi uma deliberada, uma ardilosa ação por parte do Governo do estado, estando à frente o ex-Governador e o então Vice-Governador, hoje Governador, e todos aqueles que acompanharam esse processo, que não é de hoje.

Esse processo vem sendo ruminado, vem sendo trabalhado, vem sendo gestado há alguns anos. E mais grave: para um homem público, que deveria e que deve ter a consciência e se incomodar quando não fala a verdade, quando não expõe, de fato, aquilo que está por fazer; para os verdadeiros homens e mulheres que optam, por vocações ou não, à vida pública, falar, expressar a verdade dos seus atos, dos seus pensamentos é algo fundamental e decisivo, porque na vida pública só se sustêm aquele e aquela que guardam coerência e que, acima de tudo, guardam respeito para com os seus, pronunciando-se de forma verdadeira.

Por que digo isso? Porque há três anos e meio, o ex-Governador do estado, que renunciou, inclusive para concorrer a uma das cadeiras do Senado Federal – e já começa mal, porque traz a péssima impressão de quem, falando há três anos, comprometendo-se de viva-voz nos debates públicos... Inclusive, em resposta aos seus concorrentes, dizia taxativamente: “Nós não vamos, sob o meu Governo [o dele], vender, privatizar, alienar a Cagepa”. Essas palavras foram ditas e repetidas.

Pois bem, essa mesma pessoa, o ex-Governador do estado, que renunciou ao mandato, que tramou esse processo, urdiu deliberadamente esse processo, com o atual Governador, então seu companheiro de chapa, Vice-Governador, disse e fez exatamente o contrário. E o fez num processo, Presidente Chico Rodrigues, sem transparência; e o fez num processo que levou a nossa empresa a dar a participação por uma empresa internacional, a Acciona, envolvida em uma série de denúncias, em processos licitatórios, não apenas aqui no Brasil, mas a partir da sua própria nacionalidade-mãe, a Espanha.

Essa empresa, não por coincidência – tão e somente ela participando desse leilão, nenhuma outra –, assume essa participação, com perspectivas – entre aspas – de “investimentos”, nos próximos 25 anos, de R\$3 bilhões. E esses blocos que foram adquiridos só correspondem a 85 cidades; nós somos 223 cidades.

E, não por coincidência também, o interesse dessa empresa e o interesse dos governantes – que deveriam ter, de fato, primeiro o cumprir da promessa e do compromisso ao dizer que não venderia a empresa, não a alienaria, não faria parceria público-privada – é o de entregar aquilo que, como nós costumamos dizer, é o filé – o filé –; e os demais outros municípios que requerem investimentos nesses serviços de esgotamento sanitário, de saneamento, regiões que carecem dos investimentos por parte da Cagepa, ficaram de fora.

Pior, Presidente Chico Rodrigues, é que, sob a perspectiva da empresa, da nossa Cagepa, de não mais ter acesso a esses recursos, ela simplesmente falirá; falirá e também falirão as suas condições para fazer quaisquer outros investimentos de saneamento básico nessas regiões que carecem dessas iniciativas.

Eu trago aqui as minhas palavras, eu me congratulo com a iniciativa da Assembleia Legislativa, a partir do seu Deputado André Gadelha, que propôs, através de requerimento, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na expectativa de poder ter as subscrições necessárias regimentalmente exigidas. Quero me congratular com o Poder Legislativo, a Câmara Municipal de João Pessoa, que já vai instalar essa CPI, exatamente para que nós nos aprofundemos. A população da Paraíba precisa saber



quem efetivamente urdiu, trabalhou, orquestrou para um processo sem transparência, obscuro, nebuloso, que implicará em prejuízos ao nosso estado ao longo desses próximos anos, mas principalmente a esses municípios que foram alijados, postos e nem lembrados nesse processo de leilão, que, eu repito, foi nebuloso, nefasto, prejudicial e de que consequências haverão de ser identificadas nesses próximos anos.

Isso é de se lamentar sobre todas as razões, Presidente Chico Rodrigues, e eu, pessoalmente, peço aos meus companheiros, colegas da advocacia... No nosso escritório, já estamos a fazer aquilo que é devido a um cidadão, que não pode ficar senão irrequieto e inquieto com esse tipo de coisa. Nós estamos entrando com uma ação popular, como também provocaremos o próprio Supremo Tribunal Federal.

Presidente, nesses dois minutos – se V. Exa. acrescentar apenas mais um, eu lhe agradeço muito –: nós recebemos a visita do Presidente Galípolo, Presidente do Banco Central, que tratou sobre ações e iniciativas políticas adotadas pela autoridade máxima monetária, o Banco Central, expôs as suas preocupações, trouxe-nos preocupações e inquietudes ainda maiores, principalmente porque não lançou expectativas de que teremos diminuições dessas taxas escorchantes dos juros. E ele mesmo, de viva-voz, salientava que somos um país que cobra, que impõe estas taxas escorchantes sobre a população brasileira, mesmo tendo um percentual, no índice de desemprego, que é o menor da série histórica – uma contradição, em tese.

As suas palavras nos preocupavam exatamente porque não havia nelas, não se enxergava nelas, ao ouvi-las – e aí não seria enxergar ou ouvir –, nós não absorvíamos perspectivas de que essas taxas seriam diminuídas, que cairiam, mesmo que gradativamente.

Mas nós adentramos, Presidente, no episódio do Daniel Vorcaro, do crime organizado que foi intelectualmente orquestrado por Daniel Vorcaro, com tentáculos que se estendem às estruturas políticas, às estruturas judiciárias e outras tantas do nosso Brasil. E nós dizíamos, ao tempo em que estamos falando sobre fortalecer, fomentar, aprimorar, melhorar a governança do Banco Central, que inadmissível foi esse episódio em 2018, porque nós tínhamos já razões e sinalizações, e, passados cinco anos, por parte do Banco Central, por parte do ex-Presidente Roberto Campos Neto, nenhuma medida de fato exigida àquele instante foi adotada.

Temos dois diretores que foram pegos como artífices materiais do conluio dentro do Banco Central por parte do Daniel Vorcaro, que estão a responder, mas também não me convence o fato de que o ex-Presidente, mesmo que não dolosamente – e não estou a dizer que houve dolo na ação, que houve premeditada omissão –, mas a figura culposa, Presidente Chico Rodrigues, não há como se afastar.

E a gente precisa... Saiu desta tribuna o Senador Eduardo Girão. Como eu, assinou e ele próprio apresentou...

(Soa a campanha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... um dos requerimentos – a mim me parece, são três requerimentos – para a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas a gente tem certas dúvidas, porque instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito, seja na Câmara, seja no Senado, ou seja uma Comissão Mista, requer o interesse daqueles que as comandam. E situações, graves situações são trazidas onde possíveis participações de agentes políticos que têm mando e que têm comando possam estar a interferir, a impedir, a inibir, a intimidar a implementação de uma iniciativa cabível. Porque, mesmo sabendo – encerrando, Presidente Chico Rodrigues – que essas investigações estão a cargo daqueles e daquelas que integram a Polícia Federal, que integram a CGU, que integram o STF e outros que têm essa responsabilidade, nós estaríamos aqui a fazer o debate político, e não a colocar para debaixo de tapetes, simplesmente, por força de quem quer que esteja presente, falando



como representante dos seus estados e, na verdade, atuando em nome do crime organizado.

É muito sério o que nós estamos a passar. E as palavras que foram ditas e trazidas, corajosas palavras trazidas pelo Presidente Renan Calheiros na semana passada, reverberadas por alguns veículos de comunicação, dizem mais ou menos aquilo que aconteceu durante esse período de trama estabelecida entre alguns agentes políticos e o responsável, o mentor de uma ação criminosa, como o foi o Daniel Vorcaro.

Então eu gostaria muito que esse assunto não morresse, que ele não arrefecesse diante dos prejuízos aos bilhões...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... que foram impostos à população brasileira.

Presidente, perdoe-me por ter me estendido.

Muito grato aos senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Meu caro colega e amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo, V. Exa. tratou de assuntos referentes basicamente ao seu estado, questões realmente regionais, que são fundamentais na discussão, como dizia Descartes, do método, mas tratou, agora, ultimamente, em ação conclusiva do seu pronunciamento, sobre essa questão explosiva que vive a sociedade brasileira, atônita. E, obviamente, V. Exa., como um dos maiores defensores de uma CPI, V. Exa., que tem acompanhado *pari passu* esses fatos, hoje, na audiência pública com o Presidente da maior autoridade monetária do país, o Banco Central, V. Exa. falou, com a clareza de uma janela sem vidros, sobre a manifestação do Presidente do Banco Central quando reconhece, exatamente, a fragilidade em que o sistema vivia mergulhado para que uma ação criminosa, como essa do Daniel Vorcaro, pudesse florescer, prevalecer e se manter, ao ponto de chegar, hoje, realmente, de uma forma transversal, a alcançar autoridades públicas de todos os Poderes.

Portanto, ali era o réquiem de um desastre anunciado. Está aí a opinião pública indignada, fatos e mais fatos se sobrepõem a essa questão do Banco Master e, hoje, é necessária exatamente – eu concordo com V. Exa. plenamente – uma ação do Congresso Nacional e, por que não dizer, também do Poder Executivo, porque, de uma forma muito clara, tem como seguir esses passos para resgatar o que foi subtraído do nosso país e também desnudar esses fatos que, praticamente, criaram essa indignação coletiva na sociedade brasileira. Parabéns a V. Exa. pelo belo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, pela ordem.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, quero registrar aqui três alegrias simultâneas. Primeiro, tê-lo presidindo; suceder, na tribuna, o meu querido amigo Senador Veneziano Vital do Rêgo; e ser sucedido, daqui a pouco, pelo Senador Hermes, em cuja cidade natal estive, no último domingo, participando de um evento da Igreja Evangélica Luterana no Brasil, a convite do Pastor Edécio, em que renovei a minha admiração pela grande contribuição social, além da religiosa, que a Igreja Luterana prestou, ao longo da sua história, à Santa Catarina. São, praticamente, 200 anos de convivência no nosso estado, contribuindo muito com os seus valores morais e éticos.

Quero ainda, Presidente, fazer aqui um registro muito especial de aplauso ao Bairro da Juventude, que ontem inaugurou uma quadra de esportes em Criciúma. O Bairro da Juventude atende 1,6 mil crianças e jovens há muitos anos, mas o que eu quero destacar é que o Bairro da Juventude foi considerado, pela Certificadora Social, com apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas, a melhor ONG do Brasil. Já era antes considerado a melhor ONG de Santa Catarina em destaque na categoria assistência social – e, eu



diria mais, promoção social. É um bom exemplo, independente dessa classificação, para que todos nós procuremos seguir, porque a ONG é o braço comunitário que deve ser apoiado por nós Parlamentares, pelo Governo, para atuar num país que, infelizmente, convive com desigualdades brutais.

Quero ainda assinalar os meus cumprimentos a todos os que trabalham no Bairro da Juventude, em Santa Catarina, na cidade de Criciúma; destacar o apoio que o município tem dado tanto na atual administração do Prefeito Vaguinho, quanto na anterior, do Prefeito Clésio Salvaro, e abraçar a todos, a comunidade que faz operar o Bairro da Juventude, nas pessoas da sua Diretora-Executiva, Sílvia Regina Luciano Zanette; do Diretor Técnico, Anézio Luiz de Souza; e do Presidente do Conselho Deliberativo, Manfredo Guedes Pereira Gouveia Júnior.

E para dizer que ela não é uma organização catarinensista, exatamente o Presidente do conselho é um ilustre paraibano que há muitos anos já está radicado em Criciúma e que é, como eu, um grande admirador do nosso sempre Senador Ronaldo Cunha Lima, com quem ele trabalhou.

Faço questão de fazer esse registro e dizer que tive a honra de ser representado ontem, na inauguração da quadra de esportes, pelo meu querido amigo, o Vereador Miri Dagostim, da nossa Câmara de Vereadores, Câmara que tem apoiado permanentemente o Bairro da Juventude.

Mas a finalidade de ocupar a tribuna, Sr. Presidente, hoje se divide em duas partes: primeiro, agradecer porque foi agendada para ser realizada no dia 28 de maio próximo – temos pouco tempo para nos preparar – a sessão de debates temáticos a respeito das mudanças climáticas.

Todos conhecem – os pesquisadores, os técnicos, os meteorologistas que se dedicam a isso e, no Brasil, a liderança do Sr. Carlos Nobre, recentemente promovido à condição de consultor do Papa Leão XIV, que o escolheu como um Conselheiro do Vaticano para este assunto e, particularmente neste momento, para o enfrentamento do que devemos ter – a propósito da ameaça do El Niño, que pode vir a castigar mais uma vez o Brasil e, particularmente, o sul do Brasil.

Por isso, quero anunciar que estamos mantendo contato, a partir de hoje, com governos estaduais, com lideranças daqui, do Senado, para que prestigiem essa sessão de debates temáticos com a sua contribuição, com as experiências, com vistas a reduzirmos danos.

Reduzir danos significa salvar vidas, em primeiro lugar, e reduzir o impacto na economia, na sociedade brasileira, especialmente nos estados que venham a ser os alvos maiores dessa possível calamidade climática ou, pelo menos, desse transtorno climático, a nos prevenirmos, em primeiro lugar; em segundo lugar, reduzir os danos.

Quero ainda registrar que os já convidados são a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; o Ministério da Ciência e Tecnologia; o Ministério das Cidades; o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; a representação da Confederação Nacional de Municípios; e, repito, os estados com os quais contataremos a partir de hoje.

Finalmente, quero registrar também a aprovação de um outro requerimento da maior importância para o meu estado. Trata-se de promover uma sessão de debates na Comissão de Infraestrutura com vistas a que nós possamos conhecer o escopo do leilão, já anunciado, que se fará para conceder trechos da BR-470, da BR-480 – pouco conhecida com esse nome, porque é o acesso da 282 a Chapecó –, da própria 282 e da 153, no território catarinense, que é a Transbrasiliana. Nós temos sérias dúvidas sobre o escopo desse leilão. Primeiro, para conhecer o porquê de serem tais os trechos que merecerão o leilão, a concessão e os melhoramentos, por que esses trechos e não outros que possam ser até prioritários, em termos de segurança, ou seja, de número de acidentes, ou da sua *performance*, em termos de qualidade de serviço que oferecem.

Portanto, quero aqui alertar a ANTT e o Ministério dos Transportes de que, quanto mais cedo essa audiência for realizada no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, menos atrapalharemos o



cronograma que foi estabelecido, que faz com que tenhamos a primeira audiência pública no dia 15 de junho. Mas uma audiência pública...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... seja em Chapecó, seja em Itajaí, seja em Blumenau, é pouco. Nós queremos, primeiro, a inclusão de Concórdia e Rio do Sul nessas audiências localizadas, ou seja, que serão conduzidas pela ANTT. Mas queremos mais do que isso, uma justificativa, uma explicação técnica sobre o interesse de Santa Catarina a propósito desses segmentos que foram escolhidos. Eles não foram escolhidos com a participação do meu estado.

Por isso, quero alertar a ANTT: nós não vamos aceitar um ditado a respeito do princípio, Senador Hermes. Nós não vamos aceitar esse prato feito, ou seja...

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... licitar a 282, de Indaial a Campos Novos; licitar a 282, de Chapecó até o trevo de Irani; e, a 153. O desenho disso, em termos singelos, é o seguinte: conduz toda a nossa produção de proteínas em rodovia duplicada até o Irani, e dali pega a Transbrasiliana, levando para fora de Santa Catarina toda a atividade de exportação para o exterior daquilo que, com qualidade, nós nos habilitamos a produzir.

Quero lembrar que o Estado de Santa Catarina foi o primeiro do Brasil e da América Latina a conquistar o selo de livre de aftosa sem vacinação. Isso nos custou uma missa e algum dinheiro em matéria de fiscalização.

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o mérito é dos produtores, da Secretaria da Agricultura, da Cidasc, especialmente, e dos profissionais das empresas públicas e privadas.

Então, nós queremos saber o porquê dessa escolha.

E concluo: nós sabemos que essa decisão decorre de um estudo encomendado em 2021 pelo então Ministro dos Transportes, hoje Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Mas entre o estudo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o consenso do Ministério dos Transportes ou o da ANTT, que ainda não é do nosso conhecimento... Eu não sei se o ministério concordou...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com a ANTT. *(Fora do microfone.)* Pelo contrário, ouço vozes que informam que não houve essa concordância. Menos ainda aceitaremos se esse prato for montado em Brasília e oferecido, em partes, nessas cidades que eu mencionei.

Queremos realizar essa reunião o mais breve possível e conclamo o Ministério dos Transportes e a ANTT que indiquem os seus representantes o mais rapidamente possível para não estorvar o cronograma já estabelecido, mas alertando que nós vamos discutir isso a fundo porque estamos cansados de sermos desatendidos.

Exemplo disso é o que está acontecendo na BR-101. Toda a energia que nós gastamos – e gastaríamos mais ainda – para definir obras necessárias para o contrato...

(Soa a campanha.)



O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... de otimização da BR-101 norte – leia-se de Florianópolis até a divisa com o Paraná – e a obra do Morro dos Cavalos, que é a nossa prioridade número um em Santa Catarina, sobre isso as autoridades federais, neste momento, continuam fechadas a sequer informar qual vai ser o passo seguinte, a quem devemos nos dirigir para pedir, fiscalizar e ajudar.

Então, com essa vacina preventiva, eu ratifico. Queremos os representantes do Ministério e da ANTT para discutir o porquê desse desenho do leilão. Não somos contra. Nós queremos saber por que isso foi o escolhido.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Caro Senador Esperidião Amin, V. Exa. sempre traz temas extremamente relevantes e aqui se referiu à Igreja Luterana de Santa Catarina. V. Exa. teve a oportunidade, na verdade, de fazer uma grande visita a uma instituição religiosa que é referência no Estado de Santa Catarina, a Igreja Luterana.

Também falou sobre a melhor ONG do Brasil, Bairro da Juventude, na categoria assistência social. Falou, sim, da Diretora-Executiva Sílvia Regina, demonstrando exatamente o carinho que V. Exa. dispensa ao seu estado.

Portanto, claro que tem toda razão do mundo a população de Santa Catarina reconhecer o seu valor, a sua defesa intransigente de Santa Catarina. E aqui V. Exa. discute questões substantivas como o leilão dos trechos das BRs-470, 480, 282 e 153, mostrando exatamente que essa Transbrasiliana é importante para Santa Catarina.

Portanto, a preocupação de V. Exa. se pauta exatamente no amor que V. Exa. tem pelo seu estado.

Continuando...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora Jussara Lima, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigada.

Eu gostaria de registrar a presença dos Prefeitos do meu querido Estado do Piauí, que estão aqui na marcha da CNM e vieram aqui visitar, trazer pautas para o nosso estado.

Registro também a presença do querido e o meu amor Deputado Júlio Cesar, que também é seu amigo.

Quero dizer que nós estamos muito felizes em receber aqui os nossos amigos tanto do PSD como de outros partidos que nos acompanham há muito tempo.

Quero aqui registrar mais uma vez e dizer que a gente agradece muito todo este carinho de todo o povo do nosso querido Piauí.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora, V. Exa., que é muito ativa, muito atuante e, acima de tudo, tem um carinho enorme pelo seu Piauí querido, sempre se manifesta aqui em defesa do estado.

Eu quero, através de V. Exa., cumprimentar os Prefeitos que estão na marcha da CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e dizer que eles, obviamente, buscam melhorias para os seus municípios, que, quando têm grandes representantes, se fortalecem mais ainda.

Esta Casa, que é o cenáculo da democracia, os recebe de braços abertos, principalmente porque são



aqui trazidos por V. Exa.

Ao meu colega de Câmara dos Deputados, já um dinossauro da política também como eu, com nove mandatos, Júlio Cesar, que está nesta grande marcha, nesta grande caminhada das eleições de 2026 ao Senado, que, na verdade, logre êxito, porque tem história, tem experiência, é um político extremamente preparado.

Portanto, parabéns a V. Exa. e aos Prefeitos que aqui estão presentes!

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – Eu é que agradeço, Senador Chico Rodrigues, a V. Exa., que também é um grande Senador e que tem feito um grande trabalho pelo seu querido estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Como próximo orador inscrito, passo a palavra ao Senador Hermes Klann, do PL, de Santa Catarina.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. HERMES KLANN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente Chico Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o brasileiro está cansado de ser roubado e o bandido sair impune, por isso hoje quero falar sobre o PL 3.630, de 2025.

A proposta estabelece que a divulgação deve ter como finalidade identificar o infrator, alertar a população e colaborar com as autoridades policiais. Mais conhecido como “PL dos amostradinhos”, de autoria da Deputada Bia Kicis, relatado pelo brilhante Senador Amin, esse projeto garante que comerciantes possam utilizar imagens de câmeras de segurança para divulgar na identificação de infratores em flagrante delito.

Os números demonstram que a situação está fugindo do controle, pois, segundo dados da federação nacional do varejo, os furtos em lojas aumentaram 93% em 2023, no comparativo ao ano de 2019. Repito, senhores: a incidência de furtos em lojas aumentou em 93%. Em 2023, por exemplo, alguns setores chegaram a registrar mais de mil furtos por dia, revelando que estamos vivendo um completo absurdo no Brasil.

Atualmente, quando o infrator é filmado em flagrante, a vítima fica impedida de divulgar as imagens do furto ou do roubo, porque interpretações jurídicas distorcidas podem estimular processo por divulgação de imagens não autorizadas.

Dessa forma, Sr. Presidente, empreendedor sofre duplamente: primeiro, nas mãos do delinquente, que furta os bens de seu estabelecimento; e, segundo, torna-se penalizado por um sistema judicial que favorece, indiscriminadamente, a divulgação de qualquer imagem.

Reconheço a importância da iniciativa da Deputada Federal Bia Kicis – novamente, relatada pelo brilhante Senador Amin –, que pretende aprimorar a segurança jurídica aos comerciantes e cidadãos diante do aumento desses crimes praticados nos setores comerciais, permitindo que esses registros de vigilância possam ser utilizados como ferramenta de apoio à segurança pública e à identificação de infratores.

Ressalto a coragem da autora desse projeto ao enfrentar um tema que aflige diariamente milhares de brasileiros honestos, que trabalham para manter seus negócios abertos em meio à crescente ocorrência de furtos e roubos em estabelecimentos comerciais.

Apresento, nesta ocasião, algumas indicações objetivas. A quem defenderá o Estado brasileiro na temática furtos ou roubos em estabelecimentos comerciais? Será na defesa do empreendedor que acorda às 5h da manhã para abrir sua loja, que paga impostos, que é vítima de transgressores que furtam ou roubam produtos à venda? Ou apoiará infratores reincidentes que furtam, roubam, ameaçam, agredem e saem rindo do cidadão de bem, principalmente pela sensação de impunidade?



Essa sensação de impunidade que paira no inconsciente coletivo da população brasileira é como se o Brasil tivesse se transformado no país onde o bandido tem mais proteção legal do que as vítimas, as quais são empreendedores e empreendedoras que, sob suor e lágrimas, lutam diariamente para manter suas empresas.

O cenário encontrado no território nacional é de que os comerciantes vivem como se trancafiados fossem, por estarem atrás das grades, câmeras e cercas elétricas, enquanto bandidos circulam livremente pelas ruas, agindo sem ter qualquer receio de ser penalizados.

Além disso, é notável a revolta dos nossos comerciantes brasileiros, que atualmente estão impossibilitados de reagir, pois estão com medo de denunciar, de divulgar imagens e de serem processados judicialmente por divulgar imagens dos delinquentes. Essa realidade precisa ser resolvida, bem como mudar esta inversão de valores básicos: quem escolheu praticar o crime deve responder pelos seus atos, é algo simples assim.

O Senado Federal precisa dar uma resposta firme no combate a furtos e roubos em estabelecimentos comerciais, contribuindo com algo essencial à sociedade brasileira. Portanto, faço aqui um apelo aos meus colegas Parlamentares e ao Presidente Davi Alcolumbre: tão logo seja apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, irei requerer urgência ao Projeto de Lei 3.630, de 2025, para ser logo pautado, discutido e votado aqui neste Plenário.

Os brasileiros que empreendem não aguentam mais a sensação de impunidade existente. É tempo de este Parlamento mostrar que ainda sabe distinguir quem é a vítima e quem é o criminoso. E, na defesa dos cidadãos e cidadãs trabalhadores que prezam pela honestidade, bem como dos empreendedores comerciais, dos trabalhadores e das famílias brasileiras, peço o apoio dos Senadores e Senadoras para a aprovação do Projeto de Lei 3.630, de 2025.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O pronunciamento de V. Exa. será publicado nos órgãos de comunicação da Casa.

Próximo orador inscrito: Senadora Teresa Leitão, do PT, de Pernambuco.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discursar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a V. Exa. e a todos os Senadores e Senadoras. Boa tarde àqueles que nos seguem também pelas redes sociais.

Eu quero cumprimentar, de maneira muito especial, os pernambucanos que estão ali na galeria. Não identifico todos de longe, mas sei que são gestores, Prefeitos e Vereadores que estão aqui na nossa marcha.

Eu quero falar, hoje, Sr. Presidente, para tratar de um tema muito estratégico para o presente e, sobretudo, para o futuro do Brasil: os minerais críticos e as terras-raras, que são estratégicos em razão da importância para a transição energética global, para o desenvolvimento tecnológico e para a soberania nacional.

Estamos falando de elementos fundamentais para a economia deste tempo, nacional e mundial, que se transformaram em essenciais para uma nova dinâmica econômica, baseada na transição energética, na inovação tecnológica e na disputa geopolítica por insumos estratégicos. Esses elementos estão presentes em carros elétricos, turbinas eólicas, painéis solares, *smartphones*, *notebooks*, tecnologias de iluminação e equipamentos militares. São componentes indispensáveis para a indústria de alta tecnologia e para o esforço global de redução das emissões de gases de efeito estufa.

O mundo vive uma corrida pelos minerais críticos e pelas terras-raras. Países disputam reservas, cadeias de suprimento e capacidade de industrialização. O debate deixou de ser apenas econômico e passou



a envolver segurança nacional, soberania energética e desenvolvimento tecnológico. E o Brasil ocupa posição privilegiada nesse cenário.

Nosso país está entre as nações com maiores reservas de alguns desses minerais críticos e estratégicos. Para ser mais precisa, o Brasil tem a segunda maior reserva das chamadas terras-raras. Temos tradição mineral, potencial geológico e capacidade de transformar essas riquezas em desenvolvimento tecnológico e industrial, mas temos, sobretudo, a responsabilidade de decidir qual projeto nacional queremos construir a partir desses recursos. Queremos repetir o velho modelo exportador, baseado na extração da matéria-prima, sem nenhuma agregação de valor? Ou queremos construir um projeto soberano de desenvolvimento capaz de gerar tecnologia, inovação, emprego qualificado e industrialização? Não temos complexo de vira-latas. O Presidente Lula é o maior exemplo dessa percepção de nosso potencial. Podemos ser muito mais do que meros exportadores de *commodities*. E, com a liderança, a concepção e a Presidência do nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva, assim o seremos.

É nesse contexto, senhoras e senhores, que ganha relevância para esta Casa o Projeto de Lei 2.780, de 2024, aprovado simbolicamente pela Câmara dos Deputados no último dia 6 de maio. O projeto institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e cria o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos, vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral.

O texto aprovado busca organizar uma política nacional para um setor que será decisivo nas próximas décadas. A proposta foi fruto de amplo debate e de intensa negociação política. O texto final, aprovado pelos Deputados e Deputadas, manteve pontos considerados essenciais pelo Governo do Brasil para assegurar a soberania nacional sobre esses recursos estratégicos.

E aqui está um aspecto central, Sr. Presidente, dessa discussão: nós não estamos tratando apenas de mineração. Vai-se longe o tempo da exploração das nossas pedras preciosas pelo povo escravizado aqui no Brasil – ouro, pedras preciosas que foram exportadas no Brasil Colônia para o colonizador na Europa e outras coisas mais modernas também de exportação, que não geraram riqueza interna para o Brasil, mas que, pelo contrário, submeteram o Brasil aos grandes exploradores do exterior. Então, não estamos tratando apenas de um processo de mineração; estamos tratando de soberania nacional. Estamos legislando sobre a capacidade do Brasil de decidir sobre seus próprios recursos naturais e de garantir que as riquezas nacionais beneficiem o povo brasileiro.

Em julho de 2025, o Presidente Lula afirmou que as riquezas minerais do país devem ser usufruídas pelo povo brasileiro e defendeu que empresas privadas possam atuar no território nacional, mas sob controle e liderança do Estado brasileiro.

Essa posição é extremamente relevante diante do crescimento do interesse internacional sobre esses recursos. Em um cenário de intensa disputa global por minerais essenciais, a transição energética e as tecnologias de ponta, países que detêm reservas minerais passaram a ocupar lugar central nas cadeias produtivas e nas relações geopolíticas. O Brasil não pode repetir um modelo histórico baseado apenas na exportação de matéria-prima bruta, com baixo valor agregado e pouca capacidade de transformação industrial. Fazer isso significaria abrir mão de empregos qualificados, inovação tecnológica, arrecadação e desenvolvimento nacional.

Estamos e devemos estar abertos a parcerias internacionais, é lógico, mas sem comprometer o controle sobre nossos recursos naturais. Queremos confirmar uma agenda de transição energética e ecológica, de transformação digital e de reindustrialização de alto valor agregado, mas por meio de um novo círculo virtuoso para o Brasil.

A experiência do pré-sal nos oferece importantes lições. Quando o Brasil decidiu fortalecer o papel do Estado, ampliar a capacidade de planejamento nacional e vincular parte dessa riqueza a investimentos sociais, especialmente em educação e saúde, demonstrou que recursos estratégicos podem servir ao



desenvolvimento do país e à melhoria da vida da população.

Já me encaminhando para o final, Sr. Presidente, o debate sobre minerais críticos precisa seguir esta mesma lógica: garantir soberania sobre nossas riquezas naturais e transformar esses recursos em oportunidades concretas para o povo brasileiro. Precisamos construir uma política nacional que articule soberania, desenvolvimento tecnológico, industrialização, proteção ambiental e justiça social.

Isso significa garantir que a exploração dessas riquezas esteja vinculada à geração de conhecimento, ao fortalecimento da indústria brasileira, ao estímulo à ciência, à pesquisa científica e à ampliação da capacidade produtiva nacional; significa também assegurar que os benefícios econômicos dessa cadeia cheguem à população brasileira, reduzindo desigualdades regionais e promovendo desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, essa agenda precisa caminhar junto à responsabilidade ambiental e ao respeito aos territórios e às comunidades impactadas. A transição energética não pode...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... reproduzir políticas predatórias ou aprofundar injustiças sociais. O desafio do Brasil é transformar sua riqueza mineral em instrumento de soberania, inovação e inclusão, construindo um modelo de desenvolvimento que combine crescimento econômico, preservação ambiental e compromisso com o futuro do país.

Que esta Casa, Sr. Presidente, possa se debruçar sobre o tema e possamos dar uma resposta ao mundo, uma resposta que una desenvolvimento, soberania e cuidado ambiental, repito; uma resposta que reconheça o papel estratégico do Brasil na nova economia global, mas que também reafirme nosso compromisso com a democracia, com os direitos das populações afetadas e com a construção de um desenvolvimento sustentável capaz de gerar riqueza sem...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... abrir mão da proteção da vida, dos territórios e das futuras gerações.

Como disse o Presidente Lula, “são nossos e vamos explorar aqui”, reproduzir a riqueza aqui, contando com parcerias com inteligência, ciência, conhecimento e compromisso com o povo e desenvolvimento social e econômico, fazendo o Brasil, nessa quadra, mais do que nunca, continuar defendendo a sua soberania.

Esse, Sr. Presidente, foi um dos pontos do debate que o Presidente Lula teve com o Presidente Trump. E ninguém botava fé nesse debate, como sempre. E o debate vai lá, acontece, é até melhor do que se previa.

Eu chamo a atenção, especialmente da Mesa Diretora, para que a gente possa...

(Soa a campanha.)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... colocar na pauta o projeto das terras-raras, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Haverá um novo círculo virtuoso com respeito ao meio ambiente e à soberania do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para discursar - Presidente.) – Senadora Teresa Leitão, V. Exa. trata deste tema aqui, que é um tema extremamente recorrente: a questão das terras-raras é uma questão de soberania nacional.

Obviamente, a China é a maior reserva de terras-raras do planeta, tem tecnologia de processamento, de separação, e é lógico que o mundo gira hoje em torno das tecnologias de alta definição, enfim. Obviamente,



nós o Brasil temos a segunda maior reserva de terras-raras. Com isso, é necessário, sim, que haja uma mobilização nacional – e o Governo do Presidente Lula tem falado sobre isso – no sentido de se associar a qualquer país que possa trazer tecnologia, mas, mais do que isso, que possa, aqui dentro do nosso país, no processo produtivo, agregar valor a esses minérios estratégicos, minerais sensíveis, que são importantes para a humanidade – obviamente, agregando valor, vão auferir resultados econômicos imensuráveis para o Brasil.

Este momento é muito próprio. Eu acho que “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Agora é que é a hora, na verdade, de o Brasil mostrar exatamente a sua capacidade de relacionamento industrial com os países mais avançados e agregar, como já disse, esses valores para a economia nacional em benefício da população brasileira.

Quero parabenizar V. Exa. por esse olho clínico, por essa iniciativa, por esse comentário que se espalha por todo o país para que as pessoas saibam que, na verdade, o Congresso Nacional e o Governo Federal estão preocupados com tecnologias sensíveis a partir da matéria-prima que nós temos, com que Deus nos presenteou, na nossa natureza riquíssima. O Brasil é uma verdadeira tabela periódica. E, na hora que você começa descobrindo essa capacidade imensurável de reservas minerais, mostra exatamente que o futuro, para nós, é agora; não é amanhã, não é daqui a alguns anos. Então, parabéns a V. Exa.

Eu gostaria, inclusive, de deixar um registro aqui. Como não há mais oradores inscritos, eu gostaria de deixar um registro aqui.

Hoje, eu participei, juntamente com o Senador Hiran e a Deputada Helena, de uma importante reunião na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na qual foi aprovada a distribuição dos recursos provenientes do Uso de Bem Público (UBP) para os estados da Região Norte e Nordeste, com foco na modicidade tarifária e na redução do custo da energia elétrica para a população.

A Lei nº 15.232, oriunda da Medida Provisória nº 1.300, de 2025, foi aprovada por este Congresso Nacional, que garantiu a repactuação e o uso do saldo do UBP (Uso de Bem Público) para aliviar as tarifas de energia elétrica, que são elevadíssimas no nosso país. Com base nessa lei, foi possível angariar um montante expressivo de cerca de R\$5,5 bilhões, arrecadados por meio da antecipação de pagamentos realizados pelas geradoras de energia elétrica. Esses recursos serão destinados a distribuidoras para aliviar o peso da conta de luz sobre as famílias brasileiras.

Fomos convidados pela Diretoria da Aneel para participar dessa reunião, porque ela é uma conquista para todo o Norte e Nordeste, mas, de maneira especial, uma conquista para o Estado de Roraima, que foi, na verdade, no início do ano, tomada de assalto com mais de 24% de correção na tarifa de energia elétrica. A Roraima Energia vai receber, como compensação, R\$165 milhões, valor que será utilizado diretamente para reduzir a tarifa de energia elétrica de Roraima, com efeitos já a partir de agosto deste ano – havia uma previsibilidade de início do mês de julho, mas, por questões de arrecadação, por questões técnicas, deverá acontecer a partir de agosto.

A população de Roraima, que pagava o custo de viver isolada do Sistema Elétrico Nacional, finalmente foi interligada, em setembro, ao Sistema Interligado Nacional. Finalmente, temos energia mais estável com a nossa interligação ao sistema de Tucuruí, que veio em conjunto com uma série de medidas que vieram beneficiar o nosso estado.

No entanto, com o aumento – ato contínuo à inauguração, menos de seis meses – de 24% – um aumento absurdo e abusivo –, aumentou, conseqüentemente, o custo de vida da nossa população.

Então, essa decisão da Aneel de hoje sobre a distribuição dos recursos é uma medida extremamente importante para Roraima, que enfrenta desafios do setor energético enormes. Reduzir a tarifa significa aliviar o orçamento das famílias, ajudar o comércio, fortalecer a atividade econômica e garantir mais competitividade para o nosso estado.



Pois bem, gente, eu não poderia deixar de fazer esse registro hoje, em que estamos presidindo a abertura dos nossos trabalhos, porque é uma espécie de caixa de ressonância para a sociedade da Amazônia, especialmente para o meu Estado de Roraima, que tem pagado custos altíssimos de água, de esgoto, de energia elétrica e, com essas compensações, nós, obviamente, vamos, pelo menos, mitigar, vamos diminuir esses efeitos danosos para a economia das famílias roraimenses. E, com isso, claro, nós entendemos que vai haver um certo refrigério para a nossa população, que teve, de uma pancada só – imaginem –, 24% de aumento na tarifa de energia elétrica. Um verdadeiro absurdo.

E, com essa medida de hoje da Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, através do seu Colegiado e com o alinhamento do UBP, o Uso de Bem Público – porque os bens da União são compensados através das geradoras com um valor que é calculado por métodos internos da Aneel e que faz com que esse custo direto para a população seja, obviamente, transferido para essas empresas geradoras –, consequentemente, as empresas distribuidoras vão receber esses valores e vão diminuir da conta final da energia do trabalhador brasileiro; especialmente, nesse caso, do nosso Estado de Roraima.

Então, eu gostaria de deixar esse registro. Estamos muito felizes, porque é uma questão de ganho social para a população do nosso querido Estado de Roraima. (*Pausa.*)

Como orador presente agora no Plenário, o Senador Oriovisto Guimarães.

V. Exa. dispõe de dez minutos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria ocupar esse tempo para fazer um alerta aos meus pares, aos Senadores e, eventualmente, aos Deputados que estejam nos vendo e ouvindo através da TV Senado.

Nós estamos discutindo vários assuntos no nosso país, mas um deles é um assunto que provavelmente vai ser aprovado – ainda mais em um ano de eleições –, que é a transformação da escala de trabalho de 6x1, ou seja, em que o trabalhador trabalha seis dias e descansa um – a semana tem sete –, para uma escala de 5x2, em que o trabalhador vai trabalhar cinco dias e vai descansar dois.

Sr. Presidente, eu não sou contra que o trabalhador tenha dois dias por semana para ficar com a família, eu não sou contra uma vida melhor para todos que trabalham, é impossível ser contra isso; mas tem certos cuidados que precisam ser tomados, tem coisas que não estão previstas e que são detalhes que podem trazer mais malefício do que benefício. Eu chamo a atenção, por exemplo, para o regime... Vocês têm vários regimes de contratação, a CLT não é o único regime de contratação. Nós temos pessoas que trabalham na CLT, mas que são horistas; nós temos outras que são trabalhadores temporários; nós temos outras que trabalham no serviço público, são estatutárias; ou num outro regime, que não é nem estatutário, nem coisa nenhuma, e que tem poucas garantias. Então, cada um desses regimes de trabalho precisa ser pensado, é preciso ver as consequências disso.

Eu quero só dar um exemplo – para não me prolongar muito –, só dar um exemplo com o caso dos horistas. Por que eu quero falar de horista? Porque, em todas as escolas particulares do Brasil, os professores são horistas.; eles recebem por número de horas trabalhadas, número de aulas dadas. Então, você pode ter um professor que trabalha seis horas por semana, ou que trabalha 20, ou que trabalha 40, ou que trabalha até mais; e ele pode trabalhar em várias escolas, ele pode dar aula numa escola no período da manhã, pode dar aula numa outra escola no período da tarde e, alguns dias por semana, ele pode dar aula numa outra escola no período noturno. Ele vai ter três contratos de trabalho, com diferentes empregadores.

Agora, preste atenção ao que diz a lei hoje. Como é que se calcula o descanso semanal remunerado de um horista? Numa escala 6x1, como ele trabalha seis dias e descansa um, você vai remunerar com um sexto. Você vai pegar o salário dele, vai dividir por seis e esse vai ser o valor do descanso semanal remunerado.



Se o salário dele dava R\$6 mil, ao calcular o descanso semanal remunerado, você vai multiplicar por um sexto – que equivale a dividir por seis – e ele vai ter um descanso semanal remunerado no valor de R\$1 mil. Se você passar essa escala para 5x2, na mesma lógica, como é que você vai calcular o descanso semanal remunerado dele? Ora, ele vai trabalhar cinco e vai descansar dois, então você tem que remunerar dois dias de descanso semanal remunerado, e não apenas um. Então, você vai dividir o salário dele por cinco e vai multiplicar por dois. Se antes era um sexto, agora passa a ser dois quintos; mas dois quintos significam 40%.

Aquele trabalhador que ganhava R\$6 mil – de quem eu calculei um sexto, que dava R\$1 mil –, se continuar ganhando o mesmo número de horas trabalhadas – não altera em nada o número de horas trabalhadas dele, porque ele é horista –, vai ganhar R\$6 mil, mas o descanso semanal remunerado dele agora vai ser de 40% desse valor, ou seja, R\$2,4 mil.

Nesse caso, pula de R\$1 mil para R\$2,4 mil. Isso dá um aumento real de salário para todos os professores horistas do Brasil, só por conta do cálculo do descanso semanal remunerado, de mais de 20% sobre o salário. Depois que tiver o acordo coletivo, depois que tiver o reajuste pela inflação, depois de tudo isso, por força da escala, vai dar um aumento de mais de 20%.

Sr. Presidente, numa escola particular – e eu posso falar sobre isso porque eu tive escola particular por muitos anos da minha vida, trabalhei em escola particular por muitos anos da minha vida – ; numa escola particular, a despesa com salários é de cerca de 70% da despesa de uma escola. É muito? Não, não é muito. Uma escola tem poucas despesas, ela tem despesa com salários, que é o grosso, depois tem despesa com giz, despesa com água, luz, telefone, e são basicamente essas despesas, alguns impostos que ela paga e tal. A despesa com os salários vai de 60% a 70%, dependendo da escola, tem escola que é um pouco mais, escola que é um pouco menos.

Imagine o impacto que isso vai ter nas mensalidades escolares. As mensalidades escolares, aprovada essa nova lei, só por conta da escala de 6x1 para 5x2, vão aumentar mais de 20%. Isso vai afetar todas as famílias brasileiras que tenham filho numa escola particular. E as escolas simplesmente não terão o que fazer, ou elas repassam, ou elas fecham. E, se ela ficar muito cara, esses alunos vão acabar tendo que ir para a escola pública, porque o pai não aguenta mais pagar a mensalidade da escola particular. Ao fazer isso, onera-se o próprio Governo, que vai ter que abrir mais escola pública, com todos os seus problemas que nós já sabemos quais são. E, cada vez mais, o ensino particular vai ficar para uma elite, o que é péssimo. Nós temos muitas escolas religiosas, católicas, escolas que trabalham com o preço lá embaixo para poder atender a população carente, em locais onde nem existe escola pública a que se tenha acesso – todas essas serão afetadas.

Detalhes como esses... Eu poderia citar vários outros aqui, mas mudar uma escala de trabalho não é simplesmente dizer assim: “Não, o trabalhador merece descansar dois dias”. É claro que merece, quem é que diz que não? Eu acho que merece, para mim mereceria até três dias, mas o problema são os efeitos que isso tem sobre a sociedade como um todo. Quer dizer, se vamos mudar essa escala, temos que mudar com muito cuidado, regular esses casos, regular por tipo de contratação. Tem muito Prefeito, tem muito estado da Federação que contrata professores em regime de CLT, e vão ser igualmente afetados, não só a escola particular. Todo mundo que contrata professor horista em regime de CLT vai ter esse problema. Eu estou falando só de uma categoria, só de professor, mas não é a única categoria horista, tem muitas outras.

Eu noto que o exame dessa questão da escala está muito leviano, está muito superficial. As pessoas olham por cima, não entram nos detalhes, e alguém já disse que o diabo mora nos detalhes, não é?

Então, eu quero deixar esse alerta.

Eu quero dizer que nem eu nem nenhum Senador vai conseguir ser contra dar ao trabalhador brasileiro o direito de descansar um pouco mais, só que nós temos que pensar nos detalhes, senão nós



vamos criar mais mal do que bem.

Esse alerta fica, Sr. Presidente, e espero que eu seja ouvido pelos meus pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Senador Oriovisto Guimarães, V. Exa. trata de uma questão extremamente sensível e que realmente, em função da complexidade, vem tendo discussões muito acaloradas. E é lógico que o Governo ainda não conseguiu fazer com que houvesse uma convergência, no sentido de encontrar o melhor caminho.

A escala 6x1 obviamente, como falou V. Exa. aqui, tem as suas vantagens grandes para o trabalhador, mas tem também essa questão da possibilidade real de elevação de preço nas mensalidades, o que consequentemente vai inviabilizar muitas e muitas famílias, ao não suportar a carga que será a eles destinada em função da necessidade de manutenção dessa escola.

Portanto, é um tema muito polêmico, que V. Exa., com muita propriedade, trata aqui nesta tarde e conhece com precisão cirúrgica, porque viveu nele quase a vida inteira. E nós esperamos que o conjunto do Congresso Nacional, especialmente o Senado, possa, na verdade, opinar e encontrar o melhor caminho para a sociedade brasileira.

Não havendo mais oradores presentes, a Presidência suspende a sessão deliberativa, que será reaberta para a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 33 minutos e reaberta às 16 horas e 48 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está reaberta a sessão.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro. Em seguida, ao Senador Líder Eduardo Girão, para fazer uso da palavra.

Senador Jayme Campos, V. Exa. está inscrito também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PR. Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, Presidente, deixe-me elogiar a condução do trabalho feito por V. Exa. e a forma como trata todos os Senadores desta Casa, sejam da base do Governo, sejam da oposição, ou até os independentes, da mesma forma.

Mas a crítica que eu quero fazer hoje diz respeito à troca do delegado que conduzia as investigações sobre o roubo dos aposentados e pensionistas do INSS. Foi objeto, inclusive, esse roubo da CPMI do INSS, da qual fiz parte e muitos Senadores aqui, igualmente, desta Casa. Essa investigação caminhava para um encerramento trágico em meados do ano passado, quando foi constituída essa CPMI e o Governo perdeu a indicação tanto do Relator como do Presidente. Isso favoreceu a que fosse feita uma investigação minimamente adequada, razoável.

O Relator, o Presidente e a oposição se empenharam para que os fatos fossem apurados. Eles só não foram apurados totalmente porque a base do Governo trabalhou contra, mas a própria constituição da CPMI teve um efeito colateral, a meu ver, positivo, que acabou resultando no impulsionamento das investigações perante a Polícia Federal e perante o Judiciário, destacando como marco importante a



redistribuição do processo, que caiu nas mãos do Ministro André Mendonça, que atuou de maneira muito corajosa na presidência do inquérito ou na supervisão do trabalho da polícia, inclusive decretando a prisão preventiva mais do que merecida de personagens centrais naquela fraude e naquele crime, como, por exemplo, o ex-Presidente do INSS, o Alessandro Stefanutto, suspeito de ter recebido um mensalão de R\$250 mil de associações beneficiadas pela fraude, e o próprio Careca do INSS, na verdade, o Marcos Valério do nosso tempo, pelo menos nesse escândalo do INSS.

Mas essas investigações só avançaram também graças à Polícia Federal, à condução que foi feita durante esse período e ao delegado chefe responsável, que atuou com independência e autonomia, valendo registrar, especialmente, o fato de ele ter colocado sob suspeita, e em relação a ele ter requerido diligências investigatórias, o Lulinha, nada mais nada menos do que o filho do Presidente Lula, uma atuação corajosa desse delegado, que mereceu os aplausos não só da CPMI, mas do país inteiro, que quer ver isso mesmo. Quem roubou os aposentados e pensionistas do INSS tem que pagar severamente por esses crimes.

No entanto, na semana passada, todos nós fomos surpreendidos com a notícia de que o inquérito foi transferido para outro setor da Polícia Federal e, a fiar-se nas matérias jornalísticas que saíram publicadas, sem o consentimento e sem a consulta prévia do próprio Relator do processo, do inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal, o Ministro André Mendonça.

Causa perplexidade que, num caso dessa envergadura, Senador Girão, tenham os policiais e o policial chefe responsável sido substituídos sem que se tenha uma causa, sem que se tenha um motivo que possa ser exposto publicamente. E, mais, sem que tivesse sido consultado o próprio Relator do processo perante o Supremo Tribunal Federal.

Faço um paralelo com a Operação Lava Jato, na qual houve a maior investigação da história do Brasil sobre corrupção, no caso, o roubo que foi feito na Petrobras durante os mandatos anteriores do Lula. Se houvesse a substituição, naquela época, de algum delegado responsável pela condução das investigações ou do próprio superintendente da Polícia Federal, lá em Curitiba, na época, haveria uma revolta popular. E mais: eu, como juiz do processo, jamais permitiria que fossem tomadas providências dessa espécie, ao arrepio de uma causa necessária. É claro que, eventualmente, um delegado pode ser substituído porque não deseja mais conduzir o caso ou porque se encontra em um momento de necessidade, até da fadiga de investigações complexas dessa substituição, mas, para isso, teria que ser informado publicamente o motivo. E o Governo Lula não fez isso, a Polícia Federal não fez isso, o que nos faz suspeitar de que os motivos são impúblicáveis. Se os motivos não são expostos de maneira objetiva, é porque talvez tenham que ser escondidos.

Então, temo, infelizmente, que essa investigação, tão bem conduzida na Polícia Federal até agora sobre o roubo dos aposentados pensionistas do INSS possa encontrar um fim que não seja aquele desejado por todos, que seja a completa elucidação dos fatos. Não é porque há suspeita do envolvimento do filho do Presidente, ou seja, do filho do Lula, que as investigações têm que ser obstaculizadas, que deve, a Polícia Federal, sofrer qualquer espécie de atrapalho na sua missão fundamental.

Por isso, eu subscrevi um requerimento feito pelo Senador Jaime Bagattoli, que foi subscrito, aliás, por toda a oposição ao Governo Lula para solicitar, do delegado, do Diretor da Polícia Federal, esclarecimentos sobre o ocorrido, inclusive, também, para chamá-lo a prestar esses esclarecimentos perante o Congresso.

A meu ver, esse roubo dos aposentados e pensionistas do INSS foi o episódio mais vergonhoso dos escândalos de corrupção do Governo Lula, e olhe que a competição é cruel. Não só agora o escândalo do Banco Master, mas, igualmente, no passado, o mensalão e o petrolão. Mas agora foram atacadas e foram atingidas aquelas pessoas mais vulneráveis, aquelas pessoas que não tinham condições, muitas vezes, de se proteger por conta própria e foram ludibriadas por espertalhões que fraudaram o desconto dos seus benefícios.



Esse crime não pode ficar impune e, para isso, nós precisamos ter uma apuração isenta. Tenho plena confiança no trabalho que é feito pelo Ministro André Mendonça e tinha plena confiança no trabalho que vinha sendo realizado por aquela equipe da Polícia Federal. Espero – mas temo que possa estar enganado – que o caso continue a ser tratado com boas mãos, mas, para isso, nós precisaríamos, no mínimo, ter uma explicação convincente, razoável e objetiva de por que o Lula substituiu o delegado responsável pelas investigações quando essas investigações podem afetar o seu próprio filho.

É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perdoe-me, Líder.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

A grande crise que a gente vive no Brasil, sem sombra de dúvidas, é a crise moral, e eu quero, neste momento, parabenizar instituições brasileiras que estão cumprindo o seu dever, como a Polícia Federal, que tem feito um trabalho exemplar, especialmente o núcleo que está destacado numa investigação técnica, competente, comandada pelo Ministro André Mendonça, nesse caso escandaloso do Banco Master.

Ontem, a decisão da transferência de Vorcaro, esse criminoso brasileiro responsável pela maior fraude do sistema financeiro não do Brasil, mas já do mundo, segundo dados trazidos hoje na Comissão de Assuntos Econômicos, foi correta, porque a delação dele, segundo o que se está revelando na mídia, não traz absolutamente nada demais. Não entrega os peixões, os tubarões dos três Poderes da República, que todo mundo já viu: são R\$129 milhões para a esposa de um; são R\$35 milhões para o *resort* de outro Ministro do STF; são vazamentos que a gente está tendo, além de operações envolvendo Senadores da República, com direito até a mesada, segundo o que foi informado.

E, Presidente Davi Alcolumbre, eu queria lhe colocar o seguinte: eu ouvi pela imprensa agora há pouco que o senhor está marcando uma nova sessão do Congresso Nacional para deliberar vetos de interesse dos municípios. Mas eu faço um pedido ao senhor – é meu dever fazer isso – porque não... seria a segunda sessão do Congresso depois da CPMI do Banco Master, que tem recorde de assinatura de Deputados e Senadores da República. O Brasil, os brasileiros, da mesma forma como os municípios querem o veto, os brasileiros de bem querem a instalação da CPMI do Banco Master, com tudo que está vindo à tona; não precisa vir mais.

O Brasil precisa ser passado a limpo, Presidente Davi Alcolumbre, e eu gostaria que fosse através do Presidente desta Casa, o senhor, que abrisse ou hoje lesse o relatório da CPI – que é de minha autoria, que tem a assinatura de 53 Senadores, que está há cinco meses na sua mesa – ou através da CPMI.

Eu não sei quando é que o senhor vai marcar, se nesta semana ou na semana que vem, o fato é que nós já judicializamos isso, eu queria lembrá-lo. Senadores da República assinaram esse mandado de segurança do nosso requerimento, que ainda não foi lido nem no Senado nem no Congresso. Está com o Ministro Kassio Nunes Marques há um mês e dez dias para ele determinar que o Senado abra. Isso vai acontecer ou com o Ministro Kassio Nunes ou com o Ministro André Mendonça, que também recebeu o mandado de segurança de Deputados e Senadores para a CPMI – está há só dez dias com o Ministro André Mendonça.

Mas como o senhor vai abrir a sessão do Congresso – e eu o congratulo por isso, porque os municípios precisam realmente –, o senhor podia dar esse passo importante à sociedade brasileira, que só quer transparência, só quer uma investigação parlamentar, porque as últimas que nós tivemos aqui foram



exitosas, mesmo com manobras de blindagem que nós tivemos ...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... de blindagem que nós tivemos do Governo Lula, por exemplo, na do Crime Organizado, mudando os membros na hora da votação para rejeitar o relatório do Senador Alessandro Vieira, que indiciava ministros do Supremo; assim como também, a que foi fundamental, a CPMI do roubo dos aposentados, dos mais vulneráveis – o Senador Sergio Moro acabou de falar –, pessoas pobres, órfãos, viúvas, deficientes.

Então, Presidente Davi Alcolumbre, a hora da verdade está chegando, a hora do Brasil, e o senhor está na Presidência e podia fazer com que nós passássemos o Brasil a limpo e não que o STF determine que o Senado passe a limpo com a CPMI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jayme, V. Exa. está inscrito. Deseja falar agora?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, com a palavra. Em seguida, o Senador Alessandro Vieira.

Só para informar ao Plenário também, quanto o primeiro item da pauta – o PLP 11, de 2026 –, o autor desse projeto de lei complementar, o Senador Flávio Arns, está presente no Plenário. Esta matéria estava na pauta de deliberação da semana passada, havia uma construção que estava sendo feita com os Líderes partidários, na ocasião, com o Senador Randolfe Rodrigues, com o Líder Jaques Wagner e com a Senadora Dorinha. Nós retiramos de pauta a deliberação para a construção em relação ao entendimento da tratativa desse PLP. Nós ainda não vamos entrar na deliberação porque a Relatora da matéria ainda não está no Plenário. Então, nós vamos ouvir os oradores inscritos e, quando a Relatora chegar, nós vamos iniciar a deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, serei rápido.

Quando eu subo à tribuna no dia de hoje, aqui, é para tratar de um tema que deveria estar acima de qualquer divergência política e ideológica, que é a nossa educação brasileira.

A educação é, sem dúvida, o principal instrumento de transformação social de uma nação. É ela que amplia oportunidades, reduz desigualdades, promove cidadania e prepara futuras gerações para os desafios do mundo contemporâneo. Mas, infelizmente, o Brasil ainda convive com profundas distorções no campo educacional: o dinheiro público, muitas das vezes, é mal investido; os nossos professores seguem sendo mal-remunerados; o financiamento da educação privilegia determinadas etapas em detrimento de outras; e milhões de jovens brasileiros continuam sem acesso à formação de qualidade.

Uma das maiores evidências desse desequilíbrio está justamente na baixa expansão do ensino em tempo integral em nosso país. O ensino integral ainda é uma realidade distante para grande parte da juventude brasileira. Segundo dados apresentados pelo Instituto Sonho Grande, alguns estados, como o Ceará e o Piauí, já possuem mais de 70% das escolas com ensino em tempo integral. São exemplos importantes que mostram que é possível avançar quando existe planejamento, prioridade e compromisso político. Entretanto, a maioria dos estados brasileiros nem sequer alcança 50%.

E em Mato Grosso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a situação é ainda mais preocupante. Hoje, apenas 14% das escolas de ensino médio do nosso estado funcionam em tempo integral. É um



número que serve de alerta para todos nós. Quando o jovem passa mais tempo na escola, aprende mais. Ele se prepara melhor para a vida, para o mercado de trabalho e para gerar a vida; ou seja, quando isso não acontece, o prejuízo é enorme para o Estado, para a economia, para o futuro do país. O Mato Grosso não pode ficar para trás nessa agenda estratégica.

Sras. e Srs. Senadores, outro tema que merece atenção desta Casa diz respeito ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que impacta diretamente a vida de milhares de estudantes brasileiros. Recentemente o Governo Federal lançou uma nova etapa do Desenrola, voltada à renegociação das dívidas do Fies, permitindo condições especiais para os estudantes inadimplentes.

Reconheço a importância da medida para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras, mas não podemos nos esquecer dos estudantes que fizeram sacrifícios, organizaram suas vidas e honraram rigorosamente o pagamento das suas parcelas em dia. Esses estudantes também merecem reconhecimento, valorização e estímulo. Foi exatamente pensando nisso que apresentei a emenda à Medida Provisória 1.358, de 2026...

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... com o objetivo de equiparar os benefícios concedidos aos inadimplentes também aos estudantes adimplentes do Fies.

Nossa proposta cria uma política permanente de valorização dos bons pagadores, por meio de incentivos financeiros, juros mais baixos e ampliação dos prazos, carências e mecanismos que preservam a adimplência dentro do programa. A lógica é simples: além de ajudar quem está endividado, é justo também premiar quem cumpriu corretamente com suas obrigações.

Concluindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a educação é a chave da prosperidade de qualquer povo e de qualquer nação. Não existe país desenvolvido sem investimentos sérios, contínuos e eficientes em educação.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Por isso eu faço aqui um convite; mais do que isso, um verdadeiro chamado para que unamos esforços em favor da juventude brasileira. Precisamos expandir com responsabilidade e planejamento o número de escolas em tempo integral no Brasil. Precisamos tornar o Fies mais justo, reduzindo o endividamento dos estudantes e valorizando aqueles que honram os seus compromissos. Precisamos colocar a educação no centro de desenvolvimento nacional. Porque investir em educação não é gasto; investir na educação é construir futuro.

Sendo assim, Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade.

Certamente, essa minha emenda será aprovada nesta medida provisória.

Obrigado, Presidente, querido amigo Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos duas pautas já que se repetem aqui, mas eu quero começar, Presidente, agradecendo e confirmando com V.Exa. a notícia de que teremos sessão do Congresso para apreciação específica do veto. Há decisão desta Casa, há sugestão de vários Parlamentares, inclusive emenda minha que liberava da restrição do cálculo os pequenos municípios brasileiros, acessando programas, acessando convênios, o que é fundamental para o desenvolvimento da qualidade de vida do cidadão que mora em mais de 3,4 mil



municípios brasileiros hoje restringidos. Então, confirmando essa notícia, quero parabenizar V. Exa. por essa iniciativa.

Ao mesmo tempo, Presidente, reitero o que tem sido falado aqui por vários colegas. Existe uma demanda reiterada por instalação de CPIs. É fato, estamos em ano eleitoral, não é uma demanda simples. O caso Master, como já mostramos didaticamente, envolve dezenas de grandes autoridades do Brasil. Isso tudo é complexo, mas, ao mesmo tempo, peço que V. Exa. faça uma reflexão sobre até quando vamos conseguir postergar essa instalação, até que momento, porque os escândalos vão se sucedendo, os vínculos estão muito abertos. A gente tem que ter clareza disso para que a gente possa resgatar o comando da investigação para quem foi investido pelo poder do voto. Nós temos legitimidade para isso.

Então, divido em duas partes: a cobrança, que é obrigatória, necessária; mas também o elogio pela marcação dessa sessão tão necessária do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Cumprimento V. Exa., Senador Alessandro Vieira.

Na verdade, antes de passar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli... Nós tivemos hoje, é de conhecimento, o evento da Marcha dos Prefeitos, que fazem todo ano – esta é a 27ª edição. E há uma cobrança das Lideranças partidárias, tanto da Câmara quanto do Senado, sobre essa sessão do Congresso desses vetos que V. Exa. comunica ao Plenário. Foi de autoria de V. Exa., no texto da LDO, a inclusão da possibilidade da liberação de contratação de acessar recursos do Orçamento Geral da União para municípios abaixo de 65 mil habitantes.

Nós fizemos um levantamento. Apenas eu informei hoje pela manhã ao ex-Líder do Governo da Câmara dos Deputados, atual Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, que era um desejo da Câmara e do Senado que nós pudéssemos fazer uma sessão do Congresso apenas com alguns dispositivos do veto da LDO (lei de diretrizes orçamentárias), que trata da questão dos municípios.

Como V. Exa. disse, são mais de 3 mil municípios brasileiros que estão impactados pela impossibilidade de acessarem esses recursos e que estão aguardando, para que os municípios possam acessar, a derrubada deste veto.

Então, é uma solicitação dos municípios. Foi uma solicitação feita por todos lá, os Líderes da Câmara estão cobrando há algum tempo.

Eu informei o Ministro Guimarães, pedi o apoio do Ministro Guimarães para que a gente pudesse fazer. Ele também aquiesceu, entendendo a situação do Governo, do veto. Foi uma orientação também dos órgãos de controle do Governo que o Governo vetasse essa matéria, estes dispositivos específicos.

E este é o entendimento mesmo: nós buscamos uma sessão do Congresso para analisar apenas estes dispositivos que tratam dos vetos para a liberação dos municípios menores de 65 mil habitantes para acessar os convênios.

Vamos organizar apenas, hoje à noite, Senador Alessandro Vieira, Senadores e Senadoras, qual será o dia da sessão do Congresso. O nosso desejo é fazer agora, na quinta-feira desta semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com autorização...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – De catarinense para catarinense, Presidente, com autorização do Senador Jaime Bagattoli, eu peço, pela ordem, a oportunidade de fazer dois registros.



Primeiro, é no sentido de pedir a tramitação, em nome de muitos secretários e profissionais da área da assistência social, pedir que V. Exa. despache para tramitação a PEC nº 7, de 2026, que trata de financiamento para a assistência social. Num país com os desequilíbrios que nós vivemos, eu creio que seria importante o debate desta PEC, que assegura recursos para que sejam transferidos aos municípios, que são os agentes federativos que dão acolhida, na prática, a esses necessitados. Então, peço a tramitação.

E também estou pedindo, desde já, o apoio de V. Exa. para a realização da sessão de debates temáticos, já agendada – o que lhe agradeço – para o dia 28 de maio, para discutirmos medidas preventivas para enfrentar o El Niño, que já é uma realidade quase que iminente. E, por isso, eu queria, desde já, que V. Exa. recomendasse à Mesa a mesma atenção que deram para o agendamento para a organização desta sessão.

E, finalmente, Presidente, por uma feliz coincidência, estamos recebendo três autoridades do Município de Santo Amaro da Imperatriz, que é um paraíso de águas termais: o Vice-Prefeito Douglas Machado, o Vereador Anderson Machado e o Vereador Adailton Machado. São todos eles protetores do meio ambiente.

Muito obrigado, e eu faço o registro, na presença deles todos, pedindo por Santo Amaro da Imperatriz e Santa Catarina.

Muito obrigado, e agradeço ao Senador Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jaime...

Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Sejam todos muito bem-vindos ao Plenário do Senado Federal.

A Senadora Professora Dorinha já chegou, que é a Relatora do projeto de lei que está como primeiro item da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria pedir para V. Exa. o despacho, com urgência, do meu Requerimento 388, de 2026, mencionado há pouco pelo Senador Sergio Moro. Esse requerimento pede informações do Sr. Wellington César Lima e Silva, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **(Vide Item 3.1.6 do Sumário)**

Presidente, é de suma importância esse requerimento. Que ele seja despachado com urgência, porque nós precisamos de esclarecimentos sobre o que aconteceu com a troca do Delegado da Polícia Federal.

E mais, Presidente, nós precisamos instalar – já estamos com diversos pedidos de diversos Senadores – essa CPI do Banco Master. Essa CPI do Banco Master tem que acontecer, precisa acontecer, porque está muito obscura essa situação desse calote absurdo que foi dado pelo Banco Master, pelo presidente do banco, Daniel Vercaro.

Obrigado, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me... Permitam-me...

Senador Flávio Arns, eu estava conversando com a Senadora Professora Dorinha e ela conversou com o Senador Jaques Wagner ainda há pouco, com os nossos colegas Senadores e também com os assessores em relação ao Governo.

Há uma demanda do Ministério da Defesa do Brasil, que foi solicitada pelo Ministro José Múcio



Monteiro, em relação a nós podermos inserir nesse projeto de lei complementar uma matéria de que o Senado já tratou e a Câmara dos Deputados também, que abriu, junto ao Orçamento da União do Estado Brasileiro, recursos pelos próximos seis anos de R\$5 bilhões por ano. Ou seja, seriam recursos no ano de 2025, 2026, 2027, 2028, 2029 e 2030 – correto?

Só que há uma solicitação do Ministério da Defesa, da qual o Líder Jaques Wagner tem conhecimento – o Líder Randolfe Rodrigues, na semana passada, quando esta matéria estava na pauta, também tinha conhecimento –, e a Relatora está com a disposição de inserir, no texto do PLP, um trecho que atenda às Forças Armadas do Brasil, ou seja, é uma matéria do Estado brasileiro; só que há uma solicitação também do Governo, para que nós pudéssemos esperar uma deliberação que está sendo tratada na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Presidente Renan Calheiros, pela Senadora Tereza Cristina e por diversos Senadores e Senadoras, inclusive pela Senadora Professora Dorinha, de uma agenda que nós fizemos, há alguns dias, com o Ministro Dario Durigan, da Fazenda, que tem, por algumas agendas, já tratado este assunto com os Senadores, com as Senadoras e com a Relatora, que também trata de um projeto de lei que já foi deliberado pela Câmara dos Deputados, Líder Omar, que trata da securitização da dívida dos produtores brasileiros. É um projeto muito importante, só que também existe um impacto relevante nas contas públicas, e está havendo uma conciliação, uma concertação, que, no meu ponto de vista, é o melhor caminho para nós votarmos esta matéria.

Havia uma solicitação de várias autoridades – Governadores, Senadores, Deputados e Parlamentares –, para que nós deliberássemos o projeto como veio da Câmara, mas o projeto, como veio da Câmara dos Deputados, pela informação que nós tivemos nessa reunião, tinha um impacto de muitos bilhões de reais.

Então, eu entendi que era melhor o diálogo na questão do projeto da securitização, para que o Congresso, ou o Senado, não deliberasse uma matéria, e depois a gente acabasse, novamente, entrando em atrito também com a equipe econômica do Governo, que não gostaria de um impacto nas contas públicas em relação a esse projeto de lei.

Eu entendi que era um caminho adequado conversarmos. Como eu entendi que era um caminho adequado conversarmos, eu entendo, da mesma maneira, o apelo que foi feito pelo Líder Jaques Wagner, de que nós aguardássemos, para que amanhã, neste processo da securitização, nós pudéssemos avaliar, para que o Senado possa atender às Forças Armadas brasileiras e ao Ministério da Defesa, numa questão que já foi aprovada por unanimidade de V. Exas. aqui, quando nós tratamos esse PLP lá atrás.

Vamos aguardar apenas o dia de amanhã, para que o Governo também possa fazer uma conciliação, Senador Bagattolli, com os textos da securitização, com qual espaço orçamentário e fiscal nós vamos tratar para ajudar esses municípios afetados, inclusive, como foi dito ainda, há pouco, pelo Senador Esperidião Amin, com os problemas climáticos que afetaram a produção brasileira em muitos estados brasileiros.

Então, nós vamos aguardar. A Senadora Dorinha concorda; é um pedido do Governo; eu tenho certeza de que é o melhor caminho; e não adianta votarmos um negócio para novamente criarmos um conflito. E é bom aguardar, para resolvemos dois assuntos muito relevantes para o Brasil: o projeto de securitização e o projeto de lei complementar que estava na pauta do dia de hoje.

Então, eu vou retirar da pauta do dia de hoje, e vamos aguardar amanhã o entendimento construído na CAE.

A Senadora Dorinha propõe que, na próxima semana, a gente retorne o PLP para a pauta. Então, fica a Secretaria-Geral da Mesa informada, a Relatora presente, com informe feito no Plenário, de que essa matéria retornará à pauta – Senador Flávio Arns, V. Exa. é o autor do PLP – na próxima semana, na próxima terça-feira, para a deliberação.

Concedo a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente,



é só para agradecer à Senadora Dorinha pela compreensão e a V. Exa. por ter acolhido a demanda.

Realmente, houve esse problema – o Senador Portinho estava aqui –, e eu estou absolutamente à vontade, porque trabalhei também para que esses seis vezes R\$5 bilhões fossem destinados ao Ministério da Defesa. Depois, houve essa discussão se era extra ou dentro do Orçamento.

Eu recebi uma ligação do Ministro da Fazenda, conversei com o Ministro do Planejamento e agradeço a V. Exa. essa compreensão. Amanhã de manhã, deve haver um diálogo entre a Senadora Tereza Cristina, o Senador Renan e o Ministro Dario para resolver a questão da securitização da dívida agrícola, porque as coisas, na verdade, se somam, e aí a gente vai poder ter o texto.

Da minha parte, fica o compromisso de voltar a matéria no máximo semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Jaques Wagner, pela manifestação de V. Exa.

Eu acho que o melhor caminho mesmo que a gente pode dar para a deliberação desses assuntos é conversar, e o Ministro Dario – quero fazer o registro – está sempre à disposição para buscar os entendimentos, assim como o Ministro Bruno Moretti.

Concedo a palavra ao Líder...

Está retirado de pauta, para voltar na próxima terça-feira.

Obrigado, Senadora Dorinha, pela compreensão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Senador Omar Aziz.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tem em suas mãos o Projeto de Lei 2.531, que trata dos trabalhadores da educação. São servidores que estão atrás do seu piso salarial.

Vejam bem, uma escola funciona num todo. Todas as pessoas são importantes numa escola para que ela funcione bem e para que se tenha uma melhor qualidade de educação.

Sobre esse projeto, eu sei que o impacto é muito grande, os próprios profissionais sabem que o impacto é grande, mas, se a gente mandasse para a Comissão e começasse a negociar e a discutir o que é possível ser feito durante alguns anos para que a gente tenha um piso salarial para esses profissionais, é a coisa mais justa que se pode ter.

Nós reclamamos muito da qualidade da educação, falamos muito sobre a qualidade da educação, mas uma escola funciona desde a pessoa com maior quantidade de títulos que se possa ter até a pessoa que está ali num canto, ajudando a manter aquela escola limpa e funcionando.

Então, um apelo que eu faço a V. Exa. é que possa encaminhar o PL 2.531 para a Comissão de Assuntos Econômicos – eu acho que é a primeira, para depois ir para a Comissão de Educação –, para que a gente possa debater, sentar-se com o Líder Randolfe, sentar-se com o Líder Jaques Wagner, sentar-se com o Governo e ver o que é possível ser feito este ano ainda em relação ao Projeto 2.531.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Omar, quero apenas, rapidamente, fazer uma manifestação a V. Exa.

Eu tratei desse assunto em outra oportunidade aqui no Plenário do Senado Federal e eu vou chamar uma reunião do Colégio de Líderes para nós avaliarmos todas as matérias pendentes de tramitação na Casa que tratam efetivamente dessas questões relacionadas às remunerações salariais das categorias, porque nós temos muitas demandas, e eu quero organizar com as Lideranças para a gente entender o que é possível



encaminhar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente, eu queria falar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, hoje, designada por V. Exa., eu fui Relatora da medida provisória que trata do piso salarial do professor, e, de igual forma... Não, a que eu falei é sobre o docente, mas, quanto a essa lei que trata do piso para os outros profissionais, os trabalhadores em educação, eu sei que tem muitas matérias que tratam de piso salarial e que têm impacto na gestão, mas quero chamar a atenção que, no caso da educação, nós temos fonte específica, que é o Fundeb, que garante que, pelo menos dos 25%, 70% sejam destinados à remuneração, e é possível fazer de maneira gradativa para que eles também tenham o seu piso assegurado.

Uma escola e uma educação de qualidade, eu defendo a mesma posição: uma educação de qualidade é feita por profissionais docentes e não docentes.

Então, é muito importante. Eu, como Líder, quero defender isso no Colégio de Líderes, acho que é possível escalonar, lembrando que o caso específico da educação tem fonte assegurada, que é o Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Dorinha, é por isso que eu quero fazer essa reunião, porque, muitas das vezes, as fontes que estão colocando para suprir a nova demanda da legislação são as mesmas; então é bom a gente fazer a reunião para esclarecer, para entender quais são as fontes de receita que vão cobrir essas despesas, e V. Exa. faz uma ponderação equilibrada em relação à fonte previamente estabelecida para o pagamento desta solicitação específica, feita por V. Exa. e pelo Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu quero lhe agradecer, Presidente, a sensibilidade. V. Exa., que tem fruto de uma educação, sabe que, desde a pessoa que faz a limpeza dentro de uma escola até o professor mais graduado, a importância para mim é a mesma: são pessoas que se dedicam a cuidar dos nossos filhos, se dedicam a educar os nossos filhos de uma forma geral.

Então, é mais do que justo e é como disse a Professora Dorinha: nós temos uma fonte específica, que é o Fundeb. Se a gente não puder fazer tudo de uma vez, nós podemos escalonar isso, negociar com as entidades que representam esses servidores e negociar com o Governo Federal, para que a gente possa fazer o escalonamento.

Eu acho que, V. Exa. chamando uma reunião de Líderes, a gente pode decidir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Apenas... Não para desconsiderar as manifestações de V. Exas., é que há ainda uma percepção de alguns consultores de que, mesmo tendo a fonte de arrecadação, que é o Fundeb, me parece que ainda poderá ou deverá ter uma complementação em relação a isso; então, eu acho que a gente tem que equilibrar essas questões, mas na reunião nós vamos tratar isso.

Deputado Pauderney, seja bem-vindo!

Nós retiramos o primeiro item da pauta...

Eu vou aproveitar a presença dos Senadores e das Senadoras... Presidente Mourão, Senador Jader Barbalho, Senador Omar Aziz, Senador Oriovisto Guimarães, Senadora Leila, Senadora Dra. Eudócia, Senadora Tereza Cristina, nós marcamos esta semana para a deliberação de esforço concentrado... Senador Omar, querido Líder, nós marcamos esta semana para a deliberação de esforço concentrado para que nós pudéssemos votar algumas autoridades que serão sabatinadas no dia de amanhã nas nossas Comissões.



Parece-me que, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), teremos duas autoridades sabatinadas. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, teremos a sabatina do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, que foi indicado para Corregedor Nacional de Justiça, no CNJ, e teremos a votação de algumas autoridades de missões diplomáticas já deliberadas na CRE, que serão votadas no Plenário. Eu acho que são sete autoridades no total. É isso, Senadora Teresa? (*Pausa.*)

São sete embaixadores.

Teremos dez votações nominais amanhã, e carece a presença de V. Exas. para a deliberação.

Como nós fizemos esta semana de esforço concentrado, eu estou combinando com a Mesa – e quero informar às Lideranças partidárias –, que a Presidência decidiu que, na próxima semana, a sessão será semipresencial. Nós não temos pendências e nenhuma autoridade para deliberar, a não ser dessas que nós vamos deliberar amanhã. E eu queria fazer um pedido à Senadora Teresa Leitão, a V. Exas., ao Senador Wilder: o quórum está de 65 Senadores. Pode ser que, ainda hoje ou até mesmo amanhã, a gente receba outros Senadores para aumentar a presença. É muito importante que V. Exas. possam estar aqui amanhã, porque, se a gente puder ampliar esse quórum, para um número mais significativo, para a gente deliberar sobre essas dez autoridades no dia de amanhã... Porque algumas autoridades precisam da votação de um quórum qualificado, são pelo menos 41 votos favoráveis para sua aprovação. Como eu estou anunciando antecipadamente que, na próxima semana, nós teremos sessões semipresenciais, eu peço a V. Exas. que possam informar às suas bancadas – ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga; ao Líder do PSD, Senador Omar Aziz; à Líder do Republicanos, Senadora Ministra Damares; ao Líder do Partido Liberal, Senador Wilder; à Líder também do nosso partido, Senadora Dorinha, o União Brasil; ao Líder do PT; ao Líder do Governo; à Liderança de todas as bancadas; à do Progressistas, a querida Líder Senadora Tereza –, para que V. Exas. possam informar aos liderados, para que eles possam estar aqui amanhã, para que a votação das dez autoridades possa ser iniciada e concluída no dia de amanhã, já que, na próxima semana, V. Exas. sabem, desde já, que nós teremos sessões, Senador Moro, semipresenciais.

Foi retirado o segundo item da pauta, por solicitação da Relatora, também buscando entendimento com as Lideranças. Parece-me que o Senador Carlos Portinho e outros Senadores estão conversando com a Senadora Zenaide. Então, a Senadora Zenaide entrou em contato com a Mesa e pediu para retirar da pauta a deliberação.

Nós temos apenas – remanesce – um único projeto de lei para a deliberação, que já está na pauta. Como amanhã a gente pode ter mais proveito – digamos assim – da sessão da votação das autoridades, é melhor a gente votar esse projeto no dia de hoje e deixar amanhã praticamente para votar todas as autoridades aqui no Plenário do Senado Federal.

Por isso, é importante que V. Exas. possam convidar os Senadores e as Senadoras, porque, quanto mais cedo a gente começar uma votação de uma autoridade, mais rápido a gente pode concluir as dez deliberações da sessão de amanhã.

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei nº 1.990, de 2024, da Senadora Janaína Farias, que institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga e cria o Programa Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga.

Parecer nº 1, de 2026, da Comissão de Meio Ambiente; a Relatora foi a Senadora Leila Barros: contrário à Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.990, de 2024.

A Presidência esclarece ao Plenário que o parecer da Comissão de Meio Ambiente é contrário à Emenda da Câmara dos Deputados. Desta forma, a rejeição da emenda da Câmara dos Deputados acarretará o envio do texto anteriormente aprovado no Senado à sanção.

Está certo, Senadora Leila?



A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como V. Exa. é Relatora, está tudo certo.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Nós não temos Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Votação da emenda da Câmara dos Deputados, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que aprovam os termos do parecer e rejeitam a emenda da Câmara permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda da Câmara dos Deputados.

O texto anteriormente aprovado pelo Senado do Projeto de Lei nº 1.990, de 2024, vai imediatamente à sanção presidencial, e, ao tempo, será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, concedo a palavra à Relatora, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para contextualizar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... a respeito do que aborda o projeto de lei.

É a política que estabelece objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos. Entre seus objetivos, destaca-se a recuperação das áreas desmatadas e áridas, e a ampliação da produção de alimentos de modo sustentável e adaptado à crise climática e ao clima das regiões semiáridas, bem como a garantia da segurança hídrica.

A emenda da Câmara não alcança o objetivo, porque ela institui um fundo, e nós já temos uma orientação, num parecer da CCJ, que orienta a rejeição de projetos autorizativos. Então, a gente se respaldou por essa orientação da CCJ e também porque fundo não pode ser feito por iniciativa parlamentar, a não ser que seja via PEC.

Então, essa foi a nossa orientação, Sr. Presidente.

Já parabeno a Senadora Janaína, que hoje é Prefeita de Crateús, lá no Ceará. Um forte abraço a ela, foi uma grande companheira nossa de Bancada Feminina. Desejo muito sucesso a ela nessa nova missão, sendo Prefeita do Município de Crateús, no Ceará. Aliás, é a terra dos meus pais – Crateús, não, mas o Ceará –, sou de família cearense. Um abraço a todos os cearenses, na figura aqui do Senador Camilo, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

É que eu estou dando atenção para a Senadora Eudócia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente, agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu já



recebi a solicitação de V. Exa. Está aqui já o requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, na verdade, eu queria subscrever o requerimento da Senadora Mara Gabrilli.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui já.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, já está? Então, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. pensou, e o Danilo disse: “A Senadora Leila vai pedir o assunto”.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Está demais, hein? Parabéns!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item extrapauta.

Requerimento nº 375, de 2026, da Senadora Mara Gabrilli e de outros Senadores, apoiado também pela Senadora Leila, que solicita voto de repúdio ao Sr. Mauro Chekin, Secretário de Esporte do Município de São Caetano do Sul, pelas declarações capacitistas proferidas durante audiência pública de prestação de contas da pasta na última semana, a respeito dos desafios na inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

Há uma solicitação do Senador, nosso Vice-Presidente, Humberto Costa, apoiada por outros Senadores, que solicita inclusão de um requerimento extrapauta para deliberação da realização de sessão especial destinada a celebrar o Dia Nacional do Delegado de Polícia.

Submeto à votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Há outro requerimento de solicitação do nosso Vice-Presidente, Senador Humberto Costa, que solicita a realização de sessão especial destinada a homenagear os 35 anos da TV Asa Branca.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra a nossa querida Senadora Teresa Leitão, pela ordem, como Líder.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Senador, são duas questões muito rápidas.

Eu não estava no Plenário, estava atendendo os Prefeitos – muitos estão aqui, participando da marcha –, e, quando eu cheguei, já havia sido concluído o debate sobre os pisos profissionais. Aí, eu quero me agregar ao apelo que foi feito pela Senadora Professora Dorinha e pelo Senador Omar Aziz em relação ao Projeto de Lei 2.531, que é um projeto que está mobilizando o país inteiro; as pessoas estão com uma



expectativa muito grande e muito ansiosas para que esse projeto seja pautado. Ele diz respeito a um percentual do piso do magistério que nós debatemos hoje; a medida provisória foi concluída hoje, com a aprovação unânime do relatório da Senadora Dorinha. Portanto, nós temos já um projeto de piso – negociado quando o nosso Senador Camilo estava no MEC – que envolveu os entes estaduais e municipais. Portanto, a gente tem mais previsibilidade para votar o piso de quem não é do magistério. E é a isto que esse projeto se refere: é o piso dos funcionários. A proposta é que ele corresponda a um percentual do piso dos professores, na casa de 75%. Então, eu quero me agregar ao pedido que foi feito pelo Senador Omar Aziz e pela Senadora Dorinha.

E o outro pedido é um requerimento da Senadora Augusta Brito, que pede a realização de uma sessão especial destinada a celebrar os cem anos da Associação Brasileira de Enfermagem. A Senadora protocolou, mas não houve tempo hábil, porque ela teve que ceder para voltar o nosso titular, Camilo Santana, e aí a gente está apresentando também esse pedido da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Teresa, V. Exa. tem o número? É porque eu já vou incluir.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Requerimento nº 79, de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou mandar buscar aqui na Secretaria para votar, mas eu tenho mais um aqui, apresentado pela Senadora Leila, e em seguida nós vamos votar a solicitação de V. Exa.

Requerimento nº 8, de 2026, item extrapauta, de autoria da Senadora Leila Barros e de outros Senadores, que solicita a realização de sessão especial destinada a celebrar os 12 anos do marco regulatório das organizações da sociedade civil, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

Item extrapauta.

Requerimento nº 79, de 2026, de autoria da Senadora Augusta Brito e de outros Senadores, que solicita a realização de sessão especial destinada a celebrar os cem anos da Associação Brasileira de Enfermagem.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A sessão será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

Novamente, quero apenas solicitar a V. Exas. que a gente possa aumentar o quórum para a deliberação, no dia de amanhã, das autoridades que estão pendentes de deliberação no Plenário, naturalmente após a deliberação das respectivas Comissões.

Cumprida a finalidade desta sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 46 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 57ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

57ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 19/05/2026 07:00:00 até 19/05/2026 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
Republicanos	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
Republicanos	BA	Angelo Coronel	X
PT	PA	Beto Faro	X
PT	CE	Camilo Santana	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
PSD	MG	Carlos Viana	X
PSB	RR	Chico Rodrigues	X
PSB	CE	Cid Gomes	X
Progressistas	PI	Ciro Nogueira	X
Republicanos	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republicanos	DF	Dameres Alves	X
UNIÃO	AP	Davi Alcolumbre	X
Progressistas	RR	Dr. Hiran	X
PSDB	AL	Dra. Eudócia	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
PL	PB	Efraim Filho	X
Progressistas	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
PSD	PE	Fernando Dueire	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republicanos	RS	Hamilton Mourão	X
PL	SC	Hermes Klann	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSD	TO	Irajá	X
PL	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayme Campos	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
Progressistas	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PL	ES	Magno Malta	X
PSD	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
AVANTE	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	AM	Omar Aziz	X

Emissão 19/05/2026 20:02:49





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
57ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

57ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 19/05/2026 07:00:00 até 19/05/2026 20:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
PT	AP	Randolfe Rodrigues	X
PSB	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
PL	RJ	Romário	X
PL	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PSB	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PT	PE	Teresa Leitão	X
Progressistas	MS	Tereza Cristina	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 66 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

SF/26622.85072-47

Ofício nº 047/2026-BLVANG

Brasília, 19 de maio de 2026

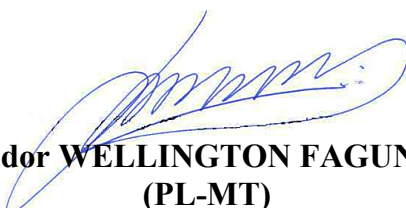
A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação de membro para compor a CEsp**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o **Senador Eduardo Gomes (PL/TO)** para a vaga de suplente, substituindo o **Senador Wellington Fagundes (PL/MT)**, na Comissão de Esporte (CEsp).

Atenciosamente,


Senador WELLINGTON FAGUNDES
(PL-MT)
Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-4663

Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7794919955>





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Teresa Leitão

Ofício nº 068/2026/GSTLEITA

Brasília, 19 de maio de 2026

Assunto: Comunicação de ausência do País.

Senhor Presidente,

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 23/05/2026 a 05/06/2026.

Atenciosamente,

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8745858300>



Encaminhamentos



- Projeto de Lei nº 617, de 2019, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para modificar a destinação de receitas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.



- Projeto de Lei nº 1.248, de 2024, da Câmara dos Deputados, que *altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir o fator amazônico entre os critérios de cálculo que poderão ser considerados para a fixação periódica do valor per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo posteriormente à Comissão de Educação e Cultura.



A Presidência, nos termos do artigo 48, inciso X, do Regimento Interno, determina o redespacho dos Projetos de Lei nºs 4.097, de 2023, e 3.018, de 2024.

As matérias vão, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 22, de 2025, à CCT, em decisão terminativa.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 20, DE 2026

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 150, de 2021, que Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

RELATOR: Senadora Leila Barros

12 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>

2



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 150, de 2021, do Deputado Marcelo Aro, que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.*

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei (PL) nº 150, de 2021, de autoria do Deputado Marcelo Aro, que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.*

O PL é composto de quatro artigos. O primeiro enuncia seu objeto, qual seja, alterar as Leis nº 9.615, de 1998 (Lei Pelé), e nº 13.756, de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto e destinar à entidade recursos provenientes das loterias de prognósticos numéricos.

O art. 2º modifica a Lei Pelé, acrescentando o inciso IX ao parágrafo único do art. 13, de modo que a CBDS passe a integrar o rol das entidades que compõem o Sistema Nacional do Desporto. Além disso, altera o *caput* do art. 14 para incluir expressamente a CBDS entre as instituições que formam o subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao lado do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), do Comitê Brasileiro de Clubes



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

Paralímpicos (CBCP) e das demais entidades nacionais de administração ou prática desportiva a eles filiadas ou vinculadas.

O art. 3º introduz alterações na Lei nº 13.756, de 2018, para destinar parte da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos à CBDS. O texto inclui a entidade na alínea “e” do § 2º do inciso II do art. 16, fixando o percentual de 0,01% (um centésimo por cento) do total arrecadado para o esporte. Para tanto, altera a alínea “a”, diminuindo em 0,01% o percentual destinado ao Ministério do Esporte.

A proposição também atualiza os arts. 23 e 25 da referida lei, de forma que a CBDS seja submetida às mesmas regras de aplicação exclusiva e integral dos recursos em programas de fomento, desenvolvimento e manutenção do esporte, formação de recursos humanos, preparação técnica e custeio de despesas administrativas, nos moldes aplicáveis a outras entidades. Ademais, a fiscalização da aplicação dos recursos destinados à CBDS passa a ser realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme previsto na nova redação do art. 25.

Por fim, o art. 4º estabelece que a futura lei entrará em vigor seis meses após sua publicação oficial.

Na justificção, o autor destaca que, embora a Constituição Federal determine o fomento a todas as práticas desportivas, a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) permaneceu excluída da distribuição de recursos das loterias prevista na Lei nº 13.756, de 2018, o que aprofunda desigualdades históricas e limita o desenvolvimento de modalidades próprias da comunidade surda. Ao propor que a CBDS passe a receber parte dessa arrecadação, o autor sustenta que a medida corrige uma lacuna de financiamento e concretiza princípios constitucionais de igualdade e democratização do acesso ao esporte.

A proposição, à qual não foram apresentadas emendas, foi distribuída para análises da CAE, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Esporte (CEsp).



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>



4

3



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhes são enviadas para deliberação.

Entendemos que o PL deve prosperar.

Com efeito, a proposição não cria despesa pública nem amplia a carga fiscal, limitando-se a redistribuir, em percentual mínimo, os recursos já vinculados à arrecadação das loterias de prognósticos numéricos. A destinação de 0,01% à Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) representa ajuste marginal na composição dos repasses, sem repercussões negativas para o equilíbrio orçamentário do Ministério do Esporte ou das demais entidades beneficiárias.

Além disso, a inclusão da CBDS no rol de destinatários das receitas lotéricas fortalece a racionalidade distributiva do marco legal vigente. Trata-se de medida que amplia a eficiência alocativa dos recursos públicos, permitindo que um segmento historicamente excluído do financiamento estatal passe a contar com fluxo contínuo e previsível de receita.

Do ponto de vista da gestão financeira, o PL também aprimora os mecanismos de controle e transparência. Ao submeter a CBDS ao mesmo regime de aplicação integral dos recursos em programas de fomento e à fiscalização do Tribunal de Contas da União, conforme as alterações propostas nos arts. 23 e 25 da Lei nº 13.756, de 2018, assegura-se que a execução dos valores repassados seguirá padrões uniformes de governança e eficiência.

A medida também está alinhada a boas práticas internacionais de financiamento do esporte adaptado e inclusivo, que recomendam a diversificação das fontes de recursos e a redução de barreiras estruturais ao desenvolvimento dessas modalidades. A ausência de financiamento recorrente constitui, hoje, o principal obstáculo para a consolidação do esporte de surdos no Brasil, gerando impactos econômicos negativos, como a dificuldade de estruturar programas de formação, participação em competições e suporte técnico continuado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

Temos, no entanto, alguns ajustes a fazer. Além de promover a destinação de recursos lotéricos à CBDS, o PL busca incluir a CBDS no Sistema Nacional do Desporto, por meio da alteração nos arts. 13 e 14 da Lei Pelé. Ocorre que essa matéria referente ao Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) foi disciplinada pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte – LGE), a qual acabou por revogar, nessa parte, a disposição da Lei Pelé.

De fato, a LGE, ao tratar sobre a composição do Sinesp, prevê, em seu artigo 14, que “o Sinesp é integrado pela União e pelos outros entes federativos que a ele aderirem, bem como pelos respectivos conselhos e fundos de esporte e pelas organizações que atuam na área esportiva, de modo a formar subsistemas de acordo com cada nível de prática esportiva”. Ou seja, sob a luz do referido dispositivo, a CBDS, por ser organização que atua na área esportiva, já faz parte do Sinesp.

Não obstante, propomos a inclusão da CBDS no rol de entidades elencadas no art. 29-A da Lei LGE, que trata dos subsistemas esportivos privados. Assim, confere-se maior precisão normativa e visibilidade institucional à entidade, alinhando-se o texto legal à sua efetiva atuação e interlocução com o movimento surdolímpico e reforçando sua posição no arranjo organizacional esportivo brasileiro.

Ademais, para que a projetada lei possa cumprir sua função, é necessário alterar o inciso I do § 2º do art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018, uma vez que este é o dispositivo vigente enquanto não for constatado o início do ingresso dos recursos de arrecadação da Lotex na conta única do Tesouro Nacional, conforme disposto no § 2º do art. 21 da referida norma.

Assim, propusemos emendas de redação para concretizar os ajustes mencionados acima, assegurando a adequada compatibilização do projeto com o ordenamento jurídico vigente, em especial com a Lei Geral do Esporte e com a disciplina atual das receitas lotéricas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 150, de 2021, com as seguintes emendas de redação:



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>



6

5



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

EMENDA Nº 1 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 150, de 2021, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) como subsistema esportivo privado, e a Lei nº 13.756, de 12 dezembro de 2018, para destinar a CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.”

EMENDA Nº 2 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 150, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) como subsistema esportivo privado, e a Lei nº 13.756, de 12 dezembro de 2018, para destinar a CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.”

EMENDA Nº 3 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 150, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 29-A. O Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP) e a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS), integrantes do Sinesp, constituem subsistemas esportivos próprios com as pessoas jurídicas ou



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>



7
6

SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

naturais que estejam em sua base, nas áreas dos movimentos olímpico, paralímpico, clubístico e surdolímpico, conforme sua autorregulação.

.....” (NR)

EMENDA Nº 4 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 150, de 2021, a seguinte redação:

“**Art. 3º** A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 16.**’

§ 2º

I –

a) 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para o Ministério do Esporte

.....

e) 0,01% (um centésimo por cento) para a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS).

II –

a) 2,48% (dois inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

.....

e) 0,01% (um centésimo por cento) para a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS). (NR)’

.....

‘**Art. 23.** Os recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDS, ao CBCP, à CBDE e à CBDU serão aplicados, exclusiva e integralmente, em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, de participação em eventos desportivos e no custeio de despesas administrativas, conforme regulamentação.

..... (NR)’

.....



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>



8

7



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

SF/26437.52145-92

‘**Art. 25.** O Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da análise das contas anuais de gestores de recursos públicos, fiscalizará a aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB, ao CBC, à CBDS, ao CBCP, à CBDE, à CBDU e à Fenacubes. (NR)’”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

13ª, Ordinária - Semipresencial

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. VAGO	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	
FERNANDO DUEIRE	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. SORAYA THRONICKE	
ALAN RICK	PRESENTE	5. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	6. MARCIO BITTAR	PRESENTE
CARLOS VIANA		7. GIORDANO	
PLÍNIO VALÉRIO		8. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU	PRESENTE	1. CID GOMES	
IRAJÁ		2. OTTO ALENCAR	
VAGO		3. OMAR AZIZ	PRESENTE
LUCAS BARRETO		4. NELSON TRAD	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	5. DANIELLA RIBEIRO	
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	6. ELIZIANE GAMA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS		1. MAGNO MALTA	
ROGERIO MARINHO		2. JAIME BAGATTOLI	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		3. DRA. EUDÓCIA	
WILDER MORAIS	PRESENTE	4. EDUARDO GIRÃO	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	5. EDUARDO GOMES	

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
RANDOLFE RODRIGUES		1. TERESA LEITÃO	PRESENTE
CAMILO SANTANA	PRESENTE	2. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		3. JAQUES WAGNER	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	4. WEVERTON	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	2. TEREZA CRISTINA	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	PRESENTE
ANGELO CORONEL		4. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE

Não Membros Presentes



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>





10

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

ZENAIDE MAIA



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>Página 2 de 2
12/05/2026 11:57:00

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 150/2021)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS Nº 1 A 4-CAE.

12 de maio de 2026

Senador Renan Calheiros

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Assinado eletronicamente, por Sen. Renan Calheiros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8707942248>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 3535, de 2025, que Institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador.

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão

RELATOR: Senadora Jussara Lima

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>



PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.535, de 2025, da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador (SF), que *institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador*.

Relatora: Senadora **JUSSARA LIMA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura (CE), para decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 3.535, de 2025, de autoria da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador, que *institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador*.

Para tanto, a proposição institui a referida efeméride, a qual passará a ser comemorada anualmente no dia 20 de agosto. Prevê, ainda, vigência imediata para a lei em que se converter a matéria.

Na justificação, destaca-se que o objetivo da data é o reconhecimento da relevância histórica e simbólica de um dos movimentos mais significativos da luta pela consolidação do federalismo e pela defesa da ordem constitucional no Brasil do século XIX.

A proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa deste colegiado.

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>



que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade** encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista que a matéria se insere na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre cultura, consoante o art. 24, IX, da Constituição Federal (CF). Igualmente, a iniciativa se enquadra no âmbito das atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF), não havendo reserva de iniciativa que impeça a propositura legislativa sobre o tema em seu escopo geral, tampouco a constatação de ofensa a qualquer cláusula pétrea.

No que concerne à **juridicidade**, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa Lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, no dia 8 de abril passado foi realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública para instruir a presente proposição. Dela participaram Domingos Pascoal, acadêmico e historiador; José Dantas Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal; George Felix Cabral, professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); General Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, sócio efetivo do Instituto Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e organizador da publicação “Os Mártires da Confederação do Equador no



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>



Ceará”; Johnny Santana de Araújo, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI); Weber Porfírio, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC); e Isabel Lustosa, historiadora e cientista política.

Durante o evento, os participantes discutiram como o movimento buscava um modelo republicano e federativo em oposição à centralização monárquica da época. Também ressaltaram que figuras como Frei Caneca e Bárbara de Alencar defenderam ideais de liberdade e autonomia regional que permanecem fundamentais para a democracia brasileira contemporânea. Além disso, os especialistas enfatizaram a necessidade de reconhecer a participação de diversas províncias do Norte e Nordeste para superar visões históricas que restringem o evento a um caráter meramente regional e equivocadamente separatista. O encontro concluiu que a celebração oficial ajuda a preservar a memória de quem sacrificou a vida por um Brasil mais igualitário.

Quanto à **técnica legislativa**, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao **mérito**, a proposição reveste-se de mérito inquestionável, pois busca conferir o devido reconhecimento histórico a um dos movimentos mais significativos na luta pela consolidação do federalismo e pela defesa da ordem constitucional no Brasil.

A Confederação do Equador, deflagrada em 1824, não foi um evento isolado, mas uma resposta institucional e política à dissolução autoritária da Assembleia Constituinte por D. Pedro I. O movimento expressou o anseio das províncias nordestinas por maior autonomia, por respeito às liberdades civis e pela construção de um pacto federativo alicerçado na legalidade. Ao instituir esta data, o Congresso Nacional resgata a memória de um projeto de Estado fundamentado na descentralização do poder e na pluralidade de vozes.

A aprovação desta iniciativa constitui um ato de justiça histórica. Reconhecer os mártires da Confederação do Equador é afirmar que a democracia brasileira foi forjada também nas vozes insubmissas do Norte e do Nordeste, cujos clamores por um pacto federativo justo e pela deliberação coletiva permanecem como pilares fundamentais da nossa República.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>



5

SF/26903.12757-45

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.535, de 2025.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTES
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTES
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 3535/2025, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Educação e Cultura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CONFÚCIO MOURA				1. IVETE DA SILVEIRA			
ENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			2. VAGO			
PROFESSORA DORINHA SEABRA				3. MARCELO CASTRO	X		
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. EDUARDO BRAGA			
VAGO				5. VAGO			
PLÍNIO VALÉRIO	X			6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CID GOMES				1. FERNANDO DUEIRE			
JUSSARA LIMA	X			2. NELSINHO TRAD			
VANDERLAN CARDOSO				3. DANIELLA RIBEIRO			
ZENAIDE MAIA	X			4. SÉRGIO PETECÃO			
FLÁVIO ARNS				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ASTRONAUTA MARCOS PONTES				1. CARLOS PORTINHO			
MAGNO MALTA				2. DRA. EUDÓCIA			
IZALCI LUCAS				3. ROMÁRIO			
WELLINGTON FAGUNDES				4. ROGERIO MARINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TERESA LEITÃO				1. HUMBERTO COSTA			
PAULO PAIM				2. LEILA BARROS			
CAMILO SANTANA	X			3. ANA PAULA LOBATO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LAÉRCIO OLIVEIRA				1. ESPERIDÍAO AMIN	X		
DAMARES ALVES	X			2. DR. HIRAN			
ALAN RICK	X			3. ROBERTA ACIOLY			

Quórum: TOTAL 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 19/05/2026
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Teresa Leitão
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6488792887>



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 3535/2025)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 19/05/2026, FOI APROVADO O PROJETO EM DECISÃO TERMINATIVA (QUÓRUM: 11; SIM: 10; NÃO: 0; ABSTENÇÕES: 0).

19 de maio de 2026

Senadora Teresa Leitão

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8488792887>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 3005, de 2020, do Senador Rodrigo Cunha, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar os Estados e o Distrito Federal a criarem espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio na situação que especifica.

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão

RELATOR: Senadora Jussara Lima

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.005, de 2020, do Senador Rodrigo Cunha, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar os Estados e o Distrito Federal a criarem espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio na situação que especifica.*

Relatora: Senadora **JUSSARA LIMA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 3.005, de 2020, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, que obriga os Estados e o Distrito Federal a criar espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio.

Para atingir seu intento, o art. 1º da proposição altera os arts. 9º e 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

Na primeira mudança, é acrescentada incumbência aos Estados e ao Distrito Federal de assegurar aos alunos do ensino médio, em ocasiões de impossibilidade de acesso geral à escola regular, a oferta de meios alternativos de continuidade dos estudos, com garantia de regularidade e qualidade.

Já na segunda alteração, é adicionada a incumbência da União de garantir apoio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal para a oferta dos referidos meios alternativos de continuidade dos estudos.

O art. 2º do projeto, por sua vez, determina que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



3
2

SF/26538.13553-13

Ao justificar a iniciativa, o autor sustenta que a oferta desse tipo de espaço é crucial para garantir, por meio de acompanhamento oportuno e sistemático, o efetivo acesso dos estudantes aos conteúdos curriculares em situações excepcionais de distanciamento social.

A matéria foi distribuída à apreciação terminativa da CE, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PL nº 3.005, de 2020, envolve matéria relacionada à educação, encontrando-se, desse modo, sujeito ao exame de mérito da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Ademais, em razão da apreciação em rito que dispensa a competência do Plenário, na forma do art. 91, inciso I, do Risf, o projeto deve receber ajuizamento quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto à constitucionalidade das normas apresentadas pela proposição, existe o atendimento dos requisitos formais. De acordo com o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF), compete à União legislar, concorrentemente com os entes subnacionais, sobre educação. Já conforme o art. 22, inciso XXIV, a União tem competência privativa para dispor sobre diretrizes e bases da educação nacional. Por sua vez, o art. 48 da Lei Maior incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União.

Tampouco se constata ocorrência no projeto de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, segundo dispõem os arts. 61 e 84 da CF.

Igualmente, não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade material e à juridicidade da proposição.

No que concerne à técnica legislativa, cabe estranhar a discrepância entre a ementa e a norma sugerida para a LDB. Enquanto aquela fala na *criação de espaços compartilhados de estudos*, o art. 1º do PL se refere à *oferta de meios alternativos de continuidade dos estudos*. Embora ambos sinalizem na mesma direção, a primeira menção remete a uma situação mais específica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



No que diz respeito aos aspectos financeiros e orçamentários, as normas sugeridas são procedentes, pois não são previstos encargos específicos para os entes federados. O que se busca é assegurar o direito constitucional e legal à educação escolar em situações excepcionais.

No tocante ao mérito educacional, cumpre lembrar de início, com base na sua justificação, que a motivação do autor reside na necessidade de encontrar uma solução para garantir a continuidade das atividades escolares nas escolas públicas, especialmente as aulas presenciais, que foram suspensas no período da covid-19.

No período da pandemia, a maioria das escolas, especialmente da rede pública, não estava preparada para adotar medidas administrativas capazes de garantir a continuidade do ensino quando a suspensão das aulas presenciais se tornou obrigatória para evitar maior contágio.

Apesar do esforço de gestores e de profissionais da educação, houve muito imprevisto para tentar reduzir os prejuízos aos alunos. No setor público em geral, as dificuldades foram maiores. De fato, há muitos problemas de gestão e de orçamento na rede pública de ensino. Além disso, a imensa maioria dos alunos pertencem a famílias de baixa renda que não têm acesso à internet de qualidade em casa (quando têm internet). Sem boa conexão ou sem conexão de internet, os alunos ficaram sem ter como acessar aulas remotas.

Não há dúvida, portanto, de que é necessário que o Estado brasileiro, União, estados, DF e municípios, disponham de regras claras para o enfrentamento de situações de emergência que dificultem ou impeçam o acesso presencial de estudantes às escolas, especialmente às escolas públicas. O Parlamento brasileiro foi pego de surpresa pela pandemia e tentou estabelecer medidas emergenciais para conter os danos à educação.

Os impactos negativos da suspensão das aulas durante o período pandêmico levaram o Parlamento a propor medidas excepcionais para quaisquer situações emergenciais. De fato, foram apresentados projetos de lei com o objeto de garantir, por lei, a continuidade de atividades escolares em outras situações de crise.

Muitas proposições foram apresentadas nas duas Casas do Congresso Nacional com um ou os dois focos deste projeto de lei. Assim, durante a referida crise sanitária, foi editada a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que *estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.*



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



Por ora, nenhuma lei federal de maior alcance para conter danos em situações de crise foi aprovada.

Entre as proposições com essa perspectiva, cabe destacar o PL nº 1.913, de 2020, de autoria do Senador Romário. De início voltado para a crise da Covid-19 e restrito a oferecer condições especiais aos estudantes com deficiência, com doenças raras, idosos ou com comorbidades; o escopo do projeto foi ampliado ainda no Senado Federal, com a aprovação, em agosto de 2023, de substitutivo da CE, em decisão terminativa. Assim, com um alcance ampliado, o texto do substitutivo insere o art. 4º-B à LDB, que dispõe *sobre condições de estudo nas hipóteses de situação de emergência ou de estado de calamidade pública na área da saúde*. Não ficou, portanto, restrito apenas ao período pandêmico e assumiu um caráter preventivo de maior amplitude.

Entre as medidas pedagógicas excepcionais previstas no substitutivo da CE ao PL 1.913, de 2020, encontram-se a dispensa da frequência escolar e a instituição de regime diferenciado para cumprimento da carga horária mínima e do currículo escolar. Dessa forma, o atendimento educacional poderá ser feito por meio de exercícios e de atividades avaliativas domiciliares. Além disso, serão assegurados o ensino não presencial e a adaptação de conteúdos, *incluindo, quando necessário, garantia de acesso a tecnologias, ferramentas e dispositivos de informação e comunicação apropriados para esse fim*. De todo modo, acrescenta o substitutivo, com garantia de *padrão de qualidade e equivalência com as atividades presenciais desenvolvidas pela instituição de ensino*.

No final de 2025, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou substitutivo a essa proposição do Senado, que igualmente acrescenta o art. 4º-A à LDB. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, para decisão em caráter terminativo. Se confirmadas mudanças no texto do projeto CCJ da Câmara, o Senado terá a oportunidade de apreciá-las de forma definitiva.

Embora as normas sugeridas pelo PL nº 3.005, de 2020, não se refiram explicitamente a situações de emergência ou de calamidade pública, a menção a “*ocasiões de impossibilidade de acesso geral à escola regular*” certamente equivale a situações de emergência ou de calamidade pública. Porém, este projeto tem uma limitação criticável porque se dirige somente ao ensino médio.



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



6

5

SF/26538.13553-13

Em resumo, o objeto do PL nº 3.005, de 2020, já foi apreciado e aprovado pelo Senado nesta legislatura, inclusive de forma mais abrangente. Dessa forma, encontra-se prejudicado.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei (PL) nº 3.005, de 2020, com base no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 3005/2020)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA JUSSARA LIMA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, PELA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

19 de maio de 2026

Senadora Teresa Leitão

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5280380164>



PROJETO DE LEI Nº 3.005, DE 2020

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar os Estados e o Distrito Federal a criarem espaços compartilhados de estudos para alunos do ensino médio na situação que especifica.

A Presidência declara a prejudicialidade da matéria, nos termos no art. 334, II, do Regimento Interno, conforme a conclusão do Parecer nº 29, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura.

A matéria vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2790, de 2024, que Altera os arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer a obrigatoriedade de realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Jussara Lima

RELATOR: Senador Flávio Arns

RELATOR ADHOC: Senadora Teresa Leitão

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>



2



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26758.17715-71

PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,
sobre o Projeto de Lei nº 2.790, de 2024, da
Deputada Laura Carneiro, que *altera os arts. 120
e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990
(Estatuto da Criança e do Adolescente), para
estabelecer a obrigatoriedade de realização de
orientação vocacional na escolarização e na
profissionalização do adolescente em
cumprimento de medidas socioeducativas.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.790, de 2024, oriundo da Câmara dos Deputados, propõe alterações nos arts. 120 e 124 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, com o objetivo de tornar obrigatória a realização de orientação vocacional na escolarização e na profissionalização do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

A proposição insere o § 3º no art. 120 do ECA, dispositivo que trata do regime de semiliberdade, determinando que a escolarização e a profissionalização de que trata o § 1º do referido artigo contarão com orientação vocacional, incluindo testes de interesses, de aptidões e de habilidades, entre outros instrumentos.

No mesmo sentido, a proposição confere nova redação ao inciso XI do art. 124 do ECA, que elenca os direitos do adolescente privado de liberdade. O texto vigente limita-se a assegurar o direito de “receber escolarização e profissionalização”. Com a alteração proposta, o inciso

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

passará a prever que a escolarização e a profissionalização serão precedidas de orientação vocacional, com testes de interesses, de aptidões e de habilidades.

A entrada em vigor está prevista para 60 (sessenta) dias após a publicação oficial da lei.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação e Cultura (CE), devendo seguir posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a deliberação final ao Plenário do Senado Federal.

No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CE, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre as matérias relativas a normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, bem como diretrizes e bases da educação nacional, o que torna regimental a análise da matéria por este colegiado.

A orientação vocacional constitui processo estruturado de autoconhecimento e planejamento de trajetória formativa e profissional, por meio do qual o indivíduo é auxiliado a identificar seus interesses, aptidões e habilidades, de modo a realizar escolhas mais conscientes e compatíveis com suas potencialidades.

A proposição em exame é meritória e oportuna, na medida em que busca qualificar a escolarização e a profissionalização já asseguradas pelo ECA ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, agregando-lhes um componente essencial: a orientação vocacional.

O sistema de atendimento socioeducativo brasileiro, instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 – o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) –, tem como diretriz fundamental a natureza pedagógica da medida socioeducativa. A escolarização e a profissionalização do adolescente em conflito com a lei são pilares desse



4



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26758.17715-71

sistema, pois funcionam como instrumentos de ressocialização e de construção de projetos de vida que afastem o jovem da reincidência infracional.

A alteração proposta no art. 120 do ECA, com a inserção do § 3º, é coerente com a estrutura do dispositivo, vez que orienta a já instituída obrigatoriedade da escolarização e da profissionalização no regime de semiliberdade, prevista no §1º.

No tocante ao art. 124, a nova redação do inciso XI amplia o direito já assegurado ao adolescente privado de liberdade, agregando à escolarização e à profissionalização o requisito prévio da orientação vocacional.

A proposição guarda, ainda, harmonia com o art. 227 da Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação e à profissionalização. A orientação vocacional é instrumento que confere efetividade a esses direitos constitucionais, na medida em que potencializa a qualidade e a aderência da formação oferecida.

Cabe observar que a entrada em vigor da lei no prazo de 60 dias é razoável, proporcionando tempo adequado para que os órgãos e entidades responsáveis pela execução das medidas socioeducativas promovam as adaptações necessárias à implementação da orientação vocacional em seus programas.

III – VOTO

Em face exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.790, de 2024.

Sala da Comissão,

3



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>





5

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26758.17715-71

, Presidente

, Relator

4



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2790/2024)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 19/05/2026, A PRESIDÊNCIA DESIGNA A SENADORA TERESA LEITÃO RELATORA "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de maio de 2026

Senadora Jussara Lima

Presidiu a reunião da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5206190654>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 357, de 2025, que Reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional.

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão

RELATOR: Senador Flávio Arns

RELATOR ADHOC: Senadora Jussara Lima

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26069.38680-72

PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,
em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº
357, de 2025, do Deputado Arnaldo Jardim, que
*reconhece o cooperativismo como manifestação
da cultura nacional.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura (CE), em decisão exclusiva e terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 357, de 2025, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, que *reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional.*

A proposição contém três artigos: o art. 1º promove o reconhecimento, tal como consignado na ementa; o art. 2º impõe ao Estado o dever de garantir a livre atividade e de apoiar e estimular o cooperativismo; o art. 3º, por fim, estabelece a vigência da lei para a data de sua publicação.

Na justificção da matéria, o autor destaca que o cooperativismo é uma forma de empreender coletivamente e está em todos os setores da economia. Aponta para a elevada geração de emprego desse modelo de negócio e para os benefícios trazidos à comunidade. Ressalta ainda o imperativo constitucional de apoio e estímulo ao cooperativismo insculpido no art. 174, § 2º, da Carta Magna.

O PL nº 357, de 2025, ao qual não se ofereceram emendas, foi distribuído para análise exclusiva e terminativa da CE.





3

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26069.38680-72

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, tema presente no projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CE a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos - em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência, legitimidade e atribuições do Congresso Nacional, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria. Estão igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade ou falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

De fato, o cooperativismo no Brasil se estabeleceu como uma legítima manifestação da nossa cultura nacional. Fundamentado em valores como a ajuda mútua e a gestão democrática, esse modelo reflete o espírito

2



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26069.38680-72

de coletividade e resiliência que define o povo brasileiro. Ao longo das décadas, o ato de cooperar deixou de ser apenas uma estratégia de mercado para se tornar um pilar da identidade social em diversas regiões do País.

Um dos maiores legados dessa cultura é o fortalecimento do tecido social por meio da geração de empregos e renda. As cooperativas reinvestem seus resultados na própria comunidade, mantendo o capital circulando localmente. Esse ciclo virtuoso transforma realidades de pequenos e médios municípios, nos quais a cooperativa atua como o motor de desenvolvimento, oferecendo dignidade e estabilidade para milhares de famílias.

A diversidade brasileira encontra no cooperativismo um terreno fértil para se expressar. Seja no agronegócio, no crédito, seja na saúde ou na reciclagem, o modelo se adapta às particularidades de cada estado, respeitando tradições locais enquanto introduz inovação e sustentabilidade. Essa capacidade de unir o saber popular ao conhecimento técnico moderno consolida o movimento como uma ferramenta de preservação e evolução da nossa herança cultural.

Portanto, instituir o cooperativismo como manifestação da cultura nacional é um reconhecimento que valoriza institucionalmente essa prática e celebra um modo de vida em que a prosperidade é compartilhada por todos, alçando o espírito cooperativo à condição de expressão estruturante da identidade social brasileira, referência comunitária que inspira formas mais participativas e solidárias de desenvolvimento.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 357, de 2025.

Sala da Comissão,



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>





5

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26069.38680-72

, Presidente

, Relator

4



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>



6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTES
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTES
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 357/2025, nos termos do relatório apresentado.

Comissão de Educação e Cultura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CONFÚCIO MOURA				1. IVETE DA SILVEIRA			
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			2. VAGO			
PROFESSORA DORINHA SEABRA				3. MARCELO CASTRO	X		
ALESSANDRO VIEIRA	X			4. EDUARDO BRAGA			
VAGO				5. VAGO			
PLÍNIO VALÉRIO	X			6. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CID GOMES				1. FERNANDO DUEIRE			
JUSSARA LIMA	X			2. NELSINHO TRAD			
VANDERLAN CARDOSO				3. DANIELLA RIBEIRO			
ZENAIDE MAIA	X			4. SÉRGIO PETECÃO			
FLÁVIO ARNS				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ASTRONAUTA MARCOS PONTES				1. CARLOS PORTINHO			
MAGNO MALTA				2. DRA. EUDÓCIA			
IZALCI LUCAS				3. ROMÁRIO			
WELLINGTON FAGUNDES				4. ROGERIO MARINHO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TERESA LEITÃO				1. HUMBERTO COSTA			
PAULO PAIM				2. LEILA BARROS			
CAMILO SANTANA	X			3. ANA PAULA LOBATO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LAÉRCIO OLIVEIRA				1. ESPERIDIÃO AMIN	X		
DAMARES ALVES	X			2. DR. HIRAN			
ALAN RICK	X			3. ROBERTA ACIOLY			

Quórum: TOTAL 11
Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 19/05/2026
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Teresa Leitão
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 357/2025)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 19/05/2026, A PRESIDÊNCIA DESIGNA A SENADORA JUSSARA LIMA RELATORA "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O PROJETO EM DECISÃO TERMINATIVA (QUÓRUM: 11; SIM: 10; NÃO: 0; ABSTENÇÕES: 0).

19 de maio de 2026

Senadora Teresa Leitão

Presidente da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3609747334>



PROJETO DE LEI Nº 3.535, DE 2025

Institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador.

PROJETO DE LEI Nº 357, DE 2025

Reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional.

Recebidos os Ofícios nºs 296 e 297, de 2026, da Comissão de Educação e Cultura, comunicando a apreciação das matérias, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 20/5/2026 a 26/5/2026.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 296/2026/CE

Brasília, 19 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de matéria em decisão terminativa – PL 3535/2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 3535, de 2025, de autoria da Comissão Temporária Interna em Comemoração aos 200 anos da Confederação do Equador, que “Institui o Dia Nacional dos Mártires da Confederação do Equador”.

.

.

Respeitosamente,

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 297/2026/CE

Brasília, 19 de maio de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de matéria em decisão terminativa – PL 357/2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 357, de 2025, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional”.

Respeitosamente,

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2896, de 2024, que Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Jussara Lima

RELATOR: Senador Flávio Arns

RELATOR ADHOC: Senadora Teresa Leitão

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4038091572>



2



SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26812.74243-26

PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,
sobre o Projeto de Lei nº 2.896, de 2024, do
Deputado Paulo Litro, que *confere o título de
Capital Nacional da Louça ao Município de
Campo Largo, no Estado do Paraná.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura (CE), o Projeto de Lei nº 2.896, de 2024, de autoria do Deputado Paulo Litro, que *confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná.*

A proposição busca conceder a referida homenagem a que se propõe. Prevê, ainda, vigência imediata para a lei em que se converter a matéria.

Na justificação, o autor destaca que objetiva o reconhecimento honorífico da tradição histórica e da relevância econômica do setor cerâmico da cidade paranaense.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada de forma conclusiva pelas Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, a proposição, à qual não se ofereceram emendas, foi distribuída para apreciação exclusiva deste colegiado, devendo seguir para a apreciação do Plenário.

1



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4038091572>





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de homenagens cívicas.

Ademais, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais, como também no que diz respeito à técnica legislativa da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria. Estão igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade ou falhas de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 14.959, de 4 de setembro de 2024, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de Capital Nacional.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto encontra-se de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em conformidade com as exigências legais, foi realizada audiência pública, no âmbito da CICS da Câmara dos Deputados, em 8 de julho de 2025, com a participação do prefeito de Campo Largo, Mauricio Roberto Rivabem; do presidente da Câmara Municipal, Alexandre Marcel Kuster Guimarães; do presidente do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmicas de Louça e Porcelana, Pisos e Revestimentos Cerâmicos no Estado do Paraná (Sindilouça-PR), Fábio Germano da Silva; do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Pedro Parolin Teixeira; e da jornalista Danielli Artigas de Oliveira Fuck.





SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

SF/26812.74243-26

Os testemunhos colhidos durante a audiência ratificaram a legitimidade de Campo Largo para ostentar o título de Capital Nacional da Louça, fundamentando-se em pilares históricos, econômicos e identitários. A relevância do setor foi demonstrada por uma trajetória secular, iniciada na década de 1920 por imigrantes da região do Vêneto, na Itália, cuja herança técnica evoluiu da cerâmica artesanal para a alta escala industrial.

Atualmente, o município exerce hegemonia incontestável no mercado brasileiro, sendo responsável por aproximadamente 75% da produção nacional de louças profissionais destinadas ao setor de hotelaria e gastronomia. Esse parque industrial abriga empresas de prestígio global, além de ser elemento basilar para o desenvolvimento regional, com a geração de aproximadamente cinco mil empregos diretos e 15 mil indiretos, e de movimentar uma receita anual superior a R\$ 1,2 bilhão. A presença internacional da produção campo-larguense se faz igualmente expressiva, com exportações consolidadas para mais de 40 nações.

Ainda, os expositores enfatizaram que a louça está intrinsecamente ligada à identidade social da cidade, evidenciada pela Feira da Louça, evento que em 2025 chegou à sua 32ª edição e atrai centenas de milhares de visitantes, e pela infraestrutura de apoio ao setor, como o Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas (CESTEC).

Não obstante, já está inscrito na história e no coração dos paranaenses o Município de Campo Largo como Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica do Estado do Paraná, por instrumento da Lei Estadual nº 16.773, de 2010.

Portanto, no que toca ao mérito, a proposição indubitavelmente merece prosperar, razão pela qual manifestamo-nos favoravelmente à proposição.

III – VOTO

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.896, de 2024.





5

SENADO FEDERAL
Senador FLÁVIO ARNS

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/26812.74243-26

4



Senado Federal – Ed. Principal, Ala Dinarte Mariz, gabinete 2/3 – Brasília/DF – CEP 70.165-900
Fone: (61) 3303-6301 – sen.flavioarns@senado.leg.br

Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4038091572>



6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4038091572>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2896/2024)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 19/05/2026, A PRESIDÊNCIA DESIGNA A SENADORA TERESA LEITÃO RELATORA "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de maio de 2026

Senadora Jussara Lima

Presidiu a reunião da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4038091572>



PROJETO DE LEI Nº 2.896, DE 2024

Confere o título de Capital Nacional da Louça ao Município de Campo Largo, no Estado do Paraná.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Prazo: de 20/5/2026 a 26/5/2026.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 33, DE 2026

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 235, de 2021, que Institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Jussara Lima

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

RELATOR ADHOC: Senadora Teresa Leitão

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>



2



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,
sobre o Projeto de Lei nº 235, de 2021, do Deputado
Alexandre Frota, que *institui a Semana Nacional de
Prevenção a Acidentes com Crianças*.

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 235, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota, que *institui a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Crianças*, a ser celebrada anualmente na primeira semana do mês de junho.

Durante essa Semana, as escolas, as unidades de saúde e outros estabelecimentos públicos deverão realizar atividades para incentivar a prevenção a acidentes com crianças. Essas atividades deverão integrar o programa de prevenção a acidentes, ter caráter lúdico e incluir encontros e cursos de cuidados básicos e emergenciais nos ambientes em que houver crianças.

Médicos, educadores e corpo de bombeiros dos Estados serão convidados a prestar esclarecimentos sobre as formas mais adequadas de prevenção a acidentes.

A lei em que vier a se transformar a proposição deverá ter vigência imediata.

O PL foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deverá decidir em sede terminativa.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>



3
2

SF/26390.98738-32

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), manifestar-se a respeito de normas gerais sobre educação, conforme é o caso do PL nº 235, de 2021, que aborda atividades que devem se desenrolar, entre outros espaços públicos, também nas escolas.

Sob o ponto de vista educacional, a proposição é adequada e pertinente. Dedicar pelo menos uma semana de cada ano a essa conscientização dá ao tema um espaço curricular da envergadura que ele merece. Além disso, a proposição promove na comunidade escolar a percepção de que as medidas de prevenção aos acidentes com crianças merecem ser divulgadas e incorporadas ao cotidiano de todos aqueles que se envolvem no cuidado com as crianças.

Afinal, conforme dados compilados em 2022 pelo então denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no documento “Prevenção aos acidentes domésticos & Guia rápido de primeiros socorros”, 630 mil crianças morrem anualmente vítimas de acidentes em todo o mundo.

Entre 2020 e 2021, segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade Infantil (SIM), no mesmo período ocorreram no Brasil 1.616 óbitos por acidentes domésticos com crianças de 0 a 14 anos. As crianças entre 0 e 4 anos foram as mais atingidas, com 621 óbitos no ano de 2020 e 671 em 2021. No mesmo documento, há referência ainda a estudos que demonstram que 90% desses acidentes poderiam ter sido evitados, caso comportamentos preventivos fossem adotados.

Trazer esse tema para os ambientes escolares, por meio de uma semana dedicada à conscientização sobre as boas práticas e os cuidados necessários para que se evite esse tipo de evento trágico, é, portanto, uma medida necessária, que poderá salvar vidas. Nas escolas estão os maiores interessados que, ao se conscientizarem e disseminarem tal conhecimento entre seus familiares, podem contribuir para criar um circuito virtuoso, em que medidas simples e eficazes serão tomadas e muitos acidentes serão evitados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>



4

3



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/26390.98738-32

III – VOTO

Em visto do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei (PL) nº 235, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

20ª, Extraordinária

Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTES
CONFÚCIO MOURA	1. IVETE DA SILVEIRA
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. VAGO
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	3. MARCELO CASTRO PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	4. EDUARDO BRAGA
VAGO	5. VAGO
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CID GOMES	1. FERNANDO DUEIRE PRESENTE
JUSSARA LIMA PRESENTE	2. NELSINHO TRAD
VANDERLAN CARDOSO	3. DANIELLA RIBEIRO
ZENAIDE MAIA PRESENTE	4. SÉRGIO PETECÃO
FLÁVIO ARNS	5. VAGO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
TITULARES	SUPLENTES
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	1. CARLOS PORTINHO
MAGNO MALTA	2. DRA. EUDÓCIA
IZALCI LUCAS PRESENTE	3. ROMÁRIO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	4. ROGERIO MARINHO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
TERESA LEITÃO PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA
PAULO PAIM	2. LEILA BARROS PRESENTE
CAMILO SANTANA PRESENTE	3. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE	1. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. DR. HIRAN
ALAN RICK PRESENTE	3. ROBERTA ACIOLY

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL
BETO FARO



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 235/2021)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 19/05/2026, A PRESIDÊNCIA DESIGNA A SENADORA TERESA LEITÃO RELATORA "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de maio de 2026

Senadora Jussara Lima

Presidiu a reunião da Comissão de Educação e Cultura



Assinado eletronicamente, por Sen. Jussara Lima

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7123211301>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 59, DE 2026

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 7, de 2026, que Dispõe sobre a "regulamentação da Carga Horária de Militares das Forças Armadas em tempos de paz".

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Damare Alves

13 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1979690145>



2



SENADO FEDERAL

SF/26305.33998-61

PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 7, de 2026, do(a) Programa e-Cidadania, que *dispõe sobre a "regulamentação da Carga Horária de Militares das Forças Armadas em tempos de paz"*.

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

A Ideia Legislativa nº 212832, de 2025, intitulada “Regulamentação da Carga Horária de Militares das Forças Armadas em tempos de paz” alcançou o número mínimo de vinte mil manifestações de apoio no Programa e-Cidadania, o que lhe confere, nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Encaminhada a esta Comissão, foi identificada como Sugestão (SUG) nº 7, de 2026, e encontra-se, nesse momento, sob análise.

A Sugestão propõe que, em tempos de paz, seja vedado ao militar das Forças Armadas cumprir o expediente ordinário imediatamente após o término de seu serviço armado de vinte e quatro horas, assegurando-lhe período mínimo de descanso de igual duração (**vinte e quatro horas**) antes do retorno às atividades regulares, com vistas à preservação de sua integridade física e

1



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1979690145>



SENADO FEDERAL

SF/26305.33998-61

mental, bem como ao bom aproveitamento das instruções e missões nas organizações militares.

II – ANÁLISE

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre as Ideias Legislativas registradas no Programa e-Cidadania que alcancem o total de vinte mil apoios no prazo de quatro meses após o respectivo registro, requisito plenamente atendido pela presente Sugestão.

No que se refere ao mérito, impõe-se, de plano, o reconhecimento de um vício de inconstitucionalidade formal que contamina a presente proposta.

Isso, porque o art. 61, § 1º, inciso II, alínea *f*, da Constituição Federal atribui ao Presidente da República a iniciativa privativa para a apresentação de projetos de lei que disponham sobre os militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva, matérias intrinsecamente vinculadas à organização, estrutura e disciplina das Forças, cuja definição compete ao Chefe do Poder Executivo federal.

Nesse contexto, o objeto da presente Sugestão – disciplina da jornada de serviço e do regime de descanso dos militares das Forças Armadas – insere-se inequivocamente nesse espectro normativo, porquanto integra a organização interna das instituições militares. Com efeito, a regulação das condições de prestação do serviço ativo, incluídos os critérios de alternância entre períodos de serviço e de repouso, não constitui matéria de iniciativa parlamentar livre, mas sim temática afeta à esfera de conformação normativa privativa do Presidente da República.





SENADO FEDERAL

SF/26305.33998-61

Ainda no plano constitucional, cumpre registrar que o art. 142, § 3º, inciso VIII, da Constituição Federal, ao enumerar os direitos dos trabalhadores civis extensíveis aos militares, não inclui o pagamento de horas extras, previsto no art. 7º, inciso XVI, do mesmo diploma. Essa omissão deliberada do constituinte não é acidental: reflete a natureza peculiar do vínculo entre o militar e o Estado, fundado na ideia de dedicação integral à missão institucional.

A carreira militar baseia-se na disponibilidade permanente e na dedicação exclusiva ao serviço, elementos que decorrem da própria natureza de uma atividade continuada e inteiramente voltada à defesa da Pátria e à garantia da ordem constitucional, com regimes de compensação e de jornada integralmente disciplinados por estatuto próprio, o Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

A aprovação da medida comprometeria o preparo e emprego da Organização Militar, reduzindo a manutenção da capacidade operativa e o efetivo apto a garantir o estado de prontidão permanente, uma vez que parte do efetivo estaria de folga em decorrência da escala de serviço.

A transformação em lei do tema em questão acarretaria, também, prejuízos na formação dos militares, uma vez que os alunos e instrutores, após o serviço de escala, deixariam de desempenhar regularmente as atividades de ensino que lhes são atribuídas. As atividades escolares (aulas, instruções e sessões de estudo) configuram atos de serviço e possuem caráter obrigatório de comparecimento, conforme dispõe, por exemplo, o art. 19 da Portaria nº 549, de 6 de outubro de 2000, que regulamenta os preceitos comuns aos estabelecimentos de ensino do Exército (R-126).

Não obstante, durante a reunião de deliberação da matéria nesta CDH, optamos por apresentar voto favorável, com uma Indicação, que abaixo retratamos, a fim de valorizar o esforço de tão grande suporte de assinaturas que subscreveu a Sugestão.





SENADO FEDERAL

SF/26305.33998-61

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** da Sugestão nº 7, de 2026, com a seguinte Indicação:

INDICAÇÃO Nº , DE 2026

Sugere ao Poder Executivo Federal, por meio do Ministério da Defesa, analisar a possibilidade de acolhimento do teor da Sugestão Nº 7/2026.

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado da Defesa, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), analisar a possibilidade de acolhimento do teor da Sugestão nº 7, de 2026, que propõe que, em tempos de paz, seja vedado ao militar das Forças Armadas cumprir o expediente ordinário imediatamente após o término de seu serviço armado de vinte e quatro horas, assegurando-lhe período mínimo de descanso de igual duração (vinte e quatro horas) antes do retorno às atividades regulares.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1979690145>





6

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

30ª, Extraordinária - Semipresencial

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
IVETE DA SILVEIRA		1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
EDUARDO BRAGA		2. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
SERGIO MORO	PRESENTE	3. ZEQUINHA MARINHO	
GIORDANO		4. STYVENSON VALENTIM	
MARCOS DO VAL		5. MARCIO BITTAR	PRESENTE
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
CID GOMES		1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
JUSSARA LIMA	PRESENTE	2. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE
MARA GABRILLI	PRESENTE	3. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
ANA PAULA LOBATO	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAIME BAGATTOLI	PRESENTE	1. EDUARDO GIRÃO	
MAGNO MALTA		2. ROMÁRIO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO		3. HERMES KLANN	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FABIANO CONTARATO		1. WEVERTON	
ROGÉRIO CARVALHO		2. TERESA LEITÃO	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA		1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. ROBERTA ACIOLY	PRESENTE

Não Membros Presentes

IZALCI LUCAS
SÉRGIO PETECÃO
ZENAIDE MAIA



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1979690145>



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 7/2026)

NA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A SENADORA DAMARES ALVES PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR PAULO PAIM. EM SEGUIDA, A RELATORA ALTERA SEU VOTO PELA APRESENTAÇÃO DE INDICAÇÃO AO PODER EXECUTIVO. APÓS, O RELATÓRIO É APROVADO E PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH.

13 de maio de 2026

Senador Paulo Paim

Presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa



Assinado eletronicamente, por Sen. Paulo Paim

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1979690145>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 5, DE 2026

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 1070, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senador Cid Gomes

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

PARECER Nº , DE 2026

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 1.070, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Relator: Senador **CID GOMES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 1.070, de 2024, da Senadora Professora Dorinha Seabra, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O PL nº 1.070, de 2024, é formado por nove artigos:

- O art. 1º indica o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação: trata-se da instituição do Programa de Armazenagem Rural (PAR) e do estabelecimento dos requisitos e das condições para a contratação das operações de crédito no âmbito desse programa, com aplicação nas áreas de atuação do FNO, do FNE e do FCO.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



- O art. 2º institui o PAR, esclarece que sua implementação se dará por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais e indica seu objetivo: promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural. O programa terá duração de dez anos prorrogáveis por mais dez.
- O art. 3º estabelece que os beneficiários são produtores rurais que desenvolvam atividades produtivas de grãos e de oleaginosas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que cultivem área não superior a 1,5 mil hectares. Contratações na modalidade condominial ou associativa requerem uma área mínima também de 1,5 mil hectares, respeitado o mesmo limite máximo de área por beneficiário. A assistência máxima anual é fixada em trinta milhões de reais.
- O art. 4º dispõe sobre os investimentos financiáveis. Trata-se, basicamente, da infraestrutura de armazenagem na propriedade rural. Os §§ 1º a 5º dispõem sobre a área em que os investimentos poderão ser realizados, os limites de capacidade estática (tanto individualmente quanto na modalidade condominial ou associativa), os valores financiáveis e a readequação das propostas de financiamento.
- O art. 5º fixa as condições a serem observadas nas operações de financiamento (taxas de juros, liberação de recursos, bônus de adimplência, prazos, compartilhamento de riscos e garantias). As taxas de juros propostas situam-se entre 5,5% e 7,0% e limitam-se as garantias a 130% do valor do financiamento.
- O art. 6º estabelece que o PAR contará com, no mínimo, 5% das disponibilidades líquidas dos fundos em 2024 e 10% a partir de 2025.
- O art. 7º admite também a utilização de recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO) na contratação de operações com valor acima de R\$ 30 milhões e estabelece as condições dessas operações.
- O art. 8º atribui aos conselhos deliberativos das superintendências de desenvolvimento regional regulamentar o disposto na lei e tratar dos casos omissos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>

- Finalmente, o art. 9º contém a cláusula de vigência, que corresponde à data da publicação da lei eventualmente resultante.

Em resumo, a proposição institui o Programa de Armazenagem Rural (PAR) por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste.

O cerne da justificação é que não haveria “na programação dos fundos constitucionais qualquer forma de incentivo que se coaduna com o enunciado do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, [ou] seja, pelo estabelecimento de prazos e carência compatíveis com o tempo de maturação do empreendimento, limites de financiamento e encargos financeiros que sejam realmente diferenciados ou favorecidos, que venham estimular a busca pelo crédito para fomentar a construção de silos e armazéns”.

O PL nº 1.070, de 2024, foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em decisão terminativa. Na CDR, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

No final do ano de 2024, nós apresentamos o Requerimento (REQ) nº 22, de 2024, para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o presente Projeto de Lei. Subscrito pelas Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, o requerimento foi lido e aprovado em março de 2025 e a audiência pública interativa foi realizada em abril do mesmo ano. Em seguida, ainda em 2025, no mês de junho, foram juntados cinco documentos com sugestões legislativas ao projeto enviadas pelas seguintes instituições:

- Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa);
- Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR);
- Banco do Brasil (BB);
- Banco da Amazônia (BASA); e
- Banco do Nordeste (BNB).

Com base nas discussões ocorridas durante a audiência e nas sugestões encaminhadas, passamos à análise da proposição.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



II – ANÁLISE

O inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) estabelece que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a “programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional”. Ao instituir o PAR por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais, o PL nº 1.070, de 2024, é claramente objeto de análise nesta comissão.

É escusado reforçar aqui a importância da armazenagem rural para o desenvolvimento econômico do país. A própria justificação da proposição reúne dados e argumentos que mostram que a carência de armazéns é um “bom problema”, pois reflete o crescimento acelerado da produção agrícola no Brasil. Nesse sentido, nós entendemos que o PL nº 1.070, de 2024, é uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento do setor agrícola.

A audiência pública e as sugestões legislativas recebidas por esta Comissão revelaram que os bancos administradores dos fundos constitucionais já perceberam a relevância da armazenagem rural e já vêm destinando um volume expressivo de recursos para esse tipo de operação. De acordo com dados do MIDR, “o volume de recursos utilizados [em armazenagem rural] nos últimos exercícios foi de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões, em 52.358 operações de crédito”. Além disso, “conforme destacado pelos três bancos administradores, o financiamento à armazenagem contava com condições diferenciadas de financiamento, inclusive encargos financeiros”.

Em vista de informações dessa natureza, nós buscamos ajustar o PL nº 1.070, de 2024, para compatibilizá-lo com a legislação em vigor e com os avanços já observados nos bancos administradores dos recursos dos fundos constitucionais no que diz respeito à armazenagem rural.

As alterações introduzidas foram:

- No art. 4º, exclusão dos §§ 3º (limites de capacidade na modalidade condominial ou associativa), 4º (limites de valores financiáveis) e 5º (readequação das propostas de financiamento ou projetos ainda em fase de análise).
- Alteração do art. 5º para: *i)* excluir a fixação em lei da taxa efetiva de juros; *ii)* aumentar os prazos de reembolso e de carência (de 12 para 15 anos e de três para cinco anos,



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



respetivamente); *iii*) alterar as disposições relativas ao risco de crédito, revertendo-as para as usuais das instituições financeiras gestoras dos fundos constitucionais; e *iv*) excluir a fixação em lei de limites para as garantias.

- Alteração do art. 6º para estabelecer que o PAR contará com recursos equivalentes a, no mínimo, 5% das disponibilidades líquidas do FCO e 3% das disponibilidades líquidas do FNO e do FNE. Esses percentuais – menores do que aqueles originalmente estabelecidos – garantem o financiamento do programa ao tempo em que previnem o empoçamento de recursos.
- No art. 7º, em que se admite a utilização de recursos do FDA, do FDNE e do FDCO, supressão do detalhamento a respeito das condições das operações.

Assim, em linhas gerais, nós buscamos flexibilizar a proposição, retirando do PL nº 1.070, de 2024, aspectos como valores financiáveis, taxas de juros e garantias, deixando-os para os planos regionais de desenvolvimento e para as diretrizes dos programas de financiamento de cada um dos fundos. Ao remover esses aspectos da norma legal, nós buscamos evitar o engessamento das operações e o eventual empoçamento de recursos e adequar a proposição à legislação de encargos vigente para os fundos constitucionais de financiamento, inclusive com taxas mais vantajosas para a armazenagem. Ao mesmo tempo, nós mantivemos o espírito original do PL nº 1.070, de 2024, que é a criação do Programa de Armazenagem Rural por meio de financiamento com recursos dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste.

Por fim, nós incluímos também um dispositivo adicional para destinar recursos das disponibilidades líquidas dos fundos à armazenagem de energia em sistemas de baterias, com percentuais diferenciados por fundo: 2% no caso do FCO e 4% no caso do FNO e do FNE. Embora não se trate aqui de armazenagem rural, trata-se de uma tecnologia portadora de futuro, e a destinação de recursos a esse segmento nas regiões menos desenvolvidas do país concorrerá para torná-las mais dinâmicas e inovadoras. O percentual mais elevado para o FNO e o FNE reflete o reconhecimento de que as regiões Norte e Nordeste apresentam maior potencial e maior necessidade de investimentos em infraestrutura energética baseada em armazenamento, especialmente em razão da expansão das fontes renováveis intermitentes e dos desafios de integração desses sistemas às redes regionais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



Os valores a serem destinados em cada caso dependerão das disponibilidades líquidas e deverão ser estimados pelos bancos administradores dos fundos em suas programações anuais. Contudo, apenas para que se tenha uma ideia dos montantes envolvidos, os valores previstos para aplicação do FCO, do FNO e do FNE em 2025 foram, respectivamente, da ordem de R\$ 13,72 bilhões,¹ de R\$ 13,47 bilhões² e de R\$ 47,29 bilhões.³ Usando esses valores como referência, pode-se estimar que seriam destinados para armazenagem rural no ano passado, R\$ 686 milhões no Centro-Oeste, R\$ 404 milhões no Norte e R\$ 1,42 bilhão no Nordeste. Para a armazenagem de energia em sistemas de baterias, foram estimados valores da ordem de R\$ 274 milhões no Centro-Oeste, de R\$ 539 milhões no Norte e de R\$ 1,89 bilhão no Nordeste, conforme se registra na tabela abaixo.

	Disponibili- dades previstas para 2025 (R\$ milhões)	Percentual mínimo destinado para armazenagem rural	Valor mínimo destinado para armazenagem rural (R\$ milhões)	Percentual mínimo destinado para armazenagem de energia em sistemas de baterias	Valor mínimo destinado para armazenagem de energia em sistemas de baterias (R\$ milhões)
FCO	13.716	5%	686	2%	274
FNO	13.470	3%	404	4%	539
FNE	47.292	3%	1.419	4%	1.892

Ainda que essas estimativas sejam aproximadas, elas deixam claro que se trata de volumes capazes de contribuir para expandir significativamente a armazenagem rural nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país.

¹ Disponível em https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/fundo-constitucional-de-financiamento-do-centro-oeste/programacao-anual-de-financiamento/Programacao_FCO_2025_20_Edicao.pdf. Acesso em 4/11/2025.

² Disponível em <https://www.bancoamazonia.com.br/component/edocman/programacao-financeira-fno-2025?Itemid=>. Acesso em 4/11/2025.

³ Disponível em <https://www.bnb.gov.br/documents/45787/641267/Programa%C3%A7%C3%A3o+FNE+-+2025.pdf/143f60d1-879d-4ad4-9e58-4801ec5e10f5?version=1.1&t=1748537860662>. Acesso em 4/11/2025.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



8

7

SF/26752.91187-61

III – VOTO

Diante do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.070, de 2024, e, no mérito, por sua **aprovação**, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 1.070, DE 2024

Institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Armazenagem Rural (PAR) e estabelece os requisitos e as condições para a contratação das operações de crédito no âmbito desse Programa, com aplicação nas áreas de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

Art. 2º Fica instituído o Programa de Armazenagem Rural, por meio de financiamento no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com o objetivo de promover a recuperação da capacidade estática de armazenagem por meio de investimentos para construção das estruturas de armazenagem em nível de propriedade rural, ficando vedados investimentos em recuperação ou ampliação de estruturas de armazenagem já existentes.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* vigorará por 10 (dez) anos, podendo ser ampliado por igual período.

Art. 3º São beneficiários do programa o produtor rural, pessoa física ou jurídica, suas associações, inclusive na modalidade de condomínio formal, que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas de grãos e oleaginosas nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e que cultivem área não superior a mil e quinhentos hectares por beneficiário.

§ 1º Quando contratado na modalidade condominial ou associativa deverá ser comprovada área plantada de no mínimo de mil e quinhentos hectares para o somatório de todos os participantes, respeitado o limite máximo de área por beneficiário de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Independentemente do número de beneficiários do condomínio ou da associação de produtores, o crédito estará sujeito à assistência máxima anual de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Art. 4º São financiáveis os investimentos autorizados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, destinados à construção de infraestrutura de armazenagem na propriedade rural com a finalidade de apoio à produção, beneficiamento, acondicionamento e armazenamento de produtos agrícolas relacionados à produção de grãos e oleaginosas.

§ 1º O investimento poderá ser realizado em área rural ou urbana devidamente regularizada para a finalidade de armazenagem.

§ 2º A capacidade estática a ser implantada não poderá exceder seis mil toneladas por beneficiário.

Art. 5º Na contratação das operações do Programa com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, serão aplicados os encargos financeiros definidos para esses Fundos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, observando-se ainda as seguintes condições:

I – o prazo de reembolso deverá ser de até 15 (quinze) anos, incluídos até 5 (cinco) anos de carência;



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



II – liberação do crédito conforme a execução do cronograma do projeto;

III – garantias usuais das instituições financeiras gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento, às quais caberá definir as garantias exigidas conforme sua política de crédito.

Art. 6º A partir do exercício de 2027, o Programa de Armazenagem Rural contará com recursos equivalentes a, no mínimo, 5% (cinco por cento) das disponibilidades líquidas do FCO, 3% (três por cento) das disponibilidades líquidas do FNO e 3% (três por cento) das disponibilidades líquidas do FNE.

Parágrafo único. Os limites de que trata o *caput* poderão ser ampliados em função das prioridades e disponibilidades de recursos para cada Unidade da Federação.

Art. 7º Admite-se o financiamento do Programa de Armazenagem Rural com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) de que trata a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, do Nordeste (FDNE) de que trata a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e da Amazônia (FDA) de que trata a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

Art. 8º A partir do exercício de 2027, no mínimo 2% (dois por cento) das disponibilidades líquidas do FCO e 4% (quatro por cento) das disponibilidades líquidas do FNO e do FNE serão destinados à armazenagem de energia em sistemas de baterias.

Art. 9º Caberá aos Conselhos Deliberativos das respectivas Superintendências de Desenvolvimento Regional regulamentar o disposto nesta Lei e tratar dos casos omissos que necessitem ser disciplinados para dar efetividade ao Programa.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



11
10

SF/26752.91187-61

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>





12

Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

08ª, Extraordinária

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA		2. VAGO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	3. VAGO	
EFRAIM FILHO		4. EDUARDO BRAGA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	5. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ELIZIANE GAMA		1. JUSSARA LIMA	PRESENTE
VAGO		2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
VAGO		3. NELSON TRAD	
CHICO RODRIGUES		4. CID GOMES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES		1. WILDER MORAIS	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO	
HERMES KLANN	PRESENTE	3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
CAMILO SANTANA	PRESENTE	1. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO	PRESENTE	2. ANA PAULA LOBATO	
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. DR. HIRAN	
ANGELO CORONEL		2. ALAN RICK	PRESENTE

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
SÉRGIO PETECÃO
ESPERIDIÃO AMIN
MARCOS DO VAL



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 1070/2024)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 01 - CDR (SUBSTITUTIVO).

19 de maio de 2026

Senadora Professora Dorinha Seabra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e
Turismo



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9909365116>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 6, DE 2026

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Ofício "S" nº 65, de 2017, que Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo.

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senador Laércio Oliveira

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Ofício “S” nº 65, de 2017 (Ofício nº 111, de 2017, na origem), da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que *encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo.*

Relator: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 65, de 2017 (nº 111, de 2017, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que *encaminha ao Senado Federal, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, dados referentes ao relatório de resultados e impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, exercício 2016, e às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do mesmo fundo.*

Constam dos autos os seguintes documentos:

- Ofício nº 0111/2017/GAB/SUDENE, que encaminha o Relatório à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (CMO);
- A Resolução do Conselho Deliberativo da Sudene (CONDEL/SUDENE) nº 105, de 27 de julho de 2017, que aprovou a Proposição Condel/Sudene nº 103, de 28 de junho de 2017;



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



3
2

- A Proposição Condell/Sudene nº 103, de 2017, que recomendou a aprovação do Relatório de Resultados e Impactos do exercício de 2016, do FNE;
- A Resolução do Condell/Sudene nº 109, de 27 de julho de 2017, que aprovou a Proposição Condell/Sudene nº 107, de 26 de julho de 2017;
- A Proposição Condell/Sudene nº 107, de 2017, que promoveu ajustes no Programa de Aplicação do FNE do exercício de 2017; e
- Ofício Pres. nº 120/2017/CMO, em que se solicita a autuação do Relatório pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para que sua análise possa seguir os trâmites regimentalmente determinados.

Por questões de economia e seguindo orientação do Poder Executivo para a adoção de medidas que contribuam com o meio ambiente, foi informado o endereço no sítio da Sudene, na internet, onde estão disponibilizados todos os documentos vinculados às citadas resoluções, inclusive as demonstrações financeiras e contábeis.

Em 23 de agosto de 2017, a matéria foi encaminhada para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Em 25 de setembro de 2017, a então Senadora Fátima Bezerra, que presidia a Comissão, avocou a relatoria da matéria. Em 4 de fevereiro de 2019, a relatoria foi encerrada por fim de mandato. Em 21 de março de 2019, o Senador Jean Paul Prates foi designado relator. Não tendo sido apresentado o relatório até o fim da legislatura, a proposição teve a tramitação continuada nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. Em 16 de março de 2023, foi designado relator o Senador Jaques Wagner, que deixou de pertencer aos quadros da CDR sem ter apresentado o relatório. Por fim, em agosto do corrente ano, fui designado relator da matéria.

II – ANÁLISE

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que *os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas*



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O § 4º do art. 20 determina que o relatório de que trata o **caput** deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

O § 5º determina que o relatório de que trata o **caput** do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe, no Senado Federal, à CDR atestar se o FNE está cumprindo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) referente ao ano de 2016 é um documento extenso e detalhado, com informações sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste na administração do FNE. Neste Parecer, analisamos as principais informações contidas na documentação disponibilizada, sendo oportuno registrar que se trata de uma análise sobre eventos ocorridos há quase dez anos.

Inicialmente, cabe registrar que o FNE foi criado pela Constituição Federal de 1988, cujo art. 159, inciso I, alínea “c”, previa, na ocasião, que a União entregaria três por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A aplicação dos recursos do FNE segue as diretrizes definidas no artigo 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, os objetivos da Política



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



5
4

SF/26795.32415-00

Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene.

O FNE foi operacionalizado por meio de doze programas de financiamento:

1. FNE Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste;
2. FNE Irrigação – Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada;
3. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
4. FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental
5. FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação;
6. FNE Aquipesca – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca;
7. FNE Agrin – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste;
8. FNE MPE – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas;
9. FNE Industrial – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste;
10. FNE Proatur – Programa de Apoio ao Turismo Regional;
11. FNE Proinfra – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste; e
12. FNE Comércio e Serviços – Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



A previsão inicial era de aplicação do montante de R\$ 14,1 bilhões, obedecendo ao limite inferior de 4,5% e máximo de 30,0% para cada unidade da Federação. Foram contratados R\$ 11,2 bilhões em 538.528 operações de crédito, o que representou uma redução de 2,2% em relação ao ano anterior. Os empreendimentos de micro, mini e pequeno portes demandaram 50% dos recursos e o Semiárido foi responsável pela contratação de R\$ 4,1 bilhões.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) recursos do FNE no valor total de R\$ 7,3 bilhões no exercício de 2016, montante 42,8% superior ao esperado. O índice de inadimplência foi de 3,8%, pouco acima da média nacional.

As contratações do PRONAF responderam por 90% das operações de 2016, o que representa pouco mais de 20% dos recursos aplicados no período. Considerando as demais linhas de financiamento voltadas ao desenvolvimento da agropecuária, o setor rural foi responsável por mais de 94% das contratações e pouco mais de 50% do volume de crédito concedido.

Às micro e pequenas empresas foram destinados 18% dos recursos, com destaque para o setor de comércio.

No semiárido, foram contratadas 355.637 operações, que totalizaram R\$ 4,1 bilhões, valor 14% superior ao programado para o período. Esse montante representa 57% dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional, atendendo a determinação legal de aplicação mínima no Semiárido de 50% dos repasses.

Os recursos aplicados nos Arranjos Produtivos Locais (APL) foram 32% superiores ao programado.

Com relação à indústria e ao setor de comércio e serviços, as contratações representaram apenas 24% e 55%, respectivamente, dos valores programados para o período, ainda que tenham sido superiores aos valores contratados em 2015.

A distribuição espacial das contratações mostra que os municípios de alta renda absorvem maior parte dos recursos, enquanto as regiões de baixa renda apresentaram grande número de contratações e menor participação no valor total dos empréstimos.



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



Do ponto de vista setorial, os recursos foram aplicados nas seguintes proporções: rural respondeu por 52%; comércio e serviços, 26%; indústria, 13%; infraestrutura, 4%; turismo, 3%; e agroindústria, 2%.

Quanto ao porte do mutuário, as seis faixas utilizadas pelo BNB para separar de empréstimos apresentaram as seguintes participações no total das aplicações: micro, mini e pequenos produtores, 50%; grandes empresas, 27%; médias empresas, 12%; e pequenas e médias empresas, 11%.

As contratações no âmbito do Pronaf atingiram R\$ 2,5 bilhões, representando um crescimento de 6,2% em relação a 2015.

Os impactos do FNE sobre o desenvolvimento regional foram objeto de estudos apresentados pelo BNB. A partir da análise da Matriz Insumo Produto (MIP), estimou-se que o Valor Bruto da Produção (VBP) do Nordeste teve um acréscimo de R\$ 23,1 bilhões, em decorrência dos financiamentos realizados no ano de 2016, com participação de 52,5% do setor rural, 19,8% do setor de comércio, e 13,8% do setor industrial.

As estimativas apontam um acréscimo de R\$ 13,8 bilhões na renda regional, sendo R\$ 7,5 bilhões no setor rural. Os efeitos sobre a geração de empregos indicam a criação de cerca de 878 mil ocupações formais e informais, o que teria resultado em um acréscimo de R\$ 4,1 bilhões na massa salarial, sendo 49% desse montante no setor rural.

Quanto à arrecadação de impostos na área de atuação do BNB, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão.

O Relatório de Resultados e Impactos do FNE referente ao ano de 2016 mostra que as diretrizes para aplicação dos recursos do Fundo foram cumpridas. O relatório também apresenta recomendações para que seja melhorada a eficácia do Fundo.

Conforme determina a legislação, foram examinadas por auditoria independente as demonstrações financeiras do FNE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. Na opinião dos auditores independentes, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



posição patrimonial e financeira do FNE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data.

Com relação às alterações na Programação de Financiamento de 2017 do FNE, a Sudene, por meio da Resolução nº 109, de 2017, aprovou a Proposição nº 107, de 2017, que homologou a readequação do Plano de Aplicação do FNE do Exercício de 2017, para incluir ajustes no conceito de inovação adotado no “Programa Inovação” e nos limites para financiamento do capital de giro isolado para médios e grandes beneficiários. Essas alterações visavam à melhor utilização dos recursos do FNE em função da conjuntura econômica vigente.

Em síntese, a documentação encaminhada a esta Comissão mostra que a aplicação dos recursos do FNE, no exercício de 2016, atendeu a legislação pertinente e demonstra que o Fundo vinha cumprindo o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 65, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

08ª, Extraordinária

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA		2. VAGO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	3. VAGO	
EFRAIM FILHO		4. EDUARDO BRAGA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	5. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ELIZIANE GAMA		1. JUSSARA LIMA	PRESENTE
VAGO		2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
VAGO		3. NELSON TRAD	
CHICO RODRIGUES		4. CID GOMES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES		1. WILDER MORAIS	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO	
HERMES KLANN	PRESENTE	3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
CAMILO SANTANA	PRESENTE	1. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO	PRESENTE	2. ANA PAULA LOBATO	
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. DR. HIRAN	
ANGELO CORONEL		2. ALAN RICK	PRESENTE

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
SÉRGIO PETECÃO
ESPERIDIÃO AMIN
MARCOS DO VAL



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 65/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELO ARQUIVAMENTO DO PROJETO.

19 de maio de 2026

Senadora Professora Dorinha Seabra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e
Turismo



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6096299638>





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 7, DE 2026

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 2730, de 2024, do Senador Carlos Viana, que Cria a Rota Turística “Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais”, no Estado de Minas Gerais.

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senador Zequinha Marinho

19 de maio de 2026



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>



2



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

SF/26253.25662-04

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.730, de 2024, do Senador Carlos Viana, que *cria a Rota Turística “Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais”, no Estado de Minas Gerais*.

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 2730, de 2024, de autoria do Senador Carlos Viana.

A proposição tem como objetivo a criação da Rota Turística “Caminho do Imigrante Italiano em Minas Gerais”. Conforme o parágrafo único do art. 1º, a referida rota abrangerá os municípios de Andradas, Monte Sião, Ouro Fino e Jacutinga.

O art. 2º do projeto estabelece como objetivos primordiais da rota: desenvolver as atividades turísticas locais, promover um modelo de desenvolvimento econômico sustentável e valorizar os atrativos naturais, culturais e históricos da região, em especial aqueles com características ítalo-brasileiras.

O art. 3º prevê ainda que a rota receberá o apoio de programas oficiais voltados à regionalização do turismo.

Na justificção da matéria, o autor destaca que em 2024 a imigração italiana no Brasil comemora 150 anos e que Minas Gerais é um dos três estados que

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6623
sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

SF/26253.25662-04

mais receberam esses imigrantes, cuja contribuição cultural foi essencial para a formação da sociedade mineira. Salienta também que a criação da rota conta com o apoio do Consulado da República da Itália em Belo Horizonte e atuará como um importante motor para o estímulo a novos negócios, criação de empregos e geração de renda.

A presente matéria veio a esta Comissão em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos estabelecidos de forma regimental e em conformidade com as orientações técnicas, compete a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre o mérito da proposição, bem como avaliar sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sob o prisma da constitucionalidade, a matéria encontra respaldo na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre o fomento à cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural, além do fomento às atividades turísticas. Inexistem vícios de injuridicidade, pois o ordenamento brasileiro encoraja ações de desenvolvimento regional pautadas pelo turismo sustentável.

No mérito, a proposição é extremamente oportuna e louvável. O projeto valoriza a memória viva da imigração italiana, fortalecendo a identidade da região sul de Minas Gerais. A institucionalização do “Caminho do Imigrante Italiano” conferirá aos municípios de Andradas, Monte Sião, Ouro Fino e Jacutinga importante chancela, capaz de estruturar roteiros, atrair investimentos para a infraestrutura local e divulgar a região nacional e internacionalmente. Como ressaltado na justificção, o turismo é um indutor natural da atividade econômica e de inclusão produtiva para a população local.

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6623
sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>



4



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

SF/26253.25662-04

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.730, de 2024.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Anexo II, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 18, CEP 70.165-900, Brasília/DF
Telefone: 3303-6623
sen.zequinhamarinho@senador.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

08ª, Extraordinária

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCELO CASTRO	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
IVETE DA SILVEIRA		2. VAGO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	3. VAGO	
EFRAIM FILHO		4. EDUARDO BRAGA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	5. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
ELIZIANE GAMA		1. JUSSARA LIMA	PRESENTE
VAGO		2. ZENAIDE MAIA	PRESENTE
VAGO		3. NELSON TRAD	
CHICO RODRIGUES		4. CID GOMES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GOMES		1. WILDER MORAIS	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	2. ROGERIO MARINHO	
HERMES KLANN	PRESENTE	3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	

Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
CAMILO SANTANA	PRESENTE	1. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO	PRESENTE	2. ANA PAULA LOBATO	
VAGO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. DR. HIRAN	
ANGELO CORONEL		2. ALAN RICK	PRESENTE

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
SÉRGIO PETECÃO
ESPERIDIÃO AMIN
MARCOS DO VAL



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 2730/2024, nos termos do relatório.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CASTRO	X			1. ALESSANDRO VIEIRA	X		
IVETE DA SILVEIRA				2. VAGO			
PROFESSORA DORINHA SEABRA				3. VAGO			
EFRAIM FILHO				4. EDUARDO BRAGA			
PLINIO VALÉRIO	X			5. ZEQUINHA MARINHO	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ELIZIANE GAMA				1. JUSSARA LIMA	X		
VAGO				2. ZENAIDE MAIA			
VAGO				3. NELSON TRAD			
CHICO RODRIGUES				4. CID GOMES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO GOMES				1. WILDER MORAIS			
FLÁVIO BOLSONARO				2. ROGERIO MARINHO			
HERMES KLANN				3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CAMILO SANTANA				1. ROGERIO CARVALHO			
BETO FARO	X			2. ANA PAULA LOBATO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LAERCIO OLIVEIRA	X			1. DR. HIRAN			
ANGELO CORONEL				2. ALAN RICK	X		

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 19/05/2026
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2730/2024)****REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O PROJETO.****19 de maio de 2026**

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e
Turismo



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7419147216>

Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2026

Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade de permissionamento e por área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas para a espécie tainha (*Mugil liza*), para a temporada de 2026, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

AUTORIA: Senador Hermes Klann (PL/SC)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 392/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL
Senador Hermes Klann – PL/SC

SF/26188.56594-33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2026

Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, *que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade de permissionamento e por área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas para a espécie tainha (Mugil liza), para a temporada de 2026, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, que estabelece o limite de captura, as cotas de captura por modalidade de permissionamento e por área de pesca, e as medidas de registro, monitoramento e controle associadas para a espécie tainha (*Mugil liza*), para a temporada de 2026, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo sustar os efeitos da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 27 de fevereiro de 2026, editada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e pelo

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.hermesklann@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann
Para verificação

Avulso do PDL 392/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL
Senador Hermes Klann – PL/SC

SF/26188.56594-33

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que estabelece limites de captura, cotas por modalidade de pesca e medidas de monitoramento e controle para a pesca da tainha (*Mugil liza*) nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), em seu art. 49, inciso V, atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Trata-se de mecanismo essencial de preservação do equilíbrio entre os Poderes e de contenção de excessos administrativos praticados sob a forma de atos infralegais.

Embora a proteção ambiental e a gestão sustentável dos recursos pesqueiros constituam objetivos constitucionais legítimos, a regulamentação administrativa não pode ultrapassar os limites definidos pela legislação nem impor restrições desproporcionais, inadequadamente fundamentadas ou dissociadas da realidade econômica e social das comunidades atingidas.

A Portaria Interministerial nº 51, de 2026, ao estabelecer limites de captura e impor cotas específicas a modalidades tradicionais de pesca artesanal, especialmente no litoral catarinense, acaba por restringir atividade econômica historicamente exercida por milhares de pescadores artesanais e comunidades tradicionais, sem que haja demonstração suficientemente clara, transparente e consensual acerca da necessidade, proporcionalidade e adequação das medidas adotadas.

A pesca artesanal da tainha, especialmente por meio do arrasto de praia, constitui prática tradicional profundamente vinculada à identidade cultural, social e econômica das comunidades pesqueiras do Sul do Brasil. Em diversos municípios litorâneos, a atividade representa não apenas fonte de renda, mas elemento central da cultura local, transmitido entre gerações e reconhecido como patrimônio cultural imaterial.

As limitações impostas pela Portaria produzem impactos econômicos imediatos sobre pescadores artesanais, pequenos comerciantes, trabalhadores da cadeia produtiva do pescado e comunidades inteiras cuja

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.hermesklann@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann
Para verificação

Avulso do PDL 392/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL
Senador Hermes Klann – PL/SC

SF/26188.56594-33

subsistência depende diretamente da safra da tainha. Além disso, as restrições tendem a afetar desproporcionalmente a pesca artesanal em benefício relativo de modalidades de maior escala econômica e operacional, comprometendo a isonomia e agravando desigualdades já existentes no setor pesqueiro.

Cumpre destacar que a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, reconhece expressamente a necessidade de conciliar conservação ambiental, desenvolvimento econômico e proteção social das comunidades pesqueiras.

Embora o Poder Executivo sustente que a espécie se encontra sob pressão pesqueira e que as medidas adotadas decorrem de avaliações técnicas de estoque, persistem controvérsias relevantes quanto aos critérios utilizados, à metodologia aplicada e à efetiva necessidade de imposição de cotas restritivas às modalidades artesanais. Há, ainda, questionamentos quanto à suficiência dos dados empregados para justificar restrições tão severas a determinadas modalidades.

Além disso, a Portaria promove significativa intervenção sobre atividade econômica e cultural tradicional por meio de ato infralegal, sem que o tema tenha sido objeto de debate legislativo mais amplo e aprofundado no âmbito do Congresso Nacional. Em matérias que envolvem impactos sociais, econômicos e culturais de grande magnitude, especialmente sobre comunidades tradicionais, exige-se maior grau de legitimidade democrática e cautela regulatória.

Não se ignora a importância da preservação dos estoques pesqueiros e da adoção de medidas voltadas à sustentabilidade ambiental. Contudo, políticas públicas ambientais devem buscar equilíbrio entre proteção ecológica e viabilidade socioeconômica, especialmente quando atingem populações vulneráveis e atividades tradicionais de subsistência.

O exercício do poder regulamentar não autoriza a Administração Pública a substituir integralmente o espaço de deliberação

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.hermesklann@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann
Para verificação

Avulso do PDL 392/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL
Senador Hermes Klann – PL/SC

política reservado ao Poder Legislativo, sobretudo quando as medidas adotadas produzem restrições amplas e relevantes sobre atividades econômicas tradicionais e sobre o modo de vida de comunidades locais.

Dessa forma, entende-se que a Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 2026, extrapola os limites do poder regulamentar ao impor restrições de elevada intensidade sem adequada fundamentação legal específica e sem a necessária ponderação entre proteção ambiental, razoabilidade regulatória, segurança jurídica e proteção das comunidades pesqueiras tradicionais.

Por essas razões, mostra-se necessária a atuação do Congresso Nacional a fim de sustar os efeitos da Portaria Interministerial MPA/MMA nº 51, de 2026, restabelecendo o equilíbrio institucional e assegurando maior proteção às comunidades pesqueiras artesanais e às atividades econômicas tradicionais afetadas pelo ato normativo.

Sala das Sessões,

Senador HERMES KLANN

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.hermesklann@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Hermes Klann
Para verifica

Avulso do PDL 392/2026 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009 - Lei da Aquicultura e Pesca - 11959/09

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2009;11959>

Avulso do PDL 392/2026 [6 de 6]



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2467, DE 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade da análise do perímetro cefálico e da avaliação do formato craniano nas consultas de puericultura do primeiro ano de vida, institui protocolo padronizado de triagem para pediatras e médicos de família e comunidade, estabelece encaminhamento prioritário para centros de referência craniofacial, assegura tratamento integral da craniossinostose pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2467/2026 [1 de 7]



PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade da análise do perímetro cefálico e da avaliação do formato craniano nas consultas de puericultura do primeiro ano de vida, institui protocolo padronizado de triagem para pediatras e médicos de família e comunidade, estabelece encaminhamento prioritário para centros de referência craniofacial, assegura tratamento integral da craniossinostose pelo Sistema Único de Saúde – SUS, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade da avaliação do perímetro cefálico e do formato do crânio nas consultas de puericultura realizadas no primeiro ano de vida da criança no âmbito dos serviços públicos e privados de saúde.

Art. 2º Fica obrigatória, em todas as consultas de puericultura realizadas durante o primeiro ano de vida, a:

I – aferição e registro do perímetro cefálico da criança;

II – avaliação clínica do formato craniano, incluindo inspeção de assimetrias, deformidades posicionais e alterações compatíveis com craniossinostose ou outras anomalias craniofaciais;

III – registro padronizado em prontuário físico ou eletrônico dos achados clínicos.

Art. 3º O Ministério da Saúde deverá instituir protocolo nacional padronizado de triagem craniana infantil, a ser adotado por pediatras e médicos de família e comunidade, contendo, no mínimo:



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar
Para verifica

Avulso do PL 2467/2026 [2 de 7]



2

I – parâmetros de normalidade do perímetro cefálico por idade e sexo;

II – critérios clínicos de identificação de deformidades cranianas;

III – sinais de alerta para encaminhamento especializado;

IV – periodicidade mínima das avaliações;

V – orientações sobre medidas preventivas e manejo inicial das deformidades posicionais;

VI – fluxo de encaminhamento para avaliação especializada em casos suspeitos.

Art. 4º As avaliações previstas nesta Lei deverão ocorrer, no mínimo, nas consultas recomendadas para:

I – recém-nascido;

II – 1 mês;

III – 2 meses;

IV – 4 meses;

V – 6 meses;

VI – 9 meses;

VII – 12 meses de idade.

Parágrafo único. A periodicidade prevista neste artigo não impede avaliações adicionais conforme indicação clínica.

Art. 5º Os serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS deverão promover capacitação periódica dos profissionais envolvidos na atenção primária à saúde infantil para aplicação do protocolo de triagem previsto nesta Lei.



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar
Para verifica

Avulso do PL 2467/2026 [3 de 7]



Art. 6º Os casos com suspeita diagnóstica de craniossinostose, microcefalia, macrocefalia ou deformidades cranianas significativas deverão ser encaminhados, em caráter prioritário, a centro de referência craniofacial ou serviço especializado habilitado.

§ 1º O encaminhamento previsto no caput deverá ser realizado no prazo máximo de 7 (sete) dias após a identificação da suspeita clínica.

§ 2º O atendimento especializado inicial deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do encaminhamento.

§ 3º Os sistemas de regulação do SUS deverão garantir prioridade de marcação para os casos abrangidos por esta Lei.

§ 4º O Ministério da Saúde poderá definir critérios de classificação de risco e prioridade assistencial para os casos suspeitos.

Art. 7º Fica garantido, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o acesso integral, universal e prioritário ao tratamento da craniossinostose diagnosticada em crianças de até 12 (doze) meses de idade, respeitada a janela terapêutica sensível para redução de sequelas e melhores desfechos clínicos.

§ 1º O tratamento integral compreende, conforme indicação médica:

I – consultas especializadas;

II – exames diagnósticos e de acompanhamento;

III – procedimentos cirúrgicos;

IV – internações hospitalares;

V – órteses cranianas;

VI – materiais cirúrgicos, próteses, placas, parafusos e demais insumos necessários;

VII – equipamentos indispensáveis ao tratamento e recuperação;



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar
Para verifica

Avulso do PL 2467/2026 [4 de 7]



VIII – acompanhamento multiprofissional no pré e pós-operatório.

§ 2º O SUS deverá assegurar prioridade assistencial e regulatória para realização dos procedimentos terapêuticos dentro da janela clínica recomendada para cada caso.

§ 3º É vedada a negativa de fornecimento de materiais, órteses ou insumos indispensáveis ao tratamento prescrito por equipe especializada habilitada.

§ 4º O Poder Público poderá estabelecer centros de referência regionais para tratamento das craniossinostoses e demais anomalias craniofaciais congênitas.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento craniano adequado durante o primeiro ano de vida constitui importante indicador da saúde neurológica e do crescimento infantil. Alterações no formato do crânio, especialmente a craniossinostose, demandam diagnóstico e intervenção precoces, uma vez que a janela terapêutica nos primeiros meses de vida é determinante para redução de sequelas funcionais, neurológicas e estéticas.

A ausência de protocolos padronizados de triagem e as dificuldades de acesso a centros especializados contribuem para atrasos diagnósticos e terapêuticos, comprometendo os resultados clínicos e aumentando os custos assistenciais futuros.

Além disso, famílias frequentemente enfrentam obstáculos para obtenção de órteses cranianas, materiais cirúrgicos, exames especializados e demais insumos indispensáveis ao tratamento adequado, o que aprofunda desigualdades no acesso à saúde.



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar
Para verifica

Avulso do PL 2467/2026 [5 de 7]



5

O presente Projeto de Lei busca fortalecer a puericultura como instrumento essencial de vigilância do desenvolvimento infantil, assegurando avaliação sistemática do crescimento craniano, encaminhamento prioritário e garantia de tratamento integral pelo Sistema Único de Saúde.

A proposta encontra fundamento nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção integral da criança e do direito universal à saúde, previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões,

Senador OTTO ALENCAR



Assinado eletronicamente, por Sen. Otto Alencar

Para verifica

Avulso do PL 2467/2026 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

Avulso do PL 2467/2026 [7 de 7]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2470, DE 2026

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências.

AUTORIA: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Otto Alencar (PSD/BA)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2470/2026 [1 de 33]





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETO**

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos associados à comunicação mercadológica, ao patrocínio e ao design de produtos de alto risco.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - 'apostas online' toda modalidade de aposta ou jogo prevista na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, bem como quaisquer jogos de azar ou produtos de natureza análoga disponibilizados por meio de dispositivos eletrônicos ou plataformas digitais, ainda que não autorizados pela legislação nacional, sempre que acessíveis a usuários no território brasileiro;

II - 'produtos de alto risco', todo produto previsto na Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, bem como quaisquer jogos, apostas ou modalidades digitais que apresentem, isolada ou cumulativamente, uma ou mais das seguintes características:

1



Assinado eletronicamente, por Sen. Damare Alves e outros
Para verifica

Avulso do PL 2470/2026 [2 de 33]





SENADO FEDERAL

- a) resultado instantâneo ou de curta duração;
- b) possibilidade de repetição contínua ou sucessiva em curto intervalo de tempo;
- c) uso de geradores randômicos, algoritmos ou mecanismos automatizados de definição de resultado;
- d) mecanismos de recompensa intermitente, reforço variável, quase-acerto ou estímulo à recuperação de perdas;
- e) estímulos audiovisuais, gráficos, sonoros ou interativos destinados a intensificar a permanência do usuário na plataforma;
- f) arquitetura de escolha voltada a dificultar a interrupção da aposta, a saída da plataforma, o acionamento de limites, pausas, bloqueios ou autoexclusão;
- g) indução à realização de apostas sucessivas, impulsivas ou de valor crescente; e
- h) qualquer outro mecanismo definido em regulamento que aumente significativamente o risco de comportamento compulsivo, endividamento, sofrimento psíquico, autolesão ou dano à saúde mental.

§ 2º Para os fins desta Lei, aplicam-se as definições constantes da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, inclusive quanto aos jogos online de alto risco.

§ 3º A incidência desta Lei sobre plataformas, jogos, apostas ou produtos não autorizados pela legislação nacional não implica reconhecimento de licitude, autorização, regularização ou direito de exploração econômica, sem prejuízo das medidas de bloqueio, responsabilização administrativa, civil, consumerista e penal cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE, PROPAGANDA E PATROCÍNIO

Art. 2º A Seção II do Capítulo V da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:





SENADO FEDERAL

“Da Comunicação Mercadológica, da Publicidade, da Propaganda e do Patrocínio

Art. 16. As ações de comunicação, publicidade, propaganda, marketing e patrocínio relativas à loteria de apostas de quota fixa e aos jogos online observarão esta Lei e a regulamentação do Poder Executivo, orientadas pela proteção da saúde mental, de crianças e adolescentes, do consumidor e da economia familiar.

§ 1º Para os fins desta Seção, considera-se:

I – comunicação mercadológica: toda forma de comunicação comercial, direta ou indireta, destinada a promover, divulgar, estimular, facilitar, associar positivamente ou reforçar a lembrança de marca, serviço, plataforma, produto, operação ou prática relacionados à loteria de apostas de quota fixa;

II – publicidade indireta: a comunicação que, sem se apresentar explicitamente como publicidade, produza efeito promocional, inclusive por inserção de marca, *product placement*, *branded content*, publicidade nativa, ação com influenciadores, conteúdo afiliado, propaganda subliminar ou expediente equivalente;

III – patrocínio: toda transferência de recursos financeiros, bens, serviços, vantagens, cessão de direitos, *naming rights*, licenciamento de marca, fornecimento de uniformes, apoio institucional ou benefício econômico de qualquer natureza em troca de exposição, associação de marca, ativação promocional ou qualquer forma de visibilidade comercial.

IV – afiliado ou intermediário promocional: a pessoa natural ou jurídica que, a qualquer título, promova, recomende, compare, ranqueie, intermedie, distribua ou monetize a divulgação de agentes operadores, plataformas ou serviços de apostas.

2º A autorregulação deverá ser adotada de modo complementar, vedada sua utilização para restringir a incidência desta Lei ou para substituir o exercício do poder regulatório, fiscalizatório e sancionador do Poder Público.

Art. 17. Fica vedada, em todo o território nacional, a comunicação mercadológica, direta ou indireta, relativa às apostas de quota fixa e aos jogos online, nos termos desta Lei, nos seguintes meios, formatos, espaços ou estratégias:

I – emissoras de rádio e televisão, abertas ou por assinatura;

II – jornais, revistas, encartes, tabloides, outdoors, mobiliário urbano, painéis eletrônicos, mídia exterior e meios impressos ou digitais equivalentes;





SENADO FEDERAL

III – plataformas de streaming de vídeo e áudio, serviços de podcast e serviços de conteúdo sob demanda;

IV – redes sociais, plataformas de vídeo, aplicações de internet, sítios eletrônicos, blogs, fóruns, comunidades, marketplaces, mecanismos de busca e demais ambientes da internet;

V – mensagens instantâneas, serviço de mensagens curtas (sms), correio eletrônico, notificações push, listas de transmissão, grupos, canais e quaisquer meios de comunicação digital ou telefônica dirigida;

VI – publicidade programática, marketing via segmentação algorítmica, impulsionamento, remarketing, perfilamento comportamental e técnicas equivalentes;

VII – inserção de produto, publicidade nativa, merchandising, propaganda subliminar, conteúdo editorial patrocinado e demais formas de publicidade indireta;

VIII – plataformas de jogos eletrônicos, e-sports, transmissões de jogos e ambientes digitais interativos;

IX – uniformes, vestimentas, equipamentos, materiais esportivos e indumentárias de uso individual ou coletivo;

X – veículos, estações, terminais e demais instalações do transporte público coletivo de passageiros, assim como bens públicos de uso comum;

XI – conteúdos produzidos por afiliados, tipsters, comparadores, plataformas de recomendação e quaisquer intermediários remunerados;

XII - promover, sob qualquer forma, bônus, créditos promocionais, apostas gratuitas, cashback, recompensas condicionadas, rodadas grátis, vantagens de entrada, programas de fidelidade promocional ou expedientes equivalentes destinados a estimular a adesão, a continuidade, a intensificação ou a retomada da aposta, especialmente quando direcionados a grupos vulneráveis;

XIII – divulgação, promoção ou qualquer forma de comunicação mercadológica relativa a jogos online de alto risco, ainda que disfarçados como apostas esportivas ou produtos híbridos;

XIV – utilização de expressões, chamadas, slogans, narrativas ou recursos comunicacionais, inclusive por afiliados, influenciadores, *tipsters* ou intermediários promocionais, que apresentem a aposta como atividade sem risco, fonte de renda, solução financeira, oportunidade de lucro certo, forma de recuperação de perdas, método garantido, acesso privilegiado a ganhos ou vantagem econômica previsível, incluindo





SENADO FEDERAL

expressões como “aposta sem risco”, “dinheiro da casa”, “renda extra”, “lucro certo”, “grupo VIP”, “sinais”, “método garantido”, “recuperação de perdas”, “ganhe dinheiro assistindo jogo” e outras assemelhadas; e

XV – qualquer outro meio ou estratégia que produza efeito promocional equivalente, a ser regulamentado pelo Poder Executivo Federal.

§ 1º Não se considera comunicação mercadológica, para os fins deste artigo, a divulgação estritamente institucional realizada exclusivamente em ambientes digitais próprios, controlados e não promocionais do agente operador autorizado, compreendidos como:

I – sítio eletrônico oficial;

II – aplicativo oficial disponibilizado ao usuário;

III – interfaces internas da plataforma, inclusive áreas autenticadas ou logadas;

IV – canais próprios de atendimento ao usuário, tais como serviço de atendimento ao consumidor (SAC), chat de suporte e correio eletrônico institucional.

§ 2º A comunicação deve se limitar à divulgação de informações necessárias à identificação do agente operador, à indicação de seus canais oficiais, às regras legais de acesso, aos mecanismos de autoexclusão e bloqueio, aos canais de atendimento e às advertências obrigatórias, e observado, cumulativamente, que:

I – não contenha promessa, sugestão ou referência a ganhos financeiros, facilitação de renda ou êxito pessoal;

II - não utilize bônus, créditos, vantagens promocionais ou condições especiais de aposta;

III - não empregue linguagem imperativa, convites diretos à ação ou qualquer forma de incentivo ao engajamento;

IV - não utilize imagens, sons, símbolos ou recursos gráficos destinados a atrair ou reter a atenção;

V – observe mecanismos de restrição etária e de não impulsionamento, na forma do regulamento;

VI - não seja ação patrocinada ou esteja em propaganda de sites, redes sociais ou mídias digitais;

VII - não seja veiculada nas redes sociais e na internet em canais ou contas diversas das oficiais do agente operador; e

VIII - tenha finalidade exclusivamente informativa, sem estímulo à realização de aposta, à permanência na plataforma, ao aumento de





SENADO FEDERAL

frequência, ao aumento de valores apostados, à recuperação de perdas ou à retomada de aposta após perda, pausa, bloqueio, autoexclusão ou manifestação de intenção de parar.

§ 3º A vedação prevista no *caput* aplica-se às pessoas naturais e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que veiculem, intermediem, hospedem, distribuam, monetizem ou favoreçam a divulgação de conteúdo promocional direcionado a usuários localizados no território nacional.

§ 4º O agente operador responde solidariamente pelos atos de afiliados, agências, influenciadores, intermediários, plataformas contratadas e quaisquer terceiros por ele remunerados, contratados ou incentivados para fins de promoção comercial.

Art. 17-A. É vedado, em todo o território nacional, o patrocínio, direto ou indireto, por agente operador de apostas de quota fixa:

- I – a clubes e entidades de prática desportiva, em qualquer modalidade;
- II – a federações, confederações, ligas e demais entidades de administração do desporto;
- III – a competições, torneios, campeonatos, copas e eventos esportivos;
- IV – a transmissões esportivas, programas jornalísticos e programas de entretenimento que tratem de esporte;
- V – a eventos culturais, shows, festivais, peças teatrais e demais manifestações culturais e artísticas;
- VI – a programas educacionais, projetos sociais, entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil;
- VII – a partidos políticos, candidatos, campanhas eleitorais e demais atividades político-partidárias; e
- VIII – a influenciadores digitais, atletas, artistas, celebridades ou qualquer pessoa natural com audiência pública relevante.

§ 1º A vedação de que trata este artigo abrange exposição de marca, ativação promocional, ações com embaixadores, uso de imagem, *naming rights*, licenciamento, apoio institucional com contrapartida promocional e qualquer estratégia equivalente de associação reputacional.

§ 2º A partir da publicação desta Lei, fica vedada a celebração de novos contratos de patrocínio, apoio institucional, licenciamento, *naming rights* ou associação promocional abrangidos por este artigo, bem como a renovação, prorrogação ou ampliação de contratos vigentes.

§ 3º Durante o período de transição previsto nesta Lei, os contratos vigentes não poderão ser ampliados quanto à exposição de marca,





SENADO FEDERAL

ativação promocional, distribuição de bônus, uso de influenciadores, ações voltadas a crianças e adolescentes ou qualquer estratégia destinada à captação, fidelização ou reativação de apostadores.

§ 4º É vedada, desde a publicação desta Lei, qualquer ativação promocional de patrocínio de apostas que envolva crianças, adolescentes, escolas, projetos de base, categorias infantojuvenis ou ações de caráter educacional.

§ 5º É vedado ao agente operador patrocinar, financiar com exposição de marca ou associar sua imagem a campanhas, eventos, projetos, instituições ou conteúdos relacionados a saúde mental, prevenção ao suicídio, educação financeira, tratamento do transtorno do jogo, assistência social, prevenção ao superendividamento ou proteção de famílias vulneráveis.

Art. 17-B. São especialmente proibidas, ainda que sob a forma de comunicação institucional, informação, entretenimento, conteúdo editorial, publicidade indireta ou expediente equivalente:

I – a comunicação comercial de apostas dirigida, de modo direto ou indireto, a menores de 18 (dezoito) anos, inclusive por segmentação algorítmica, linguagem, estética, personagens, mascotes ou referências culturais do universo infantojuvenil;

II – a associação da aposta a enriquecimento fácil, ascensão social, solução de problemas financeiros, pagamento de dívidas, complementação de renda familiar, recuperação de perdas, independência financeira, investimento, trabalho, renda extra, êxito pessoal, mérito individual ou habilidade apta a neutralizar o risco da atividade;

III – a minimização, ocultação ou relativização do risco de perda financeira, de endividamento, de comprometimento da renda ou de agravamento de sofrimento psíquico;

IV – a utilização de dados pessoais de pessoas autoexcluídas, em tratamento ou recuperação por transtorno do jogo, ou que tenham solicitado bloqueio de marketing, para direcionamento publicitário ou reativação comercial;

V – a pré-instalação de aplicações, atalhos, banners ou ofertas de apostas em dispositivos eletrônicos, sistemas operacionais, aplicações de terceiros, smart TVs ou interfaces equivalentes;

VI – o envio de comunicação eletrônica direta sem consentimento prévio, livre, informado, inequívoco e revogável do destinatário;





SENADO FEDERAL

VII – o envio reiterado ou intrusivo de mensagens promocionais, alertas comerciais, convites individualizados, gatilhos de urgência ou estímulos personalizados voltados à retomada do comportamento de aposta;

VIII – a divulgação, por pessoa natural ou jurídica não autorizada, ou em favor de agente operador não autorizado, de serviços de apostas de quota fixa;

IX - a utilização de mensagens, ofertas, bônus, notificações, alertas, descontos, vantagens, gatilhos de urgência ou estímulos personalizados destinados à retomada da aposta por usuário que tenha reduzido sua frequência de jogo, registrado perdas relevantes, acionado limites, pausas, bloqueio de marketing, autoexclusão ou apresentado sinais de comportamento de risco;

X - a exploração, direta ou indireta, de estado de vulnerabilidade psíquica, emocional, econômica, social ou familiar do usuário para estimular a realização, continuidade, intensificação ou retomada de apostas;

XI - a divulgação, por qualquer meio, de ganhos, prêmios, bilhetes vencedores, prints de apostas, rankings, saldos positivos, odds vencedoras, supostas estratégias, sinais ou resultados individuais que induzam o público a acreditar na viabilidade ordinária de ganho financeiro por meio de apostas;

XII - a oferta, divulgação, venda, intermediação ou promoção de grupos de sinais, mentorias, métodos, cursos, comunidades, rankings, comparadores, canais pagos, *tipsters* ou serviços equivalentes que prometam, sugiram ou induzam expectativa de ganho, redução de risco, previsibilidade, recuperação de perdas ou vantagem econômica em apostas; e

XIII - a comunicação mercadológica que explore contextos de crise econômica, desemprego, endividamento, vulnerabilidade social, sofrimento emocional, luto, ansiedade, depressão, solidão ou qualquer situação de fragilidade pessoal ou familiar como oportunidade de captação, fidelização ou reativação de apostadores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das condutas vedadas previstas nos arts. 23 e 29 desta Lei.

Art. 17-C. Sem prejuízo do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 23 e no art. 29 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, os agentes operadores autorizados deverão:

I – manter, em seus canais eletrônicos e interfaces de uso, alertas permanentes, ostensivos e de fácil compreensão sobre os riscos do jogo compulsivo, do endividamento e da perda patrimonial;





SENADO FEDERAL

II – disponibilizar, de forma simples, gratuita, destacada e permanente, ferramenta de bloqueio integral de marketing e de comunicações promocionais;

III – adotar protocolos auditáveis de identificação de risco e de intervenção proporcional para prevenção e redução de danos, inclusive com alerta automático, alerta reforçado, pausa obrigatória, bloqueio temporário, restrição de depósito, restrição de perda, limitação de acesso a produtos digitais de alto risco, bloqueio de marketing e encaminhamento a canais públicos de orientação e cuidado, na forma do regulamento;

IV – cooperar com autoridades públicas no fornecimento de dados agregados e anonimizados, sempre que solicitados, conforme definido na forma de Regulamento;

V – assegurar que os mecanismos de consentimento, bloqueio, autoexclusão, pausa e limitação sejam acessíveis, permanentes e plenamente funcionais;

VI – assegurar mecanismos técnicos que impeçam o acesso, a oferta ou a simulação de jogos online de alto risco em suas plataformas, inclusive por terceiros, nos termos dos arts. 17-I a 17-N, sob pena de responsabilização solidária;

VII - assegurar que as advertências obrigatórias utilizem linguagem clara, direta e não promocional, com informação expressa de que apostas podem causar vício, endividamento, sofrimento psíquico, ruptura familiar, agravamento de ansiedade e depressão e aumento do risco de suicídio, vedado o uso de formulações genéricas, minimizadoras ou acompanhadas de elementos visuais que reduzam sua gravidade; e

VIII - assegurar que campanhas, avisos, relatórios, ações educativas ou comunicações relacionadas a jogo responsável, prevenção do transtorno do jogo ou redução de danos não contenham promoção de marca, bônus, estímulo à aposta, linguagem de fidelização, imagem de celebridades, atletas ou influenciadores, nem qualquer elemento destinado a reforçar reputação comercial de operador de apostas.

Parágrafo único. O tratamento, o compartilhamento e a divulgação dos dados de que trata o inciso IV do caput observarão a legislação de proteção de dados pessoais, vedada a identificação individual de apostadores.

Art. 17-D. As empresas divulgadoras de publicidade ou propaganda, incluídos provedores de aplicação de internet, plataformas digitais, marketplaces de aplicações, serviços de hospedagem, redes sociais e intermediários de mídia, deverão proceder à exclusão das divulgações e





SENADO FEDERAL

das campanhas irregulares após notificação da autoridade competente do Ministério da Fazenda.

§ 1º As empresas provedoras de conexão à internet e de aplicações de internet deverão proceder ao bloqueio dos sítios eletrônicos ou à exclusão dos aplicativos que ofereçam a loteria de apostas de quota fixa ou jogos online em desacordo com o disposto nesta Lei, após notificação da autoridade competente do Ministério da Fazenda.

§ 2º Os provedores de aplicações de internet que ofereçam aplicações de terceiros deverão proceder à exclusão, no âmbito e nos limites técnicos de seu serviço, das aplicações que tenham por objeto a exploração da loteria de apostas de quota fixa ou jogos online em desacordo com o disposto nesta Lei, após notificação da autoridade competente do Ministério da Fazenda.

§ 3º A notificação prevista neste artigo deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo, do canal, da aplicação, da campanha ou do serviço apontado como infringente, de modo a permitir sua localização inequívoca.

§ 4º A notificação prevista neste artigo deverá restringir-se a conteúdo de natureza comercial, promocional, publicitária ou mercadológica relacionado a apostas, vedada sua utilização para restringir conteúdo jornalístico, acadêmico, parlamentar, artístico, opinativo ou de debate público que não tenha finalidade promocional ou vínculo econômico com operador, afiliado ou intermediário de apostas;

§ 5º As empresas de que trata este artigo deverão manter canal permanente e funcional de comunicação com a autoridade competente do Ministério da Fazenda, que possibilite o recebimento e a tramitação prioritária das determinações previstas nesta Seção.

§ 6º O disposto neste artigo será executado nos limites técnicos do serviço e observado o disposto na legislação aplicável à internet e à proteção de dados pessoais.

§ 7º O descumprimento do disposto nesta Seção constitui infração administrativa punível na forma dos arts. 39 a 42 desta Lei, sem prejuízo da responsabilidade civil, consumerista, concorrencial e penal cabível, e das sanções previstas nesta Lei e na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023;

§ 8º O responsável notificado poderá apresentar recurso administrativo, sem efeito suspensivo quando houver risco de dano a crianças, adolescentes, idosos, pessoas autoexcluídas, pessoas em situação comprovada de adicção, superendividados ou demais grupos vulneráveis,





SENADO FEDERAL

assegurados o contraditório e a ampla defesa na forma do regulamento; e

§ 9º Aplica-se o disposto neste artigo, inclusive, aos conteúdos, aplicações e serviços que ofereçam ou simulem jogos online de alto risco, nos termos dos arts. 17-I a 17-N.

Art. 17-E. As restrições previstas nesta Seção, inclusive quanto às limitações à comunicação mercadológica e ao patrocínio, fundamentam-se na proteção da saúde pública, da saúde mental, do consumidor e de grupos vulneráveis, observado o princípio da proporcionalidade, considerando a natureza de risco da atividade de apostas e suas externalidades negativas para a saúde e a economia familiar.

Art. 18. É vedado ao agente operador, bem como às suas controladas e controladoras, por si ou por interposta pessoa, adquirir, licenciar, financiar a aquisição ou explorar direitos de eventos desportivos realizados no País para emissão, difusão, transmissão, retransmissão, reprodução, distribuição, disponibilidade ou qualquer forma de exibição de seus sons e imagens, por qualquer meio ou processo, bem como associar tais direitos à divulgação de marcas, canais, plataformas ou produtos relacionados à loteria de apostas de quota fixa.

Art. 18-A. Os agentes operadores e os demais sujeitos alcançados por esta Lei deverão cessar a veiculação de publicidade, propaganda e demais ações de comunicação mercadológica vedadas no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 18-B. Os contratos de patrocínio alcançados pelo art. 17-A da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, deverão ser adequados ou extintos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da publicação desta Lei.” (NR)

CAPÍTULO III DA PROTEÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS

Art. 3º A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar acrescida da seguinte Seção III no Capítulo V, com os seguintes arts. 17-F a 17-H:





SENADO FEDERAL

“Seção III

Da Proteção de Grupos Vulneráveis, da Prevenção e da Redução de Danos

Art. 17-F. Para os fins desta Lei, consideram-se grupos vulneráveis:

- I – crianças e adolescentes;
- II – pessoas autoexcluídas das plataformas de apostas;
- III – pessoas em tratamento ou recuperação por transtorno do jogo;
- IV – pessoas com sinais ou padrões de comportamento compatíveis com jogo problemático ou com risco elevado de agravamento de vulnerabilidade econômica, social ou psíquica;
- V - pessoas em situação de endividamento, superendividamento ou vulnerabilidade financeira;
- VI - familiares, cônjuges, companheiros, dependentes econômicos e pessoas que integrem o núcleo de convivência habitual de indivíduos com comportamento de jogo problemático, quando diretamente afetados por suas consequências econômicas, patrimoniais, sociais, psicológicas ou familiares;
- VII - pessoas beneficiárias de programas públicos de transferência de renda, pessoas inscritas em cadastros de inadimplência, pessoas em processo de renegociação de dívidas ou em situação de vulnerabilidade econômica reconhecida na forma do regulamento; e
- VIII – outras pessoas definidas em regulamento em razão de especial suscetibilidade aos danos associados à atividade de apostas.

Parágrafo único. A interpretação e a aplicação desta Seção observarão os princípios da proteção integral, da prevenção, da precaução, da redução de danos, da dignidade da pessoa humana, da proteção do consumidor e da proteção da economia familiar.

Art. 17-G. É vedado ao agente operador, direta ou indiretamente:

- I – direcionar comunicação, oferta, estímulo, ação promocional ou qualquer forma de abordagem comercial a crianças e adolescentes;
- II – utilizar linguagem, estética, personagens, mascotes, elementos visuais, trilhas, referências culturais ou estratégias de segmentação que atraiam ou alcancem, de modo relevante, crianças e adolescentes;
- III – utilizar dados pessoais de pessoas autoexcluídas, em tratamento ou recuperação por transtorno do jogo, ou que tenham solicitado bloqueio de marketing, para fins de direcionamento publicitário, reativação comercial ou estímulo à aposta;





SENADO FEDERAL

IV – enviar comunicações individualizadas, repetitivas ou intrusivas a pessoas com indícios de comportamento de risco, com a finalidade de incentivar a realização ou a retomada de apostas;

V – adotar práticas, mecanismos ou arquiteturas de escolha que induzam, manipulem ou dificultem a tomada de decisão consciente do usuário, especialmente aquelas destinadas a estimular a recuperação de perdas, a intensificação impulsiva de apostas, a permanência prolongada na plataforma ou a retomada do comportamento de aposta após manifestação de intenção de parada;

VI – utilizar comportamento de risco, histórico de perdas, endividamento, vulnerabilidade econômica, redução de frequência de aposta, tentativa de pausa, sofrimento psíquico, bloqueio de marketing ou manifestação de intenção de parar como critério para direcionamento de ofertas, bônus, mensagens promocionais, notificações, vantagens ou estímulos à retomada da aposta;

VII – oferecer, facilitar ou intermediar qualquer forma de crédito, financiamento, adiantamento ou antecipação de recursos vinculados, direta ou indiretamente, à realização de apostas;

VIII - utilizar algoritmos, modelos preditivos, segmentação comportamental ou sistemas automatizados que tenham por finalidade ou efeito identificar momentos de maior vulnerabilidade, perdas recentes, compulsão, tentativa de pausa, endividamento ou sofrimento psíquico para direcionar estímulos, bônus, notificações, ofertas ou mecanismos de retenção; e

IX - oferecer, facilitar, intermediar ou aceitar apostas realizadas mediante crédito, empréstimo, financiamento, adiantamento, cheque especial, cartão de crédito, crédito rotativo, antecipação salarial, antecipação de benefício social ou qualquer modalidade que permita apostar com recursos não imediatamente disponíveis como saldo próprio do usuário.

Art. 17-H. Os agentes operadores autorizados deverão adotar mecanismos permanentes, acessíveis e eficazes de proteção de grupos vulneráveis, inclusive:

I – verificação etária e controle de acesso aptos a impedir a participação de menores de 18 (dezoito) anos;

II – ferramenta de autoexclusão, de bloqueio temporário e de bloqueio definitivo, de uso simples, imediato e gratuito;

III – ferramenta de bloqueio integral de comunicações promocionais e mercadológicas;





SENADO FEDERAL

IV – mecanismos de limitação voluntária de tempo de uso, frequência, depósito, perda e movimentação financeira;

V – alertas permanentes, ostensivos e de fácil compreensão sobre os riscos do jogo compulsivo, do endividamento e da perda patrimonial;

VI – disponibilização ostensiva de informações sobre canais públicos e privados de orientação, prevenção e cuidado em saúde mental;

VII – disponibilização ao usuário, de forma clara e atualizada, de informações sobre seu comportamento de aposta, incluindo valores apostados, perdas acumuladas, tempo de uso e frequência.

§ 1º Os mecanismos previstos neste artigo deverão permanecer disponíveis de forma contínua, com acesso facilitado, vedada a adoção de obstáculos artificiais, fluxos excessivamente complexos ou recursos de desestímulo ao seu acionamento.

§ 2º A autoexclusão deverá produzir efeitos sobre todos os operadores autorizados, na forma do regulamento, vedada a reativação da conta, o envio de comunicação promocional, a concessão de bônus ou a oferta de vantagens durante o período de bloqueio.

§ 3º Regulamento disporá sobre os parâmetros mínimos de usabilidade, acessibilidade, transparência e efetividade dos mecanismos de proteção previstos neste artigo.” (NR)

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS E DA PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL

Art. 4º A Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar acrescida da seguinte Seção IV no Capítulo V, com a seguinte redação:

"Seção IV

Da Classificação de Risco dos Eventos e Objetos das Apostas de Quota Fixa e Jogos Online

Art. 17-I. Os eventos e objetos das apostas de quota fixa e jogos online de que trata esta Lei serão obrigatoriamente avaliados e classificados, previamente à sua oferta ao público e independentemente de sua natureza, quanto ao seu grau de risco à saúde pública.





SENADO FEDERAL

§ 1º A oferta ao público fica condicionada à prévia apreciação e aprovação da análise de risco pelo Ministério da Saúde, na forma do regulamento, sem prejuízo das competências regulatórias e da autorização para funcionamento exercidas pelo Ministério da Fazenda.

§ 2º A avaliação preliminar de que trata este artigo será realizada pelo agente operador, segundo metodologia, parâmetros e diretrizes fixados pelo Ministério da Saúde, e ficará sujeita à aprovação deste, na forma do regulamento.

§ 3º O agente operador deverá manter, em meio auditável e por prazo definido em regulamento, registro e documentação técnica da avaliação preliminar realizada, para fins de responsabilização, prestação de contas e fiscalização, especialmente nas hipóteses em que o evento ou objeto não for classificado como de risco excessivo.

§ 4º O Ministério da Saúde poderá, mediante decisão fundamentada e notificação prévia ao agente operador:

- I – determinar a reclassificação do evento ou objeto, inclusive de ofício;
- II – exigir a realização de avaliação de impacto regulatório complementar, inclusive enquanto perdurar investigação em curso;
- III – determinar a suspensão ou a proibição da exploração comercial do evento ou objeto como aposta de quota fixa, enquanto pendente a reclassificação ou a avaliação.

§ 5º Reclassificado o evento ou objeto como de risco alto, aplicam-se as medidas de mitigação previstas no art. 17-I; reclassificado como de risco excessivo, ou identificado pela autoridade competente, ou confirmado em processo de avaliação regulatória, o seu enquadramento nas hipóteses do art. 17-K, aplicam-se integralmente as vedações do art. 17-M e as obrigações do art. 17-N.

§ 6º Os eventos e objetos atualmente ofertados ao público como apostas de quota fixa deverão ser submetidos à avaliação prevista neste artigo no prazo de até 6 (seis) meses, contado da publicação desta Lei, priorizando-se aqueles diversos de eventos esportivos reais e os exclusivamente virtuais.

§ 7º Descumprido o prazo previsto no § 6º deste artigo, fica suspensa, de pleno direito, a oferta ao público dos eventos e objetos pendentes de avaliação, até a sua finalização pelo Ministério da Saúde.

§ 8º A constatação de avaliação preliminar fraudulenta, incompleta ou inverídica sujeita o agente operador às sanções previstas nesta Lei, sem prejuízo da imediata adoção das medidas regulatórias e de governança correspondentes ao grau de risco efetivamente identificado.





SENADO FEDERAL

§ 9º O Ministério da Saúde e o Ministério da Fazenda atuarão, na execução desta Seção, na forma do regulamento.

Art. 17-J. Para os fins desta Lei, consideram-se de risco alto os eventos e objetos de apostas de quota fixa que apresentem, alternativa ou cumulativamente, ao menos uma das seguintes características:

I – estejam vinculados a eventos virtuais que apresentem características de risco nos termos desta Lei;

II – sejam diversos dos eventos esportivos reais e verificáveis e não se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 17-K; ou

III – apresentem, em razão de suas características de oferta, design ou operação, impacto significativo nas condições de saúde, de sociabilidade, de segurança financeira e de proteção social dos usuários, nos termos dos critérios técnicos definidos no art. 17-L.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde poderá estabelecer, por regulamento, critérios técnicos complementares, observados o princípio da proteção da saúde pública e a evolução tecnológica dos produtos.

Art. 17-K. Para os fins desta Lei, consideram-se de risco excessivo os eventos e objetos de apostas de quota fixa que apresentem, alternativa ou cumulativamente, ao menos uma das seguintes características:

I – resultado determinado, predominantemente, por evento aleatório, simulação computacional ou gerador randômico de números, sem vinculação efetiva a evento real, externo e verificável;

II – ciclos contínuos, repetitivos e de alta frequência de apostas, jogadas ou rodadas, com resolução imediata ou em intervalo reduzido de tempo;

III – emprego de estímulos visuais, sonoros, hápticos ou de mecânicas de recompensa variável, intermitente ou de quase-acerto (*near miss*), bem como de quaisquer elementos de design comportamental destinados a prolongar o tempo de uso, a intensificar o engajamento ou a reduzir a percepção de risco pelo usuário;

IV – operação por meio de sistemas automatizados de oferta contínua, incluindo, exemplificativamente, jogos de roleta, de caça-níqueis (slots), de colisão (crash games), de cartas de resolução automatizada, esportes virtuais simulados e quaisquer produtos equivalentes, independentemente da denominação comercial adotada.

§ 1º A vinculação meramente formal a evento real, esportivo ou de outra natureza, quando o resultado da aposta não for efetiva e majoritariamente determinado por esse evento, não afasta o enquadramento previsto neste artigo.





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

§ 2º A classificação de que trata este artigo independe da denominação comercial, da categorização formal do produto, da estratégia tecnológica de oferta ou da forma de licenciamento, e prevalece sobre o resultado da avaliação preliminar realizada pelo agente operador, nos termos do art. 17-I.

§ 3º Os produtos enquadrados neste artigo são considerados, para fins regulatórios, produtos de risco excessivo à saúde pública, sujeitando-se às vedações do art. 17-M e às obrigações do art. 17-N, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Lei, sendo proibida a sua oferta ao público.

Art. 17-L. Aos eventos e objetos classificados como de risco alto aplicam-se medidas de mitigação de risco e de redução de danos, proporcionais ao grau de risco identificado, compreendendo, entre outras:

I – limites mais restritivos de frequência, de valor e de duração das apostas;

II – restrições qualificadas à comunicação mercadológica e ao patrocínio relativos a esses eventos e objetos;

III – obrigações específicas de transparência ao usuário quanto a probabilidades, volatilidade, perdas acumuladas e tempo de uso;

IV – protocolos reforçados de identificação de comportamento de risco e de intervenção progressiva;

V – mecanismos qualificados de pausa, autoexclusão e bloqueio temporário.

Parágrafo único. As medidas de que trata o caput serão disciplinadas em regulamento do Ministério da Saúde, sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Lei.

Art. 17-M. É vedada, em todo o território nacional, a exploração, oferta, disponibilização ou operação de eventos e objetos classificados como de risco excessivo, ainda que sob a forma de apostas de quota fixa ou qualquer outra modalidade.

§ 1º A vedação de que trata o *caput* inclui:

I – a disponibilização direta por agentes operadores autorizados;

II – a intermediação, hospedagem, distribuição ou facilitação de acesso por plataformas digitais, provedores de aplicação ou terceiros;

III – a promoção, divulgação ou recomendação, por qualquer meio, inclusive por afiliados, influenciadores ou conteúdos patrocinados;





SENADO FEDERAL

IV – a disponibilização por meio de aplicações móveis, sítios eletrônicos, interfaces digitais, dispositivos eletrônicos ou quaisquer meios tecnológicos equivalentes.

§ 2º Considera-se infração a manutenção de funcionalidades, interfaces ou sistemas que reproduzam, simulem ou viabilizem, ainda que parcialmente, as mecânicas descritas no art. 17-I.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se independentemente da denominação comercial, da classificação formal do produto ou da estratégia tecnológica utilizada para sua oferta.

§ 4º A vedação prevista neste artigo prevalece sobre qualquer autorização ou licença previamente concedida.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se inclusive a operadores sediados no exterior que disponibilizem acesso a usuários localizados no território nacional.

§ 6º A vedação prevista neste artigo não gera direito à indenização ou compensação por investimentos realizados em atividades posteriormente enquadradas como de risco excessivo.

Art. 17-N. Os agentes operadores autorizados deverão adotar medidas técnicas para impedir o acesso, a oferta ou a simulação de eventos e objetos classificados como de risco excessivo em suas plataformas, inclusive quando disponibilizados por terceiros, sob pena de responsabilização solidária.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às sanções previstas nesta Lei." (NR)

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

Art. 5º Sem prejuízo das obrigações previstas na Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, e nas demais disposições desta Lei, os agentes operadores de apostas online autorizados a funcionar no Brasil ficam sujeitos a obrigações de mitigação de risco, cooperação institucional e





SENADO FEDERAL

financiamento de ações de saúde pública destinadas à prevenção e ao tratamento do transtorno do jogo.

§1º Para fins de mitigação de risco no ambiente das plataformas, os operadores deverão:

I – incluir, em todas as comunicações institucionais e nas plataformas digitais de apostas, alertas permanentes, visíveis e de fácil compreensão sobre os riscos do jogo compulsivo, do endividamento e da perda patrimonial, em modelo semelhante ao adotado em políticas de controle do tabaco previstas na Lei nº 9.294/1996;

II – implementar mecanismos técnicos de autoexclusão voluntária, bem como limites configuráveis de depósito, de perda e de tempo de jogo, assegurando sua plena funcionalidade, acessibilidade e gratuidade;

III – vedar qualquer mecanismo que permita ao apostador apostar com recursos que não dispõe no momento da aposta, incluindo oferta, facilitação ou intermediação de qualquer forma de crédito, financiamento, adiantamento ou antecipação de recursos vinculados, direta ou indiretamente, à realização das apostas;

IV – disponibilizar ao usuário, de forma clara, acessível e atualizada, informações sobre seu comportamento de aposta, incluindo valores apostados, perdas acumuladas, tempo de uso e frequência;

V – adotar protocolos proporcionais e auditáveis de identificação de comportamento de risco e de intervenção progressiva, incluindo alertas automatizados, alertas reforçados, pausas obrigatórias e restrições temporárias de acesso, nos termos do regulamento;

VI – abster-se de adotar práticas, mecanismos ou arquiteturas de escolha que induzam, manipulem ou dificultem a tomada de decisão consciente do usuário, especialmente aquelas destinadas a estimular a recuperação de perdas, a intensificação impulsiva de apostas ou a permanência prolongada na plataforma.

§2º Para fins de cooperação institucional e monitoramento em saúde pública, os operadores deverão:





SENADO FEDERAL

I – fornecer, semestralmente, ao Ministério da Saúde e ao órgão regulador, dados anonimizados sobre padrões de uso das plataformas, incluindo indicadores de comportamento compulsivo, para fins de monitoramento epidemiológico;

II – disponibilizar em suas plataformas acesso facilitado a canais públicos de orientação e apoio a pessoas com sinais de dependência em jogos;

III – cooperar com o poder público na implementação de sistemas nacionais de autoexclusão e proteção ao usuário.

§ 3º O descumprimento das obrigações previstas neste artigo sujeita o operador às sanções do Capítulo VI desta Lei, sem prejuízo da responsabilidade civil por danos à saúde dos apostadores.

Art. 6º O Poder Executivo Federal deverá:

I – promover a elaboração ou atualização de protocolo clínico e diretriz terapêutica para o transtorno do jogo no âmbito do SUS, observados os procedimentos e instâncias técnicas competentes;

II – incluir o transtorno do jogo nos programas de capacitação de profissionais de saúde, especialmente no âmbito da atenção básica e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS);

III – integrar o monitoramento do transtorno do jogo e dos comportamentos de risco associados às apostas online aos sistemas nacionais de informação em saúde e vigilância epidemiológica existentes, assegurada a produção de indicadores específicos;

IV – publicar relatório anual sobre o impacto das apostas online nos indicadores de saúde mental, endividamento familiar e demanda por serviços de saúde e assistência social;

V - disponibilizar, em sítio eletrônico oficial, lista dos agentes operadores de apostas autorizados, com seus canais digitais oficiais;

VI – disponibilizar, em sítio eletrônico oficial, orientações para familiares e pessoas próximas de indivíduos com comportamento de jogo





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

problemático, com informações sobre sinais de transtorno do jogo, prevenção ao superendividamento, proteção patrimonial mínima, acesso a tratamento e medidas de apoio psicossocial.

§ 1º As ações descritas nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser implementadas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei.

§ 2º A integração de dados prevista no inciso III deverá ser realizada no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias após a publicação desta Lei.

CAPÍTULO VI DAS SANÇÕES

Art. 7º O descumprimento das disposições desta Lei sujeita os infratores às seguintes penalidades, aplicáveis de forma isolada ou cumulativa, a critério da autoridade competente, observados a gravidade da infração, o grau de risco ou dano causado, a vantagem auferida, a capacidade econômica do infrator, a reincidência, a cooperação com a fiscalização, a adoção de medidas corretivas e o impacto sobre crianças, adolescentes, pessoas em situação de adicção, superendividados, pessoas em sofrimento psíquico ou famílias vulneráveis:

I – advertência formal, com determinação de cessação imediata da conduta infratora;

II – multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, considerando a capacidade econômica do infrator, o alcance da publicidade, a vantagem auferida, o dano potencial ou efetivo, a adoção de medidas corretivas e a reincidência;

III – determinação de retirada imediata, bloqueio ou cessação imediata do conteúdo ilícito de todos os canais de veiculação mediante notificação específica;

IV – suspensão temporária da autorização para operar apostas no Brasil, pelo prazo de 30 (trinta) a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias nos casos de infração grave, reincidência, descumprimento de determinações da autoridade competente, exploração de grupos

21



Assinado eletronicamente, por Sen. Damarens Alves e outros

Para verifica

Avulso do PL 2470/2026 [22 de 33]





SENADO FEDERAL

vulneráveis, reativação comercial de pessoa em situação de risco ou violação reiterada de medidas de proteção à saúde mental, à economia familiar e à pessoa em situação de adicção;

V – cassação definitiva da autorização para operar apostas no Brasil, nos casos de reincidência qualificada, infração dolosa de especial gravidade, exploração deliberada de grupos vulneráveis ou descumprimento reiterado de medidas de proteção à saúde mental e à economia familiar;

VI – proibição, pelo prazo de até 10 (dez) anos, de obter nova autorização de operação de apostas no território nacional.

§ 1º As multas previstas no inciso II serão agravadas em dobro nos casos de reincidência ou de infrações que tenham como público atingido predominantemente crianças, adolescentes, pessoas em tratamento por transtorno do jogo ou demais grupos vulneráveis.

§ 2º Na dosimetria das sanções, a autoridade competente poderá considerar como circunstâncias atenuantes a cessação imediata da conduta, a cooperação efetiva com a fiscalização, a adoção espontânea de medidas de reparação, a comunicação voluntária da irregularidade e a implementação de mecanismos adicionais de proteção ao usuário e à economia familiar.

§ 3º As plataformas digitais de intermediação, incluindo redes sociais, serviços de streaming e motores de busca, que veicularem publicidade de apostas em desconformidade com esta Lei, serão solidariamente responsáveis pela infração, sujeitando-se às mesmas penalidades quando veicularem, comercializarem, impulsionarem, monetizarem ou intermediarem publicidade de apostas em desconformidade com esta Lei, ou quando, após notificação específica, fundamentada e individualizada da autoridade competente, deixarem de adotar as providências tecnicamente cabíveis para remoção ou bloqueio do conteúdo irregular no prazo regulamentar.

§ 4º A pessoa física, incluindo influenciadores digitais, atletas, artistas, celebridades comunicadores, *tipsters*, afiliados ou produtores de conteúdo, que veicular, recomendar, promover, intermediar ou monetizar publicidade de apostas, que veicular publicidade de apostas em desacordo com esta Lei, sujeita-se à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$





SENADO FEDERAL

5.000.000,00 (cinco milhões de reais) por infração, , observado o grau de participação, a capacidade econômica, o alcance da divulgação, a vantagem auferida e o impacto sobre grupos vulneráveis.

§ 5º O produto das multas arrecadadas nos termos deste artigo será destinado ao Fundo Nacional de Saúde, vinculado ao custeio de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento do transtorno do jogo patológico, de prevenção ao suicídio, de atenção à saúde mental, de educação financeira e de proteção da economia familiar, na forma do regulamento.

Art. 8º A fiscalização e a aplicação das penalidades previstas nesta Lei caberão ao Poder Executivo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estabelecendo, entre outros aspectos:

I – os critérios para caracterização da publicidade direta e indireta de apostas online, inclusive no ambiente digital;

II – os requisitos técnicos para os mecanismos de autoexclusão, bloqueio e controle de jogo responsável;

III – os indicadores de monitoramento do impacto das apostas online na saúde pública e no endividamento das famílias;

IV – os procedimentos de fiscalização, notificação e aplicação das sanções previstas nesta Lei, inclusive no ambiente digital;

V – os critérios e prazos para atuação das plataformas digitais na remoção ou bloqueio de publicidade em desconformidade com esta Lei.

Art. 10. Os agentes operadores e demais sujeitos alcançados por esta Lei terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei, para cessar integralmente a oferta, disponibilização ou exploração de jogos online de alto risco, nos termos do art. 17-M desta Lei.





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeita o infrator às sanções previstas nesta Lei, incluindo suspensão das atividades e cassação da autorização.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil atravessa uma crise silenciosa de saúde pública. Desde a regulamentação das apostas de quota fixa pela Lei nº 14.790/2023, o país assistiu a uma explosão sem precedentes no mercado de apostas eletrônicas, acompanhada de uma avalanche de publicidade que dominou todos os espaços de comunicação: a televisão aberta, as redes sociais, as camisas de times de futebol, as plataformas de streaming e até os perfis de influenciadores digitais seguidos por milhares de brasileiros, inclusive por crianças e adolescentes.

Embora iniciativas recentes de autorregulação tenham sido adotadas pelo setor, sob coordenação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), tais medidas mostram-se insuficientes diante da magnitude dos impactos sanitários, sociais e econômicos associados à expansão das apostas online no país. As regras vigentes concentram-se em parâmetros formais de publicidade responsável, mas não enfrentam o problema estrutural da exposição contínua e disseminada da população a estímulos comerciais que incentivam o comportamento de aposta, inclusive entre pessoas vulneráveis, endividadas ou em situação de sofrimento psíquico.

Além disso, o modelo de autorregulação não impõe restrições efetivas à presença das marcas em patrocínios esportivos, à atuação de influenciadores digitais nem à difusão permanente de conteúdos promocionais em ambientes digitais. Como resultado, observa-se um processo crescente de normalização social das apostas, com impactos diretos sobre a saúde mental, o endividamento das famílias e a demanda por políticas públicas de assistência, cuidado e proteção social.





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

Nesse contexto, torna-se necessário superar a abordagem que trata as apostas como um produto comercial ordinário. Trata-se, na realidade, de um produto de risco, com potencial significativo de gerar danos à saúde mental e ao bem-estar da população, exigindo, portanto, resposta regulatória compatível com sua natureza. Importa destacar que a presente proposta não implica a proibição da atividade econômica de apostas de forma geral, mas estabelece limites proporcionais e diferenciados conforme o nível de risco dos produtos ofertados, em linha com o dever do Estado de proteção da saúde pública e do consumidor.

Importa destacar que a presente proposta não implica a proibição da atividade econômica de apostas de forma geral, mas estabelece limites proporcionais e diferenciados conforme o nível de risco dos produtos ofertados, em linha com o dever do Estado de proteção da saúde pública, do consumidor, da pessoa em situação de adicção, de crianças e adolescentes, dos superendividados e das famílias brasileiras.

O drama das apostas digitais não pode ser tratado apenas como questão de mercado, arrecadação ou entretenimento. Por trás dos números existem pessoas em sofrimento, famílias endividadas, jovens capturados por promessas de dinheiro fácil, trabalhadores que perdem a renda do mês, mães e pais que veem desaparecer recursos essenciais da casa e indivíduos que, em situação de adicção, ansiedade, depressão ou desespero financeiro, são estimulados a continuar apostando justamente quando mais precisam parar.

A pessoa em situação de adicção não se encontra em plena igualdade de condições diante de plataformas desenhadas para estimular repetição, urgência, recuperação de perdas e permanência prolongada. Por isso, a resposta legislativa não pode se limitar a advertências genéricas. É necessário impedir a publicidade predatória, a reativação comercial de vulneráveis, os bônus de retorno, os mecanismos de retenção e a exploração econômica do sofrimento humano.

Para além da publicidade, é fundamental reconhecer que nem todos os produtos de apostas apresentam o mesmo nível de risco. Parte relevante do crescimento recente do setor está associada à disseminação de jogos digitais de alta intensidade, caracterizados por ciclos contínuos,





SENADO FEDERAL

alta frequência de uso e resolução imediata de resultados. Esses produtos são estruturados para maximizar o engajamento do usuário, por meio de mecanismos comportamentais como recompensas intermitentes, reforço variável e eventos de “quase-acerto”, amplamente reconhecidos na literatura científica como fatores que aumentam o risco de dependência.

Diferentemente das apostas baseadas em eventos reais, esses jogos operam a partir de algoritmos e geradores randômicos, permitindo repetição indefinida e consumo intensivo em curtos períodos de tempo. Evidências internacionais indicam que tais características elevam significativamente o risco de desenvolvimento de transtornos relacionados ao jogo, com impactos mais rápidos e mais severos sobre a saúde mental, o endividamento e a estabilidade das famílias.

A experiência recente demonstra que o problema não está apenas na decisão individual de apostar, mas também na forma como determinadas plataformas são desenhadas para prolongar a permanência do usuário, estimular apostas sucessivas, explorar perdas recentes, oferecer recompensas intermitentes e dificultar a interrupção do comportamento de jogo. A proteção da população exige, portanto, que a regulação alcance não apenas a publicidade externa, mas também a arquitetura digital interna dos produtos de aposta, especialmente quando estruturada para aumentar o engajamento compulsivo e reduzir a capacidade de decisão consciente do usuário.

Diante desse cenário, a presente proposta introduz uma distinção regulatória entre modalidades de menor e maior risco sanitário, classificando determinados jogos digitais como produtos de alto risco à saúde pública e estabelecendo restrições à sua oferta. Trata-se de medida proporcional, alinhada às melhores práticas internacionais de regulação de produtos nocivos, nas quais o foco recai não apenas sobre a comunicação, mas também sobre as características intrínsecas do produto que ampliam seu potencial de dano.

A proposta dialoga com experiências já consolidadas no ordenamento jurídico brasileiro no enfrentamento de produtos com impactos negativos à saúde pública, como o tabaco e o álcool. Nesses casos, o Estado reconheceu a necessidade de limitar práticas publicitárias e





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

estabelecer restrições proporcionais à proteção da saúde coletiva, especialmente de grupos vulneráveis. No caso das apostas online, a necessidade de intervenção é ainda mais sensível, considerando a rapidez com que os danos podem se manifestar.

Diferentemente de outros produtos de risco, cujos efeitos adversos frequentemente se acumulam ao longo de anos ou décadas, o transtorno do jogo pode evoluir rapidamente para situações de endividamento severo, perda de patrimônio, ruptura de vínculos sociais e agravamento de quadros de ansiedade e depressão. Em muitos casos, esses efeitos se materializam em poucos meses, com impactos profundos sobre a estrutura econômica e emocional das famílias, sendo também associados ao aumento do risco de ideação e tentativa de suicídio.

A proteção da família constitui eixo central da presente proposta. O dano decorrente da aposta compulsiva não se limita ao indivíduo que aposta. Em muitos casos, alcança cônjuges, companheiros, filhos, dependentes econômicos e demais integrantes do núcleo familiar, que passam a suportar os efeitos do endividamento, da ocultação de perdas, da dilapidação patrimonial, da instabilidade emocional e da ruptura da confiança doméstica. Por essa razão, a regulação das apostas digitais deve considerar não apenas a liberdade individual do apostador adulto, mas também as externalidades concretas impostas à economia familiar e à saúde mental das pessoas que convivem com o comportamento de jogo problemático.

A literatura científica reforça esse diagnóstico. Estudos recentes indicam que a exposição à publicidade e às estratégias de marketing do setor está diretamente associada ao aumento da intenção e da prática de apostas, contribuindo para comportamentos de maior risco, especialmente entre jovens e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, esse cenário é agravado por dinâmicas de desinformação no ambiente digital. Análises empíricas indicam que conteúdos promocionais frequentemente apresentam as apostas como alternativa de renda ou solução financeira, reforçando narrativas de “dinheiro fácil” e ocultando os riscos associados ao endividamento, ao transtorno do jogo e ao sofrimento familiar. Expressões como “renda





SENADO FEDERAL

extra”, “lucro certo”, “sinais”, “grupo VIP”, “método garantido”, “recuperação de perdas” ou “ganhe dinheiro assistindo jogo” funcionam como instrumentos de indução, especialmente sobre pessoas economicamente vulneráveis ou já endividadas.

Por essa razão, a presente proposta veda não apenas a publicidade ostensiva, mas também a linguagem promocional destinada a apresentar a aposta como atividade segura, fonte de renda, solução financeira, oportunidade de lucro, forma de recuperação de prejuízo ou vantagem econômica previsível. O objetivo é impedir que a publicidade transforme vulnerabilidade econômica em oportunidade de captura comercial.

Também se mostra indispensável enfrentar o papel dos influenciadores digitais, afiliados, *tipsters*, celebridades, atletas e produtores de conteúdo. A difusão de apostas por pessoas com audiência pública relevante reduz a percepção de risco, confere aparência de legitimidade à atividade e alcança públicos especialmente sensíveis, inclusive adolescentes e jovens adultos. A publicidade disfarçada, os links de afiliados, os cupons promocionais, os grupos de sinais e a divulgação seletiva de ganhos compõem um ecossistema de incentivo permanente ao jogo.

A proposta também estabelece limites à atuação das plataformas digitais e intermediários de mídia, com o cuidado de preservar a distinção entre publicidade comercial irregular e conteúdo jornalístico, acadêmico, parlamentar, artístico ou opinativo. A intenção não é restringir o debate público sobre apostas, mas impedir a circulação de comunicação mercadológica destinada a estimular, reativar, fidelizar ou intensificar o comportamento de aposta em desacordo com a legislação.

Outro eixo essencial da proposta é a criação de mecanismos de proteção efetiva aos usuários em risco. Alertas genéricos e mensagens padronizadas de “jogo responsável” não são suficientes quando a pessoa já apresenta comportamento compulsivo, perda crítica, superendividamento, sofrimento psíquico ou tentativa reiterada de recuperação de perdas. Nessas hipóteses, a atuação regulatória deve exigir medidas concretas de contenção, como pausa obrigatória, bloqueio temporário, limitação de





SENADO FEDERAL

depósito e perda, bloqueio de marketing e interrupção de comunicações promocionais.

A proposta também prevê o fortalecimento da autoexclusão e do bloqueio de marketing. A autoexclusão isolada por plataforma revela-se insuficiente quando o usuário pode migrar imediatamente para outro operador. Por isso, a criação de mecanismos nacionais ou interoperáveis de proteção é indispensável para impedir que a pessoa em adicção continue sendo estimulada por diferentes plataformas ou redirecionada para novos ambientes de aposta.

A proteção contra o endividamento também exige medidas específicas. Não é admissível que a atividade de apostas seja financiada por crédito, empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, crédito rotativo, antecipação salarial, antecipação de benefício social ou qualquer modalidade que permita apostar com recursos que o usuário não possui. A aposta com crédito amplia o risco de superendividamento, compromete a renda familiar e agrava o ciclo de perdas, ocultação e desespero financeiro.

A presente proposta reconhece, ainda, que o Estado precisa dispor de dados adequados para compreender a dimensão sanitária, social e econômica do problema. Por isso, prevê o encaminhamento de dados agregados e anonimizados ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Saúde, abrangendo autoexclusões, bloqueios, pausas, alertas emitidos, intervenções realizadas, perdas acumuladas por faixas de valor, padrões de risco, comunicações promocionais bloqueadas e indicadores relacionados a comportamento compulsivo, sofrimento psíquico, superendividamento e risco de autolesão.

Esse monitoramento é essencial para que o Poder Público deixe de atuar apenas de forma reativa e passe a formular políticas públicas baseadas em evidências, com integração entre regulação econômica, defesa do consumidor, saúde mental, assistência social e prevenção ao superendividamento. O transtorno do jogo não pode ser invisível para o Sistema Único de Saúde, para a rede de assistência social ou para os órgãos de proteção do consumidor.





SENADO FEDERAL

Os dados disponíveis evidenciam a dimensão do problema. Estimativas recentes apontam que os danos associados às apostas geram um custo social anual de aproximadamente R\$ 38,8 bilhões no Brasil, dos quais mais de R\$ 30 bilhões estão relacionados a impactos na saúde, incluindo depressão, perda de qualidade de vida e suicídio. Ao mesmo tempo, cerca de 12,8 milhões de brasileiros encontram-se em situação de risco em relação ao comportamento de apostas.

Esse quadro revela uma clara assimetria entre os benefícios arrecadatários e os custos sociais da atividade. Enquanto o setor gera receitas relevantes no curto prazo, seus efeitos negativos são amplamente absorvidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pela rede de assistência social e pelas famílias brasileiras.

Diante dessa realidade, a presente proposta não se limita a restringir a publicidade das apostas, mas enfrenta também aspectos estruturais do mercado que contribuem para a intensificação dos danos associados ao jogo. Ao distinguir produtos de maior risco e estabelecer restrições proporcionais à sua oferta, o projeto alinha a regulação brasileira a uma abordagem de saúde pública, priorizando a proteção das famílias, a redução de danos e a sustentabilidade do sistema de saúde frente ao crescimento acelerado do setor.

Embora existam proposições legislativas voltadas à restrição da publicidade e do patrocínio de apostas, a presente proposta adota abordagem mais abrangente, orientada pela proteção da saúde mental, da economia familiar, da pessoa em situação de adicção e de grupos vulneráveis. O texto não se limita à comunicação mercadológica, mas enfrenta também mecanismos de indução comportamental, produtos digitais de alto risco, bloqueio de marketing, autoexclusão, protocolos de intervenção, monitoramento epidemiológico e deveres de cooperação com políticas públicas de saúde e proteção do consumidor.

A medida é, portanto, necessária, adequada e proporcional. Necessária, porque a autorregulação e as regras atualmente existentes não têm sido suficientes para conter a expansão da publicidade predatória e dos danos associados às apostas online. Adequada, porque atua diretamente sobre os fatores que ampliam o risco de vício, endividamento e sofrimento





SENADO FEDERAL

SF/26201.35753-20

psíquico. Proporcional, porque não proíbe genericamente a atividade autorizada, mas limita práticas de maior risco, especialmente aquelas voltadas à captação, retenção, reativação e exploração de usuários vulneráveis.

O Estado não pode permitir que a vulnerabilidade humana seja convertida em modelo de negócio. A pessoa em adicção não é consumidor comum. A família endividada não pode ser tratada como dano colateral aceitável. A publicidade que vende aposta como esperança econômica, entretenimento inofensivo ou caminho de renda precisa ser reconhecida como publicidade predatória de produto de risco.

Por essas razões, a aprovação do presente projeto representa medida indispensável para proteger a saúde mental, a dignidade da pessoa humana, a economia familiar, os consumidores vulneráveis e a sociedade brasileira diante dos impactos crescentes das apostas digitais.

Sala das Sessões,

Senadora DAMARES ALVES



Assinado eletronicamente, por Sen. Damares Alves e outros
Para verifica



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.294, de 15 de Julho de 1996 - Lei Antifumo; Lei Murad; Lei Antitabagismo - 9294/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9294>

- Lei nº 14.790, de 29 de Dezembro de 2023 - LEI-14790-2023-12-29 - 14790/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;14790>

- art17-1

- art23_par3

- art23_par4

- art29





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2484, DE 2026

Institui o Protocolo Nacional de Padronização de Tratamento do Paciente com Neuroblastoma, com foco na dignidade humana e proteção integral à criança e dá outras providências.

AUTORIA: Senadora Dra. Eudócia (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 2484/2026 [1 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

SF/26630.87328-10

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

(Da Senadora DRA EUDÓCIA)

Institui o Protocolo Nacional de Padronização de Tratamento do Paciente com Neuroblastoma, com foco na dignidade humana e proteção integral à criança e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Protocolo Nacional de Padronização de Tratamento do Paciente com Neuroblastoma, com foco na dignidade humana e proteção integral à criança e dá outras providências.

Art. 2º O Protocolo Nacional de Tratamento do Neuroblastoma será orientado pelos seguintes princípios:

I – padronização dos critérios diagnósticos, terapêuticos e de estratificação de risco, fundamentada nas melhores evidências científicas disponíveis e em diretrizes clínicas nacional e internacionalmente reconhecidas;

II – garantia da equidade no acesso às ações, serviços, procedimentos e tecnologias em saúde, assegurando tratamento integral, oportuno e de qualidade uniforme em todo o território nacional;



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [2 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

III – individualização e personalização terapêutica, considerando as características clínicas, histopatológicas, genéticas, moleculares e o estadiamento tumoral de cada paciente;

IV – integralidade da assistência em saúde, compreendendo as ações de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, monitoramento clínico, cuidados paliativos, reabilitação e acompanhamento multiprofissional contínuo;

V – celeridade na avaliação, incorporação, disponibilização e atualização de tecnologias em saúde, medicamentos, terapias e protocolos clínicos aprovados pelas instâncias competentes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º O diagnóstico do neuroblastoma no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS deverá observar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas atualizadas, compreendendo, sempre que clinicamente indicado e tecnicamente disponível:

I – avaliação clínica completa, incluindo anamnese detalhada, histórico médico e familiar, exame físico geral e investigação dos sinais e sintomas compatíveis com a doença;

II – realização de exames laboratoriais, abrangendo hemograma completo, análises bioquímicas e avaliação das funções renal, hepática e metabólica do paciente;

III – exames urinários para dosagem de catecolaminas e de seus metabólitos, especialmente ácido vanilmandélico (VMA) e ácido homovanílico (HVA), como instrumentos auxiliares para confirmação diagnóstica e monitoramento da doença;

IV – avaliação neurológica integral, destinada à identificação de comprometimentos neurológicos, compressões medulares, síndromes paraneoplásicas e demais alterações associadas ao neuroblastoma;

V – realização de exames de imagem para identificação, localização anatômica, caracterização e estadiamento tumoral, incluindo radiografia,



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [3 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética e outros métodos diagnósticos pertinentes;

VI – exames citogenéticos, moleculares e genéticos, sempre que disponíveis, destinados à estratificação de risco, identificação de marcadores prognósticos e definição da estratégia terapêutica mais adequada;

VII – cintilografia com metaiodobenzilguanidina (MIBG), preferencialmente com utilização de Iodo-123, sempre que disponível, como método de referência para avaliação da extensão da doença, pesquisa de metástases e monitoramento da resposta terapêutica. Art. 6º O tratamento do neuroblastoma deverá ser estruturado de forma multimodal, podendo incluir, conforme indicação clínica:

- a) quimioterapia;
- b) cirurgia;
- c) radioterapia;
- d) quimioterapia mieloablativa seguida de resgate com células-tronco hematopoéticas;
- e) imunoterapia;
- f) terapias-alvo e outras abordagens inovadoras baseadas no perfil molecular do tumor.

Art. 4º Poderá ser autorizado, em caráter excepcional e mediante critérios técnico-científicos definidos pela autoridade sanitária competente, o uso de medicamentos em fase avançada de desenvolvimento clínico (fase III), desde que inexistam alternativas terapêuticas eficazes disponibilizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, observadas as evidências de segurança e eficácia disponíveis, bem como o consentimento livre e esclarecido do paciente ou de seu representante legal.

Art. 5º Fica assegurada a adoção de terapias personalizadas e de precisão, fundamentadas nas características clínicas, histopatológicas, moleculares e genéticas individuais do paciente, com a finalidade de:

- I – ampliar a efetividade e a resposta terapêutica;



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [4 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

II – aumentar as taxas de sobrevida global e sobrevida livre de progressão da doença;

III – reduzir a ocorrência de efeitos adversos e a toxicidade sobre células e tecidos não neoplásicos;

IV – promover maior segurança, individualização e racionalidade na condução terapêutica.

Art. 6º O Poder Executivo, em articulação com instituições públicas e privadas de pesquisa, assistência e inovação em saúde, promoverá:

I – o desenvolvimento contínuo de pesquisas clínicas, genômicas, moleculares e translacionais relacionadas ao neuroblastoma;

II – o aprimoramento permanente dos métodos diagnósticos, prognósticos e terapêuticos aplicáveis à doença;

III – a implementação e a disseminação de protocolos, diretrizes e boas práticas assistenciais baseadas em evidências científicas atualizadas;

IV – o fortalecimento da cooperação técnico-científica entre centros de referência nacionais e internacionais especializados em oncologia pediátrica;

V – o incentivo à incorporação de tecnologias inovadoras voltadas ao diagnóstico precoce e ao tratamento do neuroblastoma no âmbito do SUS.

Art. 7º Serão implementadas ações de formação, capacitação e educação continuada de profissionais de saúde especializados em oncologia pediátrica, com foco no diagnóstico e tratamento do neuroblastoma.

Art. 8º Fica instituído o Banco Nacional de Dados sobre Neuroblastoma, de caráter nacional, integrado e interoperável, com a finalidade de consolidar informações epidemiológicas, clínicas, terapêuticas e assistenciais relativas aos pacientes diagnosticados com neuroblastoma no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, visando:

I – realizar o rastreamento e o acompanhamento longitudinal dos pacientes atendidos na rede pública de saúde;



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [5 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

II – coletar, sistematizar e analisar indicadores demográficos, clínicos, laboratoriais, genéticos, diagnósticos, de estadiamento, terapêuticos e de evolução clínica;

III – monitorar a qualidade, a efetividade e a integralidade da assistência prestada aos pacientes;

IV – subsidiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em oncologia pediátrica;

V – fomentar a produção de conhecimento científico, estatístico e epidemiológico relacionado ao neuroblastoma, observadas as normas de proteção de dados pessoais e sigilo médico.

Art. 9º Os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT relacionados ao neuroblastoma terão tramitação prioritária nos órgãos competentes do Sistema Único de Saúde – SUS, devendo sua implementação ocorrer de forma célere e obrigatória após aprovação pelas instâncias competentes, assegurando-se:

I – a rápida disponibilização de medicamentos, procedimentos, produtos e tecnologias em saúde incorporados ao SUS;

II – o efetivo, universal e equitativo acesso dos pacientes aos tratamentos indicados;

III – prioridade regulatória e assistencial para medicamentos e terapias destinados ao tratamento oncológico infantojuvenil;

IV – a redução do tempo entre a incorporação tecnológica e a efetiva oferta terapêutica nos serviços públicos de saúde.

Art. 10. As diretrizes clínicas, protocolos assistenciais e terapêuticos relacionados ao neuroblastoma deverão ser permanentemente revisados e atualizados, com fundamento em evidências científicas nacionais e internacionais, ensaios clínicos multicêntricos, estudos translacionais e recomendações técnico-científicas de organismos especializados, observados os princípios da medicina baseada em evidências e da atualização contínua das práticas assistenciais.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [6 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

Art. 11. As tecnologias em saúde incorporadas ao Sistema Único de Saúde – SUS para diagnóstico, tratamento, monitoramento e acompanhamento do neuroblastoma deverão ser obrigatoriamente disponibilizadas em toda a rede assistencial habilitada, de forma universal, tempestiva e contínua, assegurando-se sua efetiva implementação e acesso pelos pacientes nos serviços públicos de saúde.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará medidas de monitoramento, logística e financiamento destinadas a garantir a adequada distribuição e operacionalização das tecnologias incorporadas em todas as unidades assistenciais competentes.

Art. 12. O Poder Público promoverá ações intersetoriais e integradas voltadas à garantia de atendimento digno, humanizado, acolhedor e centrado no paciente e em sua família, assegurando a proteção integral da criança e do adolescente, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da integralidade da assistência e da empatia no cuidado em saúde.

Parágrafo único. As ações de que trata o caput compreenderão apoio psicossocial, assistência multiprofissional, orientação familiar, cuidados paliativos quando indicados e medidas destinadas à redução do sofrimento físico e emocional do paciente e de seus familiares.

Art. 13. Fica assegurado aos pacientes diagnosticados com neuroblastoma o acesso a atendimento multiprofissional e multidisciplinar contínuo, integrado e humanizado, de forma a garantir a integralidade do cuidado em todas as fases da doença, compreendendo, entre outros, acompanhamento médico especializado, assistência psicológica, psiquiátrica, nutricional, fisioterapêutica, farmacêutica, odontológica e serviço social.

Parágrafo único. O suporte psicológico e social deverá ser disponibilizado de maneira contínua ao paciente e à sua família, inclusive durante as fases de diagnóstico, tratamento, reabilitação, cuidados paliativos e acompanhamento pós-terapêutico.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [7 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

Art. 14. O Poder Público instituirá e implementará políticas públicas destinadas a assegurar aos pacientes com neuroblastoma e seus acompanhantes condições adequadas de acesso ao tratamento, compreendendo:

I – garantia de transporte sanitário e assistido para deslocamento até os centros especializados de tratamento;

II – oferta de hospedagem temporária, inclusive por meio de casas de apoio conveniadas ou mantidas pelo Poder Público, quando o tratamento ocorrer fora do município de residência do paciente;

III – efetiva operacionalização do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, nos termos da regulamentação do Sistema Único de Saúde – SUS;

IV – apoio logístico e assistencial necessário à continuidade terapêutica e à redução da descontinuidade do tratamento por barreiras socioeconômicas.

Art. 15. O Protocolo Nacional de Tratamento do Neuroblastoma deverá ser formalmente instituído, documentado, periodicamente atualizado e validado pelos órgãos técnicos e científicos competentes do Sistema Único de Saúde – SUS, observadas as evidências científicas mais atuais e as diretrizes internacionais aplicáveis.

Parágrafo único. A inexistência, desatualização injustificada ou ausência de validação do protocolo referido no caput configurará descumprimento das diretrizes nacionais de assistência oncológica pediátrica, sujeitando os responsáveis às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

Art. 16. A rede pública de saúde deverá implementar mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e fiscalização da aplicação do Protocolo Nacional de Tratamento do Neuroblastoma, visando assegurar sua efetiva execução, padronização assistencial, resolutividade clínica e observância das boas práticas em oncologia pediátrica.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verifica

Avulso do PL 2484/2026 [8 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

Parágrafo único. As ações previstas no caput incluirão auditorias periódicas, monitoramento de indicadores assistenciais, avaliação de desfechos clínicos e elaboração de relatórios técnicos de acompanhamento.

Art. 17. O descumprimento das disposições desta Lei, bem como de seus regulamentos e protocolos correlatos, sujeitará o agente público ou a autoridade responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 18. Esta Lei possui aplicação obrigatória em todo o território nacional e vincula a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas respectivas competências constitucionais e administrativas.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas aos órgãos e entidades competentes, especialmente ao Ministério da Saúde, podendo ser suplementadas, se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 20 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 Dá-se a Lei o nome de ANAJU.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verifica

Avulso do PL 2484/2026 [9 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

JUSTIFICATIVA

O neuroblastoma é uma das neoplasias malignas mais relevantes da infância, com impacto significativo na mortalidade infantil por câncer. No Brasil, segundo dados atualizados do Instituto Nacional de Câncer (INCA), trata-se da **terceira neoplasia extracraniana maligna mais comum em crianças**, correspondendo a aproximadamente **8% a 10% dos cânceres infantojuvenis**, com incidência estimada de **1 caso para cada 7.000 nascidos vivos**.

A doença apresenta características epidemiológicas que reforçam sua gravidade e urgência como problema de saúde pública:

- mais de **80% dos casos ocorrem em crianças menores de 5 anos**;
- é a **neoplasia maligna mais frequente no primeiro ano de vida**;
- possui comportamento clínico altamente heterogêneo, podendo variar de regressão espontânea a evolução agressiva e fatal.

Estudos brasileiros demonstram ainda desafios relevantes na assistência. Em coorte nacional, observou-se que o tempo médio **entre início dos sintomas e diagnóstico é de aproximadamente 3 meses, evidenciando atraso no diagnóstico**. A sobrevida global em cinco anos situa-se em torno de 62%, com a principal causa de óbito sendo a progressão da doença.

Além disso, a apresentação clínica frequentemente inespecífica — como febre, dor abdominal e dor óssea — dificulta o reconhecimento precoce, contribuindo para diagnóstico em estágios avançados.

Apesar dos avanços do Sistema Único de Saúde (SUS), **persistem desigualdades regionais no acesso ao diagnóstico e tratamento oncológico pediátrico, o que impacta diretamente os desfechos clínicos**.

A **ausência de padronização nacional de protocolos contribui para variações na qualidade assistencial**, especialmente no que se refere ao acesso a exames moleculares, terapias inovadoras e centros especializados.

No cenário internacional, o tratamento do neuroblastoma evoluiu significativamente nas últimas décadas, com a adoção de **protocolos**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [10 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

SF/26630.87328-10

padronizados baseados em estratificação de risco biológico e molecular, especialmente em países da América do Norte e Europa. Organizações cooperativas internacionais estabeleceram diretrizes que incluem:

- classificação de risco baseada em fatores clínicos e genéticos (como amplificação do gene MYCN);
- uso de **tratamento multimodal intensivo**, combinando quimioterapia, cirurgia, radioterapia, transplante de células-tronco e imunoterapia;
- incorporação de **terapias-alvo e medicina personalizada**, com base no perfil molecular do tumor;
- sistemas nacionais ou regionais de registro e monitoramento de pacientes, permitindo **avaliação contínua de resultados** e aprimoramento das políticas públicas.

Esses modelos têm resultado em melhora expressiva das taxas de sobrevida, especialmente em países que adotaram protocolos nacionais integrados e redes colaborativas de pesquisa e assistência.

No Brasil, embora existam centros de excelência, a ausência de um **Protocolo Nacional estruturado e de implementação obrigatória** limita a disseminação dessas práticas e dificulta a equidade no cuidado. Soma-se a isso a necessidade de maior integração entre pesquisa científica, incorporação tecnológica e assistência clínica.

A presente proposição busca enfrentar essas lacunas ao:

- instituir protocolo nacional baseado em evidências científicas;
- garantir acesso equitativo e tempestivo às tecnologias incorporadas;
- incentivar a medicina personalizada e o uso de terapias inovadoras;
- estruturar banco nacional de dados e indicadores de desempenho;
- promover capacitação contínua de profissionais de saúde;



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [11 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

- alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais em oncologia pediátrica.

Ademais, a proposta reforça a necessidade de celeridade na elaboração e implementação dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), especialmente, diante de uma **doença que acomete predominantemente crianças em idade precoce e que exige intervenção rápida** para aumento das chances de cura.

Cumprе destacar que o tratamento do neuroblastoma em diferentes países segue, de forma geral, princípios semelhantes baseados em evidências científicas e protocolos internacionais, embora existam variações conforme recursos disponíveis, centros especializados e participação em estudos clínicos.

O tratamento do neuroblastoma no **cenário internacional** é altamente estruturado, **baseado em protocolos padronizados e colaboração entre grupos cooperativos globais**. As diretrizes internacionais — como INRG, NCCN e NCI — garantem uniformidade no manejo e evolução constante das terapias.

Nos Estados Unidos, Europa e Japão, o tratamento é baseado em **estratificação de risco**, que classifica os pacientes em baixo, intermediário ou alto risco. Essa classificação leva em conta fatores como idade, estágio da doença, características genéticas (como amplificação do gene MYCN) e resposta inicial ao tratamento.

Nos países desenvolvidos, o manejo terapêutico é altamente padronizado e realizado por equipes multidisciplinares em centros especializados de oncologia pediátrica. O tratamento costuma combinar múltiplas modalidades.

Nos casos de alto risco, especialmente **nos Estados Unidos e na Europa, o tratamento é intensivo e dividido em fases: indução (quimioterapia), consolidação (transplante de medula óssea) e manutenção (imunoterapia e retinóides)**. Esse modelo tem melhorado progressivamente a sobrevida ao longo das últimas décadas.



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia
Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [12 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

SF/26630.87328-10

Além disso, países com forte tradição em pesquisa clínica, como **EUA e França, frequentemente incorporam terapias inovadoras**, incluindo inibidores de ALK, radiofármacos e protocolos de quimioimunoterapia combinada para doença recidivante.

O tratamento do neuroblastoma é guiado por diversas **normativas internacionais** que buscam **padronizar diagnóstico, estadiamento e conduta terapêutica**.

Entre as principais, destacam-se:

1. Sistemas internacionais de estadiamento

- **International Neuroblastoma Staging System (INSS)**: baseado em achados cirúrgicos

- **International Neuroblastoma Risk Group Staging System (INRGSS)**: baseado em exames de imagem e fatores de risco pré-operatórios

Esses sistemas são utilizados globalmente para definir a extensão da doença e orientar o tratamento.

2. Diretrizes clínicas internacionais

- **Diretrizes do National Cancer Institute (NCI)** e do PDQ (EUA)

- **Guidelines da National Comprehensive Cancer Network (NCCN)**, baseadas em consenso multidisciplinar

- **Protocolos europeus de grupos cooperativos** (como SIOPEN e sociedades nacionais)

3. Critérios internacionais de resposta ao tratamento

Os **International Neuroblastoma Response Criteria** padronizam a avaliação da resposta terapêutica (remissão completa, parcial, progressão etc.), permitindo comparações entre estudos e países.

Resta evidente que a instituição do Protocolo Nacional de Tratamento do Neuroblastoma representa medida urgente, necessária e alinhada às melhores evidências científicas e práticas internacionais, com potencial



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificação

Avulso do PL 2484/2026 [13 de 15]





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Dra. Eudócia

concreto de reduzir a mortalidade infantil por câncer e melhorar a qualidade da assistência prestada no âmbito do SUS.

Diante do exposto, por ser de relevância social, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de lei.

Sala das sessões, 27 de abril de 2026.

Senadora Dra Eudócia
(PSDB/AL)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verifica

Avulso do PL 2484/2026 [14 de 15]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

Avulso do PL 2484/2026 [15 de 15]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 388, DE 2026

Requer informações ao Senhor Wellington César Lima e Silva, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

AUTORIA: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Hermes Klann (PL/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Sergio Moro (PL/PR), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 388/2026 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaime Bagattoli

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações oficiais acerca da substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Exmo. Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, informações oficiais acerca da substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual foi a fundamentação técnica e administrativa formal para a substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de



Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal e de sua atuação na condução dos inquéritos relativos a desvios no INSS?

2. A alteração funcional decorreu de solicitação do próprio servidor ou de decisão administrativa da Direção-Geral da Polícia Federal? Em caso de decisão administrativa, requer-se o envio da cópia do ato correspondente e da respectiva motivação.

3. Houve representação, expediente interno, manifestação externa ou outro fato administrativo que tenha influenciado, direta ou indiretamente, a decisão de remanejamento do delegado responsável pelas investigações?

4. Quais medidas foram adotadas para assegurar a continuidade, a imparcialidade e a integridade das diligências em curso, especialmente quanto ao rastreamento de valores, à análise de dados já judicialmente autorizados e à preservação da cadeia de custódia informacional após a redistribuição dos feitos?

5. Foram prestados esclarecimentos institucionais a órgãos ou autoridades do sistema de justiça acerca da substituição da chefia da investigação? Em caso positivo, requer-se informar o teor geral desses esclarecimentos e sua motivação administrativa.

6. A substituição produziu qualquer alteração no cronograma de diligências, na equipe responsável ou na linha investigativa até então adotada? Em caso positivo, requer-se discriminar as modificações implementadas e sua justificativa técnica.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento insere-se no exercício da função constitucional fiscalizatória do Poder Legislativo e tem por finalidade obter esclarecimentos formais sobre ato administrativo relacionado à condução de investigações de elevada relevância institucional e social.



A substituição de autoridade policial que atuava em apurações sensíveis, envolvendo possíveis desvios em recursos públicos e investigações de alta complexidade, recomenda transparência administrativa, motivação adequada e demonstração inequívoca de que não houve prejuízo à continuidade, à autonomia técnica e à regularidade procedimental das diligências em curso.

A formulação dos quesitos foi estruturada de modo objetivo e institucional, com foco em fatos administrativos, providências adotadas pela pasta e garantias de continuidade investigativa, evitando juízos antecipados e preservando o dever de harmonia entre os Poderes, sem renúncia ao poder-dever de fiscalização parlamentar.

Busca-se, assim, resguardar os princípios da legalidade, impessoalidade, motivação, eficiência e transparência administrativa, bem como assegurar que eventuais alterações em estruturas de comando investigativo sejam devidamente esclarecidas ao Senado Federal, sobretudo quando possam repercutir na confiança pública quanto à integridade das apurações.

A independência funcional da Polícia Federal é pressuposto indispensável ao Estado de Direito, à credibilidade das instituições e ao adequado combate à corrupção e aos desvios de recursos públicos. Alterações repentinas na condução de investigações de elevada sensibilidade política inevitavelmente despertam preocupação legítima quanto à possibilidade de interferências indevidas, especialmente quando envolvem familiares do Presidente da República.

Além disso, a eventual descontinuidade ou enfraquecimento das investigações relativas aos desvios no INSS pode comprometer a apuração de ilícitos com potencial impacto sobre recursos públicos destinados à seguridade social, tema de enorme relevância para milhões de brasileiros.



Cabe ao Poder Legislativo exercer sua competência constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo e zelar pela transparência, pela autonomia dos órgãos de investigação e pela preservação da confiança pública nas instituições.

Sala das Sessões, 18 de maio de 2026.

Senador Jaime Bagattoli
(PL - RO)



Requerimento nº 388, de 2026, do Senador Jaime Bagattoli e outros Senadores, solicitando informações ao Senhor Wellington César Lima e Silva, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre a substituição do Delegado Guilherme Figueiredo Silva da chefia da Divisão de Repressão a Crimes Previdenciários da Polícia Federal, bem como sobre a continuidade da condução dos inquéritos relacionados a desvios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 389, DE 2026

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 3.018/2021 com o Projeto de Lei nº 5.143/2025.

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 389/2026 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor PresidenteP,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PL 3018/2021 com o PL 5143/2025, por tratarem da mesma matéria.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2026.

Senador Sérgio Petecão
(PSD - AC)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 390, DE 2026

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar os 55 anos de atuação do Instituto de Auditoria Independente do Brasil - Ibracon.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Sergio Moro (PL/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 390/2026 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, a fim de comemorar os 55 anos de atuação do Instituto de Auditoria Independente do Brasil - Ibracon.

JUSTIFICAÇÃO

Fundado em 13 de dezembro de 1971, o Instituto de Auditoria Independente do Brasil - Ibracon consolidou-se, ao longo de sua trajetória, como uma das principais instituições técnicas e institucionais do país voltadas ao fortalecimento da auditoria independente, da transparência corporativa, da confiança nos mercados e da proteção do interesse público.

Ao longo dessas mais de cinco décadas, o Instituto tem contribuído para o desenvolvimento e aprimoramento do ambiente regulatório e econômico brasileiro, atuando em permanente diálogo com reguladores, órgãos governamentais, entidades de classe, academia e mercado. Sua atuação técnica e institucional acompanha a evolução dos mercados financeiros e de capitais, bem como as crescentes demandas da sociedade por integridade, governança, sustentabilidade e qualidade das informações corporativas.

A realização desta Sessão Especial representa importante reconhecimento ao papel desempenhado pela auditoria independente no



fortalecimento da confiança, da transparência e da credibilidade das informações que sustentam decisões econômicas e institucionais no país.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2026.

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

SF/26975.63005-33 (LexEdit)

Avulso do RQS 390/2026 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, DE 2026

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões.

AUTORIA: Comissão de Serviços de Infraestrutura



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 31/2026 - CI [1 de 5]





SENADO FEDERAL

SF/26794.19239-57 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CI

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R \$ 80 bilhões.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Rodrigo Araújo Messias, informações sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões.

Nesses termos, requisita-se:

1. relação dos acordos, repactuações, renegociações, transações e soluções consensuais, desde janeiro de 2023, que tenham envolvido litígios, multas, indenizações, créditos, bens reversíveis, contratos de concessão, autorizações,

Avulso do REQ 31/2026 - CI [2 de 5]



outorgas ou ativos estratégicos nos setores de telecomunicações, rodovias, aeroportos, transportes e demais áreas de infraestrutura;

2. indicação, em cada caso, do órgão ou entidade pública envolvida, do particular beneficiado ou interessado, do objeto da controvérsia, do valor originalmente discutido e do valor final resultante;

3. indicação dos casos em que houve redução, cancelamento, suspensão, postergação, parcelamento, conversão em compromissos de investimento ou substituição de multas, indenizações, obrigações contratuais ou demais valores devidos à União;

4. remessa de cópia dos pareceres, notas técnicas, despachos, manifestações jurídicas, memórias de cálculo e demais documentos produzidos ou utilizados pela AGU para embasar os acordos, repactuações ou manifestações mencionadas nos itens anteriores;

5. esclarecimentos sobre a metodologia utilizada pela AGU para aferir a vantajosidade econômica dos acordos, inclusive quanto à comparação entre o valor originalmente devido à União e o valor efetivamente preservado, recuperado, convertido em compromissos de investimento;

6. esclarecimentos sobre a atuação da AGU no processo de migração da operadora Oi do regime de concessão para o regime de autorização, especialmente quanto à discussão sobre bens reversíveis, multas, investimentos substitutivos e eventual transferência de ativos de infraestrutura;

7. indicação do valor total de multas e obrigações originalmente imputados à operadora Oi, bem como do valor efetivamente cobrado, compensado, suspenso, cancelado, parcelado ou objeto de ajuste no âmbito da solução adotada;

8. esclarecimentos sobre a avaliação jurídica e econômica realizada pela AGU acerca dos bens reversíveis vinculados à concessão da operadora Oi, inclusive quanto aos relacionados a redes de fibra óptica, dutos subterrâneos,



infraestrutura de transporte de dados e ativos relevantes para a expansão da banda larga e para a implantação do 5G;

9. esclarecimentos sobre a atuação da AGU em repactuações ou renegociações envolvendo concessões rodoviárias, aeroportuárias e outros contratos de infraestrutura, especialmente nos casos das concessionárias MSVia (BR-163/ MS), Eco101 (BR-101/ES-BA) e Changi (Aeroporto Galeão);

10. esclarecimentos sobre a atuação da AGU em processos de revisão ou renegociação de acordos de leniência celebrados por empresas investigadas no âmbito da Operação Lava Jato, com indicação dos valores originalmente pactuados, dos valores renegociados ou em negociação e dos fundamentos jurídicos utilizados;

11. manifestação sobre a veracidade, a imprecisão ou a eventual incorreção das informações constantes da matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, especialmente quanto à afirmação de que a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões, com indicação dos pontos que a Advocacia-Geral da União entende procedentes ou improcedentes.

JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de maio de 2026, foi publicada matéria jornalística “Na AGU, Messias abriu mão de 80 bi em litígios; BTG foi maior beneficiado”, publicada no site claudiodantas.com.br, pelo jornalista Cláudio Dantas, segundo a qual, durante a gestão do atual Advogado-Geral da União, a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões em litígios, multas, indenizações, bens estratégicos e obrigações perante particulares. A reportagem atribui tal renúncia a acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e agências reguladoras.

A matéria menciona, de modo particular, o caso da operadora Oi, relacionado à migração do regime de concessão para autorização, à discussão sobre bens reversíveis e à destinação de ativos estratégicos de telecomunicações,



como redes de fibra óptica, dutos subterrâneos e infraestrutura essencial para o transporte de dados, a expansão da banda larga e a implantação do 5G. Também faz referência a repactuações envolvendo concessões rodoviárias e aeroportuárias, bem como à revisão de obrigações em acordos de leniência.

Sem antecipar juízo sobre a procedência das alegações, os fatos noticiados possuem evidente interesse público e demandam esclarecimento institucional. Estão em discussão temas sensíveis para a Comissão de Serviços de Infraestrutura, como concessões públicas, bens reversíveis, outorgas, reequilíbrios econômico-financeiros, investimentos, impactos tarifários e preservação do patrimônio público.

É necessário compreender quais acordos foram celebrados ou estão em negociação, quais valores estavam originalmente em disputa, quais créditos, multas ou obrigações deixaram de ser cobrados ou foram convertidos em compromissos de investimento, quais estudos demonstraram a vantagem das soluções adotadas e quais mecanismos foram empregados para evitar favorecimentos indevidos, renúncia irregular de receitas ou transferência de riscos empresariais ao poder público.

Diante disso, o presente requerimento busca obter informações da Advocacia-Geral da União, a fim de permitir o adequado exercício da função fiscalizatória do Senado Federal e assegurar transparência sobre decisões administrativas de elevada materialidade econômica.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2026.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)



Requerimento nº 31, de 2026, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando informações ao Senhor Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, sobre a atuação em acordos, repactuações e soluções negociadas envolvendo litígios, créditos, multas, bens reversíveis, contratos de concessão, especialmente diante de matéria jornalística publicada em 3 de maio de 2026, segundo a qual a União teria renunciado a valores de até R\$ 80 bilhões.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



Término de Prazo



Encerrou-se em 18 de maio o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei nº 670, de 2023.

Não foi apresentado recurso.

A matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vai à Câmara dos Deputados.



RESOLUÇÃO





SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2026

Institui a Frente Parlamentar Mista das **Startups** e do Empreendedorismo Inovador.

O **Senado Federal** resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista das **Startups** e do Empreendedorismo Inovador, com a finalidade de:

I – fomentar um ecossistema nacional de empresas emergentes inovadoras, mediante a propositura de iniciativas legislativas capazes de promover um ambiente favorável ao surgimento e ao desenvolvimento de **startups** no Brasil;

II – revisar e aperfeiçoar a legislação vigente em prol de segurança jurídica e menores custos de transação para investidores institucionais e empreendedores individuais que desejem assumir os riscos de lançar uma **startup** no Brasil;

III – incentivar o investimento nacional e estrangeiro no ecossistema de **startups** brasileiro, por meio da criação ou do aperfeiçoamento de arranjos societários e tributários adequados às necessidades das **startups**;

IV – articular um diálogo permanente entre o Poder Legislativo, as universidades e institutos de ciência e tecnologia, as **startups** e os investidores, com vistas a estimular iniciativas de inovação tecnológica e empresarial;

V – propor e monitorar periodicamente um conjunto de indicadores que revelem a evolução dos resultados e do desempenho do ecossistema nacional de **startups**.

Art. 2º A Frente Parlamentar das **Startups** e do Empreendedorismo Inovador será integrada por Senadores e outros membros do Congresso Nacional que a ela aderirem.

Art. 3º A Frente Parlamentar das **Startups** e do Empreendedorismo Inovador reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



ivb/prs25-018

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 18/05/2026

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7914943994>



FRENTE PARLAMENTAR PELA PAZ MUNDIAL





SENADO FEDERAL

Frente Parlamentar pela Paz Mundial

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2026

7 DE MAIO DE 2026, QUINTA-FEIRA, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 2 DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2026 da Frente Parlamentar pela Paz Mundial (FPPAZ)**, realizada em 7 de maio de 2026, quinta-feira, às 10h, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senador Paulo Paim
- 1º Vice-Presidente: Senador Flávio Arns
- 2º Vice-Presidente: Senador Eduardo Girão

Item Extrapauta: Designado o Sr. Ulisses Riedel de Resende como Secretário-Executivo da Frente Parlamentar.

Conforme documentos anexos. Publique-se.


Senador **PAULO PAIM**
Presidente da FPPAZ





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

ATO Nº 1, DE 2026

Nos termos do art. 12, XIV, do Estatuto da **Frente Parlamentar pela Paz Mundial (FPPAZ)**, designo como Secretário-Executivo do referido colegiado o Sr. Ulisses Riedel de Resende, com efeitos a partir desta data.

Brasília, 7 de maio de 2026.


Senador **PAULO PAIM**
Presidente da FPPAZ





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 7 de maio de 2026
(quinta-feira)
às 10h

RESULTADO

1ª Reunião - Semipresencial

FRENTE PARLAMENTAR PELA PAZ MUNDIAL - FPPAZ

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

2º VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão

	Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2



Resultado da 1ª Reunião Semipresencial da FPPAZ, em 7 de maio de 2026

2

Instalação da Frente Parlamentar na 57ª Legislatura

Assunto / Finalidade:

ITEM 1 - Instalar a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

ITEM 2 - Deliberar sobre o Estatuto da Frente Parlamentar;

ITEM 3 - Eleger a Comissão Executiva da Frente Parlamentar.

Resultado: Item 1: Instalada a Frente Parlamentar na 57ª Legislatura;

Item 2: Aprovado o Regulamento Interno da Frente Parlamentar;

Item 3: Eleita a Comissão Executiva da Frente Parlamentar, com a seguinte composição:

- Presidente: Senador Paulo Paim
- 1º Vice-Presidente: Senador Flávio Arns
- 2º Vice-Presidente: Senador Eduardo Girão

Item Extrapauta: Designado o Sr. Ulisses Riedel de Resende como Secretário-Executivo da Frente Parlamentar.





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião - Semipresencial

Frente Parlamentar pela Paz Mundial

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
LEILA BARROS	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE
TERESA LEITÃO	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
WEVERTON	
MARA GABRILLI	
HUMBERTO COSTA	

Não Membros Presentes

EDUARDO GOMES





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

PROPOSTA DE ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA PAZ MUNDIAL

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º A Frente Parlamentar pela Paz Mundial (FPPAZ), criada pela Resolução nº 2, de 2026, do Senado Federal, é uma associação política de caráter suprapartidário, tendo como objetivos, entre outros afins:

- I - fortalecer a atuação do Congresso Nacional em defesa da paz mundial;
- II - promover o debate, a formulação e o apoio à tramitação de ações parlamentares voltadas à promoção da paz no Brasil e no mundo;
- III - promover e apoiar iniciativas de qualquer natureza voltadas à defesa da paz, à solução pacífica dos conflitos e à convivência harmônica entre os povos, em âmbito nacional e internacional;
- IV - estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema da paz;
- V - articular políticas públicas que favoreçam a justiça social.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º A Frente Parlamentar será composta por Senadores no exercício do mandato que a ela livremente aderirem.

Art. 3º A Frente Parlamentar, com sede e foro em Brasília - DF, é constituída por prazo indeterminado e reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências do Senado Federal, podendo, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação

§ 1º O fim da Legislatura não desativa a Frente Parlamentar.

§ 2º No início de cada nova Legislatura, os membros da Frente Parlamentar que tiverem sido reeleitos dela continuam a fazer parte, salvo expressa manifestação em contrário, e os novos Parlamentares serão convidados a nela ingressar.

Art. 4º A atuação da Frente dar-se-á por meio de:

- I - intercâmbio de experiências parlamentares de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, comercial, e do desenvolvimento sustentável, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;
- II - realização de congressos, seminários, simpósios, conferências, debates, estudos e encontros, de natureza multidisciplinar;
- III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

IV - visitas parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com o objetivo da Frente Parlamentar.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES DA FRENTE PARLAMENTAR

Art. 5º A Frente Parlamentar reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões da Frente Parlamentar serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 dias úteis.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DOS MEMBROS

Art. 6º A Frente Parlamentar será integrada pelos Senadores que a ela aderirem livremente, subscrevendo o Termo de Adesão, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo.

§ 1º Ao filiar-se o Senador compromete-se a observar este Regulamento Interno.

§ 2º Qualquer membro pode desligar-se da Frente Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 7º São direitos e deveres dos Membros:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão, na forma prevista neste Regulamento Interno;
- b) intervir e votar nas reuniões da Frente Parlamentar;
- c) participar dos subgrupos e missões da Frente Parlamentar.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento Interno;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

- c) comparecer e votar nas reuniões da Frente Parlamentar e dos órgãos de que for integrante.

**SEÇÃO II
DOS ÓRGÃOS**

Art. 8º A Frente Parlamentar terá uma Comissão Executiva, nos seguintes termos:

I - Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros da Frente Parlamentar reunir-se-ão para eleger, por maioria simples de votos, os membros da Comissão Executiva, mediante convocação por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

II - O mandato dos membros da Comissão Executiva será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

III - Se qualquer membro da Comissão Executiva deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão, caso em que os cargos serão preenchidos pelos Membros da Frente Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

**SEÇÃO III
DA COMISSÃO EXECUTIVA**

Art. 9º A Comissão Executiva é o órgão dirigente da Frente Parlamentar e será composta por:

I - um Presidente de Honra;

II - um Presidente, necessariamente membro do Senado Federal;

III - dois Vice-Presidentes.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros da Frente Parlamentar.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º O Presidente de Honra será o Presidente do Senado Federal, e a duração de seu mandato coincidirá com a duração de seu termo na presidência da Casa.

Art. 10. Compete à Comissão Executiva:





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

- I - organizar o programa de atividades da Frente Parlamentar;
- II - noticiar à Frente Parlamentar fatos recentes sobre o tema nela tratado;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões do Senado Federal, ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Senado Federal;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal;
- VI - comunicar à Presidência do Senado Federal, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;
- VII - propor e homologar a alteração do Regulamento Interno;
- VIII - fixar a competência do Secretário Executivo;
- IX - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- X - divulgar os trabalhos da Frente Parlamentar;
- XI - resolver os casos omissos neste Regulamento Interno.

Art. 11. O Presidente da Comissão Executiva representa a Frente Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelos Vice-Presidentes.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso da Frente Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 12. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar a Frente em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões da Frente Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

VI - submeter à aprovação da Frente Parlamentar a ata da reunião anterior;

VII - submeter à discussão matérias de interesse da Frente Parlamentar;

VIII - dar conhecimento à Frente Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;

IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;

X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;

XI - distribuir aos membros da Frente Parlamentar e às Comissões do Senado Federal, todas as informações recebidas sobre matérias pertinentes aos assuntos tratados pela Frente Parlamentar, bem como os trabalhos apresentados pelos membros da Frente Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;

XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões do Senado Federal, apresentando-lhes as conclusões das discussões havidas na Frente Parlamentar;

XIII - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;

XIV - designar o Secretário Executivo;

XV - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros da Frente Parlamentar, bem como pelas Comissões do Senado Federal.

Art. 13. A Comissão Executiva poderá instituir um Conselho Consultivo, composto por representantes de instituições públicas e privadas, da sociedade civil, especialistas e outros convidados com atuação relevante na área temática da frente parlamentar.

§ 1º O Conselho Consultivo terá caráter consultivo e propositivo, podendo participar das reuniões da Frente Parlamentar e sugerir ações, estudos e encaminhamentos.

§ 2º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo serão definidos por ato da Comissão Executiva.

Art. 14. O Presidente poderá designar o Secretário Executivo da Frente Parlamentar, escolhido dentre pessoas que detenham notório conhecimento administrativo ou sobre o tema tratado pela Frente Parlamentar.

CAPÍTULO IV
DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS





Senado Federal
Frente Parlamentar pela Paz Mundial

Art. 15. As viagens e missões internacionais dos membros da Frente Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. É proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões parlamentares estrangeiras que visitem o Congresso Nacional.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 Nos casos omissos neste Regulamento aplicar-se-ão as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 17. No fim de cada gestão, a documentação pertinente à Frente Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente da Frente.

Art. 18. Este Regulamento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 7 de maio de 2026.



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
07/05/2026 - 1ª - Frente Parlamentar pela Paz Mundial

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. Fala da Presidência.) - Bom dia.

Declaro aberta a reunião de instalação da Frente Parlamentar pela Paz Mundial, cuja pauta destina-se a: item 1 - instalar a Frente Parlamentar da 57ª Legislatura, item 2 - deliberar sobre o estatuto da Frente Parlamentar, item 3 - eleger a Comissão Executiva.

Até o momento, esta Frente Parlamentar conta com a adesão de oito Senadores. Informamos aos Parlamentares que desejarem compor a Frente Parlamentar que a adesão é feita de forma digital e que a nossa Secretaria se encontra à disposição para orientar os gabinetes dos Senadores e Senadoras que queiram se juntar aos esforços desta Frente.

Hoje, quinta-feira, é um dia de muito movimento nos estados e não tem sequer votação no Plenário, então, a maioria dos Senadores se encontram nos estados, mas sempre é bom que tenha dois Senadores, e dois estão aqui.

Compõe a mesa o Senador Paulo Paim e o ex-Senador, mas, conforme o nosso Regimento, é como se fosse Senador titular, o Dr. Ulisses Riedel de Resende. O Dr. Ulisses Riedel de Resende, ex-Senador pelo Distrito Federal, é Presidente honorário e fundador da União Planetária.

Instalada a Frente Parlamentar da 57ª Legislatura, passamos ao segundo item da pauta, qual seja a aprovação do estatuto da Frente Parlamentar. Informo que a proposta de estatuto foi enviada previamente a todos os membros por *e-mail*. Aqueles que quiserem uma cópia física da proposta poderão solicitá-la junto à nossa Secretaria.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com o estatuto, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Isso aqui está que nem minha assembleia: quando eu era dirigente sindical, era mais ou menos assim, aprovava tudo, mas não tinha que chamar. Se ninguém quer discutir, ninguém quer discutir, não é?

Vamos lá. Vamos em frente.

Passamos agora à eleição da Comissão Executiva da Frente Parlamentar.

Neste momento, coloco em deliberação a proposta de composição da Comissão Executiva com os seguintes nomes: Presidente: Senador Paulo Paim; Vice-Presidente: Senador Flávio Arns; Segundo Vice-Presidente: Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Olha aqui, viu? Quem disse que ele não vinha? *(Risos.)*

Pode se sentar aqui ao nosso lado, Senador Eduardo Girão.

Em discussão... Pelo que percebo, com a presença dos três aqui, o Flávio Arns não se encontra porque está com problema de saúde... *(Pausa.)*

1/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Isso, ele marcou presença remotamente, mas só não está aqui por problema de saúde. Ele foi o autor, inclusive, do projeto da frente, apresentado por todos, e vocês aí, em acordo... eu fui o Relator. Então, seja bem-vindo.

O Senador Flávio Arns teve o cuidado de registrar a presença, e o Senador Girão já está aqui, conforme se comprometeu nas conversas que tivemos nesta semana.

Em discussão essa composição que está aqui na mesa - o Senador Flávio Arns, que registrou a presença. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Os que concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a composição desta Comissão: Presidente, Senador Paulo Paim; Vice-Presidente, Senador Flávio Arns e Segundo Vice-Presidente, Senador Eduardo Girão.

Palmas aos meus colegas e a vocês, do plenário, porque todos aqui contribuíram para este momento acontecer. *(Palmas.)*

Neste momento, nós passaremos aos pronunciamentos, tanto o meu - eu sou o Paulo Paim, por isso eu disse "meu" -, Paulo Paim, como o do Dr. Ulisses e o do Senador Girão, o.k.? *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, estamos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado da República para participar da instalação da Frente Parlamentar pela Paz Mundial do Senado, instalação que já se deu e, neste momento, eu passo à fala da Presidência.

Essa iniciativa nasce com um propósito muito claro: unir esforços para construir caminhos e fortalecer ações que promovam a paz entre os povos. Essa frente se propõe a articular projetos, incentivar políticas públicas e apoiar iniciativas que valorizem o diálogo, o respeito às diferenças e as soluções pacíficas dos conflitos.

Mas eu digo também que, mais do que uma estrutura institucional, ela precisa ser um compromisso humanitário. O mundo vive um momento de profunda dor, são mais de cem conflitos em curso. Guerras que atingem regiões como Ucrânia, Palestina, Gaza, Israel, Irã, o envolvimento dos Estados Unidos, o Iêmen, Síria, Mianmar e tantos países da África - claro que não vamos aqui citar os cem. Há também guerras internas que acontecem em países, irmãos matando irmãos. E, como sempre, quem mais sofre são os mais vulneráveis: crianças, idosos, mulheres.

A violência está em todos os cantos dos países, como também aqui no Brasil.

O feminicídio é cruel. Mulheres são assassinadas todos os dias. O tráfico e as milícias invadem as comunidades; professores e alunos não têm mais segurança nas escolas; idosos são agredidos, na maioria das vezes, pelas estatísticas que temos, pelos próprios familiares; religiões sofrem preconceitos.

Diante disso, é de se perguntar: o que está faltando? Eu tomo a ousadia de dizer, porque esse é o eixo do meu pronunciamento, vocês vão ver, pois, para mim, é a palavra mágica: falta amor. *(Palmas.)*

Pode parecer simples demais, pode parecer até ingênuo, mas não é. Falar de amor aqui neste Parlamento é falar de coragem, é falar da base de tudo aquilo que sustenta os direitos humanos. O filósofo André Comte já perguntou, e a pergunta dele é: Afinal, o que é o amor? E talvez a resposta não esteja nas palavras, mas na prática. Essa simples palavra de quatro letras é aquilo que nos impele, que nos encaminha, na verdade, a aceitar ou a não aceitar a injustiça. Na verdade, é a não aceitar a injustiça. É aquilo que nos move a cuidar, a proteger, a incluir. Sem amor não existe paz, não existe justiça, não existe dignidade, não existe solidariedade.

Esse sentimento é tão nobre que caminha junto com os direitos humanos. Eles ultrapassam fronteiras, vencem barreiras, aproximam pessoas. São forças que promovem liberdade, igualdade e vida. Quando a gente defende o direito de cada pessoa amar, sem preconceito, sem discriminação, a gente está defendendo a própria essência da humanidade. Eu acredito profundamente que ele, o amor, gera uma força transformadora, ele desafia o ódio, ele enfrenta a intolerância, ele constrói pontes onde antes só existiam muros.

Se quisermos, de fato, construir uma cultura de paz, precisamos colocar essa energia no centro das nossas decisões, das nossas leis, das nossas atitudes. Se os direitos humanos fossem plenamente respeitados, nós não veríamos guerras, nós não veríamos fome, nós não veríamos desigualdade, nem racismo e preconceito.

Por isso, eu digo: vamos em frente com esse sentimento que deve estar conosco por toda vida, sem limite de idade. Que a Frente Parlamentar pela Paz Mundial seja mais do que um espaço de debate, que ela seja um espaço de humanidade. Que a gente leve a cada canto deste país - e Oxalá a outros encontros fora daqui, no mundo - uma palavra de respeito, um gesto de fraternidade, um compromisso verdadeiro com a vida, porque promover o amor é promover a paz. E é disso que o mundo mais precisa hoje.

2/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Falo a vocês, jovens que estão aqui. Eu achei muito bonito quando vocês pediam para ser convidados. Vocês fizeram o pedido, os alunos da Escola Verde, de Santos, São Paulo. De imediato, a equipe que nos assessora disse: "há uma escola que quer vir aqui; pode ser na abertura?

Pode, com palmas ainda, e devem. (*Palmas.*)

Vocês são o nosso futuro. Vocês significam mais do que ninguém a palavra amor!

Promover o amor é promover a paz. É disso que o mundo mais precisa hoje.

Falo aos jovens, como ensinou o Marco Aurélio, Imperador de Roma, um dos principais filósofos do estoicismo. Ele disse, há quase dois mil anos, abro aspas: "é preciso ver o mundo como um poeta, como um artista".

Eu só me meto a escrever poesia, não sei se leio, mas escrevo.

Portanto, aos jovens que aqui estão e a todos os jovens do Brasil, eu digo: não deixem que lhes roubem esse olhar que eu vejo aqui, neste momento, de vocês.

O Brasil não está apenas no pensamento. O Brasil é gente, é cor, é diversidade, é resistência, é o suor de quem acorda cedo, é a esperança de quem insiste, é a coragem de quem não se rende.

Somos muitos brasis dentro de um só, e é justamente essa pluralidade que nos faz forte.

Ver o mundo como um poeta e artista é entender que nada está acabado, que o futuro não está escrito, que a história continua sendo construída todos os dias, e o futuro depende de cada um de nós.

Não há transformação sem caminhada. E um poeta já disse: o caminho, a gente faz caminhando - poeta argentino.

Não há justiça sem persistência. Não há esperança sem coragem. Não há paz sem amor.

Acreditem no Brasil como uma obra em construção, uma obra coletiva que exige compromisso, solidariedade e humanidade.

Aqui eu termino.

Acreditem na vida, acreditem em vocês, acreditem no amor, busquem a paz, sigam em frente com a certeza de que o amanhã começa agora.

Vida longa à Frente Parlamentar pela Paz! Que ela seja eterna, até porque o amor nunca morre. (*Palmas.*)

Agora é com vocês.

Neste momento, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão e ao Senador Flávio Arns, se ele estiver à distância.

Senador, é com o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Muito obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim. Quero cumprimentá-lo por esse desafio que o senhor prontamente encarou desde o momento em que essa ideia começou a reluzir aqui no Senado Federal, trazida pelo ex-Senador - meu amigo, meu irmão - Ulisses Riedel.

Eu quero aproveitar, Ulisses, e cumprimentar a sua família aqui presente, nossa querida Vanda - que honra ter você aqui conosco! -, também a Janinha (a Janaína), duas idealistas da primeira hora, pessoas que me inspiram... Onde nós tivemos a oportunidade de juntos trabalhar - 20 anos atrás? - lá em Fortaleza e em Teresina, no Fórum Mundial Espiritual, que foi uma semente deste momento a que a gente está chegando agora, que a gente está tendo o privilégio, está tendo a benção de conseguir realizar.

Parece até um passo pequeno para muita gente. "Pô! O que é que o Senado?... Tanta coisa para resolver, escândalo hoje, Polícia Federal na porta de Senador da República... Por que o Senado não está falando sobre isso, e não... Está fazendo uma sessão aqui sobre paz?". Mas esse aqui é o assunto principal, não que os outros não sejam importantes - são fundamentais e nós vamos cuidar -, mas aqui é o destino do Brasil que está em jogo, o coração do mundo, a pátria do Evangelho. E, como o Senador Paulo Paim foi muito feliz no seu discurso, colocando a palavra central do amor, que é o que está faltando... Parece que o orgulho e o egoísmo tomaram conta da humanidade, e a gente está vendo essas guerras todas, conflitos.

Hoje, um dia emblemático, não foi combinado isso: a instalação dessa frente. Olhem que nome bonito: "FPPaz" (Frente Parlamentar pela Paz)! É a Frente mais bonita que tem, o nome mais emblemático que tem aqui. O Presidente do Brasil está hoje, se não agora, daqui a poucos instantes, mas nesta data, junto com o Presidente da maior potência do mundo, e eu tenho certeza de que o assunto "paz" deve entrar na pauta, não tenho a menor dúvida.

Então, como a gente sabe que nada acontece por acaso, não existe coincidência, daqui eu tenho certeza, Ulisses, com essas pessoas que estão aqui, que são comprometidas com a paz, com os alunos da Escola Verde, de Santos - que sejam muito

3/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

bem-vindos; estão aqui conosco -, muitas ideias práticas, articulações, encontros vão servir para desarmar os espíritos, porque é isso que a gente precisa: desarmar os espíritos.

E outra coisa interessante também é o seguinte: nós temos, no Evangelho de Cristo, duas passagens do Sermão da Montanha destinadas à paz. Olhem a importância desse evento! A primeira diz o seguinte: "Bem-aventurados os mansos, porque herdarão a terra". Mas o outro é ainda mais forte, dedicado à paz: "Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus".

É uma audiência (*Palmas.*) extremamente emblemática, porque não é abstrato o termo "paz". Muito pelo contrário! Eu aprendi isso nesta vida e aprendi muito com você, Ulisses. Parece uma coisa abstrata: paz. Paz é o quê? É tranquilidade? Não! Senador Paulo Paim deu a senha: a paz não é a ausência de violência, a paz não é a tranquilidade; a antítese da paz não é o mal. Paz é ação, paz é justiça social, tanto que está... (*Palmas.*)

Se vocês pegarem o *Dicionário Aurélio*, "paz" é um verbo; existe o verbo "pazeir": eu pazeio, tu pazeias, ele pazeia, nós pazeamos, vós pazeais, eles pazeiam. É ação - verbo transitivo indireto, se eu não me engano.

Então, é algo que a gente precisa realmente praticar, e eu fico muito feliz de colocar um tijolinho neste momento em que a gente está chegando aqui. Eu quero agradecer à Tallita do nosso gabinete, a toda a nossa equipe, quero agradecer ao pessoal aqui, que nós tivemos a oportunidade de visitar, Ulisses, o pessoal que faz parte do... Como é que chama o nome, Paim? Você foi, eu acho, um dos fundadores aqui da universidade do Parlamento, né? Parla... que é um instituto aqui do Senado Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - ILB (Instituto Legislativo Brasileiro), exatamente, que já abraçou de cara quando nós tivemos a oportunidade de visitar e conversar sobre essa iniciativa.

E, para encerrar, eu gostaria de lembrar uma menina baixinha. Já passou para o mundo espiritual, mas ela, num evento em que estavam reunidos primeiros-ministros de vários países, presidentes, quando foi receber o Prêmio Nobel da Paz, numa expectativa enorme do discurso dela - veio lá da Índia -, Madre Teresa de Calcutá teve a coragem de se posicionar com o que ela chamou de o "princípio da violência". A frase dela é o seguinte - fica especialmente para os jovens, que vão levar essa bandeira para a frente -, Madre Teresa de Calcutá, Prêmio Nobel da Paz, disse o seguinte: é impossível que haja paz no mundo enquanto existir o aborto, porque o aborto é uma guerra contra as crianças. Se uma sociedade permite que uma mãe mate seu próprio filho no ventre, como é que vai evitar que as pessoas se matem umas às outras nas ruas? Isso é coerência, e eu quero dedicar, de minha parte, esta sessão a essa grande pacifista humanista chamado Madre Teresa de Calcutá.

Muita paz a todos. Parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Vamos em frente.

Na qualidade de Presidente eleito dessa frente parlamentar, e em conformidade com o disposto pelo art. 12, inciso XIX, do estatuto aprovado hoje, designo, então, o Sr. Ulisses Riedel de Resende, que foi Constituinte comigo, para exercer a função de Secretário-Executivo da frente parlamentar.

Vai falar agora, pelo tempo de entender adequado (*Palmas.*), o Dr. Ulisses Riedel de Resende, Ex-Senador pelo DF, Fundador e Presidente Honorário da União Planetária, o grande mentor dessa proposta que hoje estamos tomando realidade.

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE - Presidente Paim, amigo Girão e amigo Paim, eu tenho o privilégio de ter nos dois amigos meus de 40 anos. É um privilégio. Junto com eles e junto com Flávio Arns, foi possível articular essa frente. E vejo especialmente nas palavras dos dois hoje, a força que nós vamos poder ter nesse trabalho.

Eu vejo que milhões de pessoas estão desesperadas, esperando que seja feita alguma coisa para que o mundo possa viver em paz e viver com felicidade diante de um planeta encantado que o Criador fez. Um planeta extremamente belo, extremamente lindo. Basta ver aqui o dia de hoje, que dia belíssimo. E milhões de pessoas, se não bilhões de pessoas, estão como que aguardando, "como é que é possível, nesse planeta encantado, nós vivermos com tantos problemas?". E não só pessoas, instituições também, muitas e muitas instituições e eu até aqui vejo os representantes de algumas delas.

Mas por que isso perdura e é difícil esse passo? Na verdade, o que estava faltando era um poder maior, porque para as coisas acontecerem é preciso sonhar, é preciso querer, é preciso saber fazer, mas é preciso poder e ousar. Hoje, eu vejo que o movimento, ao se instalar aqui no Senado Federal, ganha poder.

Uma coisa é uma instituição, um jornal, uma televisão buscar fazer alguma coisa; outra coisa é um Poder da República atuando, e um Poder que tem um valor expressivo. Nós temos os três Poderes - o Executivo, o Legislativo e o Judiciário

4/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

-, mas o Legislativo é a voz do povo. O povo fala, inclusive nas audiências públicas, dentro do Legislativo, dentro desta Casa. E o Legislativo, o Senado Federal, a Câmara Alta, tem um poder espetacular para fazer com que as coisas aconteçam - com que as coisas aconteçam.

Eu tenho certeza de que todos nós que aqui estamos, com o apoio expressivo de Paim, de Girão, de Flávio Arns e dos outros Senadores que já se integraram ao grupo, vamos ter força para mudar a mentalidade. Olhem bem essa expressão, que é uma expressão-chave. Porque como é que se consegue ter um mundo de paz? Com uma mentalidade de paz, com uma mentalidade de pacificadores.

Eu vou citar um exemplo que, para mim, é muito claro para mostrar a realidade disso. Hoje, se qualquer pessoa, algum Parlamentar, qualquer pessoa fizer um elogio à escravidão e até disser que nós só vamos ter solução adequada para os problemas com o retorno da escravidão, essa pessoa vai ser ridicularizada - vai ser ridicularizada. Se for alguém que tenha um cargo, um Parlamentar, vão pedir a cassação dele - é um doente mental. Só um doente mental pode trazer, aqui, uma proposta como essa do restabelecimento da escravidão.

Mas a escravidão faz parte da história do país de uma forma pungente - por quatro séculos, século XVI, século XVII, século XVIII e século XIX - e com uma crueldade, inclusive com marcação a ferro dos escravizados; mas, hoje, se alguém falar em escravidão, vai ser ridicularizado. O que é que mudou? Mudou-se a mentalidade.

E as ideias são mais poderosas que as espadas, são mais poderosas que os fuzis e que os canhões, são mais poderosas que todas as armas do mundo, especialmente quando é uma ideia revestida de amor, que é aquele sentimento mais nobre, que é a própria criação do mundo - a própria criação do mundo. O mundo se fez com onipotência, com o poder, com onisciência, com o saber, mas com onipresença, que é a presença da consciência cósmica em cada partícula - em cada partícula.

E, então, este poder que o Senado está agora trazendo, para que a gente mude a mentalidade, é um poder divino, é um poder efetivo e real, que vai fazer a diferença.

Eu estive estudando um pouco a história da humanidade e vi que sempre nós tivemos vanguardas, sempre muitos problemas e vanguardas, mas as vanguardas nunca venceram pelas armas; sempre venceram pelas ideias, pelas ideias cheias de luz, cheias de amor. *(Palmas.)*

Nós podemos pegar o exemplo marcante dos iluministas. Quantos eram os iluministas? Voltaire, Diderot, D'Alembert... A gente já fica com dificuldade de achar os nomes todos, mas era uma dúzia deles. Com o poder das ideias, das ideias lastradas na dignidade humana, no amor humano e na correção da atuação humana, eles derrubaram mil anos de obscurantismo e fizeram um mundo novo, sem armas, com as ideias.

Nós precisamos, com o poder do Senado, fazer um processo educativo muito forte - muito forte -, desde o nível básico, nível médio, ao nível superior, de compreender que a paz não só é algo inerente à vida, faz parte da manifestação cósmica, mas também é boa para todos - é boa para todos -; enquanto as guerras, as violências, os desentendimentos sempre são perturbadores.

Nós precisamos mudar a mentalidade. Da mesma forma que a mentalidade de hoje não aceita a escravidão, não aceita mais a submissão das mulheres, que era outra realidade de toda a história da humanidade, temos que construir a mentalidade de que relações humanas não aceitam violência, não aceitam guerras, não aceitam competições.

E aí nós temos que, nesse trabalho nosso, buscar bem fundo o que é democracia. Democracia tem que ser algo ético. Nós não podemos ter democracia para uns e ter outros abandonados. A democracia tem que ser um processo de justiça social; tem que ser um processo de encontrar o atendimento a toda a coletividade pelo princípio do amor, do amor universal, que deve ser a nossa bandeira. A nossa bandeira tem que ser a do amor universal.

Eu estou muito confiante de que, junto com todos que vão fazer parte da frente, com as instituições, os amigos e a sociedade civil, nós poderemos fazer um trabalho intenso - intenso - de mudar a mentalidade.

Uma coisa que é preciso é não discutir as guerras, porque as guerras são sempre odiosas e não há o que se discutir a respeito delas. Aqueles que estão em guerra estão todos errados. Nós temos que discutir a paz, e aqui... Ainda mais eu vendo aqui, na minha presença, o Mário Brasil, Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam) da Universidade de Brasília, que instituiu, na Universidade de Brasília, uma nova disciplina, chamada Ciência da Paz - Ciência da Paz. *(Palmas.)*

E é fácil compreender que ela pode e deve ser examinada cientificamente, porque é visível que as guerras são um resultado de comportamentos, e a paz é também um resultado de comportamentos. Se é um resultado de comportamentos, é fácil examinar cientificamente quais os comportamentos que nos levam à violência, que nos levam à guerra, e quais os que nos levam à paz e ao entendimento.

5/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E eu aqui vejo também a Jaqueline Moll, que é uma doutora da área específica da educação integral e que trabalha ativamente, especialmente dentro dessa disciplina da Ciência da Paz, e que vai ser uma pessoa para trazer muitas luzes para nós, para esse trabalho que temos que fazer. Portanto, eu vejo com confiança, e eu acho que é um item importante: a gente tem que acreditar. Só fez o impossível quem tentou fazê-lo, só isso.

Se a gente: "Não, não tem jeito..."; se achar que não tem jeito, não tem jeito. Tem que achar que tem jeito. Pode não ser de hoje para amanhã, mesmo porque na natureza não há saltos. Na natureza, o dia, a noite, o movimento dos astros é tudo harmônico, é tudo numa paz divina.

Será através de uma atuação forte, harmoniosa, de mudança de mentalidade em todos os níveis da sociedade, e buscando as parcerias com pessoas e instituições que tenham simpatia com essa mudança de uma mentalidade, para superar este momento difícil que a humanidade vive - tão difícil que poderia, sem uma mudança de mentalidade, levar à própria destruição da humanidade.

Então, é com esse espírito que eu, com alegria, primeiro agradeço à frente por me colocar como Secretário-Executivo dela. Vou precisar - vamos precisar - muito de todos vocês, especialmente do amor de todos vocês, da confiança de todos vocês - de que é preciso e de que vai dar certo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Essa unidade aqui, aqui é unidade mesmo: direita, centro e esquerda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) - É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - É centro. (*Fora do microfone.*) Eu, brincando aqui, dizia: isso aqui é unidade pela paz. Eu boto o Ulisses numa posição mais de centro, como mediador, o Girão não tem problema nenhum de assumir a posição dele mais à direita e eu, à esquerda. Estamos aqui com um objetivo único. Então, que haja união, sem essa guerra ideológica, para avançarmos com a paz para todos. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Tem até um fato interessante, Senador Paulo Paim, porque eu estava vendo ali na lista dos nossos Senadores, e o Humberto Costa - seu colega de partido, meu amigo também - e eu fizemos juntos... Foi interessante, porque ele disse: "Fica como Presidente, Girão", aí eu disse: "Não, pode ficar você", e ficou aquela coisa de irmão mesmo, numa frente que está tirando a paz das pessoas - e Paim também é um adepto dessa causa -, nessa questão de jogatina, de *bets*, de casa de aposta... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Estamos juntos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Isso está destruindo, né? O senhor fez um discurso sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Estamos juntos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - O endividamento em massa dos brasileiros, infelizmente, acontecendo; casamentos desfeitos, famílias, empregos perdidos, suicídios; está uma febre, infelizmente, uma pandemia que nós estamos vivendo no Brasil. E, recentemente, o Senador Humberto Costa assumiu a presidência dessa frente, a frente parlamentar contra a jogatina, e eu assumi a vice-presidência. Então, isso é muito importante.

E ele, que é um adepto da causa animal - porque eu sei que você sabe que ele é vegetariano desde que nasceu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Já fui almoçar com ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Já foi almoçar, né? (*Risos.*)

Para a jovialidade desse garoto aqui, uma das receitas é essa.

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE - Eu tenho 92 anos de idade, estou aqui em plena forma, cheio de entusiasmo pelo futuro e acredito que uma boa parte disso se deve ao fato de que eu tive o privilégio de nascer filho de pais naturistas e, por amor aos animais - não pelo aspecto de que é saudável ou não, mas por amor aos animais -, me ensinaram a ser vegetariano. Então, eu nunca provei nenhum tipo de carne, nem vermelha, nem peixe, nem galinha, nem frango, nem frutos do mar, e estou aqui em perfeita forma. E tenho... (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - E Ulisses, nós tivemos uma vitória esta semana, que é bom celebrar, de um projeto nosso que foi para a Câmara e foi aprovado, da paz ambiental. Qual foi? Proibir... Sabe como é que é feito o *foie gras*?

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE - É horrível - é horrível.

6/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Você enfia um tubo no estômago do pato e do ganso e coloca alimento de uma forma forçada - crueldade! É um processo anticivilizatório. Nós conseguimos - no Brasil, aqui, Câmara e Senado - aprovar esse projeto logo quando eu entrei aqui; e a Câmara acabou de aprovar, está indo para o Presidente. É bom até o Paim... Assim, pela abertura, se puder sancionar - eu acredito que vai ser sancionado, e o Brasil entra para um rol de países que proibem essa prática cruel para fazer um alimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Já que entramos na causa animal, o pessoal já está aqui me cutucando: "Fala do Estatuto dos Cães e Gatos, que foi aprovado aqui na Comissão de Direitos Humanos". Uma construção feita lá no Rio Grande do Sul, na época daquelas enchentes - passamos agora pelo segundo ano desde que aconteceu o fato. Eu, reunido lá com os militantes, ativistas dessa causa, e eles me propuseram que eu apresentasse o estatuto dos animais nessa ótica. Eu disse para eles: "Não". É que nem eu chegar aqui e eu dizer que a ideia dessa frente foi minha ou foi do Girão. Não, foi do Ulysses Guimarães essa ideia.

Aí combinei com eles, eles apresentaram nesta Comissão o boneco primeiro, a proposta primeira do estatuto, eu assumi a relatoria, aprovamos aqui já, por unanimidade, já foi para a Comissão que tem poder terminativo, e o Senador Relator é o... Do estatuto? *(Pausa.)*

Não, foi aqui, agora foi para outra Comissão. É o Contarato, pronto. Já lembrei, viu? Eu tenho falha de memória, mas estou lembrando mais do que a equipe aí. O Senador Contarato é o Relator, e, com certeza, nós vamos aprovar o estatuto, que foi construído pela sociedade. Eu só fui o Relator. Tenho certeza de que vai cumprir um papel fundamental. E dizem que eu sou o homem do estatuto, Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude. Agora eu sou autor do estatuto dos animais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Não, de nós todos, de nós todos. *(Palmas.)*

Se vocês me permitirem, eu recebi uma lista aqui de autoridades que já estão presentes:

- Simone Benck, Reitora da UnDF;
- Mário Lima Brasil, Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB;
- Hoeck, me disseram aqui na hora de eu pronunciar, viu? É "Huck" mesmo a pronúncia, me disseram. "Huck", não é? Estou certo? Está escrito aqui diferente, mas é "Huck", porque me explicaram aqui, por isso que eu estou acertando, senão eu teria errado. Hoeck Miranda, representante da Comunidade Fê Bahá'i, essa, eu recebi inúmeras vezes aqui;
- Melissa Tamaciro, publicitária;
- Ademar Kyotoshi, creio eu; Monge Sato, está aqui conosco; e
- os alunos da Escola Verde de Santos, São Paulo, que estão ocupando duas salas, esta e uma outra aqui ao lado.

E parte dos alunos que estão aqui apresentaram uma pergunta para a mesa, se não me engano, é isso? *(Pausa.)*

Ah, é depois da reunião? Eu achei que eles queriam que a mesa respondesse. Tudo bem, tudo bem.

Eu pergunto, sabemos que todo mundo tem esse compromisso, o objetivo desta atividade foi concluído, que era eleger esta Frente Parlamentar pela Paz, e daqui para a frente, claro, nós vamos nos reunir, com todos os membros, que vou citar aqui: Leila Barros, Flávio Arns, Paulo Paim, Teresa Leitão, Eduardo Girão, Weverton, Mara Gabrilli, Humberto Costa e outros que vão se somar, com certeza, para termos um plano de trabalho, uma pauta coletiva.

Bom, vamos ver aqui, são quase 11h. Se tivesse, no plenário, um representante dos alunos que quisesse fazer uma fala sobre esse tema, eu daria a palavra com muita satisfação. E aqui, das autoridades que estão aqui presentes, se alguns quisessem usar a palavra, eu também, pelo menos um ou dois... Seria simbólico para este momento. Um falando pela juventude.... Teríamos, então, dois inscritos falando aqui pelas autoridades; três, pela juventude - para falar da paz. *(Pausa.)*

Pronto, como é o teu nome? Pode levantar. É contigo mesmo, o microfone é teu, e dê o nome. Isso, levante o microfone. Pode falar de pé ou sentado, fique à vontade.

O SR. CÁSSIO - Boa tarde a todos. Eu sou aluno da Escola Verde, meu nome é Cássio, tenho 18 anos.

E uma coisa que eu quero dizer é sobre a paz. Eu acho bem importante, porque vocês, em vários momentos, falaram tanto da questão do aborto, tanto da questão da escravidão, ou trabalho análogo à escravidão, e... *(Pausa.)*

Meu nome é Cássio.

E eu acho que, correlacionando todos esses temas, tópicos que vocês disseram...

7/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Perdão, estou nervoso. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Tudo bem. Vai tranquilo!

O SR. CÁSSIO - ... eu acho que o tema do aborto em quesito, com a nova geração, acho que é uma coisa a ser bem pensada, porque, da forma que o senhor...

Perdão, qual é o seu nome mesmo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) - Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Senador Eduardo Girão.

O SR. CÁSSIO - Conforme o Senador Eduardo Girão falou numa hora, deu a entender que essa é uma guerra com a qual a nova geração deve se preocupar. De fato, ela deve se preocupar, mas acho que esse é um peso que muitos ainda não entendem. Eu acho que as leis ou outros projetos devem pensar melhor sobre essa questão em específico.

E, sobre um outro assunto, outro tópico que vocês trouxeram - acho que o Senador, não sei, o Ulisses o trouxe -, sobre o trabalho análogo à escravidão, sobre a abolição da escravidão, acho que esse é um tema muito importante também a ser pensado e a ser visto também de outros pontos de vista.

Por exemplo, para muitos jovens hoje em dia - e, querendo ou não, várias pesquisas apontam isso -, mesmo com vários projetos para muitos jovens conseguirem um estudo potente, vamos dizer assim, para serem capazes de pensar por si sós, é importante eles saberem sobre a escravidão, essas coisas.

E, também, uma coisa sobre o aborto. Eu acho que é bem importante a gente pensar nisso, porque eu estava aqui conversando com alguns colegas e a gente chegou num ponto em que a gente deve pensar no caso de uma mulher. Se uma mulher é estuprada, ela deveria, de fato, carregar esse ser? Porque teve pesquisas dizendo, às vezes, que esse ser nem concebe a vida em si mesmo e eu acho que isso é uma coisa a se pensar sobre, porque acho que várias mulheres, se algum dia fossem ou forem - sei lá, não quero causar problema - estupradas, acho que muitas não gostariam de carregar esse ser em si, porque essa vai ser uma memória dolorosa da vida delas.

Acho que isso é uma coisa bem importante de se pontuar, porque eu como filho de uma mulher e irmão de duas mulheres acho que é bem importante a gente visar esse ponto também, de não só "Ah, o aborto é uma coisa criminosa"... Beleza, pode ser considerada criminosa em vários países, só que também tem que se pensar pelo ponto da mulher. A saúde da mulher também está em jogo.

Bom, eu acho que todos esses temas... *(Palmas.)*

Só para finalizar, rapidinho, porque eu estou pegando muito tempo, acho que esses três pontos batem de frente com o quesito da paz, porque, querendo ou não, acabam sendo coisas que, por exemplo, a escravidão já foi abolida. Beleza, só que só recentemente, pela ONU, isso foi reconhecido que foi um dos maiores crimes já cometidos pelos seres humanos em relação inter-racial. Eu acho que isso é importante de se colocar.

E, também, eu acho que a gente deve procurar outras maneiras porque, querendo ou não, a gente já tentou fazer leis, projetos, e a gente está vendo que não está dando certo, não está tendo tanta eficiência; acho que é melhor, assim dizer, nesse quesito de trazer paz ou não, e também no quesito - eu sei que vocês não puxaram, mas eu vou puxar agora - feminicídio, que é uma coisa que está sendo trazida bastante nos últimos anos, até nos últimos meses, que cada vez mais vai sendo posta a jogo, realmente, quais são os dados disso... É uma coisa que eu penso bastante porque, qualquer dia desses, pode ser - como eu falei, eu tenho três mulheres em casa e tenho mulheres como amigas também... Eu acho que é uma coisa a gente se pensar também, porque é uma coisa que bate bastante de frente com a paz.

E eu acho que, se a gente - eu não lembro quem falou -, mas que, durante a guerra - eu não sei se eu entendi muito bem... Durante a guerra, é muito difícil ter um diálogo, pois se está sempre naquela visão de ódio, o mais poderoso querendo dar, vamos dizer, o xequemate no outro. E eu acho que essas coisas todas... acaba que uma força, como aprendi na física, uma força anula a outra.

Então, eu acho que é bem importante a gente pensar, primeiro, numa maneira, numa redução desses pontos, para a gente conseguir pensar, depois, de uma maneira muito mais eficiente para a paz reinar melhor, por exemplo, aqui em Brasília, em Santos, em São Paulo, em outros lugares.

Muito obrigado, era isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem.

Nós combinamos, aqui na mesa... Como temos ainda um, dois, três, quatro, cinco, seis inscitos - além do Cássio, que já falou, não é, Cássio? -, nós vamos, no encerramento, dar a palavra para o nosso Vice-Presidente e para o nosso Secretário-

8/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Geral, e eu dou o encaminhamento final. Mas é importante o debate. O debate sempre é produtivo e vocês colocam um ponto de vista; depois, eles encerram e eu dou o encaminhamento dessa nossa reunião.

Estão inscritos aqui, vou conferir para depois não dar problema de eu não ter chamado, vamos ver: Mário Brasil - está certo? O.k. -; Marcos Resende - o.k.? -; Jaqueline Moll - Jaqueline? O Ulisses botou o nome dela aqui. Agora você vai, hein? O chefe mandou. (*Risos.*) É o nosso chefe aqui. É meu também, eu o considero meu chefe também, viu? Secretário-Executivo. Ele tem poder aqui -; o Hoeck está aqui também; - esse aqui é do cartão - Wílon Wander - o.k.? -; o Monge Sato - seis -; e, por fim, pessoal, porque aí nós temos que encerrar, o Roberto Olivella. O.k.? (*Pausa.*)

Nós dois, na verdade, então (*Risos.*), porque eu a acompanhei, e ele corrigiu. O.k.

Passamos a palavra agora, então, por cinco minutos, pessoal, para o Sr. Mário Brasil, da UnB.

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL - Eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa do seu Presidente, o Senador Paulo Paim; gostaria de cumprimentar todos que estão aqui, principalmente a juventude, que é fundamental para a paz.

Eu acredito que a paz - falando em nome da Universidade de Brasília e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, que foi o centro que criou a disciplina Ciência da Paz - precisa ser estudada e precisa ser vivida.

Nós temos um encontro que acontece todas as segundas-feiras, no Beijódromo, que é o Memorial Darcy Ribeiro, e nesse encontro nós dissemos uma frase que ficou muito emblemática. Essa frase é uma pergunta: "O que há de paz no que você faz?". Isso eu acho que é uma pergunta que nós temos que fazer toda vez que acordamos, e também "O que há de paz no que você fez?", quando você vai dormir, porque exatamente a paz começa dentro de nós mesmos.

Nós temos várias guerras, não só as visíveis, mas também as invisíveis. Nós temos uma guerra profunda do *Homo sapiens* com o *Homo technologicus*, porque todo dia nós estamos enfrentando essa guerra. Nós temos uma guerra profunda, também, de gênero, uma guerra - eu vou simbolizar mais ainda - não contra o gênero mulher, mas contra a energia feminina, e eu acho a energia feminina fundamental para este momento da humanidade. (*Palmas.*)

A energia masculina já foi importante no processo primitivo da nossa evolução. Hoje, eu acredito que uma grande causa dos nossos conflitos e das guerras é exatamente essa energia masculina, representada principalmente pelos homens, mas não só pelos homens. Não veem que é preciso agora, neste momento, para que a humanidade evolua e dê um salto civilizatório, a energia feminina. E o que fazemos nós hoje? Atacamos isso - e podemos ver isso pelos índices de feminicídio.

Temos uma guerra também acontecendo diariamente contra o simbolismo do que vem a ser a mãe; e a mãe nossa, hoje, simbólica, é o nosso planeta, é a natureza. E nós estamos numa guerra permanente com a natureza.

Já passaram os cinco minutos? Estou contando aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Você tem um minuto, pelo que estou vendo lá.

O SR. MÁRIO LIMA BRASIL - Tá.

Então, eu acredito que a outra guerra que nós temos também - e aí eu já vou começando a concluir - é a guerra pelo poder, que é o que está acontecendo hoje no mundo, a guerra visível, digamos assim.

Então, eu acho que a criação desta frente parlamentar e de todas as frentes que seja possível serem criadas: no caso da nossa disciplina, é uma frente; esse encontro agora é uma frente; a União Planetária é uma frente, e todas as outras instituições que estão sendo criadas são pequenas gotas, é verdade - são pequenas gotas.

Mas eu gostaria de terminar exatamente deixando uma frase de uma mulher, de uma força feminina, que simbolizou muito essa paz, Madre Teresa de Calcutá. Na sua fragilidade, um repórter arrogante perguntou a ela: "Mas você, tão frágil, tão pequena, o que acha que vai conseguir fazendo essas pequenas caridades? Isso é só uma gota".

E ela respondeu da seguinte forma: "Sim, é uma gota no oceano, você tem razão. Mas eu tenho certeza de que, depois de todas essas ações, o oceano vai ser uma gota maior".

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem. Esse foi Mário Brasil, que falou pela UnB.

Só para registro, tanto no meu pronunciamento como também no dos outros dois, foi falado do feminicídio. Só para registro, nós falamos do feminicídio. Eu garanto aqui uma cópia do meu pronunciamento por escrito, porque um dos pontos é o feminicídio.

E também quero falar, Mário Brasil, da importância, na tua fala, da questão das mulheres. Veja que, na nossa frente temos ali a Mara Gabrilli e temos também a Leila Barros...

9/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - E a Teresa Leitão. Temos três mulheres que ajudarão muito essa frente parlamentar. Eu concordo plenamente com você, mais do que nunca é fundamental a presença das mulheres.

Eu cheguei a apresentar um projeto aqui no Congresso, dizendo que toda audiência pública tinha que ser meio a meio: metade mulher; metade homem. E veja o que eu vou dizer, e eu vim dessa área, do movimento sindical: a maior dificuldade é termos a quantidade suficiente de mulheres para estar nos debates.

Mas eu concordo plenamente, as mulheres são a luz. Está aí o Dia das Mães, que é nesse domingo. Vamos dar uma salva de palmas para todas as mães adotantes, mães solo, todas as mães, porque mãe não é só aquela que gera. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Eu vou passar agora para o Marcos Resende, da Sociedade Teosófica.

Em seguida vai ser você, Wílon, que ficou preocupado. Foi o primeiro a levantar a mão, e eu talvez não tenha visto.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Então, vamos lá.

Marcos Resende, da Sociedade Teosófica.

Em seguida, o Wílon Wander.

O SR. MARCOS RESENDE - Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa.

Eu gostaria de dizer que esse encontro, esse evento, essa iniciativa tem uma importância muito maior do que a gente possa imaginar, porque Platão já dizia que as ideias governam o mundo. Dr. Ulisses colocou muito bem que durante quatro séculos se aceitou a escravidão, e hoje é uma coisa inaceitável, porque a mentalidade mudou.

Se a gente olhar a questão do estado de uma sociedade, todos os países não aceitam que você vá resolver o seu problema na violência, em você matar o outro porque tem uma divergência. Quem agir assim vai sofrer a sanção do Estado, vai para a prisão, vai responder a um processo. Por que no plano internacional alguns líderes com uma mentalidade do século passado acham que as divergências entre os países podem ser resolvidas na base da matança? Isso é inaceitável! Essa é uma mentalidade velha, do século passado, que vai mudar. *(Palmas.)*

Vai mudar porque hoje o mundo é interconectado e, no século passado, não era.

Hoje, o que acontece lá você está sabendo instantaneamente. E iniciativas como essa são iniciativas corajosas de romper com esse passado, para que os líderes mundiais, os governantes dos países sejam tão civilizados quanto a sociedade já tenta ser, não aceitando a violência.

Então eu vejo que esse evento vai reverberar, como bem colocou o Senador Girão. Hoje o Presidente do Brasil está lá, encontrando o Presidente americano. O Brasil é um país pacifista, tanto que, lá na Assembleia da ONU, é o Presidente brasileiro que fala primeiro, porque, na época da organização da ONU, o Brasil foi um dos mais ativos para a criação da própria ONU. Só que a ONU hoje está muito fragilizada, sem poder nenhum. Então, algum novo acordo tem que surgir, uma nova ordem mundial, para que o mundo não aceite mais que se resolvam as diferenças na base da matança.

Então, a energia que se coloca aqui no plano mental reverbera no mundo das ideias. E conforme o Dr. Ulisses colocou, acreditando e realmente tendo a coragem de, em um ambiente como esse, falar de paz, falar dessas necessárias transformações, isso reverbera muito e tem o efeito de transformar a mentalidade coletiva.

Era só essa a contribuição que eu queria dar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Marcos Resende, Sociedade Teosófica.

Passo a palavra agora, conforme solicitado, para o Sr. Wílon Wander Lopes, Vice-Presidente da União Planetária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Só ajuste o microfone aí de pé. Pronto.

O SR. WÍLON WANDER LOPES - Senador Paulo Paim, Presidente, Senador Flávio Arns, que, infelizmente, não está presente, mas tenho certeza de que está muito atento a isto aqui, Senador Girão e demais presentes, meu querido amigo que ocupou a tribuna, da Universidade Brasília, fui Presidente da Federação dos Estudantes da Universidade Brasília especialmente quando ela foi invadida para acabar com a Universidade de Brasília...

10/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu estou, Presidente Paulo Paim, em Brasília desde 1959. A primeira preocupação que eu pessoalmente tive foi exatamente ver que vinha para Brasília gente de todo o Brasil, do Pará, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, como é o meu caso, do Amazonas, e que essas pessoas não se entendiam, porque vinham de lugares diferentes.

Então, era preciso fazer isto que está sendo feito aqui hoje: reunir as pessoas para construir esta maravilha que foi a maior obra dos brasileiros, Brasília! (*Palmas.*)

Foi assim, Senadores, unindo as pessoas que temos esta obra maravilhosa que é Brasília, que temos este Senado com os três Poderes funcionando na nossa Brasília.

Inclusive, eu sou servidor aposentado do Senado, depois de ser demitido por ter lutado pela representação política no Distrito Federal e por um absurdo que muito pouca gente aqui sabe.

No movimento militar, tiraram Brasília como capital da República, sabiam disso? Consultem as Constituições de 1967 e de 1969. Para que houvesse a mudança da capital federal para outro lugar, Senador Paulo Paim, colocaram lá, nas Constituições de 1967 e de 1969 que a capital do Brasil era o Distrito Federal. Um absurdo!

Lutei contra isso e fui demitido do Senado. Depois, eu consegui, na anistia, Senador Paulo Paim, a minha aposentadoria por esta Casa que já foi o Poder Legislativo do Distrito Federal.

Por isso, mais um motivo para que nós aqui nos reunamos para resolver este problema tão sério, quando o Presidente Trump faz uma guerra, em que está gastando bilhões de dólares, contra a vontade dos americanos - e quer o título de Nobel da Paz...

Precisamos ter cuidado com isso.

Eu sou idealista, mas sou principalmente uma pessoa muito prática. Tem gente ganhando para não ter paz! Tem indústria armamentista que fatura o que já se disse muitas vezes em muitos lugares: só o dinheiro que a indústria armamentista fatura daria para matar a fome de todo mundo!

Desculpe a ênfase, mas é que me magoa, aos 81 anos... Eu quero sair desse mundo, quando sair... num mundo tranquilo, num mundo em que haja amor. Também há muita gente contra o amor. Por exemplo, esse movimento violento que vocês estão vendo aí, de todas as televisões, rádios, falarem que os homens estão contra as mulheres, feminicídio, essa coisa toda. Tem gente ganhando dinheiro para isso! Se destruírem a família, em vez de ter, por exemplo, numa casa, um almoço em que se gasta R\$50, para cinco pessoas, vai ter gente ganhando dinheiro, porque vão ter cinco pessoas em locais diferentes pagando pelo almoço. Então, essa questão prática, essa questão de inteligência, de lógica, nós temos que colocar aqui, Senador Paulo Paim, como as nossas preocupações.

Tem gente muito inteligente, como o tal Vorcaro, que todos aqui agora conhecem, que usaram dinheiro, sexo e amor para fazer essa coisa, esse escândalo doido que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Um minuto. Cinco já foram. Eu dei mais dois.

O SR. WÍLON WANDER LOPES (*Fora do microfone.*) - Somos animais racionais, mas a racionalidade que Deus nos deu... Em vez de fazer o que Deus recomendou, que é amar o próximo como a si mesmo, nós fizemos bomba nuclear com essa inteligência que Deus nos deu, de maneira tal que o idiota que apertar um botão destrói toda a Terra, inclusive o idiota que apertou o botão. Isso é racionalidade?

Então, Senador Paulo Paim, o sistema, o chamado sistema... E nós falamos aqui em poder, na luta pelo poder. Não é à toa que nós estamos num Poder, e Brasília - infelizmente, a minha cidade, a cidade que eu ajudei a construir - está com uma imagem horrível no Brasil, porque infelizmente, quando se fala desses escândalos, GDF, BRB, Master, Vorcaro e tal, a palavra que vem sempre junto é "Brasília".

Então, eu queria, finalmente, dizer, Senador Paulo Paim, para me desculpar por essa ênfase, mas que aos 81 anos, como disse, eu estou preocupado em deixar um mundo pior do que eu encontrei. Eu queria sair desse mundo, mas quando sair - pela morte, que é uma coisa que vai acontecer com todo mundo -, que esse mundo ficasse melhor. Estou vendo que está ficando pior. Estou frustrado com isso. Por isso, essa minha ênfase aqui.

Finalmente, eu queria dizer que é muito preocupante a questão que nós temos também que analisar, que, à medida que esse movimento aqui começar a crescer, muita gente vai vir e procurar fazer com que nós mesmos, que estamos aqui unidos, comecemos - com uma ideia aqui, outra ideia ali, uma ideia vermelha para cá, uma ideia azul para lá - a nos dividir. Cuidado com isso!

Nós precisamos, Senador Paulo Paim, seguir o seu exemplo de vida, inclusive: unir, unir, união pelas coisas boas, pelo amor, pela felicidade. Nós estamos nesse mundo aqui, se usarmos da nossa inteligência de animais racionais, para seguir o

11/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

exemplo dos animais que vivem de uma maneira assim maravilhosa, e nós, que somos racionais, ficamos aí nos envolvendo nessa guerra. É agora o final para cada um sentir no bolso que nós estamos falando aqui de amor, e o tal do dinheiro é sempre contra o amor. A guerra que está se realizando - Estados Unidos e Irã -, nós estamos pagando: eu, você, ele! Mas que loucura esse cara está dizendo! Na hora em que a gasolina passa de R\$6 para R\$6,50, esses R\$0,50 que saem do nosso bolso são para manter a guerra do Irã! Alguém tem dúvida disso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Concluindo, companheiro.

O SR. WÍLON WANDER LOPES - Muito obrigado, Senador Paulo Paim; muito obrigado, Ulisses; muito obrigado, Senador Girão.

Que coisa maravilhosa que o Senado da República, instalado na nossa Brasília... Inclusive, cuida da imagem do Senado, que não está bem, cuida da imagem dos três Poderes, que não está bem, fazendo esse trabalho aqui, que - eu tenho absoluta certeza -, se nós nos unirmos com inteligência, nós vamos conseguir o nosso objetivo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem!

Esse foi o Sr. Wílon Wander Lopes, Vice-Presidente da União Planetária.

Passamos a palavra de imediato a Jaqueline Moll, União Planetária.

A SRA. JAQUELINE MOLL - Bom dia!

É uma alegria muito grande estar aqui de novo. Estivemos há poucos dias num debate já da Frente pela Paz. Eu venho lá no Rio Grande do Sul, da Universidade Federal, estive no MEC muitos anos e estou de volta à Brasília, a convite do Ulisses, que é esse homem extraordinário, que não nos deixa esquecer as coisas que são importantes, e que tem nos ajudado a fazer essa construção, que, inclusive, é de uma mudança de paradigma: de um paradigma racional, frio, que vê as coisas de forma utilitária, para um paradigma que nos conecta à vida e aos compromissos, sobretudo com os jovens.

Eu acho que o grande presente, querido Ulisses, dessa manhã é ter esses jovens que se manifestaram - tivemos uma manifestação representando o conjunto -, porque é para eles. Rapidamente, eu quero cumprir os cinco minutos - esse é o problema de um professor quando começa a falar, cinco minutos é pouco! -, mas eu quero falar de outro Paulo, querido Senador Paulo Paim, lá da nossa Querência; quero falar de Paulo Freire, esse pedagogo do amor, tão atacado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Paulo Freire!

A SRA. JAQUELINE MOLL - ... tão desconhecido. *(Palmas.)*

E eu poderia usar muitas frases dele, muitas ideias, que eu acho que é preciso entender: é o maior pedagogo reverenciado no mundo hoje. Grandes universidades... A gente chega à universidade da cidade de Los Angeles, tem uma imagem imensa do Paulo Freire. O Paulo Freire não pode ser reduzido a nenhum tipo de caricatura. Ele dizia, entre tantas outras coisas, que não há futuro se o presente não for transformado. E não tem outro jeito de transformar o presente, senão por processos educativos.

Naquele outro dia que aqui estivemos, eu já mencionava o Manifesto de Sevilha, da Unesco, que comprova, lá nos anos 80... Federico Mayor, que era o Presidente da Unesco, pede um estudo, pede uma equipe multidisciplinar, e muitos cientistas do mundo afirmam que nós não nascemos violentos, a violência não está na nossa genética, nós aprendemos a violência. E aí eu me lembrava do Mandela naquele dia, se a gente aprende a odiar, a gente tem que aprender a amar, e tem que ter coragem. Se paz é verbo, amor também tem que ser verbo. Isso a gente tem que exercitar, sobretudo com as crianças e jovens, porque a maior preocupação é que mundo a gente está apresentando para eles. Quando eles ligam a televisão ou entram nas redes, são crimes, estupros, feminicídio. Como é que a gente... Que mundo a gente está apresentando para vocês? Eles merecem outra coisa.

Nós criamos, além da Ciência da Paz, nossa disciplina que já está no terceiro semestre - temos vários alunos aqui da disciplina Ciência da Paz conosco hoje, três semestres junto com a Profa. Nair Bicalho, que também esteve aqui no outro dia, proposição do Ulisses também para a universidade -, nós criamos e estamos trabalhando em uma rede de instituições educativas por uma ciência da paz e, para usar a expressão do Darcy Ribeiro, por "fazimentos pela paz". A paz não é só uma ideia, né? A paz é um exercício cotidiano de viver bem consigo mesmo, com os outros e de ter compromisso com a verdade.

Aí a gente pode falar um pouco da pedagogia das virtudes. Quer dizer, como é que a gente segue pelo mundo sem um código básico de conduta ética, inclusive para ensinar para as crianças e jovens? As pessoas mentem descaradamente. Nós temos que ensinar para os meninos e meninas o compromisso com a verdade, o compromisso com a ideia de fazermos esse mundo em que todas as pessoas caibam - a insígnia dos fóruns mundiais, dos quais Porto Alegre foi a grande cidade há décadas -, mas essa ideia de que o mundo tem que ser para todos, a dignidade humana, essa ideia de... Como é que

12/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

se pode matar quatro mulheres por dia no Brasil? É importante que se fale de feminicídio. É falta de amor, sem dúvida é falta de amor. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos destruindo a natureza, porque nós destruimos as matrizes da vida.

Esse modelo, nós temos que superar, inclusive de ciência, que é utilitário e que também utiliza as pessoas, porque nós temos que conseguir enfrentar o 6x1 no trabalho. Se a gente quer que as famílias vivam de outro modo, os pais e mães têm que ter mais tempo com seus filhos, porque há formas de escravidão modernas, embora a escravidão não esteja na lei.

Então, nós estamos todos metidos num grande trabalho e voltaremos aqui muitas vezes, porque o Senado da República tem um papel muito importante. Sempre que penso no Senado, penso em Darcy Ribeiro, e ele dizia que a nossa grande capacidade é a capacidade de reinventar o mundo em que a gente está, e a capacidade de reinventar o Brasil passa também por esta Comissão.

Muito obrigada, Senador Paim, Senador Girão e Ulisses. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Bela lembrança do Darcy Ribeiro. Eu só vou fazer uma ligação de como... O Darcy foi de fato um homem que fazia a diferença.

E, quando ele falece, assume - eu tenho a foto bem grande lá no meu gabinete, deste tamanho - o Abdias, o Abdias do Nascimento. Eles se completavam. O Abdias do Nascimento era suplente dele. O Abdias escreveu também a história, na linha do que foi falado; e tu deste o gancho aí do Mandela, que usou aquela frase: as crianças não nascem odiando, são ensinadas a odiar. É isso que você... Elas podem ser ensinadas a amar.

Parabéns pela fala. (*Palmas.*)

Agora, eu passo a palavra para o Huck. É o centroavante lá do Atlético? (*Risos.*)

Hoeck, da Comunidade Fé Bahá'í.

O SR. HOECK MIRANDA - Sou muito ruim de futebol, particularmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Ele é disputado lá. Querem levá-lo para outro time.

O SR. HOECK MIRANDA - Senador, na sua pessoa, gostaria de cumprimentar toda a Mesa e agradecer esta oportunidade de poder falar em nome da Comunidade Bahá'í de Brasília. Os ensinamentos bahá'ís pregam que chegou o momento de a humanidade se unir. Em uma das citações, ela diz o seguinte: "O tabernáculo da unidade foi erguido; não vos considereis uns aos outros como estranhos".

O tabernáculo era aquela estrutura na qual os judeus guardavam a Arca da Aliança e pelo deserto a carregavam; e se dirigiam ao Ser Supremo através do tabernáculo, que era o símbolo da presença do Ser Supremo, guiando aquele povo. Então, o tabernáculo é algo sagrado; o tabernáculo foi erguido. "Não vos considereis uns aos outros como estranhos."

Então, Senador, eu me sinto profundamente emocionado, porque penso na unidade mundial desde os 19 anos, depois de ter feito um curso da História da Civilização, com o único professor negro que eu tive em toda a minha vida, que me marcou profundamente. Eu me tornei bahá'í porque acredito na unidade mundial.

E, como esta celebração de hoje é da Frente Parlamentar pela Paz Mundial, seria muito importante que esta frente parlamentar se unisse com outras frentes parlamentares no mundo inteiro. (*Palmas.*)

Como o Dr. Ulisses mencionou um poder... Para o Poder Legislativo é muito importante fazer as leis, e todo o universo é organizado com leis, tanto no mundo material quanto no mundo espiritual. Então, elaborar leis é um projeto muito especial, que necessita de pessoas especiais.

E nós, como membros da sociedade civil, depositamos em cada um dos senhores - Senadores, Deputados, Vereadores - muita esperança. E nós não podemos ver esse sistema sendo destruído, seja o Poder Legislativo, o Executivo ou o Judiciário, porque o mundo precisa de ordem. Todo o universo é muito bem-ordenado através de uma sabedoria suprema. Então, nós precisamos disso.

E aí, Senador, eu tenho certeza de que os senhores, como o Dr. Ulisses Riedel muito bem colocou e o senhor também enfatizou, terão que recorrer à sociedade civil organizada, a instituições como o Ceam. Eu tenho a honra de estar aqui sentado ao lado do Prof. Mário Brasil e tive a honra de ter uma proposta de trabalho, como professor voluntário no Ceam, para implantar a disciplina Espiritualidade. Quando nós falamos de amor, nós estamos falando de uma característica da espiritualidade humana que todos têm. Pode não manifestar o amor, mas ele é parte da nossa natureza, porque somos seres perfeitos de materialidade e espiritualidade, e o amor faz parte das nossas fortalezas, qualidades e virtudes.

Então, o senhor enfatizou muito o amor, e desejamos que esse amor seja, realmente, a nossa estrela-guia. Gostaria, seguindo a linha do que o Senador Eduardo Girão levantou, de mencionar palavras sagradas, do que Jesus falou 2 mil

13/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

anos atrás, quando apontou em direção ao futuro da humanidade - isso está em João 10:16 - e disse: "Haverá um [...] rebanho e um [...] pastor".

Como nós vamos conseguir a paz enquanto existir qualquer tipo de desunião no mundo, seja de raça, de nacionalidade, de religião, social, econômica, política? Nós já fomos alertados há 2 mil anos de que o futuro da humanidade é um futuro de unidade: "Haverá um [...] rebanho e um [...] pastor".

Então, Senador, eu desejo ao senhor e a toda a constituição desta frente parlamentar: unam-se com todos os países do mundo, não importem as ideologias, não importem as religiões. Eu vejo, por exemplo, muito ataque à religião islâmica na internet, ataques terríveis, e, no entanto, a revelação de Deus a Mohammed é extraordinária. Estudei o Alcorão, publiquei um livro sobre o Alcorão - *O Alcorão e a Unidade das Religiões* - e vejo que esses ataques nos afastam da comunidade islâmica, nos afastam dos povos árabes desnecessariamente. Precisamos, como um país pacífico, estar com relações perfeitas, amigáveis e amorosas com todos os países do mundo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Vida longa, como disse o Dr. Ulisses, à Comissão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem, Hoeck, que falou pela Comunidade Fé Bahá'í. Parabéns pela fala!

A sua proposta ficou registrada, de que o sonho seria nós conseguirmos unificar todas as frentes parlamentares pela paz do mundo. Parabéns pela sua iniciativa de propor. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra, neste momento, ao Monge Budista Sato.

Sabiam que eu leio bastante sobre Buda? Eu gosto dessa história, é uma história bonita.

É com o senhor.

O SR. KYOTOSHI SATO - Antes de mais nada, queria cumprimentar essa plateia tão significativa e também a Mesa, recordando com muita saudade o Senador Paulo Paim, que eu conheço desde a primeira legislatura.

Este ano, era meu desejo que o Dr. Ulisses retornasse dignamente a esta Casa, mas hoje entendo as razões dele, que não são apenas de idade. Disse que tem 90 anos - disse publicamente -; certamente, mais de 70 anos voltados à causa pública e certamente ele vai continuar nesta função tão importante. Ele continua como minha referência de homem público por excelência.

Parabéns a todos vocês, à Mesa e à decisão do Dr. Ulisses de continuar na causa pública, como homem público por excelência que é.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Parabéns ao Monge Sato, budista, que com poucas palavras disse tudo. Homenageou toda a Mesa e reforçou, claro, Ulisses, que é o nosso mentor da proposta. Fez muito bem. Parabéns!

Eu passo a palavra, neste momento, a Roberto Olivella, Presidente da Confederação Nacional das Oscips/BR.

O SR. ROBERTO OLIVELLA - Olha, é um imenso prazer estar aqui com todos vocês... Não sei se está ligado. (*Fora do microfone.*) É um imenso prazer estar aqui com vocês hoje; estou muito emocionado.

Estou olhando o meu bichinho ali, que eu amo de paixão, Ulisses Riedel, e eu tenho aqui hoje umas referências.

Eu estou me sentindo um laboratório de tudo que vocês falaram aqui. Estou muito emocionado.

Um pouquinho só de história: primeiro, eu sou filho de uma mãe analfabeta, de uma família de trabalhadores rurais sem terra do interior do Estado do Rio de Janeiro. Essa mulher se alfabetizou com 45 anos de idade e, quando ela se alfabetizou, ela conheceu o kardecismo, e os primeiros livrinhos dela foram o *Pentateuco* do Kardec. E pegou esse moleque aqui - sem pai, criado na rua, sem referenciais - e me botava para estudar o *Pentateuco* - Kardec. Eu sinto que ela está aqui presente, emocionada como eu.

Depois, eu cheguei no Rio de Janeiro - vindo da roça, do interior - e fui morar na favela do Santo Cristo, desempregado. Lá eu tive a felicidade de entrar em uma empresa, por concurso, chamada Metrô do Rio de Janeiro - eu sou um metroviário. E lá eu tive uma outra felicidade - porque Ele é tão justo que, quando se tiram coisas essenciais de um, Ele dá outras oportunidades -: de conhecer um sindicalista metalúrgico de Niterói; um negro, que pegou esse menino completamente despolitizado e desprotegido e acolheu e politizou: Geraldo Cândido da Silva, Presidente do Sindicato dos Metroviários. (*Palmas.*)

14/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu o chamo de Geraldinho. Ele frequentava a minha casinha e eu frequentava a casinha dele, e me politizou. Virou Senador da República um período, Geraldo Cândido da Silva.

E aí, num determinado momento, nós éramos uma categoria de 5 mil funcionários. Um dia - e eu sou hiperativo, falava com todos -, acabei sendo eleito Diretor do Sindicato dos Metroviários; transformamos a associação em sindicato e eu fui o Diretor eleito. E me deram uma missão: preparar um acordo coletivo para uma empresa dominada pela elite da direita que veio da Petrobras - o SNI estava lá dentro e eu não sabia. "Como é que eu vou fazer isso?". Aí, o Geraldo falou assim, o Geraldinho, nosso Presidente: "Você vai a Brasília conhecer o nosso mentor na área sindical". Eu falei: "Quem é esse cara?". "Ulisses Riedel - tem quarenta e poucos anos isso, amigo, companheiro -, o Ulisses Riedel". Falei: "Rapaz, eu vou a Brasília falar com ele?". "Você vai". "Vou de quê?" - achei que era de avião. "Nós não temos dinheiro, você vai de ônibus". Rapaz... Enfim, conheci essa figurinha, foi amor à primeira vista.

Ele me ensinou o que eu precisava, voltei, conseguimos uma negociação célebre na história do metrô do Rio de Janeiro. Vencemos, conseguimos um acordo, pela primeira vez na história do metrô do Rio de Janeiro. Papai do Céu, sempre, para aqueles que procuram a luz, oferece a luz. A partir daí, do sindicalismo, eu comecei a conhecer a história desse senhor que está aí no meio, que para nós é o Paim - nosso companheiro, o Paim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO OLIVELLA - Pronto. E aí, acompanhamos sempre a sua trajetória, Senador. Você é um símbolo para nós.

Muito bem. Comecei com o *Pentateuco*, com os valores, a mãezinha aqui do lado, coladinha, muito bem. Aí, eu vinha conversar com esse moço aqui, e ele dizia assim para mim: "Você conhece a teosofia?". Aí, conheci a teosofia. "Você conhece o vegetarianismo?". Aí, conheci o vegetarianismo. Então, é para dizer para vocês a importância... Eu estou me sentindo uma mãe solo, perseguida, sozinha, uma guerreira... Eu tive uma mãe de leite que me criou, uma negra que me criou. Então, assim, na minha vida...

E aí, Senadores, nós, hoje, estamos na seguinte situação: o Presidente Lula baixou a LCP 224, de 2025, que vai obrigar que 900 mil OSCs corram para se certificar como Oscips, para ficarem livres dos maiores tributos do mundo, que são os tributos do Brasil; serão Oscips. Eu sou Presidente da confederação das Oscips. Falou-se aqui em terceiro setor; nós precisamos nos unir, porque eu estou sentindo uma energia poderosa aqui, eu não estou conseguindo nem segurar a onda. Então, eu queria dizer o seguinte: vamos conversar, porque nós somos um instrumento estratégico de organização dessas 900 mil OSCs que vão correr, desesperadas, para ficarem livres dos poderosos tributos - somente se certificando como Oscips para ficarem isentas.

Eu vim aqui com essa missão, porque o meu contrato espiritual passa em direção aos desvalidos, aos vulneráveis - principalmente os que estão nas pontas, como milhões de comunitários. Nós precisamos resgatar isso, organizar isso e estruturar isso. Então, eu vim aqui com essa missão; não tinha pretensão de falar, eu vim em amor ao meu patrono.

Nós montamos uma cooperativa, Senadores, chamada Multicoop, que fez sucesso no mundo, pequenininha. Fomos para a Eco Rio 92 com um projeto com a UFRGS, que arreventou, e nós andamos por 42 países. Imagina um filho de uma família de analfabetos no interior da área rural chegar a Genebra, Suíça, para ganhar um prêmio, graças a esse mocinho aqui maravilhoso, que falou: "estrutura a multimeter, porque eles têm que ter uma cooperativa-mãe." Aí nós criamos a Multicoop. Foi premiada em agosto de 1992, diretamente pelo Boutros Boutros-Ghali, como a primeira cooperativa ambiental e ecológica do planeta. Ela está viva, a resgatamos no passado para operar uma central nacional de cooperativas da economia ecológica.

O Ulisses Riedel - comigo - implantou a primeira Federação das Oscips aqui em Brasília. Ele é fundador, nosso Diretor Internacional até hoje. E agora nós estamos resgatando-a como um instrumento estratégico de quase 1 milhão de OSCs que vão se certificar como Oscips para ficarem livres dos poderosos tributos.

Eu faço um apelo, porque eu estou com 73 anos. Eu, às vezes, acho que eu estou velho demais, mas eu lembro sempre dele, 92, estou com 73, e falei: rapaz, ainda tenho alguma coisa para deixar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Tem fôlego ainda.

O SR. ROBERTO OLIVELLA - Não, um legado.

Então, eu queria colocar isso disponível totalmente, para a gente trazer a questão da paz; da mulher, porque eu tive uma mãe guerreira, como já contei; a questão dos afrodescendentes, nós temos representantes dos afrodescendentes na confederação; indígenas, nós temos três diretores indígenas, que são líderes.

15/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

É só isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem, Roberto Olivella, Presidente da Confederação Nacional das Oscips.

E só para lembrar, porque só se fala do Ulisses, eu também tenho que falar uma coisinha do Ulisses. O Ulisses foi o criador do Diap (Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar), para nos ajudar aqui dentro, inclusive na Constituinte, não é, Ulisses? O trabalho de vocês foi brilhante - brilhante, brilhante! *(Palmas.)*

Eu quero registrar a presença de Elza Miranda, representante da Unipaz, que está aqui no plenário conosco. Palmas para você. *(Palmas.)*

Agora vamos para as considerações finais.

Passo a palavra para o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Muito obrigado, Presidente Paulo Paim.

Olha, que momento rico, proveitoso que a gente está ouvindo aqui, depois dessa... O senhor foi muito feliz quando abriu a palavra para alguns se manifestarem aqui. Eu só tenho que parabenizá-lo.

E antes de fazer umas considerações, só dar uma pincelada em alguma fala, tenho uma questão prática muito importante: eu e o Senador Paulo Paim não vamos concorrer à reeleição. É algo já decidido, e já tem uma missão para o senhor, meu secretário-geral, porque essa semente precisa ser regada, não é? Eu tenho certeza de que outros que virão ou que ficarão aqui vão dar sequência, mas é muito importante, e eu já me coloco à disposição para a Vice-Presidência, a segunda Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Flávio Arns é o primeiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - É, então já me coloco à disposição para, se tiver necessidade, para que não haja solução, por uma questão de continuidade, que você pode já fazer as adequações, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Eu quero só dizer que ele já falou isso no Plenário comigo, inclusive. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Falei ontem, anteontem.

E quero dizer - olha que bacana isto aqui - a gente pode ter divergências. Isso faz parte do ser humano, a democracia é isso. Divergência de posicionamento, mas o respeito é a regra da boa convivência.

Falou-se em futebol aqui, ele fez a brincadeira do Hulk com o senhor, não é? E eu venho do futebol, fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube. E a primeira atitude que eu fiz, como Presidente, foi visitar o meu principal adversário, que antes se chamava de rival, que é o Ceará. Eu fui à sede me apresentar e construir ações pela paz, porque existiam cinco a seis mortes por clássico. Um estava com a camisa de um time e o outro estava com outra, e matavam por isso. Isso em 2017. E nós conseguimos, com algumas atitudes, zerar isso, desarmando os espíritos.

Uma frase que eu sempre repito é a seguinte: nós podemos ser adversários... É como na política o futebol. Eu, por exemplo, tenho pensamentos antagônicos aqui a propostas do Paim e ele os tem em relação às minhas, mas a gente se respeita. E a gente acaba aprendendo e vai buscando um consenso em algumas situações. E aprovamos, por unanimidade, projetos inimagináveis. Então, nós podemos ser adversários, jamais inimigos. *(Palmas.)*

Afinal, nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus. E a sua mãezinha, de quem o senhor falou, Sr. Roberto... Eu tive o privilégio... Um dos poucos projetos que eu aprovei aqui foi o do Dia Nacional do Espiritismo. Um projeto de autoria nossa, que já foi sancionado e já virou lei, dia 18 de abril. E acolho todas as religiões. É fundamental, como o senhor colocou - eu me preocupo -, em relação a alguns discursos sobre o islamismo... A gente tem que acolher. A gente tem que, a humanidade... Isso é a beleza da humanidade.

Uma vez eu me perdi lá na Palestina e fui muito bem tratado pelos palestinos. Eu me perdi. Fiquei lá. O ônibus foi, eu fiquei e fui muito bem acolhido. Então, acho que isso é importante nesse momento em que a gente vive.

Cássio, quero lhe dar os parabéns pelas suas palavras. Essa é uma dúvida que existe, é um assunto até polêmico, mas, da mesma forma como o Ulisses colocou aqui, que a escravidão... E tem até a Lei do Ventre Livre, quando a gente fala de aborto. Olha a similaridade dos temas que você colocou. Da mesma forma que a escravidão, é algo inimaginável a gente voltar no tempo e defender uma sandice dessas, que em quatro séculos foi permitida... E o meu estado, o Estado do Ceará foi o primeiro a libertar os escravos - por isso que nós somos Terra da Luz -, cinco anos antes da Lei Áurea.

16/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Nós temos esse assunto e eu não tenho dúvida de que nós vamos ver, antes de quatro séculos - se Deus quiser! -, que o aborto não vai mais ser permitido na humanidade.

Sabe por quê? E aí eu agradeço a sua pergunta, porque nós temos aqui o que é o aborto. É importante a gente saber. E aí tem a lei, que a gente respeita, que diz que mulheres que foram estupradas têm o direito de fazer a interrupção. Isso aí é algo que a humanidade vai debatendo e faz parte do processo. Mas está aqui: isso aqui é uma criança com 11 semanas de gestação. Não dá para ver aí atrás, mas tem o fígado, tem os rins. A diferença dela para nós é o tempo só. Esse é o período em que é feito o aborto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) - Aí é que está o detalhe. Não sou eu que estou falando, é a ciência que diz isso. A ciência diz que tem, sim, o fígado formado e os rins formados. Não, a gente não vai, numa audiência de paz, absolutamente, discutir.

Agora, eu peço, inclusive, a vocês, que são estudiosos, e eu acho muito bonito isso, que a gente possa ver... Tem uma revista chamada *British Psychiatry Journal*, que mostra, exatamente, que não é a vida desse bebê que está em risco com o aborto; a saúde da mulher fica com consequências, sequelas emocionais, psicológicas, mentais e físicas para o resto da vida, a partir da prática do aborto - são duas vidas -, inclusive, o índice maior de depressão, o índice maior de envolvimento com álcool e drogas e o suicídio! Então, esse é um assunto que a gente precisa tirar de baixo do tapete e debater, respeitando as opiniões, claro, sempre, mas isso é o despertar que a gente precisa nesse milênio.

Então, eu quero parabenizar todos que aqui estiveram e dizer que nós temos um grande desafio nessa Frente Parlamentar da Paz para não deixar, absolutamente, ideologia, Ulisses, tomar conta, seja em qual setor, ou na educação ou na questão de processos legislativos... Eu acho que o que nos une é exatamente a beleza da vida, a beleza em defesa de direitos e de princípios.

Deus abençoe a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem, muito bem, Senador Girão.

É como disse o Senador Girão: a gente tem divergências, cada um pensa de um jeito, mas o debate sempre é salutar.

Mas permita-me, Senador Girão, que eu diga isso aqui no Plenário: todo mundo sabe que eu sou um militante da causa do povo negro, ninguém tem dúvida quanto a isso. E, por duas vezes, inclusive nesta Comissão e no Plenário... Porque política de cotas não existia antes da Constituinte, o Senador Girão tinha uma opção diferente da minha. Eu fiz todo o movimento no Plenário, aqui na Comissão, para aprovar a política de cotas, tanto na universidade como no serviço público. Está lá, no meu currículo, que trabalhei muito e conseguimos acertar. E o Senador Girão, que tinha um pensamento diferente: "Olha, Paim, a forma de eu te ajudar é: no Plenário, eu posso votar contra, mas não vou pedir verificação de quórum"; e não pediu. Você estava lá, você é um dos poucos que estava lá que era contra, não é? Se ele pedisse verificação, ia cair a sessão, ia cair, e ele não pediu a verificação.

A mesma coisa aqui, nesta Comissão. Então, podemos divergir em alguns temas, mas temos também respeito um pelo outro. *(Palmas.)*

Esse exemplo das cotas mostra que você, de uma forma ou de outra, é bom; pelo menos, não obstruiu para que a sessão não acontecesse.

Vamos em frente.

Agora, quem vai fazer o pronunciamento final, como foi na última sessão que nós tivemos aqui, é o mentor dessa proposta, para quem eu passo a palavra, então, o Dr. Ulisses Riedel de Resende, ex-Senador pelo DF, fundador e Presidente Honorário da União Planetária. Tive o orgulho de ser Constituinte junto com ele. *(Palmas.)*

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE - Não preciso dizer que eu estou extremamente feliz - extremamente feliz - de ver o acolhimento de uma proposta importantíssima para a humanidade, para o Brasil e para a humanidade.

Primeiro, o privilégio de ter uma amizade de 40 anos com essas duas grandes personalidades que estão aqui, por vieses diferentes.

Com Eduardo Girão: nós fizemos uma amizade forte, profunda, no 1º Fórum Espiritual Mundial, que foi feito em 2006; depois, sob o patrocínio dele, o apoio dele, nós fizemos o segundo em Teresina, no Piauí, mas ele era a pessoa-chave. De

17/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

lá para cá, nossa amizade é uma amizade que está no plano espiritual, sobretudo, e, por isso, uma amizade absolutamente verdadeira, correta, de amor recíproco.

Lembro-me de que Eduardo Girão, muitos anos atrás, me mandou um documento, pedindo que eu o examinasse, sobre uma proposta de um estatuto mundial para a humanidade, com viés espiritual, que é alguma coisa que um dia a gente vai ter que, realmente, construir. Nós temos a ONU, que é uma bênção para a humanidade, mas é preciso que esse trabalho da ONU seja banhado de espiritualidade, que é o que falta na humanidade. Quando eu falo "espiritualidade" - alguém pode não entender bem -, eu estou falando de humanismo, de sensibilidade, de amor ao próximo, de respeito ao próximo; isso é que é realmente a visão espiritual.

Aí entra a ética. Vejam que Paim acaba de relatar um fato em que houve um comportamento ético acima de tudo, acima das divergências de opinião. Isso é muito lindo e é isso que nós precisamos criar na humanidade.

Com Paulo Paim, a minha amizade começou quando ele nem era Senador ainda, ele era...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS. *Fora do microfone.*) - Sindicalista.

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE - ... sindicalista, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, lá no Rio Grande do Sul. E eu já o admirei pela sua combatividade, pela sua clareza, pela sua humanidade, pela sua dignidade - pela sua dignidade -, e passei, desde então, a ser um admirador dele.

Olhem o dado: vocês estão vendo o único Parlamentar, creio eu, que está aqui no Congresso há 40 anos seguidos, porque há uns que entraram, saíram... Ele há 40 anos está aqui dentro do Congresso Nacional - é o único! - (*Palmas.*), num trabalho, como ele diz, de uma posição de esquerda, mas numa postura de dignidade, de relação com todos. É algo espetacular!

Então, eu senti, quando pensamos em criar esta frente, que essas duas figuras importantes, destacadas, seriam base para a gente fazer esse trabalho. Quando procuramos por eles, imediatamente lembramos de Flávio Arns, que é um político também, um Senador, pelo Paraná, e que é de uma história de dignidade, de espiritualidade, mas de visão social muito bonita.

Então eu vejo que... Eu sinto como somos protegidos num trabalho de alto significado.

É claro que, se nós não formos diligentes, ativos, prestativos, poderá se transformar numa frente só simbólica, mas eu prometo a vocês que, pelo menos da minha parte, eu vou dar todo o meu empenho, todo o meu esforço para que seja uma realidade, porque eu acredito muito nisto que eu falei a vocês: na mudança da mentalidade. Nós podemos fazer grandes transformações mudando a mentalidade e mudando a mentalidade de uma forma que a gente não precise criticar, se opor àquele que pensa diferente. Pelo contrário, respeitar, bater palmas para ele: "Você pensa diferente? Muito bom que pense de forma diferente, mas nós temos que atuar juntos". E atuar juntos para quê? Para que vivamos num mundo de paz, de amor, de felicidade, de fraternidade, de solidariedade entre todos.

Então, eu tenho convicção de que, com o apoio efetivo do Senado Federal e com as parcerias que vamos buscar, com as parcerias que vamos buscar com Parlamentos de outros países, com as pessoas importantes no mundo que trabalham pela paz mundial... Eu quero mencionar aqui um país que é o Cazaquistão, lá do outro lado do mundo. O Cazaquistão herdou da União Soviética, quando houve o seu desmembramento, centenas de ogivas nucleares. Os países procuram ter uma ogiva! Ele herdou e mandou desativar todas. Ele disse: "Jamais usarei uma bomba nuclear contra quem quer que seja. Portanto, não preciso delas. Sejam desativadas".

Ele faz, a cada três anos, um grande encontro com as lideranças mais importantes do mundo no aspecto educacional, artístico, político e religioso - religioso - para uma postura pela paz mundial. A União Planetária tem participado desses encontros e temos tido a honra de nos aproximar de um país que está comprometido com a paz mundial. O Brasil já é comprometido na sua Constituição, faz parte da sua Constituição a declaração de ser um país pacifista e que buscará sempre resolver as coisas de uma forma pacífica. O que estou ressaltando do Cazaquistão é o fato de que ele trabalha pela divulgação da paz mundial de uma forma efetiva.

É importante a gente ter clareza de que a paz é uma construção - e uma construção que os que tiverem interesse de nela estar, porque nós vamos abrir espaço para que a sociedade civil esteja junto conosco, especialmente com as suas entidades - que depende de alguns fatores. E talvez o principal deles seja esse que esses dois irmãos aqui ressaltaram muito, que é o amor; é o amor, o amor universal - amor universal. Nós precisamos de virtudes, nós precisamos de um mundo virtuoso. O Estatuto da União Planetária diz que o seu objetivo é contribuir - e ele fala contribuir porque sabe que não vai fazer sozinho, é uma tarefa da humanidade inteira - com a edificação de um novo modelo civilizatório virtuoso.

É isso. (*Palmas.*)

18/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Por isso que, quando eu fui fazer a minha primeira palestra lá no Cazaquistão, eu falei sobre cidadania planetária, a conquista coletiva da amorosidade universal.

E há um dado curioso. A União Planetária lançou um movimento chamado Pedagogia das Virtudes, porque uma coisa é a gente saber que existem virtudes, outra é como desenvolver as virtudes. Nesse trabalho, foram feitos 40 grandes seminários no Brasil, fora do Brasil, na América Central, na Espanha, na Universidade de Salamanca. E chegou a chamar atenção do Vaticano, por isso o Vaticano nos convidou para ir lá no Vaticano para explicar o que era a Pedagogia das Virtudes. E é realmente um ponto central, porque é preciso que a gente, mesmo com a nossa imperfeição - porque somos imperfeitos, todos nós -, busque desenvolver as virtudes. Lá no hinduísmo eles falam nisso através do *Bhagavad Gita*, que é o livro sagrado deles que aponta as iogas - a Bhakti Yoga, Jnana Yoga, Karma Yoga - como o desenvolvimento de virtudes.

E eu queria concluir aqui me dirigindo aos jovens, lembrando a vocês que cada geração tem uma responsabilidade. Eu vejo que a geração dos nossos bisavós e tataravós foi a vanguarda de trabalhar contra a escravidão. Ela não caiu simplesmente do céu, ela veio em razão de lideranças, de vanguardas que não usavam armas, usavam a palavra, usavam a virtude de mostrar que era indigno da humanidade a escravidão, e eles conseguiram o êxito. Vemos que os êxitos sempre foram feitos pela prevalência do bem e das ideias do bem.

Acho que os meus pais, os meus avós e até nós mesmos da geração atual trabalhamos muito para acabar com aquela situação das mulheres abandonadas num segundo plano. Basta lembrar para mim que a minha mãe - portanto, não pode estar muito longe - queria entrar numa faculdade e não podia entrar porque mulher não entrava em faculdade. As faculdades eram fechadas para elas. Hoje, nós temos, em todas as faculdades, uma maioria de mulheres. Aqui na UnB, onde temos 55 mil alunos, mais da metade são mulheres. Temos 4 mil professores, metade deles são professoras, e a reitoria é uma reitoria feminina.

E então eu lembro que vocês, a geração de vocês - da mesma forma que as gerações anteriores têm trabalhado para ser vanguarda da mudança dos valores equivocados, que cabe a vocês -, na minha perspectiva, a perspectiva de vocês está no reconhecimento da unidade da vida, da unidade da fraternidade humana, de que somos todos irmãos, de que somos todos filhos do mesmo Pai. Isso é imprescindível, independentemente de religião, de cor, de tudo, sem diferença nenhuma.

Nós precisamos criar uma civilização de amorosidade, de amor universal! E é nisso que nós, aqui dentro da frente, trabalharemos, mas certamente a juventude tem a possibilidade de exercer um papel extraordinário nesse sentido.

Muito obrigado a todos.

Precisamos estar juntos, precisamos de unidade, precisamos de força, mas a força não é a força da violência. É a força do caráter, é a força da dignidade e é a força de estarmos juntos, porque a presença faz um papel importante. A presença de vocês aqui hoje, de todos vocês, é que faz a beleza desta reunião.

Eu quero agradecer também ao Presidente Alcolumbre, Presidente do Senado. Fomos à casa dele conversar com ele, e ele diligenciou. Ele poderia travar, poderia deixar para depois. Ele diligenciou para que ocorresse a formação desta frente.

Por isso, então, eu deixo o meu muito obrigado a todos. Vamos em frente, juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Muito bem, muito bem.

Eu tinha anotado aqui, por questão de justiça. Eu sempre tive uma relação muito boa com todos os Presidentes do Congresso.

Na primeira vez que cheguei aqui, o Presidente Sarney, da República antes, aqui Presidente, me convidou para ser Vice dele. Fui Vice do Presidente Sarney, fui Vice-Presidente do Senado, o primeiro negro Vice-Presidente do Senado. Dali para a frente, continuou uma boa relação.

Do Tebet, pai da Simone Tebet, eu tenho as mais belas lembranças dele. Numa época em que a juventude do Rio Grande do Sul, os universitários me provocaram positivamente para eu conseguir levar o Presidente do Senado ao Rio Grande do Sul. Fui lá falar com ele. Ele me olhou e disse: "para quando, Paim?". Eu disse: "na semana que vem". E ele disse: "avisa lá que eu vou". E fizemos um grande evento - o pai da Simone Tebet - lá na universidade. Ele fez uma belíssima palestra, enaltecendo, claro, a democracia.

E teve um outro também, de que eu vou falar rapidamente, o Renan Calheiros. Numa oportunidade, nós estávamos num embate muito grande, todo ano era debate de salário mínimo, quem dava mais, quem dava menos, quem apresentava a melhor proposta, quem ganhava mais votos, aquela folia toda. Daí, conversando com o Renan, resolvemos criar uma Comissão Especial. Eu presidi essa Comissão, e viajamos o Brasil todo. Aí formulamos a política de salário mínimo mais PIB, que, felizmente, está até hoje, e o salário mínimo agora tem aumento real.

Como é o nome do menino, aquele lá que falou antes? Aquele que está me olhando lá. Cássio. Eu me lembrei de você, Cássio.

19/20



Reunião de: 07/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Com o Rodrigo Pacheco, ex-Presidente desta Casa, eu aprovei em relação ao povo negro, Cássio, desde feriado nacional, lei de injúria, os que passaram nesse período aqui - cotas e muito mais - tudo eu fui autor ou fui Relator. Podem pesquisar que vão achar lá. Mas o ano em que eu mais aprovei propostas em defesa do povo negro foi na Presidência do Rodrigo Pacheco. Eu quero aqui dar uma salva de palmas a ele pelo compromisso que ele assumiu com a vida. *(Palmas.)*

Ele me ajudou muito para aprovar essas políticas todas.

E o Davi Alcolumbre foi isso.

Esse aqui me liga e me diz - mas a ideia foi dele, viu? -: "Paim, se tu marcar uma audiência com o Presidente do Senado, eu vou". E foi junto a tua neta, né?

O SR. ULISSES RIEDEL DE RESENDE *(Fora do microfone.)* - Sim, Thaís.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - A Thaís. A Thaís foi junto.

Ela ali foi junto também. Isso, a Janaína. A Janaína, que está ali atrás, foi junto também.

Aí liguei para o Davi: "Davi, eu estou com um problema". Ele: "Fala, Paim". Ele sempre diz que eu nunca peço nada para ele. E não peço mesmo. Digo: "Davi, eu vou te pedir uma coisa. Tem um Constituinte, amigo meu...", falei do Ulisses Riedel e tal, e tal, e tal. E falei na tua neta também, isso é verdade. "Está bom, Paim. Então, vão lá na minha casa, leve-o e vamos discutir essa história da paz mundial". Saímos de lá, sinal verde assegurado, e ele colocou em votação no Plenário o projeto do Flávio Arns, que foi o autor, e eu fui indicado como Relator. Então, são lembranças pequenas, mas que fazem justiça, né?

E hoje nós estamos aqui, a frente está instalada. Eu tenho certeza de que será uma frente parlamentar que vai ser muito bem-vista, não só no Brasil, mas fora do Brasil também, pelas figuras que estão aqui, mas principalmente você. Quero dizer que principalmente você.

Contem conosco. Eu saio do Parlamento, mas não saio da vida pública, da política, do bom debate, da construção, daquilo que é o nosso sonho de um mundo melhor para todos. Mesmo quando eu não estiver aqui, que não estarei mais a partir do fim do ano... Até agradeço muito, recebi uma bela homenagem, no Plenário do Senado, do Movimento Sindical e, sou obrigado a dizer, da Damares, que preside aqui, e do Girão. Os dois, numa sessão que não era mais a sessão de homenagem, pediram a palavra e fizeram uma bela homenagem, que está circulando em todos os canais aí. Então, eu saio daqui com muito carinho, com muita gratidão.

Agradeço aos alunos todos que vieram aqui hoje também e estão acompanhando na outra sala.

E essa Frente Parlamentar pela Paz Mundial... É como eu disse na minha fala. Eu disse "vida longa", mas disse também que ela será eterna, porque ela representa o amor e o amor nunca morre.

Uma salva de palmas a vocês. *(Palmas.)*

Está encerrado.

Só tenho que ler aqui, ainda, antes de encerrar.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata, composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

Os alunos aí que querem que eu responda para eles sobre o mundo do trabalho, eu vou gravar com eles aqui no final.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam este momento aqui apresentado na leitura e que já está circulando nas notas taquigráficas permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprida a finalidade, que era a instalação da Comissão, agradeço pela presença e declaro encerrada esta reunião.

Mas vou gravar sobre a pergunta que me pediram.

Valeu, pessoal.

Uma salva de palmas a todos aí. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)



FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA





SENADO FEDERAL

Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2026

**11 DE MAIO DE 2026, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H30, NO PLENÁRIO Nº 3 DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Ata Circunstanciada da **1ª Reunião de 2026 da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica (FPEpTec)**, realizada em 11 de maio de 2026, segunda-feira, às 9h30, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, com o seguinte resultado:

Item Único: Realizada a Audiência Pública para tratar do tema “Educação Profissional e Tecnológica como Pilar de Desenvolvimento Nacional: fundamentos, diagnósticos e modelos internacionais”.

Conforme documentos anexos. Publique-se.



Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**
Presidente da FPEpTec





CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 11 de maio de 2026
(segunda-feira)
às 09h30

RESULTADO

1ª Reunião

FRENTE PARLAMENTAR EM FAVOR DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - FPEPTEC

PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

	Audiência Pública com o tema "Educação Profissional e Tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional: fundamentos, diagnóstico e modelos internacionais"
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3



Resultado da 1ª Reunião da FPEPTEC, em 11 de maio de 2026

2

Audiência Pública com o tema "Educação Profissional e Tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional: fundamentos, diagnóstico e modelos internacionais"

Assunto / Finalidade:

ITEM ÚNICO: realizar audiência pública com o tema "Educação Profissional e Tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional: fundamentos, diagnóstico e modelos internacionais"

Participantes:

Sra. Marilza Machado Gomes

Especialista em Desenvolvimento Industrial do SENAI

[Apresentação SENAI](#)

Sra. Maria Cristina Ferreira

Diretora de Educação Formal e Infraestrutura do SENAR

Sra. Roberta Diniz

Gerente Executiva de Desenvolvimento Profissional do SEST - SENAT

[Apresentação SEST SENAT](#)

Sr. Antônio Henrique Borges Paula

Diretor de Relações Institucionais do Senac Nacional

[Apresentação SENAC Nacional](#)

Sr. Augusto Lins de Albuquerque Neto

Educador

[Apresentação Augusto Lins](#)

Sr. José Juarez Guerra

Educador

Resultado: Item Único: Realizada a Audiência Pública para tratar do tema "Educação Profissional e Tecnológica como Pilar de Desenvolvimento Nacional: fundamentos, diagnósticos e modelos internacionais".





Senado Federal



Relatório de Registro de Presença

1ª, Reunião

Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica

Senado Federal	
TITULARES	SUPLENTE
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO	
DAMARES ALVES	
DR. HIRAN	
EDUARDO GIRÃO	
HAMILTON MOURÃO	
IZALCI LUCAS	
JAIME BAGATTOLI	
JORGE KAJURU	
JORGE SEIF	
LAÉRCIO OLIVEIRA	
MARGARETH BUZETTI	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	
ROGERIO MARINHO	
TEREZA CRISTINA	
ESPERIDIÃO AMIN	
PAULO PAIM	PRESENTE
JAQUES WAGNER	
AUGUSTA BRITO	
MARCELO CASTRO	
RANDOLFE RODRIGUES	
HUMBERTO COSTA	
ALESSANDRO VIEIRA	
ALAN RICK	
ANA PAULA LOBATO	
CHICO RODRIGUES	
DAVI ALCOLUMBRE	
FERNANDO DUEIRE	
IVETE DA SILVEIRA	
MARCIO BITTAR	
WELLINGTON FAGUNDES	
CID GOMES	
CLEITINHO	
FLÁVIO ARNS	
JAYME CAMPOS	
SORAYA THRONICKE	
TERESA LEITÃO	
ZENAIDE MAIA	
PLÍNIO VALÉRIO	



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

11/05/2026 - 1ª - Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP. Fala da Presidência.) - Bom dia. Bom dia a todos.

Declaro aberta a 1ª Reunião, de 2026, da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica, cuja pauta destina-se a - é um item único aqui - realizar audiência pública com o tema "Educação Profissional e Tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional: fundamentos, diagnósticos e modelos internacionais".

Até o momento, esta frente parlamentar conta com a adesão de 39 Senadores. Meu objetivo é chegar a 81 Senadores. A razão é óbvia, não é? Isso aí é uma coisa que junta, é completamente apartidária, é suprapartidária, na verdade. É importante a gente ter a participação de todo mundo, tanto que o Vice-Presidente da frente - eu sou do PL - é o Paulo Paim, do PT. Já fizemos dessa forma para dar a mensagem logo de cara do que nós queremos dizer com isso.

Informo aos Senadores que desejarem compor a frente parlamentar que a adesão é feita de forma digital, através do sistema Sedol. Nossa Secretaria encontra-se à disposição para auxiliar os Senadores e as Senadoras que desejam se juntar aos esforços desta frente parlamentar.

Também comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, tudo junto - de novo, no senado.leg.br/ecidadania -, ou pelo telefone 0800 0612211 - de novo, 0800 0612211.

Eu tenho aqui uma fala, mas, do jeito que eu gosto desse tema, provavelmente eu vou pular bastante coisa aqui. Mas o que é que acontece? Primeiro, eu gostaria de agradecer a presença de todos vocês que estão aqui e àqueles que estão nos acompanhando também pela TV Senado, pelas redes. Eu espero que eles participem, porque esse é um assunto que interessa a todos nós, em todos os níveis, vamos chamar assim, e por várias perspectivas, no país inteiro.

Para quem não sabe, eu sou Embaixador Mundial da WorldSkills International. Quem trabalha com a parte de ensino profissionalizante conhece essa organização. É uma organização que congrega aí dezenas de países, praticamente 200 países, quase 200 países, praticamente a totalidade dos países, com a participação em diversas olimpíadas. Essas olimpíadas trazem jovens desses países todos para competir também em mais de cem modalidades. E ali você vê, conhecendo esses jovens, todo o esforço que é feito para que eles chegassem ali, naquele nível profissional de competição. E cada um deles é disputado - vou colocar uma linguagem... - a tapa entre as empresas, porque são muito bons.

Agora, eu lembro que, um tempo atrás, eu dei partida num processo lá na WorldSkills, porque a WorldSkills International tem esta finalidade de criar essas competições, o que é bom para chamar a atenção do assunto, é bom para promover esses profissionais, é bom para as empresas que participam... São eventos enormes. Nós já tivemos aqui no Brasil também uma etapa dela.

Mas o que me preocupava era o seguinte, eu falava assim: "Venha cá, a gente está tratando do topo da formação desses jovens. E aqueles que não têm condições? E aqueles que moram em países com piores condições sociais? E aqueles que moram na periferia, como eu nasci na periferia também? O que a gente está fazendo por eles?". Então, eu dei uma forçada de barra lá, vamos dizer assim, e a gente criou... Aliás, fez-se o estatuto aqui no Brasil, e depois foi criada na Espanha a WorldSkills Foundation.

1/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E até, no videozinho que eles fizeram, ficou bacana que colocaram uma bicicleta em que a roda de trás, a que propulsiona a bicicleta, era a WorldSkills International; e, de repente, aquele símbolo da WorldSkills - que tem, mais ou menos, várias cores assim, saindo, não é? - sai e vai lá para a roda da frente da bicicleta, girando, e é a WorldSkills Foundation. Com qual ideia? Justamente ajudar, por meio do poder econômico dos países que têm tudo já formado, assim como das empresas grandes, os países que mais precisam, as localidades que mais precisam, para criar escolas de formação profissional e poder treinar os jovens que estão nas condições piores ali, para que eles possam também ter uma profissão. Isso aí muda a vida.

Então, sobre essa questão de mudar a vida, diga-se de passagem, eu posso falar de experiência pessoal aqui. Uma das razões pelas quais a gente criou essa frente foi justamente a minha experiência, a experiência do Paulo Paim também, que seguiu a mesma trajetória, que é a seguinte. Eu nasci... Onde você nasceu? Eu nasci na periferia. Meu pai era servente de serviços gerais do Instituto Brasileiro do Café - aquele cara que limpa o chão, corta a grama, faz café, o que se chama de faxineiro também. E a gente não tinha a mínima condição de eu entrar numa escola cara, de fazer nada disso, mas eu queria voar. Eu ia para o aeroclube, via os aviões, tinha aquela vontade de ser piloto, mas não tinha dinheiro para pagar hora de voo. Aí os pilotos de lá falaram assim: "Pô, vá para a Força Aérea, na Força Aérea você pode ter uma carreira, pode voar, etc.", mas eu tinha que passar no vestibular. E, além disso, para eu passar no vestibular, o pessoal falava: "Vá fazer um cursinho, um cursinho caro", mas eu não tinha nem dinheiro, nem tempo. Por que eu não tinha tempo? Porque, ao mesmo tempo - eu tinha 14 anos nessa época aí -, eu consegui entrar no Senai.

Tinha uma escola Senai dentro da Rede Ferroviária Federal, chamava-se Centro de Formação Profissional Engenheiro Aurélio Ibiapina; a gente chamava de "escolinha do Senai", era dentro da Rede Ferroviária Federal que tinha lá em Bauru, pujante na época. Tinha uma congregação ali de várias ferrovias: tinha a Rede Ferroviária Federal, tinha a Fepasa, tinha a Noroeste, a Sorocabana, essas ferrovias todas se encontravam ali; tinha as oficinas da Rede Ferroviária, que eram bem grandes, muita gente trabalhava lá. E a escola era dentro da Rede. Eu fiz curso de eletricitista, e aquele curso me permitiu... Então, de manhã, eu estudava no Senai ali dentro; à tarde, eu trabalhava na Rede Ferroviária Federal, basicamente só comia um sanduíche, meu almoço era um sanduíche de mortadela geralmente. Aí abriam o portão, tinha um portão pelo qual a gente passava dali para as oficinas da Rede, era bem grande, muita gente trabalhava lá. Eu trabalhava à tarde, como eletricitista aprendiz da Rede, e ganhava meio salário mínimo. Com aquele meio salário mínimo, eu pagava o curso noturno do Liceu Noroeste, que era a única escola que tinha o curso profissionalizante de eletrônica que eu queria fazer. Então, eu mesmo pagava o meu curso.

Eu saía de casa às seis da manhã, ia para o Senai, ficava lá, depois à tarde na Rede Ferroviária, voltava às 6h da tarde, tomava banho, jantava, literalmente corria para o colégio, chegava ao colégio e fazia curso de eletrônica. Com isso, quando terminei o ensino médio, eu tinha, na verdade, quatro cursos profissionalizantes, porque eu também fiz um curso de eletricidade, de eletrônica e também de ensaios não destrutivos, um para ultrassom industrial e outro para raio-X industrial. Ou seja, eu foquei em fazer cursos profissionalizantes, porque eu vi daquela forma uma maneira em que eu poderia sair daquela situação de estar ali na periferia. Muitos dos meus amigos daquela época não estão mais hoje aqui porque foram para o lado errado, vamos dizer assim, e quem vai para esse lado geralmente vive pouco, não é? A vida não é... Têm aquela ilusão na hora, os caras vão lá, têm os... Vamos dizer assim, a imagem que eles têm daqueles caras que andam com carro de luxo, com um monte de coisa pendurada, com um monte de mulher, aquela coisa toda, esse tipo de ídolo não é o ídolo que a gente quer para nossa juventude. E aí eu estava fora daquilo, porque eu não ficava lá, eu ficava no trabalho e pensando em outras coisas, fazendo do meu futuro um futuro mais sólido.

Por que eu contei essa história toda? Porque, dessa mesma forma como eu estive lá, tem um monte... Se você olhar a quantidade de jovens no Brasil que estão numa situação semelhante, que podem ser, entre aspas, "resgatados", isolados da criminalidade, isolados daquela má influência, por causa de um curso profissionalizante e começarem a ganhar a vida de uma forma, são muitos. Eu garanto. O que eu acredito realmente, e esta é a essência disto aqui que a gente faz, é que se a gente conseguir... Se nós conseguirmos - vou falar um português melhor - aumentar o número de oferta para cursos profissionalizantes no Brasil para essa juventude e motivá-los para fazer os cursos, porque tem esse outro lado, tem que motivá-los para fazerem os cursos, eu garanto que, em dez anos, não precisa ser muito, não, acho que em uns dez anos a gente reduz todos os níveis que a gente vê de criminalidade, uso de drogas e tanta tranqueira que acontece com a nossa juventude, porque muitas vezes eles estão com a cabeça desocupada ou estão com más influências. Então, se a gente conseguir fazer isso, a gente cumpriu uma função social muito grande, através de cursos profissionalizantes e tecnológicos.

E você sabe que as empresas precisam muito de técnicos, vão precisar cada vez mais. A gente tem uma evolução tecnológica que precisa de técnicos bem formados - agora com a inteligência artificial entrando e entrando em todos os domínios, inclusive em máquinas CNC, etc. Então, essas formações são muito importantes.

O Brasil ainda tem uma quantidade em percentual de jovens no ensino médio muito baixa, no ensino profissionalizante, e a gente precisa aumentar isso. Se a gente pegar países de referência, como Coreia do Sul, alguns países nórdicos, que

2/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

vão muito bem na WorldSkills, diga-se de passagem, vai-se ver o nível deles lá de 40% acima. O nosso ainda está na faixa dos 10%, no máximo 15%. Então, a gente precisa aumentar muito isso. Então, essa é a nossa função. Eu vejo esta frente com essa função.

Eu agradeço muito a todos vocês por poderem participar com as organizações aqui, contribuir com o seu conhecimento, passar o conhecimento para a população, para que ela perceba isso, para os pais, principalmente, perceberem a chance que têm de trazerem os seus filhos. Quando eu falo filhos, entenda filhos e filhas, homens e mulheres - a gente precisa da participação das mulheres, obviamente -, na área técnica, para que eles tenham uma formação. Acho que isso aí muda a vida. Então, como eu falei, muda a vida.

A partir de lá, eu, sim, passei na prova da Força Aérea, fui fazer minha carreira como piloto, como engenheiro, mas tudo começou... Eu costumo dizer que eu decolei na pista do Senai, nas asas da Força Aérea, para realizar os meus sonhos. É isso que eu quero para os nossos jovens.

Então, a gente tem aqui uma função muito importante. E este Senado, este Congresso têm a obrigação de ajudar nisso aí. Ajudar como? Através de leis, através da destinação correta de recursos, porque, se você olhar todos os países desenvolvidos no planeta, todos eles, sem exceção, eu repito muito isso aqui - às vezes uma coisa você repete bastante e a pessoa acaba começando a entender -, o que todos os países desenvolvidos têm em comum? Não é local geográfico, não é língua, não é religião, não é cultura, nada disso. O que eles têm em comum é um investimento focado e consistente - não é um investimento gigante, é um investimento consistente - em educação focada em resultados, e educação profissionalizante é, em essência, isso; e em ciência, tecnologia e inovação. Eu não falo isso porque eu era Ministro dessa área, não, mas porque isso é fato no planeta, basta pesquisar um pouquinho. Então, educação focada em resultados; ciência, tecnologia e inovação, para transformar ideias em nota fiscal e em emprego, ou seja, utilização prática daquilo; empreendedorismo - desde o começo, a gente ensinar os nossos jovens com empreendedorismo -; e ambiente de negócio favorável, redução de imposto, uma melhor maneira de tratar as nossas empresas, o setor privado deste país, de forma que as empresas possam ter lucro, as empresas possam contratar gente, as empresas possam produzir, ter margem para produzir, ter, vamos dizer assim, atratividade para trazer empresas de outros países para virem para cá investir no Brasil. Para isso, a gente precisa dessas coisas.

Então, esse é o nosso objetivo aqui. De novo, eu agradeço muito a todos por estarem aqui conosco.

E vamos combinar como é que vai funcionar aqui. Vai funcionar da seguinte forma: eu vou passar a palavra para cada um dos palestrantes... Eu chamo de palestrantes, às vezes eu falo "debatedores". Aqui não tem debate. Para os nossos palestrantes, então, eu vou passar a palavra. Nós temos aqui... Tem alguém de forma remota? *(Pausa.)*

Não; então, vai estar todo mundo aqui. Nós estamos esperando mais dois; então, vou deixá-los por último. Vou passar a palavra para cada um. O tempo básico é de dez minutos para falar; então, à medida que vai falando, o relógio ali vai contando os dez minutos, decrescendo, e, quando chega um minuto do final, o sistema toca automaticamente. Não sou eu, não... *(Risos.)*

O sistema toca automaticamente e faz um negócio assim, olhe...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - ... para lembrar que falta um minuto. Antigamente - não sei se tem ainda -, aos 15 segundos, entrava a voz de uma mulher... Tem ainda? *(Pausa.)*

Aparece uma voz feminina muito insistente falando "15 segundos" - o pessoal até assusta com ela, não sabe de onde está vindo aquela voz -, mas aí é para terminar. Mas não precisa ficar tão focado, pode terminar a ideia, porque hoje é segunda-feira, um dia mais tranquilo aqui. Se fosse terça-feira - terça e quarta - era mais complicado, mas segunda-feira é um dia mais tranquilo, mas também não extrapolem tanto o tempo. *(Risos.)* Só tentem ficar por ali para respeitar o tempo dos outros. Então, a ideia é essa, sabe?

E, no final, à medida que a gente recebe perguntas da população, a gente vai imprimindo e passando as perguntas para vocês. Se quiserem na própria fala já responder alguma coisa, é bom, para nortear alguma resposta, senão, lá no final, depois que falar todo mundo, eu vou passar a palavra de novo para cada um, por dois minutos para considerações finais, e, se quiserem responder algumas perguntas, citar ali as pessoas, fiquem à vontade. Essa é a hora de a gente responder para a população, que eu acho que tem muita curiosidade também sobre o tema.

Então, de novo, muito obrigado a todos e àqueles que já antecipadamente... àqueles que nos acompanham aí também. Já tem aqui umas perguntas. Dá para imprimir e passar para eles também? Ah, já está.

3/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Aliás, deixe-me já falar então aqui. Essas aqui são as perguntas enviadas aqui.

Eduardo, de Rondônia: "Há algum modelo internacional que tenha sido aplicado em um país com proporções continentais?". Eu sei responder, mas vou deixar vocês responderem.

Arthur, do Acre: "Como ampliar a educação técnica na saúde e levar qualificação profissional às regiões mais afastadas da Amazônia?".

Letícia, de São Paulo: "Quais são as metas para obrigar que as plataformas de ensino superior tenham acessibilidade digital com Libras e audiodescrição?".

Renan, de Pernambuco: "Como ampliar a educação profissional e tecnológica sem aumentar a desigualdade no acesso à qualificação e ao mercado de trabalho?". Boa pergunta. Isso é uma coisa importante, realmente.

Então, a gente vai fazendo a seguinte sequência aqui, né? Primeiro vai falar a Sra. Roberta Diniz. Aliás, obrigado pela participação.

A SRA. ROBERTA DINIZ - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Só anunciando aqui. Estão presentes aqui conosco: a Sra. Roberta Diniz, que é a Gerente Executiva de Desenvolvimento Profissional do Sest Senat, do transporte. Depois, o Sr. Antonio Henrique Borges Paula, Diretor de Relações Institucionais do Senac Nacional. Depois, a Sra. Marilza Machado Gomes, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai. Vê que eu estava falando bastante do Senai aqui também. Sem desmerecer nenhum outro, porque todo mundo faz um papel muito importante. *(Risos.)*

Depois, a Sra. Maria Cristina Ferreira, Diretora de Educação Formal e Infraestrutura do Senar. E depois, o Professor, que acabou de chegar - bem-vindos, fiquem à vontade - o Prof. Augusto Lins de Albuquerque Neto e o Engenheiro José Juarez Guerra. Obrigado aí pela participação.

Então, sem mais falação minha aqui, eu passo a palavra à Sra. Roberta Diniz, Gerente Executiva do Desenvolvimento Profissional do Sest Senat.

Obrigado.

A SRA. ROBERTA DINIZ (Para expor.) - Bom dia, Senador. Quero dizer que, como o senhor, somos apaixonados pela educação profissional e, se deixar, a gente fala mesmo, viu? *(Risos.)*

Como o senhor falou, eu sou Roberta, estou aqui representando especificamente o Sest Senat, mas também todo o Sistema Transporte, que é composto também pela CNT e pelo ITL. Hoje falo em nome do Sest Senat, que é quem cuida da parte de educação profissional dentro do nosso sistema. O Sistema Transporte hoje é composto por mais de 161 empresas e responsável por gerar mais de 3 milhões de empregos diretamente. A gente acompanha diretamente esses empregos.

A gente foi convidado para falar dessa pauta e a gente não pode deixar de parabenizá-lo, viu, Senador? Porque a gente está num cenário no qual, quando a gente fala de educação profissional e tecnológica no Brasil, a gente lembra muito de produtividade, competitividade, inovação, inclusão social, desenvolvimento econômico, mas a gente não pode esquecer que a gente está falando de pessoas, né? São trabalhadores que precisam estar olhando para esse futuro.

Como o senhor falou, a gente tem que ficar batendo na tecla. A gente passou por um movimento muito forte de educação superior no país, que é muito importante, e acabou esquecendo um pouquinho de como a educação profissional pode oportunizar o que a gente mais precisa, que são empregos diretos, né?

Uma média, hoje... A gente tem até uma pergunta sobre modelos internacionais aqui. Países que são ligados à OCDE lideram indicadores de produtividade e inovação, como a Alemanha, Coreia do Sul, Canadá, Finlândia, Japão e Suíça, e eles investem muito fortemente em educação profissional, na integração entre a educação e o setor produtivo, e na formação técnica alinhada às demandas econômicas.

Eu trouxe ali um dado de que hoje, dos países que compõem a OCDE, 32% dos estudantes estão matriculados na educação profissional, enquanto no Brasil, apenas 8% dos estudantes estão matriculados. Isso gera para a gente um desafio. A gente olha e fala, "meu Deus, que desafio grande!". Mas a gente também entende que isso daí é um potencial de expansão muito forte para a educação profissional e tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional.

Eu trouxe ali que o fortalecimento de competências é o que vai levar esse aluno para o mercado de trabalho e vai ampliar a empregabilidade.

Na Alemanha, eles têm modelos dualizados que integram a formação técnica com a prática, e isso contribui diretamente para consolidação de um mercado competitivo, altamente competitivo. Muitos conhecem aí o modelo da Coreia do Sul, que é um exemplo, né? Em poucas décadas, ela saiu de um cenário de pobreza extrema para se tornar uma das economias

4/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

mais industrializadas e tecnológicas, apoiando-se fortemente em investimentos educacionais e na formação técnica da sua força de trabalho.

O que a gente vê é que países com maior qualificação técnica e maior integração entre a educação e o setor produtivo apresentam os melhores indicadores de produtividade, inovação e desenvolvimento sustentável.

Pais e mães que estão aí nos ouvindo, incentivem seus filhos a fazerem EF. Vamos bater nessa tecla, né, Senador?

Aqui eu peço emprestado um pouquinho o Mapa do Trabalho Industrial dos meus colegas do Observatório Nacional da Indústria. Está ali a projeção de emprego. Não é a Roberta, não é a Cristina, não é a Marilza que está dizendo, o Antônio, os demais colegas que estão na mesa, são os dados. Até 2027, o Brasil vai gerar 38 milhões de empregos. Quando a gente olha...

Aí eu preciso puxar um pouquinho a sardinha aqui para o meu lado. Quando a gente olha lá para o primeiro da fila, logística e transporte vão gerar, até 2027, 8 milhões de postos de trabalho. Como a gente vai fazer para ocupar essas vagas? Esse eixo estratégico de desenvolvimento nacional precisa ser cuidado. E aí a gente se depara com a escassez de talentos, viu, Senador? Quando a gente olha lá para transporte e logística gerando mais de 8 milhões de empregos, a gente chega ali com o primeiro, 91% da escassez de talentos. Nos principais setores da economia, 91% está ligado a transporte, logística e automotivo. Esses dados aí têm que ficar na tela por um bom tempo, porque a gente pensa, né? Com tanta vaga de emprego, hoje mais de 50% das empresas de transporte têm vagas em aberto; não encontra profissional para entrar.

O Sest Senat atua fortemente em projetos. A gente fala aqui muito da educação profissional, mas a gente tem programas e soluções educacionais para atração, que foi uma coisa que o senhor falou, muito forte. A gente tem que dar um jeito de atrair esses jovens para dentro desse setor. A nossa força de trabalho está cada vez mais envelhecendo dentro do setor de transporte, então a gente também tem que pensar nisso. Mas está aí. O cenário é desafiador, mas a gente tem uma possibilidade de expansão muito grande.

E a gente tem aí a nossa janela de oportunidades. Eu não podia deixar de vir para uma audiência sem falar de como as políticas públicas são importantes para a gente avançar nisso. Há pouco estávamos eu, Marilza, Cristina, Antônio, falando aqui de como o Sistema S precisa se unir para a gente poder sair na frente com possibilidades e com investimento, unir, colaboração, para a gente trazer mais resultados para esse setor. Mas eu também não posso deixar de trazer como as políticas públicas são importantes.

Eu trago ali - caso quem esteja escutando aí de casa não conheça - o novo ensino médio, que amplia as possibilidades de integração entre a educação básica e a qualificação para o trabalho, desde 2024; o novo Fundeb, que reconhece a complexidade e a importância dessa modalidade para o desenvolvimento do país; Juros por Educação, que renegocia as dívidas com a União mediante investimentos em cursos técnicos.

E o novo plano, o novo PNE, que trouxe uma meta estratégica em que 50% de matrículas do ensino médio devem ser na formação técnica, mas a gente entende que isso não é apenas uma meta educacional, é uma meta econômica, social e produtiva para o nosso país.

Eu trago mais um pouquinho, para quem não conhece o Sest Senat: a gente tem mais de 174 unidades operacionais espalhadas pelo país; a gente impacta mais de 5 mil municípios. Quem está assistindo e não conhece uma unidade do Sest Senat, eu convido a pesquisar www.sestsenat.org.br e conheça as nossas unidades, a nossa estrutura.

Ela não está focada só em educação profissional, viu, Senador? A gente entende o ser humano com o cuidado integral. O senhor falou muito bem que a parte social do Sest é muito forte. Todos os nossos trabalhadores do setor de transporte têm 100% de gratuidade, então a política do Sest Senat é dar gratuidade para o trabalhador e para os seus dependentes.

E é importante ressaltar que o Sest Senat não está aqui só para o trabalhador do transporte. A gente também está aberto às comunidades em que a gente está inserido. A gente tem uma plataforma de educação à distância com mais de 190 cursos. Então, convido-os a conhecer, porque a gente entende que o Sest Senat precisa atuar como vetor de desenvolvimento nacional, impactando lá aquela logística que está gerando aquele tanto de emprego - abastecimento, segurança viária, mobilidade, produtividade e competitividade econômica.

No ano de 2025, a gente fez mais de 21 milhões de atendimentos que geram mais de 67 milhões de horas de capacitação profissional: 11 milhões foram em saúde e qualidade de vida - nossas unidades todas têm odontologia, fisioterapia, nutrição, psicologia, atividade de esporte e lazer e cultura - olhando esse ser humano de forma integral; e mais de 10 milhões de horas de atendimentos em capacitação profissional, com mais de 3 mil matrículas somente no ano de 2025, e esses números vêm crescendo ano a ano.

Falando então um pouquinho também da oportunidade histórica de ampliação para a educação profissional e tecnológica, a gente precisa de ter, nesse planejamento a longo prazo, integração - como eu falei há pouco - entre o Estado e o setor produtivo e os outros do Sistema S, como a gente estava aqui conversando: fortalecimento das instituições de educação

5/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

profissional e tecnológica, valorização da formação técnica, atualização permanente dos currículos e compromisso com a educação conectada às transformações do século XXI.

O desafio da educação profissional, Senador, deixou de ser apenas educacional e passou a ser um desafio de competitividade nacional. O crescimento depende de profissionais qualificados, o ganho de produtividade acontece com a formação técnica alinhada às novas tecnologias, e, para um desenvolvimento econômico sustentável a gente precisa investir, de forma estruturada, em educação profissional e tecnológica.

O Sest Senat está à disposição. A gente vai participar dos demais dias do ciclo de debate, porque a gente entende que é muito importante a gente estar aqui junto.

Mais uma vez, queremos parabenizar o senhor e dizer que o desenvolvimento acontece quando o país investe nas pessoas que movimentam sua economia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Muito obrigado. Excelente a apresentação. A Sra. Roberta Diniz, Gerente Executiva de Desenvolvimento Profissional do Sest Senat. E só uma coisa muito rápida para não interferir no tempo também, mas falou uma coisa que eu vivo batendo na tecla aqui da necessidade do nosso país quanto à política de Estado, né? A gente tem que ter.

Você falou da Coreia do Sul... Quando eu era Ministro de Ciência e Tecnologia, eu fiz um acordo com a Coreia do Sul. Eu fui lá, conversei com eles com a maior humildade. Eu chegava e falava assim: olha, eu preciso aprender o que vocês fizeram na área de ciência, tecnologia e inovação, porque eu quero ver e adaptar, para que eu faça e repita essa metodologia, as técnicas lá no Brasil, na minha área, do ministério.

Eles foram extremamente solícitos, no momento que eu falei isso... "não, aqui, o que se precisar..." Aí, abriram lá, me colocaram em contato com uma organização que se chama Stepi, que trabalha diretamente... como se fosse uma secretaria estratégica, uma secretaria de assuntos estratégicos do Governo lá da Coreia do Sul, da República da Coreia. Eu sou também o Presidente - atualmente aqui - do Grupo Brasil-Coreia. Nós colocamos os consultores nossos do ministério com os consultores deles, eles passaram toda a informação completamente aberta. A gente fez um levantamento aqui, uma análise do que nós tínhamos aqui, compararam com o que eles tinham lá e como eles fizeram, trouxeram um relatório de *compliance*, vamos chamar assim, de tudo que estava acontecendo.

Olha, eu segui aquilo, não dá para terminar, porque infelizmente quatro anos é muito pouco para você conseguir fazer uma coisa funcionar. Portanto, políticas dessa natureza, como educação, ciência, tecnologia, essas políticas têm que ser de Estado, elas têm que prosseguir, não importa quem está de plantão, como na linguagem militar, quem está de serviço lá no Planalto, está de serviço aqui, porque, na verdade, isso é um serviço para a população, a gente presta um serviço durante um período, mas o Brasil precisa ter o trabalho alinhado, composto. É igual o juro composto, quando você vai colocando dinheiro um pouquinho no banco, um pouquinho no banco, ele começa a crescer. É a mesma coisa aqui, a gente vai depositando a contribuição de cada um que vai prestando serviço aqui ou no Planalto, seja onde for, isso aí vai aumentando para o país, é disso que a gente precisa. O que a gente não pode é a cada quatro anos fazer uma guinada para um lado, para o outro, perde-se dinheiro, perde-se recurso, perde-se tempo, perde-se gente, não dá. Então, essa questão da política de Estado é extremamente importante.

Outra coisa é ter o *marketing*. Realmente foi feito muito *marketing* para o ensino superior, que é importante, sem dúvida nenhuma, é importante, mas não adianta nada o cara se formar PhD em nanotecnologia e ter que - nada contra Uber - ficar dirigindo Uber. Tem que ter emprego, tem que ter emprego, tem que abrir... Você vê quantos postos de trabalho nós temos esperando. Esse aí, o setor de tecnologia de informação e comunicação, por exemplo, a Brasscom costuma apresentar, a última vez que eu vi eram, se não me engano, 300 mil ou 400 mil vagas abertas. A gente até colocou lá no ministério um programa chamado MCTI Futuro, para dar a formação gratuita, curta e longa, para o pessoal se formar programador etc. E não é só jovem, não, pode ser para um pessoal mais velho que queira mudar de área. Sobra vaga... A gente precisa ter um *marketing* para falar para o pessoal: "Olha, é assim que muda a vida", e a gente precisa engajar os pais aí nessa conversa, para que eles percebam que é uma maneira muito boa de os seus filhos decolarem para a vida.

Bom, vamos seguir, que eu falo muito, tem que tomar cuidado aqui, quando o assunto é bom, o assunto é importante, né... Então, passo a palavra agora para o Sr. Antônio Henrique Borges Paula, Diretor de Relações Institucionais do Senac Nacional.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - Bom dia a todos.

Eu queria, Senador, primeiro, parabenizá-lo por essa brilhante iniciativa de constituir essa frente parlamentar em favor da educação profissional e tecnológica. Tenho certeza de que, com os 39 Senadores já engajados, você vai chegar muito

6/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

rapidamente aos 81 Senadores. E aqui represento o sistema comércio, bens, serviços e turismo. Depois da fala da Roberta aí, representando o transporte, eu venho trazer um abraço do nosso Presidente do sistema, José Roberto Tadros, que é seu fã, e um grande abraço do nosso Diretor-Geral, o Marcus Vinicius.

Eu tinha trazido uma apresentação, mas está com uma distorção ali. Se me permitir, eu vou falar, não vou me ater à apresentação... Não, vai, coloque lá, deixe-me ver se ela volta.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP. *Fora do microfone.*) - Deixe aberta lá.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - É, deixe aberta, deixe-me ver se ela...

A sua fala, Senador, é uma música para os nossos ouvidos. Eu estava vendo, no início deste ano, no encontro de Davos, um documento: The Future of Jobs Report. Não sei se vocês tiveram acesso a esse documento, que foi lançado no fórum de Davos e fazia uma projeção de que, até 2030, vão ser 78 milhões de novos postos de trabalho. E, além desses 78 milhões de novos postos de trabalho, eles mostravam que 59% de toda a força de trabalho global vai precisar - aí a gente fala - do *reskilling* ou *upskilling*. Imaginem vocês! Ou seja, o sistema produtivo muda de forma muito rápida, e aí há a importância da educação profissional. E nós do Senac, nesse início - a gente também vai participar nos três dias, Senador, com muito entusiasmo; é uma primeira reunião da frente -, eu trago aqui alguns números e alguma coisa do que nós estamos ofertando.

O Senac comemora, fez 80 anos de idade agora, em janeiro deste ano, e foram mais de 80 milhões de vidas transformadas através da educação profissional. E uma coisa que eu acho muito interessante é que a educação profissional tem dois pontos essenciais, que, inclusive, estão previstos na Constituição brasileira: que é o direito à educação e o direito ao trabalho. Então, há essa junção.

Depois da Roberta, estou aqui no comércio de bens, serviços e turismo, em que também estamos vivendo um apagão de mão de obra, apesar de todo o esforço nosso, de todos os trabalhos. Há os números aqui, por exemplo, de 2025, 1,5 milhão de matrículas, 2 milhões de atendimentos, mais de 251 milhões de horas-aulas. Você imagine: 80 milhões de vidas transformadas é muito pouco pelas necessidades do Brasil, muito pouco!

E, no nosso setor, nesse dinamismo dele, a gente tem encontrado por todo esse esforço... O Senai vai falar daqui a pouco, a indústria; depois temos também a agricultura aqui; somados com os institutos federais. Você imagine - a Roberta trouxe os números, junto com o Senai, aqui -, há em torno de 14% dos jovens brasileiros com acesso à educação profissional; quando você olha na OCDE, chegam a 44%; alguns países acima de 50%. Quer dizer, quanto nós precisamos avançar nessa oferta, aumentar essa oferta? Como muito bem colocado por V. Exa. num dos itens que mencionou aqui: para aumentar a oferta, como vamos fazer?

Aí, se você observar, no nosso caso no que diz respeito à inclusão social, desde que foi criado o nosso programa de gratuidade, foram 7,2 milhões de alunos atendidos, 153 milhões de horas-aulas, 800 mil matrículas, 4,86 bilhões só no ano passado. Você imagine: o setor empresarial tem essa capacidade e esse desafio. São empresários, como o nosso Presidente está... Se a gente não funcionar, vamos ser demitidos; temos que trazer resultados. E a ideia é sempre fazer mais com menos - mais com menos, mais com menos! Então é uma luta constante.

Então, se você olhar os nossos números, a gente acaba ofertando mais gratuidade até do que é previsto por lei, porque alguns produtos que a gente cobra de jovens mais afortunados a gente transfere para a gratuidade. Então, é um desafio grande que a gente tem aí: como aumentarmos a oferta.

No caso do Aprendizagem, foram 46 milhões de horas-aulas gratuitas, 187 mil matrículas em 2024. E tem sido, Senador, uma questão interessante. Apesar da lei, da obrigatoriedade, a gente tem descoberto, neste momento do apagão, que Aprendizagem tem dado resultado.

Exemplo: uma rede de restaurantes no Rio de Janeiro, de comidas japonesas, a cota de aprendizagem seria 1; ele resolveu, num projeto conosco, fazer uma experiência... Eu vou falar o nome do restaurante: Gurumê, a rede Gurumê. Aí pegaram 30 jovens, filhos de funcionários, e os levaram para fazer Aprendizagem. Foram todos empregados, e o dono do restaurante, muito contente, feliz.

O que a gente percebe, na sua fala, além de aumentar a oferta, é a questão da divulgação do mundo da educação profissional. Eu não sei o que ocorreu, mas parece que foi tirado do jovem a possibilidade de sonhar, de se imaginar como você falou aqui, o que nos deixou todos emocionados. Eu não sabia da sua trajetória, como jovem, procurando a educação profissional através do Senai...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - Aprendiz! E, naquilo ali, você já começa a sonhar com uma ocupação, com uma profissão, porque várias dessas ocupações e profissões os jovens não sabem! E aquele estudo de que eu

7/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

falava... Algumas nem existem ainda! Então, como também a gente pode conseguir levar a esses jovens essa possibilidade de sonhar com uma ocupação, uma profissão, seja na formação inicial continuada, seja na formação tecnológica ou superior?

O tempo está indo rápido. Estou vendo que tem só três minutos.

Além disso tudo - você como Ministro da Ciência e Tecnologia -, nós sabemos da importância da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento, para o nosso comércio ser competitivo, para o nosso setor ser competitivo. Então, hoje, a gente está com 74 *hubs* de inovação, 18 núcleos de pesquisa aplicada, 2 CATIs e ICT, com perspectiva de crescimento rápido.

Aquelas questões que o Eduardo coloca, de Rondônia, do Acre... Hoje, o Senac tem uma estrutura gigante. A gente até brinca: onde tem Senac, tem Sistema Comércio. São mais de 2.241 municípios atendidos, com 711 unidades operativas. Nós estamos falando de centros de educação profissional, estamos falando de Empresa Pedagógica... Inclusive, aqui na Casa, aqui embaixo, no Senado, nós temos um restaurante-escola, atendendo os senhores, na formação na área de gastronomia. Unidades de ensino superior são 31. E, para aquelas regiões nas quais você tem uma demanda que não justifica a construção de um prédio, de uma estrutura, a gente tem a modalidade de carreta-escola e, na Região Amazônica, de um barco-escola, que vai até as regiões ribeirinhas, faz o atendimento e volta. E há também a nossa Rede EAD, com 362 polos.

É um portfólio de mais de mil títulos de cursos, uma coisa muito dinâmica, com mais de 29 segmentos profissionais.

É um modelo pedagógico com uma marca formativa no qual se trabalham *hard skills* dentro do domínio científico, comunicação, visão crítica, autonomia digital, atitude sustentável, atitude empreendedora, que você colocou também como ponto de destaque aqui, que entendemos que tem que permear todo o processo da educação profissional... E há uma série de outras questões, como o Senac Empresas.

Eu vou passar um vídeo - é um minuto, estou vendo que eu tenho um minuto ainda - e depois queria fazer um convite. Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - Que pena.

Já aproveitando e fazendo o convite, nesse espírito da divulgação do mundo da educação profissional, nos dias 15 e 16 de maio agora - ou seja, sexta e sábado -, o Brasil inteiro para e nós fazemos a Semana S do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Então, é uma mobilização gigante.

Todos os que estão aí... Eu vou convidar o Eduardo, de Rondônia - vai ter lá em Rondônia -; vai ter, Arthur, no Acre; a Letícia, que fez a pergunta de São Paulo, e o Renan, de Pernambuco, vai ter também a Semana S lá, nos dias 15 e 16. Coloquem na agenda, entrem no *site* também, tentem. E gostaria muito de contar com a presença de todos, para que vocês possam vir a conhecer o mundo da educação profissional e nessa área que aqui eu estou representando, comércio de bens, serviços e turismo, que é uma das áreas que mais emprega no nosso país, quando a gente fala do setor terciário - e a gente já está avançando no quaternário e no quinquário, principalmente na agenda do turismo, que diz respeito às experiências que as pessoas podem ter, seja numa loja, num restaurante, numa viagem, e o valor que essa experiência pode gerar.

Enfim, gostaria de convidar todos e aproveitar aqui esta oportunidade, Senador, para, mais uma vez, parabenizá-lo por esta belíssima iniciativa. E conte conosco, vamos estar juntos, de mãos dadas, para transformar a vida de um número gigante de novos jovens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Excelente. Muito obrigado, Sr. Antônio Henrique Borges Paula, Diretor de Relações Institucionais do Senac Nacional.

Eu queria só colocar alguma coisinha também, que, ouvindo aqui, a gente vê uma cultura, não, mas uma narrativa que a gente tem que encerrar no país, que não pode acontecer, que é aquela assim: o nós contra eles, basicamente eu sou o funcionário contra o empresário. Não existe isso, todo mundo trabalha junto. Se não se juntar tudo isso, a gente não consegue se desenvolver. Nós precisamos ter essa conexão, porque, através da empresa... Eu entrei lá para trabalhar na Rede Ferroviária. Eu ia ser contra? Lógico que não. Aquilo ali foi a maneira como eu consegui. Então, a gente tem que pensar no nosso setor produtivo como uma maneira de se alavancar socialmente no país, e isso é importante.

Aqueles que têm o tino empresarial é importante incentivar também que participem: sejam empresários. A gente está aqui na luta. A gente precisa reduzir imposto, melhorar o setor, melhorar o ambiente de negócio do país, mas a gente precisa que as pessoas se envolvam com isso aí. "Ah, eu não quero ser funcionário", então empregue, tenha funcionários para fazer. A gente precisa ter essa participação.

8/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

É o primeiro ponto que eu acho importante: é acabar com esse negócio de nós contra eles. Não existe esse tipo de coisa. Isso é uma bobagem que só prejudica o país e prejudica as pessoas e todos nós ao mesmo tempo.

Outra coisa: falando especificamente sobre o comércio, que está em todo lugar, é aquela pequena... Eu não sei o número certo, mas certamente um percentual muito alto dos empregos do país são ligados às micro e pequenas empresas, que estão ali; o comércio faz parte disso aí.

Toda cidade tem o seu comércio. Uma preocupação que eu tenho é como levar... Eu estava falando isto - eu sou Presidente do Conselho Superior de Inteligência Artificial da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) -: nós precisamos achar uma maneira de levar as tecnologias para as menores empresas, para melhorar a produtividade, a efetividade da empresa, a eficiência como um todo, a logística e assim por diante, e a inteligência artificial, sem dúvida nenhuma, é uma ferramenta muito boa para isso.

Uma das maneiras de a gente levar isso é justamente através da aprendizagem industrial, do ensino técnico, porque são esses alunos que vão levar lá... "Olha, ele trabalha no comércio, na esquina lá do bar do Seu João", e ele fala assim: "Poxa, eu posso usar a inteligência artificial para melhorar esse negócio; eu aprendi a fazer isso aqui". E usa, faz mudar essas coisas.

Então, a gente precisa levar isso para dentro das pequenas empresas.

Quero lembrar que agora tem reforma tributária; está acontecendo. Eu estou vendo as cidades um tanto, vamos dizer assim, ainda não preparadas para isso, os municípios, os Prefeitos... É preciso estar preparado, porque vai mudar a cultura, a maneira, principalmente na questão de anteriormente - ou de até agora - do pagamento de imposto: de na origem para pagamento de imposto no destino.

Isso significa que as cidades vão ter que arranjar maneiras de as pessoas gastarem mais na cidade. O comércio é uma das maneiras, o turismo também, e assim por diante. Para fazer isso, você precisa aumentar os negócios nesses setores; para isso, a gente precisa de pessoas trabalhando, precisa movimentar a economia. A economia tem que girar: a pessoa ganha dinheiro num lugar, gasta ali no outro; as cidades têm que ter isso aí. Não dá para ficar na expectativa de que vai ficar só com ajuda de fundo de participação, só com... Não! Tem que ter, realmente...

Então, é um ponto... Toda vez que eu vejo o comércio - e o comércio está espalhado em todo lugar -, eu penso nisso aí.

Na sequência, eu passo a palavra à Sra. Marilza Machado Gomes, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai, para os seus dez minutos.

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - Bom dia a todos.

Senador Marcos Pontes, muito obrigada pelo convite. O senhor até brincou aí do tempo, né? Realmente, é um tema apaixonante; todos aqui somos aguerridos na defesa da educação profissional. Enfim, vou controlar ali para que o tempo seja a contento, digamos assim.

Quero agradecer o convite para estar aqui, para o Senai estar representado neste debate, nesta reflexão na Frente em Favor da Educação Profissional e Tecnológica, em nome do Diretor Leone, e quero parabenizá-los.

Sem dúvida, acho que... Acho, não; com certeza, a educação profissional vem em um momento muito forte de crescimento e de amadurecimento no país. Nós temos um arcabouço, na própria política desenhada aqui por este Congresso, que vem alterando legislações, seja a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, seja a nova configuração do Plano Nacional de Educação, seja o Sistema Nacional de Educação... Quer dizer, nós temos aí um arcabouço muito forte, estruturante da educação profissional e tecnológica. Então, acho que isso também nos traz um pouco mais de responsabilidade, porque ela, somada a esse arcabouço - os juros por educação -, vai trazer aí um horizonte de crescimento muito forte. E isso precisa ser feito com muita responsabilidade.

E a gente entendeu que valeria a pena trazer um pouco, muito rapidamente, de contexto, somando aqui com os meus colegas - cada um já trouxe um pouco também -, e, depois, nesse processo, dialogar com a realidade, com o próprio modelo Senai, no que bebe dos outros países. E o senhor conheceu de dentro, o que é muito bom.

Existe, com certeza, esse cenário internacional que todos aqui conhecem e que são mudanças que estão impactando muito diretamente a realidade das pessoas, dos setores produtivos, da sociedade, e a gente precisa constantemente estar atento a isto no âmbito da educação profissional: mudança tecnológica, transição verde, mudança demográfica, a fragmentação e também a alteração geopolítica que o mundo passa; e essas incertezas econômicas, que são desafios que diretamente influenciam a educação profissional e o desenho da educação profissional e tecnológica; desdobrado no que o senhor até citou também, a inteligência artificial, no caso da indústria, mas também de todos os setores; o processo de digitalização dos processos; e a consciência em relação à responsabilidade sobre o impacto das mudanças climáticas e a responsabilidade de

9/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

todas as empresas e de todos nós como cidadãos em relação à sustentabilidade. Tudo isso interfere numa nova forma como a gente dialoga, acessa a aprendizagem, os conhecimentos, as informações, trazendo para as instituições educacionais um novo desafio, que é pensar qual é essa nova forma de aprender e de desenvolver aprendizagens.

Isso tem impactado... São alguns números da perspectiva também do Fórum Econômico Mundial - sem sombra de dúvida, é uma excelente referência como fonte -, no que diz respeito a 23%, quer dizer, quase um quinto vai sofrer alterações em termos dos perfis profissionais já, porque tudo agora é muito próximo em termos de impacto. A própria substituição das atividades humanas por atividades automatizadas ou tecnológicas, e também a combinação disso, que é outro desafio.

Aqui ela já trouxe, vou passar, mas só trazendo que, em termos da escassez de talentos para o Brasil, é de 81% o número de empresários que aponta isso como um dos grandes problemas que se tem. E uma pesquisa recente que a CNI fez no ano passado junto com o Senai, ali no canto à esquerda, diz: "A gente tem que ser produtivo o tempo todo, parece que se parar um pouco já está atrasado".

Então, essa ansiedade, essa característica que a gente vê na juventude, que também quer ser autônoma, não quer emprego precarizado, "Não, CLT, não!", tem um pouco até dessa configuração. Mas, quando você aprofunda, ele quer estabilidade, ele quer um salário bom, ele quer os benefícios, então tem até um cenário contraditório ao qual a gente precisa estar atento para poder entender melhor. Quer voz ativa, quer reconhecimento, desenvolvimento, liderança... Quem de nós não os quer, não é?

A gente tem também um outro elemento, que é pensar nesses que estão fora da escola. Por que eles estão fora da escola? O que os atrairia? Num percentual maior ainda, em relação às mulheres. A gente vai desperdiçando esses talentos, essas pessoas, essa formação. Temos melhorado, mas ainda está bem ruim, com 24% nesse grupo. Aí os meus colegas - tanto a Roberta quanto o Antônio - falam sobre o nosso país, sobre como a gente ainda vem melhorando em relação a esse percentual de jovens que fazem ensino médio e também têm acesso à educação profissional, mas a gente está atrás até... O senhor citou alguns países, mas nós vamos trazer aqui que até na América Latina a gente está atrás de Chile, Colômbia e Costa Rica. Então, a gente precisa ponderar sobre isso. Já melhorou um pouco esse indicador, mas a gente ainda não tem esse comparativo internacional.

E aí, quando a gente olha um pouquinho do ensino superior também - porque a educação profissional também vai para lá -, a gente vê uma concentração de 34% em administração e em direito, mas 16% nas carreiras Stem, que são as carreiras mais do núcleo duro da produtividade, da indústria, da geração de PIB, da agregação de valor, e a média da OCDE em 2025. Então, a gente precisa repensar a nossa política de estímulo à ciência, como o senhor bem conheceu, tantas ações tentou emplacar e comentou sobre isso. São questões em que os outros países investem, e o Brasil ainda é muito frágil nessa promoção do conhecimento dessas áreas de Stem nos jovens da educação básica. Então, o ensino de ciências ainda é muito a matéria, é o conteúdo, e não a área ou o que ela significa em termos de potencial de formação, de trabalho e de futuro - muito pouco.

Enfim, aí é a contradição entre vagas abertas e o que a gente tem de formação. Então, o que a gente vê como consequência nessa carência de profissionais são empresas que ficam mais limitadas em termos de inovação, de produtividade, com esse desalinhamento entre oferta e demanda, que traz o que o senhor também comentou. Isso impacta não só em termos das empresas, mas em termos também do próprio país, porque as pessoas ficam mais dependentes da assistência social, porque elas precisam ter complementação de renda. Então, na perspectiva da empresa, do país e das pessoas, não é uma combinação muito positiva ou nada positiva, digamos assim.

E um pouco aí de reflexão: a gente tem esse *gap* de empregabilidade, que comentamos aqui rapidamente, com essa ruptura; e o talento é desperdiçado, um balde ali furado, em que a gente vai perdendo as pessoas, os jovens, os trabalhadores ao longo do processo. E como a gente faz, então, para reverter esse cenário? A gente tem que pensar em caminhos que tenham realmente uma política de educação profissional que pense não só naqueles que são jovens e que estão na escola, porque, muitas vezes, é a isso que é ligada a educação profissional: ao curso técnico. É entender que a educação profissional é bem mais ampla do que isso e inclusive precisa de estratégias....

(Soa a campainha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - ... e políticas de qualificação e requalificação - sabia que a campanha ia bater. Desculpem, só mais um... Vou tentar ser rápida.

Então, um dos pontos mais centrais disso que a gente conhece e vê em todos os países em que a educação profissional dá resultado é, de fato, ter uma formação que atenda a demanda do setor produtivo. É isso que assegura qualidade, empregabilidade e todas as consequências que ela traz. Isso aconteceu e acontece em países desde pequenos, como a Austrália, Nova Zelândia, Singapura, com essa característica de, de fato, o setor produtivo apoiar até a indicação da política

10/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

pública em relação ao que ela financia da educação profissional, sem subordinação. Não vamos entrar nessa discussão, mas ela sinaliza onde vão ter vagas de emprego e onde o cenário é mais positivo.

(Soa a campanha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - Agora eu vou rapidamente passar pela experiência do Senai, que foi criado em 1942. É o primeiro Serviço Nacional de Aprendizagem, que começa lá desde os primórdios ali da indústria até hoje, cada vez mais com a máquina assumindo a Indústria 4.0.

Nesse processo, o que a gente tem como marca é justamente uma educação profissional alinhada à necessidade da indústria, com aprendizagem significativa, competências que são aquelas demandadas pelo setor industrial. Portanto, a gente tem indicadores de empregabilidade muito positivos. Associado a isso, também o braço de inovação e produtividade com prestação de serviços. O Senai também tem vários institutos de tecnologia, de inovação espalhados pelo país afora.

Dentro desse alinhamento, nós temos um círculo virtuoso da metodologia Senai de Educação Profissional, que começa com uma série de instrumentos que captam da indústria quais são essas tendências, essas demandas. A Roberta até citou o mapa da indústria, que traz esse levantamento para todos os setores, mas cada um de nós - Senac e Senar também têm o seu - tem isso de uma forma estruturada, com monitoramento, com avaliações permanentes, tanto de aprendizagem como do sistema de avaliação, muito estruturados, com mais de dez anos. Foi o que, inclusive, nos levou a ter um assento no Pisa-VET da OCDE, que está sendo estruturada, que é a Avaliação Internacional de Educação Profissional Tecnológica.

Temos aí, nestes 42 anos, mais de 95 milhões de trabalhadores beneficiados; anualmente, 3,2 milhões de pessoas foram atendidas no ano passado; 515 unidades fixas mais as móveis, mais docentes e grupos.

(Soa a campanha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - Temos aí já a primeira universidade, o Cimatec, muito conhecido de todos na Bahia. O nosso novo Diretor-Geral veio de lá, era Reitor.

Temos aí uma atuação com muitos parceiros internacionais e até esse reconhecimento justamente por esse alinhamento que temos. Tanto um reconhecimento que vem por parte das empresas, dos ex-alunos e do que a gente traz para o cenário nacional, que é o nosso principal público, mas também por todo o processo que vem nesse olhar, em termos de alinhamento, da transformação digital que o Senai fez não só de incorporação de tecnologia, mas a mudança da cultura, da ferramenta, dos processos de aprendizagem acabou nos levando a esses reconhecimentos como boa prática em várias publicações...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - ... mudando de uma escola de curso para uma escola de carreira, que é o que a gente estava falando: para cada perfil, para cada situação, para cada idade, nós temos um desenho específico de formação que faz a diferença.

Terminando, aprendizagem profissional é um tema que está na nossa gênese, né? Empresa, aprendiz e o Serviço Nacional de Aprendizagem são as instituições que têm a primazia. E, nesse caso aí, nós temos o reconhecimento por parte da indústria. Recente publicação de uma pesquisa na América Latina, com recorte nacional, diz, inclusive, que o Jovem Aprendiz é a política mais conhecida que o próprio Enem, chamando atenção, isso é de novembro de 2025.

Então, no Congresso, temos aí esse desafio de assegurar a aprendizagem de qualidade também, que é um debate importante que está nesta Casa do Senado, e a gente precisa cuidar para que ela siga...

(Soa a campanha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - ... sendo uma ocupação.

Muito obrigada e desculpa aí passar tão rápido, mas queria dar tempo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Depois da decolagem, passa rápido. *(Risos.)*

Olha, muito obrigado, Sra. Marilza Machado Gomes, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai.

Teve uma coisa que você chamou a atenção, e é importante a gente ver isto: essa contradição que a gente tem no Brasil. Tem tanta gente em estado de pobreza, muitas vezes passando fome até, e, por outro lado, tem um monte de emprego sobrando. Tem algo errado nessa equação, essa equação não fecha. Tem que ver o que está nesse meio aqui. Como é que a gente faz para transformar? E é aí que vem a função dessa frente, a função deste Congresso, a função dos três Poderes lá - do Executivo também e, logicamente, do próprio Judiciário -, em ajudar nesse tema. Eles têm que trabalhar para ajudar e não para prejudicar.

11/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, veja, nunca teve um momento tão fácil, eu diria assim, para se conseguir emprego. Você tem a tecnologia decolando em uma série de áreas. É relativamente fácil, hoje, você buscar conhecimento, as possibilidades de você criar uma empresa, por exemplo, de inteligência artificial. Não é a mesma coisa que você criar uma empresa de química para fazer remédio, porque precisa de um investimento inicial gigante, um capex muito grande. Não, você precisa de um investimento inicial menor. Você tem sistemas de apoio a serem desenvolvidos, você tem todos os... Ou seja, é difícil você imaginar o que está acontecendo nesse meio do caminho. A gente precisa curar o Brasil, na verdade, dessa... E muito vai... Porque eu vejo, assim, que não é a questão só de ter um sonho. "Ah, eu tenho um sonho de ser..." Como eu vi ali, "eu quero ter sucesso na vida". Primeiro, o que é sucesso? Ah, sei lá, ter dinheiro, ter saúde, ter um relacionamento bom, tem uma série de fatores contribuintes, vamos chamar assim, para o sucesso. Mas como é que você chega a essas coisas? É o trabalho do dia a dia, é aprender no dia a dia, é fazer aquele pouquinho em cada dia. Na verdade, como eu vejo, não é realizar um objetivo. Deixe-me ver como é que eu começo a explicar isso. Não é realizar um objetivo; é você se transformar para aquele objetivo. E é aí que vem... A pessoa não sai da onde ela está para aqui, para cima, sem se transformar. A pessoa que vive aqui hoje, nesse meio, nessas condições, tem que se transformar naquela outra pessoa que vive naquele outro meio. Aí é o sucesso de verdade. Você não faz isso de um dia para o outro. E a formação, a aprendizagem faz parte disso, aprender faz parte disso, né?

Bom, vamos para a frente.

Eu passo a palavra agora à Sra. Maria Cristina Ferreira, Diretora de Educação Formal e Infraestrutura do Senar.

Obrigado.

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Bom dia, Senador.

Muito obrigada pelo convite. É uma honra estar aqui, nesta mesa repleta de especialistas em educação profissional.

O Senar é uma instituição do Sistema S, como os demais companheiros que temos aqui. Estamos a não tanto tempo fazendo educação profissional, há trinta e poucos anos apenas, mas procuramos entender muito bem, como a Marilza comentou há pouco inclusive, o setor que nós representamos. Então, em nome do nosso Diretor-Geral, o Daniel Carrara, agradeço o convite.

O Sistema CNA Senar, que nós representamos, inclusive publicou agora, recentemente, uma edição, juntamente com a Cepea, um boletim sobre o mercado de trabalho no agro. Hoje nós estamos respondendo por 26,3% da população ocupada no setor. Estamos com 28 milhões de vagas e oportunidades de emprego no país. É um setor também que tem a tecnologia chegando ao campo. Nós temos a agricultura de precisão, nós temos a pecuária de precisão demandando urgentemente profissionais qualificados. A mão de obra no campo deixa apenas de ser aquela mão de obra para lida para ser uma mão de obra com profissionais que entendam da capacidade e da tecnologia que também no campo está se atualizando muito. E ela não chega apenas para o grande produtor, ela chega para o pequeno produtor inclusive.

Então, o Senar, nessa perspectiva, toma o cuidado de organizar ofertas de cursos de formação inicial, continuada e de formação técnica que atendam o setor de fato e proporcionem essa qualidade de formação do ponto de vista de... O senhor falava muito isso no início, não é? A educação profissional técnica é uma oportunidade de formar reais profissionais, tanto que, ao final de um curso técnico, o aluno que chega lá na fase final obtém um diploma, porque é uma profissão reconhecida pelo mercado de trabalho. E a gente trabalha há muitos anos - Marilza e eu inclusive trabalhamos com a reforma da educação profissional no MEC - para trabalhar uma forma de as pessoas reconhecerem isto, como não é necessário exclusivamente chegar ao nível superior para que você se torne um profissional com valor e merecimento necessários para reconhecimento e atuação neste país.

Então, no Senar, nós tomamos o cuidado de valorizar esse profissional. E a forma como trabalhamos, desde a construção do perfil de profissional em que a gente se baseia para elaborar um curso, já tem essa origem: organizamos currículos que vão atender o setor que a gente representa, vamos formar profissionais que vão ter um retorno, principalmente para sua propriedade - aí é porque nós atendemos prioritariamente, claro, o produtor ou o trabalhador rural, mas a população geral também.

E aí a gente observa que, inclusive por esses dados que eu mencionei anteriormente, nós temos conseguido aumentar o empreendedorismo no campo. O produtor deixa de olhar para a sua propriedade apenas - como a gente chama de "para dentro da porteira", para o cuidado de entender ali do processo de produção -, para entender a sua propriedade como um negócio rural. Isso valoriza a forma como ele reconhece o seu trabalho e comercializa o seu produto, criando um ciclo mais harmônico. Ao mesmo tempo, há um cuidado da interação com a comunidade: a comunidade entender de onde vem o leite, de onde vem o queijo, de onde vem a origem do alimento, não é? Essa troca é fundamental para a gente valorizar cada vez mais o trabalho no campo.

12/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, o Senar tem uma formação técnica um pouco mais recente, em que a gente conseguiu observar nos últimos dez anos que a gente chegou mais próximo das pessoas no interior deste país, através da educação profissional técnica à distância. Então, tomamos todo um cuidado de levar a formação à distância, respeitando aí o que a legislação nos pede, mas que para nós também é essencial, que é a indissociabilidade entre teoria e prática. Para nós é fundamental a mão na massa literalmente. Para que ele entenda o processo de produção, agrícola ou de manejo animal, ele precisa necessariamente desse aspecto.

Então, ao longo desses dez anos, construímos um processo educacional que valoriza essa formação, tanto do ponto de vista teórico, em que a gente usa de plataforma... Mas o cuidar da plataforma educacional é para ela ser capaz de ser acessada lá no interior deste país. E a gente está nas cinco regiões, não é? Hoje nós estamos com 310 polos em todo o país, nas cinco regiões, estamos no Acre, estamos em Rondônia, estamos em Amapá, estamos em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, da mesma forma. Em todos os cursos, levados de maneira igual, a gente valoriza, na formação prática, por exemplo, a realidade local. Então, o aluno tem acesso a um conteúdo pleno, teórico, e aí com uma equipe robusta de tutores à distância, monitoria, tutor presencial, conteúdo, vídeo, *podcast*, mas tudo acessível com a capacidade da conectividade - a gente sabe dos limites de conectividade no campo, não é? Então, todo esse material é produzido e elaborado para proporcionar uma real formação profunda que vai - e aí eu gostei das falas tanto do nosso colega Antônio quanto da Marilza, e a Roberta mencionou isso, não é? - transformar a vida das pessoas no campo.

O público que normalmente nós mais atendemos são adultos. Temos procurado conquistar, como o senhor menciona aí, os jovens, até para reter o jovem no campo, porque o campo, de novo, está trazendo novas e mais oportunidades de emprego. Mas o que a gente observa muito hoje, Senador, é que as pessoas que estão no campo entenderam isso e também estão procurando se profissionalizar. E aí o nosso grande volume de pessoas, a grande maior parte das pessoas que hoje fazem a formação técnica no campo, são pessoas entre 25 e 35 anos, adultos, que estão entendendo a importância de terem uma formação.

Eu tenho um vídeo para exemplificar um pouco dessa minha fala, que eu gostaria de passar e que traz aí alunos nossos do Estado do Piauí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Obrigada.

A gente está inclusive com um processo seletivo em andamento para a entrada de novos alunos.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Olhe, eu que agradeço. Parabéns pela apresentação. Para quem estava acompanhando, já viu ali as datas. Também pode entrar em contato com o Senar e-Tec.

Há alguns pontos aqui também com relação à questão técnico e engenheiro. Eu sou engenheiro, eu me formei lá no ITA, que é ótimo, mas eu acho que eu sou um muito melhor engenheiro porque eu tive um curso técnico, porque você tem a mão na massa, você sabe quão difícil é fazer uma coisa ou qual o melhor processo. Às vezes um engenheiro, sem essa experiência prática, pensa num sistema e, de repente, se esquece de deixar um espaço para você, ao fazer a manutenção, poder acessá-lo. Como é que eu vou fazer? Eu vou ter que tirar metade do equipamento para fazer aquilo lá.

Para ter uma ideia, na própria estação espacial nós tivemos esse problema. Só um comentário aqui, vou contar história. No interior, a gente gosta de contar história. Os nós da estação são aqueles módulos que têm seis conexões que conectam elementos de vários pontos. E dá para se notar... Eles não são um módulo em que está previsto ter laboratórios, elementos de laboratório, mas eles são um ponto de passagem. Então, você tem o nó 1, por exemplo, conectando o laboratório americano, conectando alguns PMAs, ajustes de pressão, etc. Com isso, você obviamente imagina que vai passar muita cablagem, muito sistema - tem sistema de hidrogênio, tem sistema de oxigênio, tem água passando, refrigeração.

Como é que passa tanta fiação por dentro daquilo lá? Aí você fala: "Eu tenho...". Para engenheiro: "Ah, eu tenho lá aquele sistema de... Você faz com CAD, faz com isso, você desenha tudo ali". Ótimo, só que não dá para se confiar só nisso, porque o que aconteceu na prática - e foi no nó 2 esse negócio - é que depois que foi feito, durante a montagem já do nó... Ninguém percebeu isso durante as reuniões técnicas todas. Durante a montagem real, do *hardware* real, aí começaram a notar: "Espere aí, como é que a gente vai colocar esse negócio lá? Não passa, simplesmente não tem espaço para passar tanta cablagem nesse ponto". Você vê uma coisa básica, mas aparece.

Por que eu estou falando isso? Porque o técnico é aquele que sabe, que está ali, vê na prática. Você sabe como é que funciona, como é que... Então, quando você é um engenheiro, mas já teve experiência prática, é outra história. E tem que ver o seguinte também: as empresas, de forma geral, precisam muito mais de técnicos do que de engenheiros. Nada contra a minha profissão, mas você precisa de dois, três engenheiros ali e você precisa de muitos bons técnicos que vão resolver

13/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

o problema no nível lá. Então, e tem muitos países desses aí que foram citados em que o técnico ganha muito mais do que o engenheiro. E isso aí aqui também, entendeu? O dono de uma empresa, muitas vezes, precisa de um técnico, paga muito mais para o técnico do que para o engenheiro novinho que chegou lá e ainda não sabe nada. Você precisa ter o técnico. Então, está aí a primeira dica para o pessoal que queira fazer curso técnico.

A segunda coisa é como que as coisas são conectadas, não é? Você vê, a gente tem aqui a parte de logística, transporte, que carrega... Vamos pensar num cenário assim: o transporte carregando bens que foram produzidos na agricultura, pelo agro, pela pecuária lá no interior. Mas, para que a pecuária funcione, precisa-se de sistemas de tecnologia que são indústria, a indústria que fabrica esses sistemas conectados. Mas esse negócio tem que ser vendido em algum lugar. Aí entra o comércio, entra... Então, você vê que tudo é interligado à formação. É um sistema, realmente. E, dependendo do gosto da pessoa: "Ah, eu gosto mais de ficar no verde. Eu gosto de ficar mais perto da natureza". Então, trabalha no agro, não é? "Não, eu gosto do movimento das pessoas, de estar no comércio, ficar ali, naquele movimento. Eu gosto de me concentrar e fazer um sistema funcionar". Que nem esse é mais ou menos o meu perfil, assim, na indústria. *(Risos.)*

Eu gosto de ver a movimentação das coisas, estar lá. Às vezes, as pessoas não se tocam com a complexidade que é a logística de você passar... Eu fui visitar o Porto de Houston, por exemplo. Eu nunca tinha ido visitar por dentro de um porto, ver como é que funcionava. É um negócio extremamente complexo ali de fazer tudo isso funcionar.

E, ainda sobre o agro, nós tivemos aqui, eu que presidi uma audiência pública falando sobre reaproveitamento ou extensão de aproveitamento de poços de petróleo. E aí foi falado a respeito lá do Texas, por exemplo, nas propriedades lá: o cara entra na propriedade, tem lá um cavalo para puxar óleo ali. E, é o agricultor, a empresa, aquilo é uma empresa. Ele fica olhando lá: "O preço vai subir, eu vou produzir mais". Produz uma quantidade x de barris ali, aí o vizinho produz tanto. E isso aí complementa todo esse sistema. Então, é importante a gente ter isso funcionando e precisa de gente para trabalhar. É aonde eu vou chegar: precisa de gente para trabalhar ou empreender no meio.

Eu passo a palavra agora ao Prof. Augusto Lins de Albuquerque Neto, para a sua apresentação de dez minutos ou um pouquinho mais. Fique à vontade.

O SR. AUGUSTO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - Gostaria de cumprimentar o Senador Astronauta Marcos Pontes, cumprimentar a todos e agradecer a oportunidade de estar aqui para falar da educação profissional e tecnológica como pilar de desenvolvimento nacional no tema desta audiência, que é sobre os seus fundamentos diagnóstico e modelos internacionais. Tentarei falar a respeito disso no tempo que me foi dado.

Para mim, causa muito orgulho estar aqui e satisfação também. Gostaria de dizer que me agrada essa ideia de uma frente parlamentar no Senado, órgão tão importante, para lutar por uma causa comum como esta, que é a EPT. Uma causa que me diz respeito há quase 50 anos, primeiro como aluno, depois como trabalhador, depois como docente da EPT, gestor da EPT e cá estamos nós.

Um dos fundamentos da EPT é a própria Constituição, que preconiza, vejam só, o direito à profissionalização como dever da família, da sociedade e do Estado, com absoluta prioridade. A realidade, a gente sabe que não é bem essa. E aí está, eu acho, um grande espaço para esta frente trabalhar. Vejam uma situação quando você, por exemplo, não cumpre uma das metas de matrícula em cursos técnicos do PNE, o que pode causar: por exemplo, a diminuição das oportunidades de acesso à formalização da profissionalização para amplas massas de jovens. Isso eu sei que está no radar da frente desde a sua constituição e eu acho que deve estar daqui para a frente no nosso radar também.

Um dos outros fundamentos da EPT é a própria história que vem desde longe, é muito longa a história da EPT, vem desde a antiguidade. Aqui a gente tem um pequeno recorte e vejam só como o Brasil entrou atrasado nisso. A coisa começou a andar mais ali por volta do final do século XVIII, com a criação dos liceus, a Poli aqui de São Paulo, Rio, enfim. Formalmente as escolas de aprendizes de artífices foram criadas só em 1909, que depois se tornaram escolas técnicas federais em 1959. E daí vocês têm alguns marcos: o Senai; o Sistema S, a partir de 1942; lá em São Paulo, em 1969, o Centro Paula Souza, responsável pela rede fabulosa de formação de tecnólogos; até chegarmos ao segundo ciclo do nosso PNE.

Outros fundamentos que a gente tem que buscar para a EPT, até para a gente contribuir para o seu incremento, é no espaço, no espaço global. A gente falou um pouco do tempo, agora vamos falar um pouco do espaço. E a gente não pode ficar restrito aqui só ao país. Então, ampliando, para buscar referenciais e bons referenciais, aí está uma ideia. Alemanha, Singapura, Japão, Coreia do Sul, por quê? São detentores de alta tecnologia, o que reflete na sua EPT local, e possuem indicadores bastante interessantes. Você pega, por exemplo, o Japão, que tem um fabuloso número de formandos na área de, que a gente poderia chamar, ensino superior de tecnologia, com bastante inserção no mercado de trabalho. Há estatísticas no Japão que demonstram que esse tipo de egresso da EPT de lá tem mais inserção, por exemplo, do que os doutores de lá, mais inserção do que quem só faz evidentemente ensino médio - muito mais inserção.

14/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Cada um, então, tem o seu destaque. Singapura se destaca bastante também nesse aspecto do ensino superior tecnológico, da integração entre o ensino secundário, o técnico, o tecnológico e a universidade, com o aproveitamento, inclusive, de créditos, para estimular, inclusive, que as pessoas estudem nos níveis mais abaixo, com perspectivas de aproveitar isso lá em cima e assim sucessivamente. Vejam só os PIBs *per capita* desses países e comparem com o nosso. Acho que é válido supor que há uma correlação entre o PIB *per capita* de um país e o que se faz em EPT em relação a este país. Isso é muito importante para a nossa reflexão.

Vamos falar um pouquinho mais aqui sobre a Alemanha. E, quando se fala em Alemanha, não se pode esquecer do paradigma do Sistema Dual, que é concreto, não é simplesmente jogar o aluno dentro da empresa. É concreto porque, na prática, o aluno passa, considerando a semana de estudos, um a dois dias na escola profissional, tendo a teoria, e três a quatro dias por semana na empresa, com a assistência de um instrutor qualificado, e a certificação é nacional, tem avaliação de processo, que é avaliação intermediária, tem avaliação final, certo? A participação da empresa é intensa, como já disse. A participação de câmaras setoriais é importante, porque elas participam da avaliação. O papel do Estado é de organizador do processo, fomentador, e entrega para a ponta a realização.

Vamos falar um pouquinho mais agora também sobre a Coreia do Sul. A Coreia é um exemplo importantíssimo, já foi trazido aqui pelo Senador, mas vale a pena sempre dar uma olhada. Em 70 anos, eles foram - digamos assim - do inferno ao céu, devido às guerras e por aí vai... Já resolveram o problema da escolaridade básica universal desde 2012. Primeiro lugar no Pisa em matemática, mas não somente, em literatura e em ciências. São 245 mil matrículas no técnico secundário, numa população de cerca de 50 milhões de habitantes, não é pouca coisa isso. De fato, a EPT é o motor do crescimento da Coreia, juntamente com a educação em geral, e isso desde os anos 60, certo? Eles têm um sistema lá chamado Meister High School, inspirado no Sistema Dual alemão, que faz, basicamente, o que se faz na Alemanha em termos de formação profissional. Evidentemente que eles têm outras dimensões em EPT, que contempla também o tecnológico, a integração, como a gente tem comentado aqui.

Voltando aqui para o Brasil - e ficando no Brasil daqui até o final da minha apresentação -, eu acho que é preciso olhar com atenção as atividades econômicas todas, com um pouco mais de atenção, sim, à questão da indústria, que é a que mais necessita de mão de obra altamente qualificada para resolver problemas que são, dependendo da indústria, mais complexos. Ela é também importante quando se olha não só os empregos, mas quando se olha a arrecadação, tributos federais, as exportações, tanto quando você olha o quadro geral da indústria quanto quando se olha o quadro geral da indústria de transformação.

Mas a EPT não atende só às atividades econômicas, ela atende ao indivíduo trazendo mais empregabilidade, por exemplo; à família, com maior mobilidade social; à comunidade, elevando a renda local; ao setor produtivo, aumentando a produtividade, trazendo inovação; à nação como um todo, contribuindo para a soberania tecnológica, entre outras dimensões.

Caminhando para o final e pensando no que fazer, dispomos de uma estrutura formidável que contempla o país todo, ali tem uma distribuição com escolas na área rural, na área urbana, um número considerável de matrículas, quando se consideram todos os cursos, inclusive os cursos de curta duração, que não podem ser esquecidos, porque eles ajudam na formação continuada. E, quando a pessoa está envelhecendo, quando a população está envelhecendo cada vez mais, é preciso pensar que vai ficar mais tempo no mercado de trabalho. Os nossos países de referência estão enfrentando esse tipo de problema. Como? Investindo mais na formação continuada, para dar mais condição para as pessoas permanecerem mais tempo no mercado de trabalho.

(Soa a campainha.)

OSR. AUGUSTO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - Um diagnóstico. Desafios: Informalidade beirando 40%, baixa qualificação, déficit de acesso, com base no que a gente trouxe aqui e, evidentemente, com base no que a gente conhece e em outras coisas que já foram trazidas.

Possíveis oportunidades priorizadas para um primeiro diálogo entre nós, uma reflexão: demanda latente em vários setores; uma base de consumo formidável, dada a nossa pujança na economia, o que oferece oportunidade de serviços técnicos em vários setores, incluindo a indústria; e uma infraestrutura latente, com capacidade de expansão, conforme foi visto.

O que fazer? Algumas propostas, com destaque para ampliação de matrícula; adoção do modelo dual, quando necessário e, se for o caso, com todos os cuidados; proteção da carga horária, para melhorar a qualidade; modernização da infraestrutura, até com a possibilidade de redução tributária...

(Soa a campainha.)

15/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. AUGUSTO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - ... avaliação e mérito, para manter a qualidade e avançar.

Integração macroeconômica. Quando se pensar em política pública para a educação profissional, não se esquecer de que há uma contribuição da educação profissional e tecnológica, como vimos, através de tributos e outras dimensões, para o país, para a família, para o indivíduo. Então, é preciso pensar nisso à hora de traçar uma política pública, certo?

Fechando, não devemos nos esquecer dos modelos referenciais internacionais, não devemos fechar os olhos para as atividades econômicas que mais importam, não podemos ficar parados, porque isso tem custo alto para a sociedade como um todo. Creio que o papel do Parlamento é muitíssimo importante nessa linha de fazer com que, como na Coreia, por exemplo, a EPT seja, de fato, uma política de Estado.

Muito obrigado. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Muito obrigado ao Prof. Augusto Lins de Albuquerque Neto pela sua apresentação, com a qual concordo 100%. Nós citamos em vários pontos isso aí, a política de Estado é essencial, tem coisas em que a gente não pode ficar nessa dependência, seja lá quem for que esteja de serviço. A gente precisa colocar uma coisa para o Brasil para ter um sentido e seguir todo mundo, obrigatoriamente seguir. Mas a gente vai chegar lá, a gente vai chegar lá.

Eu passo a palavra agora ao engenheiro José Juarez Guerra, nos seus dez minutos.

Obrigado.

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Bom dia a todo mundo. Queria parabenizar o Senador pela iniciativa desse trabalho que, para mim, é uma coisa que eu venho buscando há muito tempo: assim, como participar mais.

Então, quando eu fui convidado para participar desse trabalho, eu fiquei muito, muito feliz. O Prof. Spada me convidou, que você conhece tanto, né? Amigo nosso em comum, né? Inclusive, estivemos jantando uma vez, eu, você e ele. Depois eu te conto, você vai lembrar. Naquela época, você andava de macacão ainda, da Nasa, visitando as escolas, aquela festa, né? Muito legal.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP. *Fora do microfone.*) - Tem que fazer mais ainda. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Vamos, vamos.

E eu fiquei muito feliz de poder participar, trazer minha contribuição, não só como engenheiro, mas como empresário. Diferentemente do Senador, eu tomei outro caminho, tomei o lado empresarial. Mas já com meus 42 anos de idade, é um pouco diferente, né? Então eu falei, "poxa, se eu tenho essa possibilidade de levar lá, mostrar o que eu estou fazendo"... o Roberto falou isto para mim, o Spada falou assim, "vai lá e fala o que você está fazendo". Eu falei, "eu vou falar o que eu estou fazendo". Como é que eu arrumei tanto tempo para fazer tanta coisa? Não sabia que eu tinha condições de fazer tanta coisa. Tudo ao mesmo tempo agora.

Então, vou contando assim, e vocês vão falando para mim, se eu estiver atrapalhando, vocês me tiram daqui, tá? *(Risos.)*

Tenho dez minutos para fazer a coisa.

Então, foi assim, eu sou engenheiro eletricitista, mas se você procurar no meu currículo, está escrito assim, a primeira coisa está escrita assim, "eletricista formado pelo Senai de São Paulo". Então esse é o meu maior orgulho. E depois vem que eu sou técnico, depois vem que eu sou engenheiro, depois quantas línguas que eu falo, por aí.

Então, lá nos idos de 1972, eu entrei na escola do Senai lá do Ipiranga, e foi aí que deu o *start* para eu começar a entender o que era a vida. Porque no Senai se aprende fazendo, o Senai ensina para a vida. Mas eu não quero aqui fazer apologia do Senai, eu quero dizer que para mim a educação profissional é uma ferramenta de transformação social. E essa ferramenta é poderosíssima. E eu quero ver como é que a gente consegue, no final da minha palavra aqui, traçar alguns mecanismos, como é que a gente consegue, como se diz em italiano, *trascinare*; *trascinare* é puxar; *trascinare*... Então eu quero ver como é que a gente consegue puxar para cima as empresas para vir trabalhar junto com a gente.

Então, eu acho que estou realizando um sonho meu de poder estar com a gente tão capacitada e falar nesse nível que eu estou aqui. Roberto Mange, que era suíço, depois se naturalizou, e o Roberto Simonsen, que era brasileiro, os dois tinham o sonho de começar lá, em 1942... O Mange entrou com a parte pedagógica e o Simonsen com a liderança dele, empresarial - e também foi Senador. Ele viabilizou o Senai. E para quê? Exatamente para poder ajudar, naquela época, a formar mão de obra para a indústria, que estava engatinhando no Brasil, nos anos 70, anos atrás, mais ou menos. Estava engatinhando. Mas lá, quando eles fizeram isso, não foi só isso que eles fizeram. Eles viabilizaram o sustento para o

16/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

crescimento econômico do país, conectaram o trabalho e a educação, justamente para reduzir as desigualdades. Ai já começou a vir... Mas aí, Senador...

Eu queria tentar segurar um pouco a emoção, porque eu vou falando e vai vindo de dentro, assim... (*Manifestação de emoção.*)

Eu queria saber como é que é possível um menino de Bauru sair de lá, de pai e mãe humildes, assim como eu, ir para o ITA, depois ir para a Nasa e levar o nosso país lá à Lua? Fale para mim como é possível. Como é possível um menino que nem eu, filho de pedreiro - meu pai tinha o 3º ano primário -, de família humilde, italiana, vinda da Itália, com 42 anos, depois de uma trajetória importante estudando no Senai, primeiro técnico, depois engenheiro, ir à Itália e convencer os italianos a virem aqui abrir uma empresa, gerar emprego e renda no nosso país?

Diferentemente do senhor, eu fui para o lado empresarial. Eu faço parte da Fiesp - não da Fiesp diretamente: eu sou Vice-Presidente da Abinee, junto com o Barbato, que o senhor deve conhecer -, do grupo de transformação digital, sou Conselheiro lá, com as pequenas e médias indústrias. Eu faço esse trabalho lá também, e eu pergunto assim: como é que se faz isso aí? Como é que se consegue fazer isso? Isso não foi obra do acaso, não foi sorte; foi a oportunidade que foi dada de a gente se formar eletricitista, depois técnico, depois engenheiro, e isso me deu a possibilidade de ir lá e conversar com eles. Se eu não tivesse isso, eu não teria conseguido trazer os italianos para cá.

Dez anos depois, fui para a Argentina, abri uma filial na Argentina; dez anos depois, fui para o Uruguai, abri uma filial no Uruguai; eu tomo conta da América Latina inteira - eu e meus dois filhos, porque é uma empresa familiar, como a Itália sabe... A Itália tem bastante empresa familiar; nós também somos uma empresa familiar.

Agora, tudo isso só foi possível porque foi isto que aconteceu: aprender uma profissão, porque o Senai não forma somente um profissional, ele desenvolve a pessoa. Eu, quando abri a empresa, fui buscar nas fileiras do Senai, nas escolas técnicas - eu vou falar o nome do Senai muito aqui, porque é umbilical, é um negócio, assim, incrível! - do Senai, todos os meus funcionários, para poderem trabalhar na nossa empresa. Então, se você for lá hoje, você vai ver lá que eu pergunto: "Você passou pelo Senai, né? Você passou pelo Senai!". Realmente, é a formação técnica, é isso que o Prof. Augusto acabou de falar, colocar aqui, é isso que vocês três, e o Sr. Antônio também falou aqui: está tudo ligado, e a gente precisa levar isso para a frente.

Agora, já à época eu sentia problema na mão de obra, e continuo sentindo agora. E vou dizer: na Argentina está a mesma coisa, viu, Presidente Senador? Na Argentina está a mesma coisa, e nos outros países da América Latina... Eu tenho visitado o Sena, da Colômbia, o Senati, do Peru, o lá do Chile também; sou apoiador das Olimpíadas do Conhecimento - você esteve lá naquela época, você esteve junto -, tanto da do Brasil quanto das estaduais; a Olimpíada do Conhecimento das Américas, eu também apoio, né?

Então, eu fui assertivo em realmente buscar esse pessoal para poder ajudar a gente a construir a empresa e fazê-la chegar aonde nós chegamos. Não quero nem posso ficar fazendo propaganda aqui, mas nós somos a primeira do Brasil. Como é que você faz 19 filiais, você é a quarta no mundo, com uma inflação como a da Argentina, com uma moeda como a nossa, você ganhar da Suécia e estar no quarto do *ranking* mundial? Quer dizer, isso aí tudo, eu tenho orgulho de ter estudado educação profissional, de ter feito a minha trajetória através disso aí.

Eu tenho no meu escritório, Senador e presentes aqui...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - ... um recorte que eu fiz de um jornal do Henrique Meirelles, já quando ele estava acho que na primeira fase em que ele foi Presidente do Banco Central, em que diz assim: "Um dos gargalos mais sérios e objetivos que o Brasil pode enfrentar nos próximos anos é a mão de obra treinada em todos os níveis". Está lá atrás da minha mesa, um pedacinho assim pequenininho de jornal. Sempre uso essa frase para dizer: a gente tem que melhorar isso, como a gente consegue tirar essa pedra da frente. É por isso que eu vim aqui, para conversar com vocês sobre como a gente fazer. A gente tem que fortalecer as parcerias, atualizar a formação técnica, investir em laboratórios, aproximar o ensino da indústria.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Aí começa, Professor, a conversa mesmo, porque o que eu mais tenho vontade é de que as empresas comecem a estar mais perto das escolas. Estamos no cenário aqui falando, eu ajudo a participar dos planos de curso, vários planos de curso. Se não for eu, eu mando alguém da minha empresa. "Poxa, você deve ter 500 funcionários..." Nós temos 50 famílias aqui e mais 20 na Argentina. Não tem um monte. "Mas como é que você encontra

17/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

tempo de fazer tudo isso aí?" Bom, hoje, depois que nós crescemos, meu filho cuida da Argentina, minha filha cuida do Brasil. E eu vou fazer isso aqui que eu gosto, que é a educação profissional. *(Risos.)*

Eu tive uma reunião com o Presidente da companhia sexta-feira, foi isso aí: "Você está fazendo o que você gosta, né?". Então, cara, você tem ideia... Você fala: "Pô, Juarez, você faz isso em São Paulo? Por que você é de São Paulo..." Não, a gente apoia, a gente está treinando o pessoal do Acre, do Amapá, de Fortaleza, Ceará, do Rio Grande do Sul, todos os estados do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - A gente tem feito esse treinamento, tem levado as tecnologias, que eu acho que a empresa tem que fazer isso, ela tem que disponibilizar. Nós criamos hoje uma plataforma que eu chamo Didatikos, *feeding for education*, exatamente onde se concentra tudo isso aí e leva esse material.

Então, Senador, eu queria encerrar aqui dizendo que eu queria diminuir esse degrau. Nós temos que criar mecanismo para diminuir esse degrau entre a indústria e o ensino, porque tem que lapidar, a indústria tem que lapidar... Porque, às vezes, a escola entrega, mas a gente não consegue colocar a pessoa, porque tem essa... É por causa da distância. Nós temos o que fazer. Quando eu estudei lá em Ipiranga, eu ficava seis meses na escola e seis meses na Volkswagen. E foi aí que eu dei o salto e fui para a frente.

Eu não sei se eu pulei um pouco, mas é isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Obrigado.

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Eu também tenho bastante contato com o Paula Souza, com o Instituto Federal de Educação, eu os apoio. Nós do ensino à distância participamos bastante lá; nós temos dois ou três vídeos que nós fizemos apoiados pelo Senai - se entrar na plataforma do Senai, você vai ver os vídeos que nós colocamos lá -, levando a nossa tecnologia, diminuindo essa distância, dando apoio aos professores. Temos que poder apoiar os professores, fazer com que eles cresçam.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Sem dúvida!

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Desculpe-me, mas é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Obrigado. Olha, muito obrigado ao engenheiro José Juarez Guerra pelos seus comentários, história. Parabéns!

Você vê que é uma coisa interessante: a gente tem aqui uma junção do Sistema S com uma parte pedagógica, na parte da educação, com o exemplo prático da empresa. Eu acho que é justamente essa junção de fatores que faz com que a gente possa ter chances no nosso país de realmente sair. Por isso que eu acredito tanto nessa frente, por essa junção, sabe? A única maneira de se fazer isso é com essa junção de fatores, a gente trazer... Logicamente, a gente vai trazer também o pessoal do Governo, da parte do Executivo, vai trazer... Porque, com isso, a gente consegue achar as soluções, o caminho: como é para a gente sair lá da periferia e conseguir chegar aqui, como a gente faz esse caminho?

Eu falei aqui, um pouco antes, eu vou repetir aqui essa contradição que nós temos hoje de tantos empregos, tantas oportunidades, de um lado, e tanta gente precisando e parada, do outro, passando fome muitas vezes, pobreza, uma série de coisas, sendo que não precisa, não precisaria estar naquela situação, na dependência de bolsa, na dependência de Governo - não precisa estar nessa situação! Pode ter seu emprego, dignidade, crescer, fazer o que quiser, ser empresário, ter recurso e tudo isso. O caminho está aberto, é questão de começar a andar para chegar. Agora a gente tem que ajudar a manter essa estrada aberta. É como eu digo: Legislativo, Executivo, a política de forma geral, espalhada nos três níveis da Federação, a gente precisa realmente ter essa possibilidade!

E, quando eu vejo, nas escolas, uma coisa que foi falada também aqui, com que concordo 100%: a escola profissionalizante, dentro da sua cultura - e eu lembro-me muito bem dos meus professores na época falando disso -, não é só o conhecimento, é a competência como um todo. Tem o conhecimento, sem dúvida nenhuma, você precisa saber o que vai fazer; tem a habilidade, você precisa saber como fazer aquilo; mas a parte da atitude também é muito importante, como encarar a vida e como usar aquele conhecimento. Aliás, muitas vezes as pessoas não vão para a frente, porque não sabem que podem ir para a frente, por incrível que pareça, não sabem que podem ir para a frente! E o conhecimento abre a cabeça, você falar assim: "Cara, se você tem esse conhecimento, você consegue fazer. Olhe quanta oportunidade que tem!". E, aí, de repente a pessoa abre o olho, em vez de ficar olhando só para o chão, achando que: "Eu sou um coitado, eu não vou conseguir fazer nada!". Mas de repente ela levanta e olha: "Não, eu posso fazer um monte de coisa". Eu acho que a educação tem esse sentido de fazer a pessoa levantar a cabeça, olhar para a frente e conseguir ver o que pode fazer, inclusive.

18/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, eu vejo aí uma oportunidade e tanto que a gente tem de trabalhar junto e usar esta frente para ajudar a fazer resolver, porque cada Senador aqui - eu não vejo isso só do ponto de vista do Legislativo; lógico que a gente está aqui, pode fazer leis, pode modificar leis, pode modificar uma série de coisas no sentido do arcabouço legal, mas não só isso -, cada um desses tem uma influência no seu estado, conhece o Governador, conhece os Prefeitos, conhece as instituições internacionais também, no meu caso e no de outros aqui. A gente tem que ajudar a fazer funcionar isso aí. É essa oferta da influência positiva em troca do desenvolvimento, não é em troca de benesses ou qualquer corrupção - a gente tem vergonha de ver muita coisa assim -, é ao contrário, é ver essa influência sendo usada de forma positiva, que tem que ser feita.

Bom, eu vou retornar a palavra para todos aqui, um a um, para as considerações finais, mas queria só relembra aqui as perguntas que foram feitas.

Eduardo, de Rondônia: "Há algum modelo internacional que tenha sido aplicado em um país com proporções continentais?"

Até já foram respondidas algumas coisas, só estou lembrando.

O Arthur, do Acre: "Como ampliar a educação técnica na saúde e levar qualificação profissional às regiões mais afastadas da Amazônia?"

Letícia, de São Paulo: "Quais são as metas para obrigar que as plataformas de ensino superior tenham acessibilidade digital com Libras e autodescrição?". E há outras coisas também, lembrando que não é só isso, não. A gente tem... Eu estava conversando, esta semana, sobre autismo e outras coisas. A gente precisa ter um foco aí para resolver ou ajudar a resolver esse problema.

O Renan, de Pernambuco: "Como ampliar a educação profissional e tecnológica sem aumentar a desigualdade no acesso à qualificação [...]?" Eu acho que é o contrário, é ampliar para reduzir. É justamente isso que ajuda, como foi falado nos exemplos aqui locais.

Agora, para as considerações finais, como a gente combinou no início, eu vou retornar a palavra para todos, iniciando pela Sra. Roberta Diniz, que é Gerente Executiva de Desenvolvimento Profissional do Sest Senat, para dois minutos de considerações finais e se quiser responder algumas das perguntas.

Obrigado.

A SRA. ROBERTA DINIZ - Sim, claro.

E me chamou muita atenção a pergunta da Letícia, de São Paulo. Apesar de o Sest Senat não ter educação superior, o que ela comenta aqui, a gente precisa falar do acesso das pessoas com deficiência a isso de que a gente está falando aqui. Hoje, nós temos mais de 12 milhões de pessoas com deficiência em idade produtiva no Brasil. O Sest Senat tem programas específicos, a gente tem um rol grande de mais de 30 cursos acessíveis em Libras, com autodescrição, mas aqui eu quero falar especificamente para o José Juarez, ele como empresário. Recentemente, a gente viu lá o dado de logística. Para uma empresa de logística muito forte aqui no país - acho que posso falar, é o Mercado Livre -, a gente entregou de uma vez só 968 pessoas com deficiência, o que ajudou a empresa a cumprir as cotas de acessibilidade, mas a gente entregou para essa empresa pessoas capacitadas, aptas em educação profissional, formadas em educação profissional, em algum curso, como curso de Assistente de Operação Logística, e aí foram variados...

(Soa a campanha.)

A SRA. ROBERTA DINIZ - Esse pessoal a gente também precisa olhar. Tem vaga? Eu acho que a Letícia estava muito preocupada com isso, quando ela fez essa pergunta. Então, quando a gente for pensar em políticas públicas, a gente tem que pensar nas pessoas com deficiência, o que é muito importante para ajudar a manter esse quadro mais resolutivo.

E, novamente, quero parabenizar o senhor, Senador, agradecer e falar dessa paixão. A gente também fica muito feliz mesmo de estar aqui falando sobre educação profissional, porque a gente sabe, como o senhor falou, que a gente quer dar essa possibilidade para as pessoas terem liberdade econômica, acesso ao trabalho, que é o que dá dignidade para as pessoas deste país.

Muito obrigada.

Parabéns!

O Sest Senat está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Eu é que agradeço. Eu agradeço muito à Sra. Roberta Diniz, Gerente Executiva de Desenvolvimento Profissional do Sest Senat.

19/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Nesta semana, a gente acabou de votar aqui, eu aprovei duas coisas ligadas à inclusão, o que é importante também dentro desse contexto - inclusão digital, no caso.

Nós aprovamos um dos meus projetos - eu sou o autor - de inclusão para pessoas com mais idade - eu não gosto de terceira idade; pessoas que já têm mais experiência -, porque eles acabam sendo vítimas de estarem desconectadas do mundo digital e acabam sendo vítimas de fraudes e outras coisas, além de sair da possibilidade de trabalhar no setor. E tem muita coisa que pode ser oferecida. A gente tem mais experiência, a gente está mais velho, já viveu muito, então precisa ter a ferramenta agora. Inclusão digital é extremamente importante.

Eu aproveito também um, como Relator do Jader Barbalho, aqui, de inclusão digital para ribeirinhos, quilombolas e indígenas. E a gente precisa ir também para o lado das pessoas com deficiência, para trazer isso aí, para trazer todo mundo para dentro, para poder usar inteligência artificial, com o que existe de ferramentas digitais. Então, é importante isso aí.

Eu passo a palavra, então, para as suas considerações finais, de dois minutos, para o Sr. Antônio Henrique Borges Paula, Diretor de Relações Institucionais do Senac Nacional.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - Senador, mais uma vez, quero parabenizá-lo pela iniciativa - é um prazer imenso - e agradecer, mais uma vez, o convite. Podemos estar com vocês nessa construção desse trabalho que já faz parte da história do país. Acho que este momento em que se instala a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica já é um marco que já está constando nos *Anais* desta Casa e, de uma forma geral, da história do nosso país.

E, reforçando a sua fala, Senador, se nós olharmos no caso do Senac, comércio de bens, serviços e turismo, a nossa administração superior é toda feita por empresários. Então, você tem empresários que estão à frente dela, divididos nas câmaras setoriais - tem a Câmara de Turismo, a Câmara de Farmácia.

E aí, já respondendo, porque eu tinha passado rápido nas respostas, o Arthur, em relação à saúde...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - ... nós temos um trabalho da saúde integral tanto na formação inicial e continuada, como na tecnológica e superior. E chegamos - viu, Arthur? - lá. Basta entrar no *site*. Fico à disposição para entender o nível de escolaridade dele, para saber se ele pode entrar na formação inicial e continuada, tecnológica ou superior, mas temos todos esses níveis na área da saúde.

E quero dizer, Senador, dessa satisfação de ir junto. De mãos dadas com você, podemos estar construindo aí os próximos passos dessa reviravolta, dessa mudança não só no aumento do número de vagas, mas na questão de divulgar essa possibilidade dessas ocupações que existem.

Também eu queria dizer, Senador, que, no ano que vem, em 2027, nós acertamos com o Sena - um pouco antes, acertando também com os nossos companheiros da agricultura...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - ... e do transporte - e vamos trazer para o Brasil uma reunião da OIT/Cinterfor, que trabalha com todas as instituições de educação profissional da América e Europa. Acertamos aqui. Já queria deixar aqui que constasse em ata desta frente parlamentar que acredito que em... vai ser em junho de 2027. Nós estamos em 2026, falta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - Não, mais do que isso; vai ser o nosso conferencista, vai ser o nosso mestre maior - né, Juarez? Nossa Senhora, seria uma honra imensa.

Então, como vocês falaram, o Sena, da Colômbia, o Infocap, todas essas instituições vão estar juntas. E esse *benchmarking* é muito importante.

E, para fechar, a nossa satisfação como Senac, Senador, é termos conseguido muitas medalhas no WorldSkills.

Temos vários alunos, inclusive formados aqui nesta Casa, que vão estar agora em Xangai, e você, como embaixador da WorldSkills, temos a certeza e a esperança que vamos trazer muitas medalhas para o Brasil, o que mostra...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA - ... que a qualidade da nossa educação profissional está equiparada com as melhores escolas do planeta.

20/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Aliás, é muito bacana você ver a bandeira do Brasil lá na WorldSkills. Nos países onde está... Você ver o Brasil lá no primeiro lugar, segundo lugar, isso é muito bacana.

Bom, eu passo a palavra agora à Sra. Marilza Machado Gomes, Especialista em Desenvolvimento Industrial do Senai, para suas considerações finais também.

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - Bom, vou começar comentando da WorldSkills, que realmente dá um orgulho quando vê a bandeira do Brasil lá, especialmente que fica ali nos asiáticos, China, Índia, Singapura, Japão. Então é muito bom ver o Brasil...

Eu queria destacar, neste momento final, que tem os relatos - já temos dois aqui presentes e tantos outros que estão ouvindo - que a educação profissional, especialmente a formação técnica na idade da juventude, faz efetivamente a diferença. Tem estudos do Inep, do Ministério da Educação, o Senai também tem alguns, do Instituto Itaú Educação e Trabalho, que demonstram efetivamente como a trajetória de quem é um egresso da educação profissional técnica interfere numa melhor projeção de carreira, tanto em termos de acesso a cargos de gestão como também em termos...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - ... de remuneração.

Para além disso, nós temos também os próprios resultados nos indicadores educacionais, em que os alunos que fazem ensino médio e educação profissional também têm melhores rendimentos de aprendizagem e mais facilidade de acessar a continuidade no nível da educação superior.

Então, a gente é apaixonado porque, realmente, a educação profissional comprovadamente transforma, abre essa visão em termos de construir uma proposta de futuro mais efetiva, e isso não é só pessoal, é para o país, para a empresa, produtividade, PIB, ou seja, todos nós somos beneficiados. Nesse processo, a gente precisa ficar bastante atento, Senador, quando o senhor fala dessa influência também positiva aqui do Senado, no sentido de que possamos acompanhar o desenvolvimento dos juro por educação, que vai trazer uma expansão muito forte em relação...

(Soa a campainha.)

A SRA. MARILZA MACHADO GOMES - ... às matrículas da educação profissional, para que ela realmente seja uma formação de qualidade, voltada às ocupações, que chegue a todos, como a gente vê na fala da Letícia, do Renan e também do Arthur, pela preocupação dele em relação ao acesso digital. Então essa capilaridade, essa qualidade, precisa demarcar essa expansão.

Acho que é esse aí o recado que eu deixo em nome do Senai e, certamente, o Senai, assim como os outros aqui, todas as redes de educação profissional estamos à disposição. Muito obrigada e parabéns por essa frente importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Olha, eu que agradeço. Parabéns, parabéns ao Sistema S... Diga-se de passagem, às vezes a gente ouve umas coisas meio estranhas, que a gente "tem que retirar recursos do Sistema S". Eu falo assim: "Espera aí, gente, vocês estão...". É igual a você estar no meio de uma corrida e falar: "Deixe-me reduzir o motor". Não faz sentido. Isso é só um comentário que me passou pela cabeça. *(Risos.)*

A SRA. ROBERTA DINIZ *(Fora do microfone.)* - O que não acontece, né?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - É, pois é. Coisa que está funcionando... A gente tem que nivelar por cima, tem que ir para cima, nunca para baixo, não é?

Eu passo, então, a palavra, para as considerações finais, à Sra. Maria Cristina Ferreira, Diretora de Educação Formal e Infraestrutura do Senar.

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Obrigada, Senador.

Fazendo minhas as palavras dos colegas que falaram anteriormente: é um prazer estar aqui. Em nome do Sistema CNA-Senar, agradeço à frente parlamentar por assumir esse papel em cuidar de algo que é tão caro para todos nós, porque é de uma educação profissional técnica e tecnológica de qualidade que este país precisa. Como o senhor comentou, tivemos aqui a mesa composta por exemplos. Além da fala do senhor, que claramente trouxe no seu depoimento pessoal o valor da educação profissional, tivemos, na fala do Sr. José Juarez, também isso, e de que maneira o Sistema S tem um compromisso com o retorno, para as categorias econômicas que nós representamos, de profissionais que vão fazer a diferença.

(Soa a campainha.)

21/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Nós queremos trazer transformação através da educação profissional e temos essa finalidade institucional, mas, como tivemos, inclusive, na fala do Prof. Augusto: "Precisamos aí, não somos exclusivos". É uma área educacional que tem um caráter de diversidade muito estratégico, você tem muitas oportunidades aqui de formar profissionais. Ninguém concorre com ninguém. É um setor com um campo imenso e que integra...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Exatamente, é muito vasto, e com as habilidades que o jovem tanto tem, de cada um adequar a sua habilidade a uma profissão de que o setor representado por nós precisa tanto. O campo - como o Prof. Augusto inclusive trouxe na fala dele, ali nos números dele - e o agronegócio também, assim como todas as áreas, precisam de profissionais qualificados urgentemente para atuar no setor.

(Soa a campainha.)

A SRA. MARIA CRISTINA FERREIRA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Muito obrigado.

Obrigado à Sra. Maria Cristina Ferreira, Diretora de Educação Formal e Infraestrutura do Senar.

Agora eu passo a palavra ao Prof. Augusto Lins de Albuquerque Neto, para as suas considerações finais também.

O SR. AUGUSTO LINS DE ALBUQUERQUE NETO - Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Eu gostaria novamente de parabenizá-lo, desta vez é pela audiência em si, que já é prática concreta e certamente sairão frutos daqui. Que saiam muitos mais, até porque tem muito a ser feito, como foi exposto.

Gostaria também de parabenizar todos os que aqui falaram. Ouvi com muita atenção e gostei demais. A preocupação com o aumento quantitativo, *pari passu*, com o aumento qualitativo é parte da nossa frente comum aqui. Isso é muito importante e, certamente, as pessoas do Sistema S, quando falam disso, falam com muito lugar de fala, porque a gente sabe que as escolas do Sistema S, de um modo geral, se não todas, trabalham com muita qualidade.

Muito obrigado.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Muito obrigado. Obrigado ao Prof. Augusto Lins de Albuquerque Neto. Obrigado pela participação, obrigado pelas ideias. Obviamente eu espero contar aí ainda com... Isso vai... Este é só o começo, é só a partida. A gente tem muita coisa a fazer.

Eu passo a palavra, então, ao Engenheiro José Juarez Guerra, para suas considerações finais, em dois minutos.

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Obrigado, Senador. Mais uma vez, quero parabenizar o senhor e todos que estão aqui pelo trabalho, por esta frente parlamentar, que realmente vai mudar - vai mudar. Dentro de pouco tempo, a gente vai começar a sentir isso mudar.

Marilza, você começou falando das Olimpíadas. Então, eu vou também falar. Já em 2002, quando eu apoiei a Olimpíada em 2002, lá no CTGas, eu percebi, Senador, que a competência técnica a gente tem, a gente sabe o que fazer. Eu, como empresário, estava ali, fui entregar a medalha e participar; não só entregar a medalha, mas participar do processo. Quando eu olhei, falei: poxa, do que esses meninos precisam? Os dois que ganharam foram os dois do Rio Grande do Sul. Os dois trouxeram medalha de ouro para o Brasil e entraram até no carro dos bombeiros lá em Caxias. Eu falei: do que esses meninos precisam?

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Eles precisam de um diferencial. E o que eu posso fazer? Eu? Eu? De agora para a frente, não posso fazer nada a não ser ajudá-los a falarem outra língua. Pois bem, eu paguei o curso de inglês para esses dois meninos durante um ano. E não foi qualquer curso de inglês, foi um curso de inglês bom.

Quando eu cheguei no meu RH, no ano passado e no ano retrasado... E o menino foi de Bauru, na Ocupação 18, que é eletroeletrônica, eu falei para as meninas: escuta, vamos procurar um curso de inglês para o Felipe - não lembro o nome dele. E ela falou: "pois não". Você vai procurar o melhor curso de inglês que a gente pode pagar lá em Bauru. E o menino fez. Depois, no meio da conversa, eu ligava para ele, falando inglês com ele. Queria ver. E este ano também, o Juan, que vai lá representar o Brasil, o nosso país, está fazendo o curso de inglês.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Esteve lá na minha firma esses dias, fazendo treinamento, e eu falei com ele em inglês.

22/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Então, qual é o diferencial? Quando você está lá na Olimpíada, vem o cara e traduz para um que não sabe direito o que é. Até chegar no menino, cortou um espaço. Então, o curso de inglês eu acho que vai ajudar muito eles a trazer...

Vamos lá, democratizar mais o conhecimento. A gente precisa ajudar quem está longe. Nós lá de São Paulo, de São Paulo para baixo, Rio, Minas, nós temos acesso a tudo, cara! Então, eu tenho entrado bastante nisso. A gente fez treinamento com o pessoal do Acre, mandei material. Aliás, eu doei muito material, professor, muito. E eu não sei nem quanto doei. Incentivo eu não tive nenhum. Não sei se eu não soube ter acesso, mas eu nunca tive. Mas é uma coisa, talvez, para pensar: como a gente pode ajudar as empresas?

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - Muitas vezes, o cara fala assim: "não vou doar nada, não; eu não vou doar nada, para que eu vou doar isso aí? E vou pagar imposto ainda, eu produzo e ainda pago imposto para doar". Não estou falando de tirar ICMS, não. Estou falando de como a gente pode criar mecanismos para poder diminuir, para poder ajudar, sim.

A outra coisa é como engajar mais as empresas, porque, se as empresas não tiverem essa consciência, e eu não sei se é *marketing*, professor... Eu adoro quando me chamam de professor, Marilza, eu adoro. Juro mesmo. Em vez de falar engenheiro, doutor, eu gosto que me chamem de professor.

Então, democratizar. E como engajar as empresas? Antigamente, estava na academia o conhecimento. Hoje, Augusto, são as empresas que detêm o conhecimento. Se a empresa não fizer o papel dela de levar, de se aproximar das escolas técnicas e levar, escutar...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - É isso aqui que eu tenho, como é que eu vou poder... Não, tem que ser... Nós estamos criando um curso agora com o Centro Paula Souza...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ JUAREZ GUERRA - ... sobre automação predial e também um outro sobre automação industrial para pequena e microempresa, com produto nosso, doado e capitaneado junto com os planos de curso, porque eu não sou pedagogo, eu não sei fazer essas coisas, mas aí a gente se apoia e vai.

Para encerrar, Senador, eu queria realmente parabenizar. Espero ter contribuído um pouco com a minha experiência, com o meu entusiasmo nesse processo. Conte comigo, e o Spada sabe que ele pode contar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco/PL - SP) - Obrigado, obrigado, obrigado. Obrigado, Sr. José Juarez Guerra, empresário aqui conosco. Foi um depoimento importante da influência de um curso profissionalizante para transformar não só a sua vida e a da sua família, mas também a vida de tanta gente que hoje trabalha. Ou seja, isso é basicamente plantar semente, e as sementes têm um resultado muito grande.

Aliás, sobre infraestrutura, só uma questão - eu me lembro disto aí do ministério, lembrando que eu fui Ministro das Comunicações também -: a gente colocou lá recursos na Região Norte para fazer conexão via fibra ótica pelo leito dos rios, chamava-se Norte Conectado. Aproveitei recursos que sobraram da implementação de TV digital para colocar essa infraestrutura lá. E o plano, eu vejo, foi continuado. Como plano de Estado, política de Estado, têm que ser feitas essas coisas.

A gente fala muito de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, social, preservação ambiental. Excelente 100%, mas precisa de coisa pragmática. Engenheiro gosta de coisa pragmática, que funciona na prática. Não adianta só o blá-blá-blá, que não resolve nada; precisa ter coisa prática. E a coisa prática significa assim: você quer que aquela região seja preservada, lembrando que tem mais de 20 milhões de pessoas que moram naquela região? Você precisa prover a essas pessoas uma maneira que elas tenham o desenvolvimento econômico, para causar o desenvolvimento social e ajudar a preservar o meio ambiente. Não adianta você fechar... achar que aquilo é só um auge, fechar e nada é feito lá. Você precisa ter o desenvolvimento econômico e social com o sentido de preservação ambiental junto.

Imagina a seguinte situação: um garoto - eu falo garoto, mas pode ser uma menina, uma pessoa jovem lá - que tenha energia, que tenha conexão com a internet - esse é o esforço a gente levar não só isso aí, mas também com satélites; agora tem mais satélites podendo participar -, seja ou por 4G, 5G nas regiões onde tem as antenas... O fato é: energia, conexão, conhecimento. Se a gente consegue isso, um garoto, uma garota, que está lá no meio da Amazônia, consegue produzir de casa *softwares*, consegue trabalhar numa empresa sei lá de onde, de Singapura, e ganhar dinheiro ali. Aí, sim, você está falando que a pessoa está ganhando dinheiro com a floresta em pé, e dentro da cabeça dela: "eu vou preservar esse negócio que está do lado", porque ela tem conhecimento para fazer isso aqui. A gente muda a realidade, mas a gente precisa ter esse tipo de infraestrutura e o pensamento estruturado, vamos dizer, pragmático, para fazer isso aí funcionar. Só

23/24



Reunião de: 11/05/2026

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

a coisa radical, como, por exemplo, "não, fecha, isso aqui não tem como", não funciona. Você precisa pensar na aplicação prática daquilo lá.

Então, a participação das empresas, a participação da infraestrutura.

Eu gostaria de ver, por exemplo, escolas de formação técnica regionais que fossem apoiadas pelo setor público, com a parceria direta do setor privado, já formando ali naquela região os profissionais que vão ser necessários para aquela vocação regional, já com emprego, usando inclusive equipamentos das empresas que trabalham ali, já são treinados naquilo lá.

É possível fazer? É possível, sim. A gente precisa abrir caminho aqui na legislação. A parte do Executivo é fazer a coordenação de tudo isso aí, a parte do privado é ter a boa vontade de participar, saber que faz bem também para as empresas terem profissionais bem-formados; é tudo uma conjunção. Eu acho que o que a gente está fazendo aqui é justamente isto, uma conjunção, trazer empresas. E tudo começa com vontade de fazer - vontade de fazer. Eu acho que aqui todo mundo tem, claro, muita vontade de fazer, mas a gente precisa contaminar positivamente o restante dos Senadores, contaminar, fazer esse vírus positivo se espalhar pelo Brasil, para a gente ter aqui um país que realmente tenha formação profissional, formação tecnológica e profissionais que possam vencer na vida pelo conhecimento.

Gente, eu quero agradecer muito a presença de cada um, agradecer àqueles que nos acompanharam, mandaram as perguntas, agradecer à nossa Mesa aqui pelo trabalho sempre muito profissional, isso é muito importante.

E antes de encerrar, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata, que será composta pela lista de presença, pelo resultado da reunião e pelas notas taquigráficas.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta sessão.

Obrigado, gente.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODEMOS - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Camilo Santana**

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Hermes Klann** (S)

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orlaneto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 21

PSD-14 / PSB-7

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 18

PL-16 / NOVO-1 / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Hermes Klann.	PL / SC
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Democracia - 18

MDB-9 / UNIÃO-3 / PODEMOS-3 / PSDB-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODEMOS / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO

Renan Calheiros.	MDB / AL
Renan Filho.	MDB / AL
Styverson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11

PT-9 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	21
Bloco Parlamentar Vanguarda.	18
Bloco Parlamentar Democracia.	18
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Fernando Dueire* (PSD-PE)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Giordano* (PODEMOS-SP)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Hermes Klann** (PL-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Irajá* (PSD-TO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Romário** (PL-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Sergio Moro** (PL-PR)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 21 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 18 Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123) Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123) Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125) Líder do PODEMOS - 3 Giordano (86,119) Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO/AVANTE) - 18 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 16 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,38) Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Teresa Leitaõ (35,64,99,106,116) Vice-Líderes do PT Camilo Santana (117) Beto Faro (28,118) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)	Governo Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Rogério Carvalho (60,96,97,104,111) Otto Alencar (3,46,51,52) Confúcio Moura (15,85) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,74) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,62,72) Zenaide Maia (21) Leila Barros (79)
Oposição Líder Rogério Marinho - PL (50,70) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).
126. Em 05/05/2026, o Senador Jorge Seif deixa de exercer a função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) (1)	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾
RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025
Instalação: 21/10/2025
Prazo final: 30/05/2026
Prazo final prorrogado: 13/08/2026

MEMBROS
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

- Notas:**
- 1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).
 - 2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).
 - 3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).
 - 4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista
Telefone(s): 3303 3490
E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). (DSF de 24/09/2025, p. 5)
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins
Telefone(s): 6133033490
E-mail: ctcivil@senado.leg.br



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA ADULTIZAÇÃO

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIADULT

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. VAGO ^(1,10,25)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,19)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimaraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimaraes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLD/BLALIAN).
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA).
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLD/BLALIAN).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,32,39,40,42,43)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contrato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA).
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA).
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG).
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG).
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG).
42. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
43. Em 13.05.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2026-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. VAGO ^(9,12,47)
Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(3,12,50)	5. Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12,40,41,51,54)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12,40,41,51,54)	8. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ^(10,12,45,56)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ^(4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) ^(4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ^(4,27)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(4,31,33,34,36,49)	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ^(4,35,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,53,57)	1. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,55)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,52,58)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,38,39)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(6,28,29)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11,42,43)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11,43)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 23](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/oriadsf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3º titular e 3º suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLI/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLIID/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO).
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLIID/BLALIAN).
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA).
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA).
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO).
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026/GSEGAMA).
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLREDEM).
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO).
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO).
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG).
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG).
54. Em 05.05.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 025/2026-BLDEMO).
55. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
56. Em 06.05.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-BLDEMO).
57. Em 13.05.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).
58. Em 13.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 043/2026-BLVANG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. VAGO ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ^(4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,31,32)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,15,18,26)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,24,25)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))
2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA).
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO).
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA).
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA).
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA).
31. Em 06.05.2026, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 038/2026-BLVANG).
32. Em 13.05.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 042/2026-BLVANG).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**Finalidade:** acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).**(Requerimento 22, de 2026 - CE)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares**Telefone(s):** 3303-3498**E-mail:** ce@senado.leg.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24)	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁵⁾	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025-BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLREDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA).
24. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁹⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(20,22,32)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(15,38)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



11. Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO).
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA).
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLDEMO).
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA).
38. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
39. Em 06.05.2026, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 039/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽²⁾

Instalação: 06/05/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3.
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH).
2. Em 06.05.2026, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Damares Alves Presidente deste colegiado (Of. nº 186/2026-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,21)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
21. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sérgio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sérgio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(4,20,21,25,31)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,24,30)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN).
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
30. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).
31. Em 12.05.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 041/2026-GSEGAMA).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,23)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 30](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). ([DSF de 20/02/2025, p. 192](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). ([DSF de 21/03/2025, p. 19](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 20](#))
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 88](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN).
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA).
23. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,11,12,29)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(13,35,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 31](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM).
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA).
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM).
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM).
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLID/BLALIAN).
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLDEMO).
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLDEMO).
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLREDEM).
35. Em 05.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 036/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(22,23,25,28)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(4,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLI/BLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG).
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA).
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLI/BLALIAN).
28. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)
 2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)
 3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)
 4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)
 5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)
 6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)
 7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)
 8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)
 9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODEMOS-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(21,26,33,34,35)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))

10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))

11. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))

12. Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG).
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA).
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG).
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN).
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN).
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG).
35. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,26,27,30)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Hermes Klann (PL-SC) ^(2,36)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP).
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG).
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLID/BLALIAN).
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG).
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))
- Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
- Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa**Telefone(s):** 6133032230**E-mail:** ccdd@senado.leg.br

**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Pedro Chaves (MDB-GO) ^(1,9,15)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1.

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
 - Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG).



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLD/BLALIAN).

20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.

21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.

22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***PRESIDENTE:** Senador Irajá (PSD-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Carlos Portinho (PL-RJ)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PSD
Senador Irajá (TO)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PDT
Senador Weverton (MA)
MDB
Senador Eduardo Braga (AM)
PODEMOS
Senador Giordano (SP)
PP
Senadora Tereza Cristina (MS)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senador Alan Rick (AC)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Atualização: 01/06/2017**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo
Telefone(s): 3303-5713
E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)***PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES*(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)***PRESIDENTE:**



15) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)***PRESIDENTE:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

16) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



20) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



21) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA)



23) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

MEMBROS
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
MDB
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PB)
PDT
Senador Weverton (MA)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PODEMOS
VAGO
PP
Senador Laércio Oliveira (SE)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
PSD
Senadora Zenaide Maia (RN)
PT
Senador Rogério Carvalho (SE)
REPUBLICANOS
Senadora Damares Alves (DF)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



28) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



29) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP
Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil
Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann
Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum
Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura
Márcia Ferri



31) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



32) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



34) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



35) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



36) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

